



UNIVERSIDADE FEDERAL DE AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

SHIRLEN DO NASCIMENTO VIANA

***BLITZKRIEG BOLSONARISTA: uma análise foucaultiana da ascensão da
necropolítica no Brasil***

MANAUS – AMAZONAS
2022

SHIRLEN DO NASCIMENTO VIANA

***BLITZKRIEG* BOLSONARISTA: uma análise foucaultiana da ascensão da
necropolítica no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, na linha de pesquisa: Teoria e Análise Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Leonard Christy S. Costa

MANAUS – AMAZONAS
2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Viana, Shirlen do Nascimento

V614b Blitzkrieg bolsonarista: : uma análise foucaultiana da ascensão da necropolítica no Brasil / Shirlen do Nascimento Viana . 2022
194 f.: 31 cm.

Orientador: Leonard Christy Souza Costa
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Bolsonarismo. 2. Necropolítica. 3. Fascismo. 4. Neonazismo. I. Costa, Leonard Christy Souza. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa às 668 mil pessoas que perderam a vida em consequência da negligência e da necropolítica instituída no país que, durante a pandemia de Covid-19, não estabeleceu qualquer conduta de enfrentamento ou combate efetivo ao vírus, mas antes o inverso, o governo propiciou a quebra dos protocolos de prevenção e de contágio, potencializando, assim, o aumento de casos e dos índices de morte.

A todas as vidas interrompidas, aos sonhos que ficaram pelo caminho, às famílias desfeitas pela negligência e por essa política de extermínio. Por todos os desafios que a população enfrentou nos hospitais, sem medicamentos adequados, sem aparelhos respiratórios, sem o amparo devido.

Dedico, sobretudo, aos profissionais que deram suas vidas para salvar muitas outras.

E, por fim, celebro aqueles que se erguem para assumir seu lugar no *front* e que combatem corajosamente essa necropolítica que assola o país, deixando seu rastro de morte, ódio e de violência.

In Memoriam

AGRADECIMENTOS

A Deus, sobretudo e sobretudo. Pela vida, tão bem amparada na Sua graça e no Seu amor. Por cada resposta às minhas desesperanças.

Aos meus pais, Erlinda e Leci Viana, por todo o amor, cuidado e orações. Pelas muitas palavras de incentivo e cumplicidade a cada dia.

A minha eterna gratidão pela tua tão efêmera e marcante existência nos meus dias, Francineide Assunção (*in memoriam*). Pelo teu desvelo, por tudo que aprendi contigo e com a tua ausência nesse mundo. E pelos dias que virão na eternidade, a minha grande esperança.

Aos meus amados irmãos e sobrinhos, pela torcida, pelo incentivo e pela paciência.

A ti, José Pereira (*in memoriam*), por teu amor, teu zelo e tua torcida. Pelas muitas coisas que tu me ensinaste com teu exemplo, teu carinho e tua tenacidade. Tu não estás aqui para celebrar comigo, mas eu celebro a tua vida, meu pai do coração.

Aos meus tantos e amados amigos que me auxiliaram e me acolheram nos momentos de dor, de luto e de desânimo. Que me desafiaram a continuar por tudo aquilo que eu acredito e professo no meu cotidiano, em especial à Leidenice Pereira, que carregou as minhas dores comigo e me incentivou sempre a seguir adiante.

À UFAM, que se tornou a minha casa por quase uma década e que me apresentou com tantos professores e amigos maravilhosos, muito atuantes e significativos na minha trajetória acadêmica e para além. A ti, William Moura, por cada momento de cumplicidade e de troca, as tuas palavras reverberam.

Ao PPGL, que me oportunizou estar aqui apresentando este trabalho e concretizando esse sonho; que segue resistindo bravamente, apesar de tantas investidas e ataques que visam desestruturar e minar os cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras. Em especial, à professora Marta Monteiro (Zahir), minha gratidão eterna por toda luz que lançaste no meu caminho e aos professores Luiz Carlos Martins e Carlos Guedelha – e ao grupo de estudos GREMPLEXA –, os quais não podem dimensionar o impacto que tiveram sobre a minha vida.

Ao meu orientador Leonard Costa, que me oportunizou caminhos e descaminhos para que eu pudesse construir meu legado enquanto pesquisadora. Sou-te grata pela liberdade, pela confiança e pelos interstícios. Por possibilitar que pudesse ousar e me desprender das minhas limitações. E pelos novos olhares que possibilitaram um redirecionamento à minha pesquisa. Eu não poderia deixar de mencionar-te, professor Éderson Silveira. Por tudo o que fizeste e me inspiraste, a tua luz reverbera. Tu me fizeste enxergar não só as lacunas, mas transver por tantas outras perspectivas, afluir. Minha eterna gratidão e carinho.

Ao LEEDiM/UFSCAR que me proporcionou palestras essenciais por meio do projeto *I Escola Solidária de Altos Estudos do Discurso*, e essas contribuíram sumariamente para que a minha pesquisa pudesse ter maior amplitude teórica e melhor alcance analítico.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), que me assistiu e financiou esta pesquisa em cada etapa. Por resistir na luta em favor da ciência de modo atuante, abrigando, sempre, novas pesquisas e se posicionando em prol dos pesquisadores do estado do Amazonas, minha gratidão.

Que esse ano de eleição seja tempo de transformação; que nos chegue com mais consciência política e responsabilidade social. Que possamos mostrar nas urnas que nos novos tempos que nos chegam, não conjugaremos com políticos e políticas excludentes, segregacionistas e autoritárias. Que possamos dizer NÃO a qualquer prática que fira os princípios, os direitos e a dignidade de nosso povo, dos nossos filhos e de nós mesmos.

*Gostaria de perceber que no momento de falar
uma voz sem nome me precedia há muito tempo:
bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase,
me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios,
como se ela me houvesse dado um sinal,
mantendo-me, por um instante, suspensa.*
Foucault, 1970

RESUMO

Este estudo suscita reflexões sobre o atual cenário político e social brasileiro sob a perspectiva dos postulados de Michel Foucault, nestes termos, abordam-se as concepções foucaultianas de relação de poder, de constituição de sujeito, de biopoder e biopolítica, para investigar as práticas e os discursos bolsonaristas alinhados à ideia de necropolítica. Desse modo, são analisados tanto os discursos quanto as ações políticas bolsonaristas, no intuito de evidenciar as práticas de *fake news*, de discurso de ódio e de pós-verdade, incidindo, assim, nos modos de produção de verdade e nas formas de veridicção, no aparato discursivo bolsonarista. Avalia-se também nessa esteira analítica a ascensão da extrema-direita, do fascismo, as evocações neonazistas e a religião atrelada à política bolsonarista, que são presentificadas como neofarisaísmo. O aporte teórico-metodológico foi desenvolvido a partir das obras de Michel Foucault. O *corpus* de pesquisa constitui-se a partir de recortes jornalísticos veiculados nos principais jornais eletrônicos do país, nas *lives* do canal do presidente no YouTube e nas suas redes sociais, no período de 2018 a 2022. O *corpus* compreende tanto o discurso quanto a atuação do movimento bolsonarista – no qual são analisadas as práticas discursivas de Jair Bolsonaro, de seus aliados e apoiadores – e a forma como o governo atuou durante o período pandêmico, presentificando a necropolítica. A questão central deste trabalho se resume em investigar como movimento bolsonarista se projetou e se amplificou no cenário político brasileiro e quais as estruturas de poder que se manifestam nesse movimento.

Palavras-chave: Bolsonarismo. Necropolítica. Fascismo. Neonazismo.

ABSTRACT

This study raises reflections on the current Brazilian political and social scenario from the perspective of the postulates of Michel Foucault, in these terms, it discusses the Foucaultian conceptions of power relationship, constitution of subject, biopower and biopolitics, to investigate the Bolsonarist practices and discourses aligned with the idea of necropolitics. In this way, both discourses and bolsonarist political actions are analyzed in order to highlight the practices of fake news, hate speech and post-truth in the Bolsonaro discursive apparatus. It is also evaluated in this analytical track the rise of the extreme right, fascism, neo-Nazi evocations and religion linked to Bolsonaro politics, which are presented as neo-pharisaism. The theoretical-methodological contribution was developed from the works of Michel Foucault. The corpus of research consists in journalistic clippings aired in the main electronic newspapers of the country, in the Lives of the president's channel on YouTube and their social networks, in the period from 2018 to 2022. The corpus comprises both the discourse and the action of the Bolsonarist movement – in which the discursive practices of Jair Bolsonaro, his allies and supporters are analyzed – and the way the government acted during the pandemic period, presenting the necropolitics. The central question of this work is to investigate how the Bolsonarist movement projected and expanded in the Brazilian political scene and what structures of power manifest in this movement.

Keywords: Bolsonarism. Necropolitics. Fascism. Neo-Nazism.

SUMÁRIO

Introdução	10
I PODER E SUJEITO EM MICHEL FOUCAULT	14
1 Governamentalidade, técnicas e formas de produção de verdade	15
1.1 Um passo anterior e o agora	23
1.2 Ciências Humanas e subjetividade	35
1.3 A constituição de sujeito a partir das relações de poder	46
1.4 Modos de subjetivação	63
II BIOPODER E BIOPOLÍTICA	73
2. O novo <i>locus</i> do embate político	74
2.1 Discurso, (pós)verdade e transpolítica.....	82
2.2 <i>Fake news</i> , negacionismo e o discurso de ódio	94
2.3 Biopolítica e biopoder: concepções foucaultianas de políticas sobre a vida.....	101
2.4 Análise Foucaultiana do Discurso: um aporte teórico-metodológico	112
III BOLSONARISMO	119
3 <i>Blitzkrieg</i> bolsonarista: um conto de fa(r)da.....	120
3.1 Ascensão da necropolítica no Brasil.....	131
3.2 Extrema-direita, volver!.....	150
3.3 Ur-Fascismo à brasileira e a apologia neonazista.....	161
3.4 A teo-política bolsonarista.....	174
(In)conclusão	182
Referências bibliográficas	185

Introdução

O cenário político atual apresenta um dos maiores panoramas de efervescência e antagonismo político da história do Brasil. A partir de 2018, o Brasil tornou-se palco de um novo movimento político em que elementos como o negacionismo, as *fakes news*, o anticientificismo e os discursos de ódio e antidemocracia ganham lugar, vez e voz. O movimento bolsonarista surge com o apelo irresistível de um discurso de amor à pátria, de anticorrupção e de restabelecimento dos valores tradicionais às famílias brasileiras. A ideia foi plantada por brados e cores nas ruas da sociedade brasileira e germinou.

A pandemia apenas amplificou o que já estava em andamento. A política bolsonarista fez jus aos seus discursos discriminatórios, beligerantes, de incentivo à violência e de negligência às necessidades das classes mais baixas da sociedade brasileira. As consequências foram desastrosas. A falta de políticas públicas sanitárias e econômicas sérias agravaram o cenário devastador que assolou o país, foram mais de 682 mil vidas que se perderam até o fim desta pesquisa, e esse *modus operandi* ainda tem ampla ressonância e está bem atuante no panorama atual. Os discursos e práticas que incentivavam a quebra dos protocolos de segurança, que se posicionavam contra o afastamento social e eram favoráveis aos medicamentos com ineficácia comprovada, ainda hoje se conjugam nas muitas vozes que se erguem do movimento bolsonarista e que celebram a sua franca ascensão.

Quatro anos depois, o cenário político brasileiro só confirma o que os maiores pessimistas não poderiam prever. Na esteira das calamidades públicas, denúncias, fraldes, desvio de recurso público, negligência, escárnio. O bolsonarismo estabelece no Brasil a nova onda azul que vem se assolando a Europa, a extrema-direita floresce sob a insígnia do conservadorismo e da religião e segue com as suas práticas de necropolítica assentadas no fascismo e na apologia ao nazismo. Ante a conjuntura nefasta, urge a necessidade de analisar esse horizonte histórico, “é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. (FOUCAULT, 2008, p. 24). Urge expor, na trajetória do atual governo, os traços da sua gestão político-militar e as evocações a regimes que enalteciam a repressão, a tortura e a morte.

Diariamente, os jornais veiculam diversas denúncias feitas ao governo, trata-se de discursos e ações que contemplam ataques às autoridades e à ciência, retaliações a órgãos e instituições, discriminação a minorias e propagações de *fake news*, com a finalidade de incitar

a violência e promover o negacionismo e a desinformação. Por isso, o *corpus* de análise foi tão proficiente. Para as análises, foi necessário revisitar as determinações históricas que atravessam o discurso bolsonarista, considerando as “redistribuições recorrentes que fazem aparecer vários passados, várias formas de encadeamento, várias hierarquias de importância, várias redes de determinações, várias ideologias, para uma única e mesma ciência, à medida que seu presente se modifica” (FOUCAULT, 2008, p. 5).

É primordial retroceder no tempo para refazer esses rastros, desenlear a teia discursiva que constitui esse paradoxo. As vozes que se levantam no seio desse movimento vociferam, extravasam o ardor e o ódio, reverberam. Do ódio legitimado surge na sociedade a violência institucionalizada, e agora os crimes políticos. Já não se trata apenas de um antagonismo político acirrado, mas do extermínio do outro, do que é dessemelhante e não aceito.

Foucault desloca o olhar para o passado como um arco, para então transpassá-lo e irromper as suas análises como setas sobre o presente. Assim, neste trabalho, as ideias são articuladas nesse entrecruzamento onde busca-se respostas que validem essa (des)compostura das coisas. De imediato, o ensejo de investigar o movimento bolsonarista no ápice de sua atuação; a poucos meses das eleições presidenciais, o movimento mostra toda a sua força e poderio bélico – tanto em sua retórica discursiva quanto ação política – e, por isso, intitulado aqui, pertinentemente, como *Blitzkrieg* bolsonarista.

Foucault é o caminho escolhido para percorrer esse trajeto em consonância a outros autores consubstanciais como Umberto Eco, Achille Mbembe e Hannah Arendt. As análises foram realizadas de acordo com o aporte teórico-metodológico foucaultiano, que subsidiou e conferenciou as análises em conformidade com o *corpus* apresentado. Destarte, foram acionados neste trabalho os métodos de análise foucaultianos de arqueologia e genealogia. A arqueologia se define como “uma descrição pura dos acontecimentos discursivos” (FOUCAULT, 2008, p. 38), não operando, dessa forma, no nível das formulações textuais ou do dito, mas no nível do discurso e do enunciado. Dessa forma, a questão fundamental é entender o porquê do aparecimento de um determinado enunciado em detrimento de outro (FOUCAULT, 2008, p. 39).

Embora sejam relevantes o “sentido” ou a “produção de sentido”, para a arqueologia, a sua dimensão analítica não orbita nas significações que emergem, mas na função de “compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar suas condições de existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 39). Nestes termos, o papel da

arqueologia é “apreender outras formas de regularidade, outros tipos de relações” (FOUCAULT, 2008, p. 41).

A partir da noção de genealogia de Nietzsche, o método genealógico surge de questionamentos de leituras metafísicas da história, uma pesquisa que se voltava à essência das coisas e, assim, possibilitaria o reconhecimento de seu valor e a descoberta de sua verdade subjacente. Essa discussão conceitual proposta por Foucault promove um movimento de inflexão na literatura foucaultiana, em uma abordagem mais incisiva sobre as relações de poder e das práticas não-discursivas nas análises. Em sua investigação genealógica, Foucault problematiza três elementos: a genealogia é “dissociativa”, “paródica” e “disruptiva”, de modo a propiciar uma crítica do fundamento antropológico do saber, ou seja, do sujeito do conhecimento.

Ressalvas feitas, salienta-se que, estruturalmente, esta pesquisa está articulada em três capítulos:

O primeiro capítulo inaugura o olhar sobre as concepções de poder e sujeito em Foucault, e, assim, mobiliza importantes conceitos como governamentalidade, técnicas de si, formas de produção de verdade e modos de subjetividade, elementos caros às análises dos dados. Investiga também o papel das Ciências Humanas na constituição do sujeito e, portanto, desvela as razões dos contínuos ataques do governo à educação, às universidades, às agências de fomento à pesquisa e à ciência, nestes termos, analisa tais ações estratégico-políticas no atual cenário político brasileiro.

O segundo capítulo aciona as concepções de biopoder e biopolítica, que regem as primeiras análises e incidem sobre o aporte teórico-metodológico, situando a internet como novo *locus* do embate político, em que o movimento bolsonarista tem se proliferado tanto. Desse modo, essas articulações mobilizam novas perspectivas de se pensar o cenário político atual, e, assim, revelam formas domínio sobre os sujeitos, os quais reconfiguram e acendem o antagonismo político brasileiro. As reflexões são estipuladas a despeito das relações de poder que se instauram sobre os indivíduos, a partir do olhar foucaultiano, do novo *locus* do embate político somado às novas instâncias de manipulação como pós-verdade, *fake news* e discursos de ódio, que arregimentam e deslocam o sujeito da realidade e o alijam a outros modos de conceber a realidade à sua volta, agregado aos discursos negacionista e anticientificista.

Por fim, o terceiro capítulo trata efetivamente do movimento bolsonarista, considerando a sua trajetória e adesão popular. O bolsonarismo tem se tornado cada vez mais sólido, autônomo e tem protagonizado de forma beligerante cenas de barbárie, de violência, e até de morte. A referência que se faz ao movimento bolsonarista é o termo alemão *blitzkrieg*, que

remete a uma ofensiva militar relâmpago, com ataques ininterruptos e que utiliza todo seu poderio bélico para destruição, nada mais pertinente em se tratando de investigar a necropolítica (política da/para a morte) instituída no país. Reitera-se que o discurso bolsonarista não se projeta apenas na fala do presidente, mas nas vozes que se somam para reproduzir os discursos e suas práticas assentados no posicionamento da extrema-direita, no fascismo e no neonazismo.

As questões tratadas nessa pesquisa se baseiam nas reflexões sobre a forma, a potência e a ressonância das ideias-força que a retórica e as práticas políticas de Jair Bolsonaro exercem sobre os indivíduos e o quanto influenciam em suas ações. Diante disso, observa-se o aumento da violência, o crescimento de grupos antivacina e neonazistas, manifestações pró-ditadura que clamam por uma intervenção militar e de eventos antidemocracia. Coroando esse momento tenebroso da história brasileira, a ascensão da extrema-direita favorece o crescente ataque às instituições, aos órgãos e às autoridades, promovendo acirrados confrontos partidários motivados por discursos beligerantes por parte do Chefe do Executivo. Analisa-se, assim, as relações de poder que incidem no movimento bolsonarista e as relações entre os sujeitos e a sociedade.

O fio condutor desta pesquisa é descrever e analisar a ascensão da necropolítica no Brasil, a partir de todos os elementos elencados, com intuito de desvelar de que forma essas práticas estão presentificadas na retórica e nas práticas políticas bolsonaristas, a partir do aporte teórico-analítico foucaultiano. As questões que permeiam e norteiam esta pesquisa são: de que forma o movimento bolsonarista se articulou e se amplificou no cenário político brasileiro? Em quais elementos seu discurso e sua atuação política estão pautados? E, por fim, como as estruturas de poder se manifestam nesse movimento?

I PODER E SUJEITO EM MICHEL FOUCAULT

1 Governamentalidade, técnicas e as formas de produção de verdade

Eu gostaria de fazer a genealogia dos problemas, das problematizações. Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer.
(Foucault, 1995, p. 256)

Antes de acionar conceitos fundamentais da literatura foucaultiana, é preciso trazer à tona a força motriz que impulsiona esta pesquisa, e ao redor dela, sobrevoa e sobrevém a angústia que nos toma, como cidadãos brasileiros: a crescente descrença no Estado. Vale ressaltar que o conhecimento produzido sobre os fundamentos do Estado é válido e justificado à medida que reconhecemos os avanços e as conquistas que nos permitem viver hoje as regalias da democracia e de direitos fundamentais à existência humana. Embora de modo insuficiente, parece pertinente pensar o Estado a partir da concepção de um nome para um conjunto de modos de funcionamento, e, dessa maneira, considerar a forma como se articulam as práticas políticas bolsonaristas.

É certo que, entre todas essas formas de governo, que se cruzam, que se imbricam, no interior da sociedade e do Estado, uma forma é bastante específica: trata-se de definir qual é a forma particular que se aplica a todo o Estado (FOUCAULT, 2021, p. 413).

A princípio, considera-se a ideia de governamentalização do Estado de acordo com o que propôs Michel Foucault, ou seja, reduzindo a concepção de Estado às suas funções e considerando essas funções como vitais à sociedade. Nesse segmento, objetiva-se, nesta pesquisa, investigar os modos de funcionamento do Estado no âmbito político brasileiro, a partir do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, os fundamentos antidemocráticos que se instauram e seus efeitos para a legitimação de seus discursos e práticas políticas na esfera democrática brasileira. Para tanto, aciona-se o termo *blitzkrieg bolsonarista*, atrelando, assim, o aspecto beligerante à conduta do presidente em todas as instâncias de seu enunciar e realizar, enquanto Chefe do Executivo.

De acordo com Foucault (2021, p. 413): “A arte de governar [...] deve responder essencialmente à seguinte questão: como introduzir a economia – isto é, a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens e as riquezas no interior da família – no nível da gestão de um Estado?”. O intuito nesta pesquisa é também averiguar como os mecanismos de governo disciplinam as relações com a sociedade e na sociedade.

Segundo Foucault (2021), a soberania é substituída por uma nova e emergente arte de governar, e, desse modo, a disciplina também resiste, porque a disciplina é a forma como se governou e geriu a população desde que houve intenção de dominar os indivíduos, e de acordo com Foucault (2021, p. 428): “A ideia de um novo governo da população torna ainda mais agudo o problema do fundamento da soberania e [...] a necessidade de desenvolver a disciplina”.

Devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem sua população como seu alvo principal e os dispositivos de segurança como seus mecanismos essenciais. (FOUCAULT, 2021, p. 428).

O termo *governamentalidade* foi introduzido por Foucault a partir da aula de 1º de fevereiro de 1978 e, assim, promoveu um novo horizonte de análises sobre as formas do exercício político do poder. Nesse sentido, Foucault elege o redimensionamento do enfoque microfísico na incursão histórica da arte de governar, e o recorte dessa empreitada é baseado na análise do domínio de relações de poder concernentes ao problema do Estado (ARAÚJO, 2010, p. 46).

Por “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como o alvo principal a população [...], a economia política com instrumento técnico essencial [...] (FOUCAULT, 2006e, p. 303).

Nesse segmento, enfatiza o autor:

A constituição de um saber de governo deverá levar em consideração em suas observações, em seu saber, para conseguir governar efetivamente de modo racional e planejado. [...] Aprendendo a rede de relações contínuas e múltiplas entre população, o território, a riqueza etc. se constituirá uma ciência e se chamará economia política e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção característica do governo: a intervenção no campo da economia e da população. (FOUCAULT, 2021, p. 426)

Em seus postulados, Foucault afirma que vivemos na era da governamentalidade do Estado desde o século XVIII, contudo, o fato da economia política e a governamentalidade se consolidarem nas sociedades não descaracteriza a ocorrência também da soberania, que continua sendo atuante pelos governos, porém, de forma mais velada. Nessa premissa, a tecnologia da disciplina ainda é vigente e possui um papel relevante, principalmente em se

tratando da ideia de gerir a população, portanto, os governos se articulam no sentido de incidir sobre as instituições como o exército, fábricas, hospitais, escolas etc.

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. (FOUCAULT, 2004g, p. 324).

Nesse segmento, segundo o autor, a governamentalidade implica, necessariamente, em um conjunto de técnicas de dominação exercido sobre os outros e, portanto, um conjunto de “técnicas de si”. A governamentalidade é uma arte de governar, um conjunto de técnicas, uma tecnologia política, ou mesmo, um dispositivo geral de controle. De acordo com o Araújo (2010), sobre governamentalidade, subtrai-se três coisas:

[...] primeiro, o conjunto de instituições, análises, táticas e cálculos que permitem exercer o poder sobre a população, pelo saber da economia política e seus instrumentos técnicos, os quais intitula de “dispositivos de segurança”; em segundo, por governamentalidade ele concebe os aparelhos específicos de governo e o conjunto de saberes inerentes; por último, a passagem do “Estado de justiça” da Idade Média – entre os séculos XV e XVI – ao “Estado administrativo” (ARAÚJO, 2010, p. 47).

Em dissonância com a visão tradicional de que o Estado ocupa uma posição que deve suscitar oposição, ser odiada e combatida, a modernidade declina desse empreendimento, haja vista que o que importa a ela é a governamentalização do Estado e não a estatização da sociedade. Dessa maneira, é a governamentalização que possibilita ao Estado prevalecer, já que, de acordo com Foucault (2021, p. 421) “[...] um Estado de governo que não é mais definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, em que o território que ela ocupa é apenas um componente”. Nesse sentido, na literatura foucaultiana, a arte de governar e o “governo de si” são investigados em um transcurso histórico que convergiu a uma “razão de Estado”, a qual está implicada na constituição de conjuntos de saberes e nas tecnologias de poder, fundamentais ao crescimento e fortalecimento do Estado.

Essa nova concepção de Estado de governo desenvolve um novo tipo de sociedade, que é controlada muito mais por “dispositivos de segurança” do que pela lei e disciplina, “A disciplina, é claro, analisa, decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Ela os decompõe em elementos que são suficientes para percebê-los, de um lado,

e modificá-los de outro” (FOUCAULT, 2008b, p. 75). Já os dispositivos de segurança são como “centrífugos” que tendem a abranger-se infinitamente e partem da premissa do *laissez-faire*, a partir da concepção de biopolítica (que veremos mais à frente), a qual “acompanha” e “intermedia” esse processo a fim de exercer mais amplamente seu domínio.

Em outras palavras, a Lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança, sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008b, p. 61).

Revela-se, dessa forma, uma dinâmica de forças na qual se constitui o grande problema da racionalidade governamental que, para sua consubstanciação no Ocidente, requereu a formação do dispositivo diplomático-militar e do dispositivo de polícia. Essa dinâmica é pautada na ideia de um “equilíbrio” em “que as guerras se justificam a concepção diplomática de sociedade das nações é formulada, surgindo o dispositivo militar, dotado de uma lógica adequada à razão governamental, para equalização da relação guerra e paz” (RONDON, 2011, p. 377). Nestes termos, “A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo” (FOUCAULT, 2021, p. 425).

Michel Foucault, nos seus últimos anos, se voltou ao campo de estudos relativo aos primeiros dois séculos de nossa era, o qual denominou como época de ouro do Cuidado de Si. Nesse período, há literatura, tratados, escolas filosóficas e pensadores que se articulam sobre a arte de viver, ou seja, há uma estética da existência que correspondia em colocar a própria vida como ponto central a ser trabalhado e desenvolvido. Nestes termos, Foucault se propôs a estudar os estoicos, epicuristas e os cínicos, a fim de se voltar ao ser humano para problematizá-lo em sua subjetividade, assim, trata-se de considerar o sujeito a partir de seu modo de constituir-se a si próprio enquanto corpo atravessado por forças. O intuito deste pensamento é empreender ao homem olhar para si mesmo, retornando a si.

O filósofo então se aprofundou em estudos sobre a sociedade greco-romana e sobre a subjetividade humana com o objetivo de desconstruir mitos relativos à transição entre práticas políticas, domésticas e religiosas, incluindo também a sexualidade. Contudo, esses estudos de subjetividade não parecem ter com eixo central a questão se as práticas do si remetiam ao domínio privado, individual ou qualquer analogia que amplie o escopo dos exercícios de

representação. A ideia era mostrar de que forma os gregos almejavam alcançar e exercer o discurso verdadeiro, sobrepujando o discurso da memória pela escuta.

O discurso verdadeiro era um modo de praticar um discurso assimilado e transformá-lo em *ethos*, a partir “da ativação na própria atividade do sujeito, isto é, tornando-o sujeito ativo de discursos verdadeiros”. Nesse sentido, Foucault evita empregar termos como “ascetismo” e “ascese”, para designar, como eixo principal, a escuta e a recepção do discurso verdadeiro (WANZELER, 2011, p. 103).

Desse modo, Foucault se volta à noção de *hypomnemata*, ou seja, à rememoração das coisas conversadas ou lidas e à troca de correspondências, nas quais trocavam-se conselhos, confissões e verdades, dedicados ao outro e a si próprio, haja vista que essa concepção operava também como um norteador de consciência. Nesse segmento, “a *hypomnemata* é uma atividade de leitura, anotação e redação ou uma espécie de diário de bordo e correspondência em torno de preocupações éticas” (WANZELER, 2011, p. 101).

O momento em que a tarefa do dizer verdadeiro sobre si mesmo foi inscrita nas técnicas de elaboração, de transformação do sujeito por si mesmo, quando esta obrigação foi instituída nas instituições pastorais – pois bem, creio que este constitui um momento absolutamente fundamental na história da subjetividade no Ocidente, ou na história das relações entre sujeito e verdade (FOUCAULT, 1997, p. 101-102).

Durante sua empreitada nos estudos da antiguidade, especificamente na sociedade greco-romana, Foucault presentificou, em seus textos, os traços notáveis da prática de si encontrados no modo de vida daquela época.

[...] o sujeito devia tornar-se sujeito de verdade, devia ocupar-se com discursos verdadeiros. Era preciso, pois, que operasse uma subjetivação que se iniciava com a escuta dos discursos verdadeiros. Era preciso dizer o verdadeiro a si mesmo, mas não dizer a verdade de si mesmo. Na antiguidade, especialmente, de Sócrates à diatribe estoico-cínica, o dirigido devia falar, para tornar-se sujeito de verdade. Devia ocupar-se com discursos verdadeiros que operasse uma subjetivação iniciada com a escuta dos discursos verdadeiros que lhe eram propostos (WANZELER, 2011, p. 102).

Dessa maneira,

A prática de assumir-se a vida como uma prova diferenciou-se da fórmula tradicional socrático-platônica na qual a ocupação consigo mesmo era condição para viver melhor, para viver mais racionalmente e para governar adequadamente os outros. Com o deslocamento, agora, vive-se “para si”.

Nessa perspectiva, a técnica da vida se inscreve por inteiro em relação ao cuidado de si. (WANZELER, 2011, p. 104).

De igual relevância, é a questão da ideologia abordada em Foucault e sua concepção sobre verdade, isto é, as formas de produção de verdade, isso porque a problemática da verdade é um dos fios condutores do pensamento do filósofo. Segundo a concepção foucaultiana, é preciso declinar da ideia de privilégios do sujeito de conhecimento para lançar-se na produção histórica da verdade. De acordo com Candiotto (2006): para trilhar essa jornada pela produção histórica da verdade é preciso enfatizar a *enunciação* de discursos que operam entre as mais diversas práticas sob justificção racional de verdade, ou seja, como se fossem verdadeiros. Nessa perspectiva, assevera o autor:

Na arqueologia, analisa-se o jogo de regras estabelecido entre as práticas discursivas de uma época; na genealogia, como aqueles jogos atuam ao modo de legitimação para estratégias e táticas de poder presentes nas diferentes práticas sociais; na genealogia da ética, como eles funcionam na condição de auxiliares nos diversos processos de subjetivação que se desdobram das práticas de si (CANDIOTTO, 2006, p. 66).

A partir da obra *Arqueologia do saber*, o filósofo buscou se afastar da mera análise do enunciado proposicional do conhecimento científico, sistematizado na interface objetiva de sujeito/objeto. E, dessa maneira, inaugura uma nova perspectiva de conceber a verdade, instituindo, assim, um diferencial entre o modo tradicional de compreender a verdade e sua própria concepção, que é definida, por Candiotto (2006), como história crítica da verdade. Para esse autor, “não há o sujeito e o objeto como unidades universais e necessárias; eles assim se tornam mediante práticas, que podem ser jogos teóricos e científicos, práticas sociais ou práticas de si”, assim, a problemática da verdade advinda do distanciamento do sujeito constituinte e do objeto empírico, desenvolvida por Foucault, torna-se o modo de aplicação de uma “história crítica do pensamento”.

Para Michel Foucault, uma história crítica da verdade parte da ideia de um “modo de aplicabilidade de uma história do pensamento”, assim, ele averigua a constituição e as possíveis mutações da associação entre objetos e sujeitos mediante “modos de objetivação” e “modos de subjetivação” (CANDIOTTO, 2006, p. 67). Nestes termos,

Na constituição dos modos de objetivação, não se procura definir as condições formais do sujeito como objeto, mas enfatizar de que modo ele *tornou-se* historicamente tal para um saber possível. Não existem objetos naturais tais como a verdade, a doença mental, o poder ou a sexualidade; eles assim se

tornam mediante práticas históricas específicas e raras (CANDIOTTO, 2006, p. 67).

O termo ideologia, em Foucault, está intrinsecamente ligado à sua concepção de verdade, assim sendo, o filósofo renuncia categoricamente a operar com o conceito de ideologia pela maneira como ele está consolidado no pensamento ocidental contemporâneo, já que esse termo, segundo o autor, está atrelado ao modo de perspectivar a *verdade*. De acordo com Benevides (2013, p. 88):

[...] noções como alienação, mistificação, distorção, falsa consciência e todos os “pseudos” que vêm a reboque – bem como seus contrapontos em termos de uma conscientização que leva à emancipação – constituem ferramentas inoperantes no contexto de um pensamento que opera com a verdade não na transcendência de uma utopia, mas na imanência de um dispositivo.

Para Candiotto (2007, p. 204), a verdade é “indissociável da singularidade do acontecimento. Aquilo qualificado de verdadeiro não habita *num já-aí*; antes, é produzido como acontecimento num espaço e num tempo específicos”, nesse sentido, a verdade não pode ser válida a qualquer tempo ou lugar, pois algo é apenas verdadeiro em um tempo específico, em condições propícias. Dessa forma, pode-se conceber a verdade de forma descontínua, dispersa e não-universal, produzida como *acontecimento*.

Há duas perspectivas pelas quais pode-se pensar a história da verdade:

uma da manifestação daquilo que é: verdade-apofântica, verdade-descoberta, verdade-abstrata, constante, demonstrada e objetiva que faz uso da mediação de instrumentos; outra, da ordem daquilo que acontece, das técnicas de produção, da captação mediante rituais e recusas, efeito de jogos de verdade que ocorrem nas práticas concretas. Enquanto a verdade-descoberta discute questões de método, a verdade-acontecimento estabelece estratégias; se a primeira sublinha relações entre sujeito e objeto, a segunda enfatiza choques arriscados, reversíveis e belicosos, enfrentados por aqueles que são tomados por ela (CANDIOTTO, 2007, p. 205).

Conforme o autor supracitado, em relação a essas duas formas de verdade, a comparação de ambas propõe que a verdade-demonstração “atualmente identificada com as práticas científicas, deriva da verdade-ritual, quando se faz sua genealogia, quando é examinado seu começo de pouca glória”, e embora ela tenha alcançado notoriedade, ela apresenta um aspecto da verdade-acontecimento e de sua tecnologia (CANDIOTTO, 2007, p. 205).

O conceito de verdade se consolidou como atrelado à perenidade, ou seja, a sua irreduzibilidade ao acontecimento histórico, assim, a verdade permanece como algo inalterável

a quaisquer contingências. Foucault, em *Le pouvoir psychiatrique* (1973-1974), pontuou que esse é o aspecto central que delinea a perspectiva filosófica do pensamento moderno ocidental. Essa concepção pressupõe que há uma verdade em qualquer tempo e lugar, podendo ser alcançada de modo acessível, àqueles que a buscam.

Se a verdade de um domínio determinado permanece escondida e torna-se difícil situá-la é porque os conhecimentos do sujeito são limitados em virtude da situação na qual se encontra. O fato é que a verdade está sempre aí. "Não há buraco negro na verdade." (CANDIOTTO, 2007, p. 205).

Michel Foucault rompe com a visão estabelecida de verdade como pináculo imutável da humanidade, dessa forma, o autor defende a concepção de que a verdade é criada a partir de determinadas forças políticas para manter grupos específicos no poder. Inspirado em Nietzsche e em sua *A Genealogia da Moral*, Foucault desenvolve sua arqueologia das ciências humanas, ou seja, ele investiga o pensamento humano a partir de uma busca pela origem das coisas, e assim sendo, traça uma análise da língua e da história, para compreender os conceitos e o modo como concebemos as coisas e nos situamos no mundo.

Para Foucault, o nosso pensar e o nosso agir estão intrinsecamente ligados – conscientes ou não – a uma série de normas que são determinadas pelo momento histórico em que estamos inseridos. Por estarem condicionadas à história, essas normas mudam de acordo com o tempo, portanto, a arqueologia foucaultiana surge para “escavar” essa sistematização de pensar e agir em outros tempos, e para relacionar com o tempo presente, de modo a tentar entender o agora. A arqueologia de Foucault centrou-se em dois conceitos específicos: o homem e a humanidade.

Todavia, as obras de Foucault não tratam de uma filosofia do sujeito, mas dos “modos de subjetivação”. Nesse sentido, sua literatura não se atém à ideia de investigar as condições empíricas ou transcendentais que permitem a “um sujeito em geral tomar conhecimento de um objeto preexistente na realidade, busca-se saber como alguém, numa prática histórica específica, *torna-se* sujeito, qual seu estatuto, sua posição, sua função e os limites do seu discurso” (CANDIOTTO, 2006, p. 67). Em divergência à filosofia do sujeito, voltada à consciência, a história do pensamento estende seu olhar às práticas humanas, em seus aspectos de heterogeneidade e multiplicidade.

Destarte, baseando-se na hipótese de que a problemática da verdade esteja atrelada à histórica crítica do pensamento, deduz-se, então, que o que é validado como verdadeiro não está no objeto – haja vista que ele se apresenta apenas como uma articulação específica, e não preexistente – e nem no sujeito (pois não se trata de uma essência, apenas torna-se nas práticas

em que é tomado). Também não pode ser concebido na relação entre um e outro, pois não corresponde a unidades fixas específicas, portanto, ele está presente “nas articulações históricas de sua mútua modificação e constituição” (CANDIOTTO, 2006, p. 68). Nestes termos, a história é o reduto do acontecimento da verdade, motivo pelo qual essa sempre será uma perspectiva de verdade, e cada momento histórico constitui a redirecionamento sob outras formas de percepção de verdade.

1.1 Um passo anterior e o agora

*Daí, a maneira precavida, claudicante deste texto:
a cada instante, ele se distancia, estabelece suas medidas
de um lado e de outro, tateia em direção a seus limites, se
choca com o que não quer dizer, cava fossos para
definir seu próprio caminho.
Michel Foucault, 1969*

Sobretudo, no agora, o ato vigilante e insone de guardar o intangível (FUKS, 2021)¹, mas o que é esse intangível? O que nos é realmente essencial enquanto sociedade e o que está posto em risco hodiernamente?

As questões que norteiam essa pesquisa são: por que certos discursos autoritários e antidemocratas encontram abrigo em uma sociedade que se professa aberta e democrática? Por que discursos assim são acolhidos com o afã de uma liberdade que não se define no exercício da realidade política cotidiana? Que furor de nacionalismo é esse pelo qual se elege uma figura pública que celebra a tirania, a ignorância e a falta de ética, oprimindo e banalizando a vida de seu povo, além de aviltar, essencialmente, a liberdade e os princípios fundamentais – duramente conquistados –, e que hoje sustentam a nossa sociedade, após décadas de opressão?

Sobretudo, conforme Fuks (2021) e Avelar (2021)², um fato: o Brasil é incapaz de refletir sobre o seu passado. Portanto, pensar a conjuntura político-social do agora é repensar os processos de relação de poder que propiciaram, em massa, essa atuação política como produto de uma trajetória política, mas por quais meios? É preciso considerar o Brasil por sua historicidade, conforme as proposições foucaultianas enfatizam, é nesse percurso histórico que essas lacunas são preenchidas e reveladas, assim, esse processo se faz possível pela análise

¹ Júlian Miguel B. Fuks é escritor e crítico literário brasileiro, eleito pela revista *Granta* um dos vinte melhores jovens escritores brasileiros em 2012, ganhador do prêmio Jabuti na categoria romance e 2º colocado no Prêmio Oceanos de Literatura em Língua Portuguesa com a obra *A Resistência*.

² Teórico e crítico literário brasileiro, atualmente professor na Universidade Tulane (EUA) e autor da obra *Ele em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI*.

histórica e assim, destaca-se quais são os elementos centrais confluentes que definem e reescrevem história política brasileira.

O olhar que se pretende lançar nesta pesquisa é direcionado à questão da atuação bolsonarista, que está para além da própria figura de Jair Bolsonaro, mas que tem se corporificado nas muitas vozes que compõem seus aliados e seu eleitorado. Um discurso que se fundamenta como agente e que arregimenta, que incita e revivifica discursos assentados no autoritarismo, no fascismo, na segregação e na necropolítica, que nos assombra e nos acomete na atual gestão. Cada construção enunciativa preconiza uma atuação política articulada a esses movimentos políticos que celebram, no passado negro da humanidade, o seu mais degradante e bárbaro momento da história. Nesse sentido, versa Foucault (2008):

O primeiro motivo condena a análise histórica do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica; o outro a destina a ser interpretação ou escuta de um já-dito que seria, ao mesmo tempo, um não-dito. É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida (FOUCAULT, 2008, p. 28).

Logo, pode-se inferir que nessa vigência discursiva, os discursos que são retomados na esfera política estão inscritos em formações discursivas que reafirmam percursos e, assim, validam e acionam diretamente nessas enunciações aquilo que apregoam, da prática discursiva à prática efetiva. Esses espaços discursivo-políticos abrem caminho para uma análise pautada na historicidade, nos rastros e vestígios que esses atos enunciativos evocam, “que fazem aparecer vários passados, várias formas de encadeamento, várias hierarquias de importância, várias redes de determinações, várias ideologias, para uma única e mesma ciência, à medida que seu presente se modifica” (FOUCAULT, 2008, p. 5). É preciso transitar por esses diversos campos de constituição e validade, reconstituindo encadeamentos e estabelecendo, neles, uma sequência necessária para níveis possíveis de análise.

Nestes termos, busca-se explorar esse caráter interrelacional e apontar também como esses grupos são agenciados e arregimentados pelo discurso bolsonarista; pensar qual é o seu lugar de fala na sociedade brasileira, e quais são as características que afloram no processo de identificação, que os fazem sentir-se representados pela retórica bolsonarista. E, ainda mais, busca-se ponderar quais são as instâncias que subsidiam esses discursos, nesse sentido, é necessário construir o encadeamento dessa teia discursiva que revele, não linearmente, mas através de uma ótica relacional, como esses discursos se perpassam no tempo, “estabelecem regularidades, permitem individualizar formações discursivas” (MACHADO, 2021, p. 8),

consolidando, dando voz, corporificando e reestabelecendo o autoritarismo, como meio de manutenção de poder, de coerção e de repressão.

Assim, é preciso construir a tessitura discursiva bolsonarista, a partir, não apenas dos enunciados de Bolsonaro, mas também de seus correligionários, de sua família e de seus apoiadores. Perscrutar o limiar de funcionamento dessa máquina discursiva, e não somente, mas a própria atuação política de Bolsonaro frente à realidade pandêmica e aos problemas macroeconômicos que compõem o cenário político caótico do agora. E para se pensar em uma análise dessa conjuntura, segundo Foucault (2008, p.11), “[...] supõe-se que entre todos os acontecimentos de uma área espaço-temporal bem definida, entre todos os fenômenos cujo rastro foi encontrado, será possível estabelecer um sistema de relações homogêneas”, e só então, considerando uma

rede de causalidade permitindo derivar cada um deles relações de analogia mostrando como eles se simbolizam uns aos outros, ou como todos exprimem um único e mesmo núcleo central; supõe-se, por outro lado, que uma única e mesma forma de historicidade compreenda as estruturas econômicas, as estabilidades sociais, a inércia das mentalidades, os hábitos técnicos, os comportamentos políticos, e os submeta ao mesmo tipo de transformação; supõe-se, enfim, que a própria história possa ser articulada em grandes unidades – estágios ou fases – que detêm em si mesmas seu princípio de coesão (FOUCAULT, 2008, p. 11).

Nesse contexto, os discursos políticos se tecem pelo dialogismo, pelas evocações e pelos simbolismos que estabelecem entre si e, assim, passam a (re)constituir espaços comuns de atuação. Quanto à feitura da análise desses discursos,

esses recortes – quer se trate dos que admitimos ou dos que são contemporâneos dos discursos estudados – são sempre, eles próprios, categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são, por sua vez, fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros, que com eles mantêm, certamente, relações complexas, mas que não constituem seus caracteres intrínsecos, autóctones e universalmente reconhecíveis (FOUCAULT, 2008, p. 25).

Para tanto, é crucial e necessário analisar minuciosamente a figura política de Jair Messias Bolsonaro, seu lugar de fala, seus discursos autorizados, sua atuação e reverberação enunciativa. Bolsonaro, ao longo de sua carreira política, deixa claro que não tem medo de comprometer a sua reputação, ele flerta abertamente com regimes totalitaristas, discursos autoritários, com ícones do fascismo e não apenas, ele também recorre a atos simbólicos que presentificam ideais nazistas, os quais ficam mais evidentes ao longo de sua trajetória.

O termo "*rabble-rouser*" [sublevador da ralé], embora objetável, por causa de seu menosprezo pelas massas como tais, parece ser adequado, na medida em que consegue expressar a atmosfera de agressividade irracional e emotiva propositadamente promovida pelos nossos candidatos a Hitler (ADORNO, 1975, p. 408).

Todavia, situar na história da contemporaneidade de forma plena na figura de Jair Bolsonaro e do discurso bolsonarista – que arrebanha outras vozes, que aderem e reproduzem tais discursos – demanda considerar a genealogia dos seus discursos durante toda a sua carreira política e trabalhar aspectos de seu *ethos*, construído a partir da análise também psicológica, investigando tanto a sua postura, seus discursos, sua influência e os seus atos simbólicos. Isso requereria uma pesquisa muito extensiva e que transcende a uma pesquisa de mestrado, portanto, intima uma pesquisa de doutorado, que pretendo dar seguimento em minha carreira acadêmica.

O foco de análise deste trabalho remete a um recorte que vislumbra o discurso de Bolsonaro, a sua conduta enquanto líder do governo e a sua atuação política na vigência de seu mandato enquanto presidente. Eventualmente, para consolidar melhor seu exercício político, se fará retomadas de períodos anteriores, a fim de demonstrar a sua postura discordante entre a pré-campanha e o mandato enquanto como presidente do Brasil. Pretende-se analisar, nos níveis enunciativo-discursivo e na atuação política, os fenômenos de ruptura, as (des)continuidades discursivas, o feixe de relações com o preconceito, com a segregação e as suas investidas contra as comunidades minoritárias e suas formas de permanência.

Em seu percurso enunciativo, observa-se grande menosprezo pelo povo brasileiro, muito bem evidenciado em seus enunciados recheados de ironia, de escárnio, de preconceito, de deboche e de desprezo, ainda que o cargo que ocupa exija uma postura inversa, tendo em conta que ele é a autoridade que representa a nação brasileira, mas isso não se realiza nas suas atitudes e falas. Nas suas investidas explícitas contra a democracia, ele promove incitação à violência e o autoritarismo, os quais se refletem também entre seus adeptos como pode-se observar nas manifestações pró-Bolsonaro, em que fica evidenciado um projeto político pautado na demagogia, como “unidade última de seu propósito político: a abolição da democracia, através da mobilização de apoio popular” (ADORNO, 1975, p. 408)

Em abril de 2020, em uma manifestação em frente ao plenário, já na pandemia, correligionários de Bolsonaro bradavam pelo Ato Institucional nº 5 (AI 5). Durante a manifestação, Bolsonaro (sem máscara e incentivando o desacato ao uso preventivo contra o vírus) discursou afirmando que “não tinha a intenção de negociar nada”, requerendo como

essencial o sentimento de patriotismo por parte de todos os brasileiros, afirmou também que “o tempo da patifaria acabou” e conclamou que “todos no Brasil têm que entender que são submissos à vontade do povo brasileiro”, finalizando com o *slogan* de sua campanha: “O Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”.

O AI 5 é, reconhecidamente, o ato mais duro dos Atos Institucionais. Esses eram diplomas legais validados pelo poder executivo entre 1964 e 1969, no qual o Presidente da República poderia decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores – isto é, é o poder legitimamente pleno –, por Ato Complementar, em estado de sítio ou forma dele, só revogado pelo próprio presidente. A concentração de poder pelo presidente incidia diretamente no enfraquecimento do poder legislativo e do judiciário. Portanto, o AI 5 implica diretamente no término do regime democrático, haja vista não haver espaço para que os poderes executivo, legislativo e judiciário possam agir mutuamente. E essa é a razão pela qual, no governo de Bolsonaro, se engendra esse tipo de conclamação.

No dia em que foi decretado o AI 5 – em 13 de dezembro de 1968 –, o Congresso Nacional foi fechado por meio de decreto e reaberto somente em meados de 1969, para a escolha do presidente general Emílio Garrastazu Médici. Atualmente, nos conflitos que se seguem entre o poder executivo, ou seja, pelo governo de Bolsonaro, e os poderes legislativo e judiciário, a articulação desse tipo de manifestação parece muito pertinente ao governo de Bolsonaro, já que tais atos são suscitados através dos discursos inflamados contra o STF e contra qualquer legítimo poder que se oponha aos planos de Bolsonaro. Em seus discursos, o presidente xinga e denigre autoridades políticas legitimamente constituídas, buscando intimidar seus oponentes através do endosso popular.

Um exemplo recente disso: em entrevista no dia 09 de julho de 2021, o presidente Jair Bolsonaro ataca o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, pelo fato dele ser contra o voto impresso – uma exigência de Bolsonaro para as novas eleições –, e assim, chama-o de “imbecil” e “idiota”, colocando em xeque, caso não se cumpra sua vontade de eleições com votos impressos, a realização da eleição presidencial em 2022,³. O desrespeito às autoridades é uma atitude recorrente do mandatário, que se estende também às autoridades internacionais.

No dia 5 de maio de 2021, em uma declaração aberta, o presidente alegou que a pandemia de Coronavírus seria parte de uma “guerra biológica” chinesa e que “os militares

³ Fonte: Correio Brasiliense: *Bolsonaro chama Barroso de “idiota” e volta a colocar em dúvida realização de eleição*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4936567-bolsonaro-ataca-ministro-barroso-e-o-chama-de-idiota-e-imbecil.html>.

sabem disso”. Tais acusações promoveram grande repercussão na audiência da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado, com o chanceler Carlos França. A presidente da CRE, Kátia Abreu (PP-TO), reagiu às acusações infundadas de Bolsonaro temendo retaliação, já que, segundo ela, em 2020 o Brasil teve um *superavit* na balança comercial que superou U\$ 50 bilhões, graças à China, e sem a participação chinesa, o Brasil não superaria a marca de U\$ 18 bilhões.⁴

A imprensa é o alvo mais assíduo dos discursos ofensivos e injuriosos de Bolsonaro, o legado de ameaças, xingamentos e retaliação à imprensa é extenso. Em junho de 2021, ao ser questionado sobre as vacinas da Covaxin e sobre suposta corrupção nas negociações e superfaturamento da compra, Bolsonaro, em mais um ato de descontrole, exigiu que os repórteres não façam “perguntas idiotas”. Em insulto direto à jornalista Victória Abel, da Rádio CBN, afrontou-a dizendo que ela devia voltar à faculdade, depois para o ensino médio, em seguida ao jardim da infância e depois “nascer de novo”.⁵

Em outro episódio, Bolsonaro, em entrevista, mandou a repórter Laurene Santos, da TV Vanguarda calar a boca ao ser questionado por não usar máscara em suas comitivas e incentivar o mesmo comportamento a outros. Ele redarguiu que era alvo de “canalhas” do Brasil, aludindo à imprensa que o expõe. Ao ser interpelado pelo fato de chegar sem máscara, ele afirmou categoricamente: “eu chego como quiser, onde eu quiser, eu cuido da minha vida”, então, novamente, contesta a medida preventiva: “se você não quer usar máscara, não usa”. Além de atestar a eficácia da hidroxicloroquina e da ivermectina como tratamento preventivo do Covid-19 – sem qualquer base científica – informou que o uso desses medicamentos: “salvou a minha vida e mais duzentas pessoas do meu prédio”⁶. Grandes nomes da comunidade científica, nacional e internacional realizaram inúmeras pesquisas as quais confirmam a ineficácia desses medicamentos no tratamento de Covid-19.

O que se pode apreender do discurso de Bolsonaro é que, embora pareça aclamar o bem-estar do povo brasileiro ao discursar em favor de uma nova nação, de um novo Brasil, as suas atitudes destituem essa concepção na medida em que, simultaneamente, ele aparece sem máscara e incita o povo a não usá-la, desde o começo da pandemia. Em toda a sua atuação política, seja durante as entrevistas, seja nos atos públicos ou em seu canal no YouTube (com

⁴ Fonte: Agência Senado: *Fala de Bolsonaro sobre China causa polêmica em reunião da CRE com chanceler*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/06/fala-de-bolsonaro-sobre-china-causa-polemica-em-reuniao-da-cre-com-chanceler>.

⁵ Fonte: Portal G1: *Bolsonaro volta a insultar a imprensa ao ser questionado sobre vacinas*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2021/06/25/presidente-jair-bolsonaro-visita-sorocaba-sp.ghtml>.

⁶ Fonte: UOL: *Bolsonaro manda jornalista calar a boca e tira máscara após pergunta sobre a proteção*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qceQpB6onBA>.

lives todas as quintas-feiras), o mandatário sempre minimizou os riscos e também debochava dos índices de mortos ocasionado pela vírus.

A sua ativa e constante retaliação ao uso de máscara e ao isolamento social – desprezando os riscos e depreciando aqueles que se resguardavam com as medidas preventivas – refletiu diretamente no grande aumento de casos de contágio no Brasil em abril de 2020. Nesse mês, o Brasil superou o número de mortes na China, de modo a ser registrados 6.006 mortes e 87.187 casos confirmados⁷, após isso, o presidente atacava, veementemente, os estados que efetivaram os períodos de *lockdown* (restrição do comércio e de isolamento), visando reduzir o número de contágio e, portanto, de mortes. Em 2020, 11 estados brasileiros instituíram *lockdown*, acometendo a revolta e a indignação do presidente, que justificava o baixo risco em prol do quadro econômico, em detrimento do aumento de contágio e de milhares de vidas ceifadas.

Nesse sentido, em abril de 2020, durante um pronunciamento no Palácio da Alvorada, o presidente apelou aos seus apoiadores que convencessem seus familiares e conhecidos a renunciarem a política do *lockdown*, e embora houvesse registro de aumento de mortes, ele reiterou a importância de se considerar o quadro econômico do país⁸. Mais uma vez, evidenciava-se que a prioridade do governo de Bolsonaro se debruça apenas sobre o panorama econômico, desprezando, reincidentemente, as milhares de vidas perdidas durante a pandemia.

Em maio de 2020, durante a abertura oficial da Semana das Comunicações no Palácio do Planalto, Bolsonaro ameaçou editar um decreto contra as medidas de *lockdown* adotadas por governadores e prefeitos que tentavam conter a disseminação do vírus e retroceder os índices de morte por Covid-19, à essa altura, o índice já ultrapassava a margem de 400 mil mortes. Mais uma vez, Bolsonaro se pronunciou de forma a explicitar em seus discursos o autoritarismo, a barbárie e a intransigência em relação ao panorama caótico:

Nas ruas, já se começa a pedir, por parte do governo, que ele baixe um decreto e, se eu baixar um decreto, vai ser cumprido. Não será contestado por nenhum tribunal, porque ele será cumprido. E o que constaria no corpo desse decreto? Constariam os incisos do artigo 5º da nossa Constituição. O Congresso ao qual eu integrei, tenho certeza que estará ao nosso lado. O povo ao qual nós, Executivo e parlamentares, devemos lealdade absoluta, obviamente, estará ao nosso lado. Quem poderá contestar o artigo 5º da Constituição? O que está em

⁷ Fonte: Portal G1: *As secretarias estaduais de Saúde confirmam no país 87.187 casos do novo coronavírus (Sars-CoV-2), com 6.006 mortes*. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/30/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-30-de-abril.ghtml>

⁸ Fonte: Correio Braziliense: *Bolsonaro pede a apoiadores que se mobilizem contra lockdown*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/04/26/interna_politica.1260693/bolsonaro-pede-a-apoiadores-que-se-mobilizem-contra-lockdown.shtml.

jogo e alguns ainda ousam por decretos subalternos nos oprimir. O que nós queremos do artigo 5º de mais importante? Queremos a liberdade de curso. Queremos a liberdade para poder trabalhar. Queremos o nosso direito de ir e vir. Ninguém pode contestar isso. E se esse decreto eu baixar, repito, será cumprido juntamente com o nosso parlamento, juntamente com todo o poder de força que nós temos em cada um dos nossos 23 ministros.⁹

A intolerância, o preconceito, a falta de empatia e o descaso são marcas registradas do *ethos* de Bolsonaro. Essas características estão sempre muito manifestas em seus discursos e reverberam em seus apoiadores. Portanto, ao se falar em discurso bolsonarista, não se pode restringir apenas à fala do presidente visto que essa postura se reflete diretamente nos discursos e práticas de seus aliados. Tais discursos são acatados por eles e passam a ser, de alguma forma, a sua própria atuação ante o cenário desastroso da pandemia, não apenas se colocando em risco, mas também, colocando outros.

Os escândalos envolvendo o mascaramento na divulgação dos índices de contaminação e morte por Covid-19, inicialmente com dados divergentes da realidade, foram amplamente divulgados. A sonegação dos dados prejudicou não apenas o enfrentamento da doença, como também motivou a população a não se precaver devidamente, por credibilizar os discursos de Bolsonaro que afirmava no começo da pandemia que era apenas uma “gripezinha”. Em junho de 2020, os jornais denunciavam a negligência e a falta de uma política de enfrentamento séria relativa à pandemia e que ressoa um índice de 1.733 mortes no dia 08 de julho de 2021, com um total de 530.344 mortes¹⁰ registradas nessa pandemia. A média móvel mostra um índice acima de mil mortes em 169 dias. Uma reportagem produzida pela BBC, do dia 8 de junho de 2020, aponta que o Brasil era destaque no mundo por omitir os dados de mortes pelo vírus¹¹.

Em junho de 2020, o jornal britânico *The Guardian*, exibiu na matéria *Bolsonaro hides Brazil's coronavirus death toll and case totals*¹² (Bolsonaro esconde número de mortes e total de casos por coronavírus no Brasil) o fato do governo de Bolsonaro mascarar os dados sobre a pandemia, o que ia na contramão de todos os países, tanto na questão de transparência quanto nas políticas assertivas de combate e prevenção ao vírus. O fato de o governo se posicionar tão

⁹ Fonte: Estado de Minas: *Bolsonaro ameaça baixar decreto contra lockdown: 'Vai ser cumprido'*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/05/interna_politica,1263636/bolsonaro-ameaca-baixar-decreto-contra-lockdown-vai-ser-cumprido.shtml.

¹⁰ Fonte: Portal UOL: *Covid: Com 1.733 novas mortes, Brasil tem 2º dia com média abaixo de 1.500*. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/07/08/covid-19-coronavirus-casos-mortes-08-de-julho.htm>.

¹¹ Fonte: BBC: *Brasil é destaque no mundo por não divulgar dados de mortes por covid-1*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52967730>.

¹² Fonte: The Guardian: *Bolsonaro hides Brazil's coronavirus death toll and case totals* <https://www.theguardian.com/world/2020/jun/07/bolsonaro-strips-death-toll-and-case-totals-from-brazils-coronavirus-updates>.

negligentemente contra as medidas de prevenção tornou-se manchete no mundo. Essa atitude tão incoerente de Jair Bolsonaro com o cargo que ocupa não é aleatória, emana daí uma discursividade que subjaz e valida esse posicionamento.

Em seu ensaio *A morte é festa no Brasil de Bolsonaro*, Ab'Sáber¹³ (2021) faz uma leitura psicanalítica da atuação política de Bolsonaro e aponta que, conforme os pressupostos freudianos, um líder que ocupa o lugar do “ideal do eu” – um dos níveis do “superego” –, tem uma grande influência e hipnotismo sobre o grupo massivo que domina, assim, “com pouca mediação, o líder fala o próprio eu do seu fiel fascista”. Com isso, Tales Ab'Sáber traça uma comparativa interessante ao afirmar que se um líder que ocupa o poder e discursa em favor do extermínio de judeus, comparando-os a baratas e, portanto, não humanos, o grupo produzirá câmaras de gás para o extermínio dessas pessoas. E se o líder se posiciona contra a vacina e sugere – em uma calamidade pandêmica –, o uso de um remédio ineficaz, o grupo aderirá e passará a utilizar o medicamento, embora se caracterize um risco à própria vida.

Se esse mesmo líder se posiciona contra o uso de máscara em atos públicos de desacato, intimando o povo a não respeitar o afastamento social, promovendo, assim, a contaminação e propagação do vírus, mesmo que esse ato possa custar-lhes a vida, esse grupo assentirá fielmente, não apenas coibirá o uso de máscara como também favorecerão a atividade social, como sinal de apoio ao líder e rebeldia às propostas de prevenção contra a Covid-19, arriscando a própria vida e de seus familiares.

Existem formas psíquicas para o fascismo, disse Freud, que podem ser acionadas historicamente em certas circunstâncias, e isso aumenta imensamente o sentido do trabalho da civilização e da política em se comprometer com o sentido radical do trabalho humano contra a violência, em nossa própria formação como sujeitos. Bolsonaro, como grande fascista que é, necessita da morte e do extermínio do outro como contraponto e como ponto de fuga de sua política. Se não pode matar ativamente, como um dia disse que faria e como fez o ditador latino americano Pinochet que ele tanto admira, ele o faz por decisão de eximir o governo de responsabilidade, e de governo, diante de uma pandemia global mortal (AB'SÁBER, 2021, p.1).

Ratificando a fala de Ab'Sáber (2021), alguns fatos divulgados sobre Bolsonaro sinalizam muito de si, como as homenagens a grandes ditadores que mancharam a história com a sua crueldade assassina. Em fevereiro de 2019, durante a nomeação das novas autoridades da hidrelétrica em Itaipu – na fronteira com o Paraguai –, o Chefe do Executivo se desfez em

¹³ Tales Ab'Sáber é psicanalista e ensaísta, doutor em Psicologia Clínica pela USP e professor da Unifesp. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

elogios ao ditador Alfredo Stroessner¹⁴ – um ditador que carrega um legado de terror, pedofilia, tortura e assassinato –, em seu discurso o chefe do executivo apontou que a hidrelétrica só foi viável “porque do outro lado havia um homem com visão, um estadista que sabia perfeitamente que seu país, o Paraguai, só poderia continuar progredindo se tivesse energia”. “Então, aqui está minha homenagem ao nosso general Alfredo Stroessner”.¹⁵

As ressonâncias de seus discursos tornam-se, recorrentemente, assuntos internacionais. Em uma coletiva em Genebra, a alta-comissária da ONU Michelle Bachelet evidenciou: “Vimos um considerável aumento na violência policial em 2019, em meio a um discurso público que legitimiza execuções sumárias e a ausência de responsabilização [...] Nos últimos meses, vimos também uma redução do espaço cívico e democrático, marcado pelos ataques documentados, contra defensores dos direitos humanos, restrições ao trabalho da sociedade civil e ataques às instituições de educação”.¹⁶

Em setembro de 2019, em suas redes sociais, o mandatário reitera a má impressão que deixou em sua recepção ao ministro de Relações Exteriores do Chile, Teodoro Ribeira, em Brasília. Bolsonaro exaltou a ditadura militar do Chile, fez reverências ao general e ex-ditador Augusto Pinochet¹⁷ e, em retaliação às declarações de Bachelet sobre o Brasil, Bolsonaro atacou o pai da ex-presidente chilena e comissária da ONU, que foi torturado e morto pela ditadura. Em seu discurso, o presidente retrucou: “o Brasil perde espaço democrático, mas se esquece que seu país só não é uma Cuba graças aos que tiveram a coragem de dar um basta à esquerda em 1973, entre esses comunistas o seu pai, brigadeiro à época”.¹⁸

Da mesma forma, em uma declaração anterior, ele mencionou o pai do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, morto durante a ditadura militar. Em mais uma ofensiva, o mandatário dispara: “Se o presidente da OAB quiser saber como o pai desapareceu no período militar, eu conto para ele”. Essa provocativa se deu após o desfecho do processo judicial sobre a agressão que Jair Bolsonaro sofreu durante a sua campanha eleitoral, que considerou o autor da facada,

¹⁴ Alfredo Stroessner Matiauda militar, político e ditador que presidiu o Paraguai sob um governo autoritário de 1954 a 1989. Seu governo foi marcado por violações contra os direitos humanos, prisões, torturas, desaparecimento de pessoas e até abuso sexual infantil.

¹⁵ Fonte: El País: *Bolsonaro elogia ditador paraguaio Alfredo Stroessner em público*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/26/internacional/1551213499_127441.html.

¹⁶ Fonte do vídeo: G1: *Bolsonaro exalta ditadura de Pinochet no Chile e ataca pai de Michelle Bachelet*. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/estudio-i/video/bolsonaro-exalta-ditadura-de-pinochet-no-chile-e-ataca-pai-de-michelle-bachelet-7896867.ghtml>.

¹⁷ Augusto Pinochet, general do exército chileno e ditador de 1973 a 1990. Seu legado foi marcado por constantes ataques aos direitos humanos, torturas e mais de três mil pessoas assassinadas, além do roubo de milhões de dólares do seu país. Foi condenado por crime contra a humanidade e ficou dois anos presos na Inglaterra.

¹⁸ Fonte: VEJA: *Bolsonaro exalta ditadura de Pinochet no Chile e ataca pai de Bachelet*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-exalta-ditadura-de-pinochet-no-chile-e-ataca-pai-de-bachelet/>.

Adélio Bispo, como inimputável, ou seja, isento de pena dado a comprovação de sua doença mental, o que lhe rendeu a prisão no manicômio. O presidente também teceu severas críticas à OAB, desafiando a sua eficiência e a sua autoridade.¹⁹

O Chefe do Executivo, durante entrevista no Palácio da Alvorada, em 08 de agosto de 2019, homenageou Carlos Alberto Brilhante Ustra – reconhecido pela Justiça como torturador da ditadura militar –, como “herói nacional”. Ustra chefiou o DOI-CODI, a divisão de repressão e inteligência da ditadura, no período de 1970 a 1974. Em 2008, Ustra foi sentenciado pela prática de tortura e sequestro, as testemunhas ouvidas o acusaram de comandar pessoalmente as torturas. Foram constatados pelo menos 45 mortes e o desaparecimento de dezenas de pessoas. De acordo com o processo, comprovou-se, aproximadamente, 502 casos de torturas nos porões do local. Segundo as afirmações de Bolsonaro: “tive alguns contatos com o marido [Ustra] dela enquanto estava vivo. É um herói nacional que evitou que o Brasil caísse naquilo que a esquerda hoje em dia quer”.²⁰

Ainda em agosto, a esposa do presidente da França, Brigitte Macron, foi alvo das ofensivas de Bolsonaro, demonstrando claramente a sua descompostura e a sua falta de ética, ao insinuar em deboche que a comparação entre Brigitte e Michele Bolsonaro seria uma humilhação. Esse episódio aconteceu dias antes da reunião da cúpula do G7, quando Macron apresentou propostas de combate aos incêndios da Amazônia. Fato esse que era motivo de tensão para o presidente do Brasil, já que ele sempre deixou claro que a agenda ambiental era totalmente irrelevante, e que atrapalhava o agronegócio.

O Chefe do Executivo, ao longo de sua trajetória na presidência, evidenciou em seus discursos o total desprezo pela preocupação e pela responsabilidade pela vida de sua nação. Em abril de 2021, em uma entrevista, o presidente chamou de “idiotas” as pessoas que obedeciam às medidas de restrição para prevenção do vírus²¹. Há outro dizer que emana desses discursos bolsonaristas, intenções que se deixam como rastro nesses ditos, mas que não se revelam de todo, a não ser que se explore esses feixes de relações. Segundo Foucault (2008, p. 28), “o discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz”.

¹⁹ Fonte do vídeo: G1: *Bolsonaro: 'Se o presidente da OAB quiser saber como o pai desapareceu no período militar, eu conto para ele'*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/29/se-o-presidente-da-oab-quiser-saber-como-o-pai-desapareceu-no-periodo-militar-eu-conto-para-ele-diz-bolsonaro.ghtml>.

²⁰ Fonte: VEJA: *Bolsonaro afirma que torturador Brilhante Ustra é um “herói nacional”*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-torturador-brilhante-ustra-e-um-heroi-nacional/>.

²¹ Fonte do vídeo: UOL: *"Tem alguns idiotas que até hoje ficam em casa", diz Bolsonaro sobre isolamento social*, entrevista no dia 17 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3ohwVNWJPA>.

Nesse sentido, os atos enunciativos denunciam a explícita negligência não apenas de Bolsonaro, mas, agora em coro, das vozes de seus aliados, de sua família e os seus prosélitos, ou seja, de uma crescente parte do próprio povo. Para Foucault (2008, p. 30): “discursos políticos, [...] é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam”.

O panorama de políticas assertivas que prejudicam o povo brasileiro só vem piorando, desde 2019, com a reforma da Previdência, as medidas que poderiam ser sancionadas para ajudar a população têm o efeito ao contrário. Em março de 2020, o país assistiu à sanção presidencial com vetos contra a ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que beneficiaria diretamente os idosos e os deficientes em vulnerabilidade econômica, concedendo apenas o aumento do valor de um quarto para meio salário-mínimo, em um quadro pandêmico drástico.

Segundo o planalto, o veto se deu pela sugestão dos ministérios da Economia e da Cidadania, evitando, assim, um impacto de R\$ 20 bilhões nas contas públicas, o que iria ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Isso se torna mais grave se for colado em pauta que, no primeiro momento, os índices de mortes pelo Covid-19 se deram entre os idosos. E ainda assim, o presidente desestimulava o isolamento social, contrariando as determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e fomentando o quadro drástico de contaminação. Há questionamentos pertinentes que permeiam esse cenário: Por que o governo demonstra esse posicionamento omissivo em relação aos idosos? O que essa conduta presentifica no panorama político da atual realidade pandêmica?

Nesse mesmo período, em entrevista ao *Estadão*, o epidemiologista Júlio Croda – que integrava o Ministério da Saúde – afirmou ter participado de uma reunião fechada na qual ele e outras fontes confirmaram que Solange Vieira, assessora do ministro da Economia Paulo Guedes e titular da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), afirmou sem o menor constrangimento: “É bom que as mortes se concentrem entre os idosos... Isso melhorará nosso desempenho econômico”, ou seja, com a morte em massa de idosos, haveria um reflexo positivo ao reduzir o *déficit* previdenciário. A infame declaração foi divulgada no dia 28 de maio de 2020 pelo *O Estado de S. Paulo*, dia em que o Brasil completou mais de 23 mil mortes pelo coronavírus.²²

²² Fonte: Estadão: *Morte de idosos por covid-19 melhora contas da Previdência, teria dito chefe da Susep*. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/morte-de-idosos-por-covid-19-melhora-contas-da-previdencia-teria-dito-chefe-da-susep,70003317874>.

Em abril de 2021, outra ação do governo que prejudicou terrivelmente o povo brasileiro foi a redução do programa social Farmácia Popular, que oferecia medicamentos com valores de baixo custo contra doenças crônicas e beneficiavam grande parte da população que pertence à classe de baixa renda. Esse programa é ainda mais relevante por disponibilizar medicamentos que tratam das comorbidades da Covid-19, como asma, hipertensão, rinite, mal de Parkinson, glaucoma, osteoporose, dentre outros, com valores que poderiam chegar até 90% de desconto. O investimento do governo federal em 2020 foi o menor desde 2014. Considerar essa iniciativa, no momento em que a pandemia assola o país, é, no mínimo, vulnerabilizar a população ainda mais.²³

A contextualização do panorama histórico-político do governo Bolsonaro é crucial para analisarmos como se tece a teia discursiva bolsonarista, as suas redes semânticas e como as muitas vozes vão se articulando na consolidação desse movimento social e ideológico e de sua prática discursiva à prática efetiva.

1.2 Ciências Humanas e subjetividade

*É preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras
pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens;
é preciso expulsá-las da sombra onde reinam.
Michel Foucault, 1969*

Em toda a história política do Brasil, a educação nunca teve o lugar de prioridade como, efetivamente, deveria ter. Contudo, considerando o atual governo de Bolsonaro, seus contínuos ataques à ciência – principalmente o franco-ataque às Ciências Humanas e Sociais –, o quadro da educação piorou drasticamente, incorrendo, explicitamente, na tentativa de desestabilização do cenário educacional, no sucateamento das universidades com sucessivos cortes de suas verbas e cortes às agências de fomento à pesquisa, logo, nunca se fez tão necessário versar sobre a relevância dessas áreas para a formação de sujeito.

Segundo Hack (2014, p. 198):

O objeto das ciências humanas é o ser que se representa vivendo e que através das representações daí decorrentes pode representar-se a vida. Do mesmo modo, ele evidencia-se quando representa os meios de produção e a sociedade em que está inserido. E, além disso, outro lugar privilegiado para o seu

²³ Fonte: Folha de S. Paulo. *Na pandemia, governo reduz Farmácia Popular, que trata comorbidades da Covid* Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/na-pandemia-governo-reduz-farmacia-popular-que-trata-comorbidades-da-covid.shtml>.

aparecimento é diante da maneira como os indivíduos representam as palavras e o seu funcionamento e finalmente representam a própria linguagem.

Ainda segundo Hack (2014), as ciências humanas investigam esta extensão, dessa forma, se põe entre o que o homem é em sua positividade e o que concede “[...] a este mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida, em que consistem a essência do trabalho e suas leis, e de que modo ele pode falar” (FOUCAULT, 2000, p. 488). A vida, o trabalho e a linguagem conduzidos à analítica da finitude possibilitam ao indivíduo saber como ele, de certa maneira, constitui-se e permitem-lhe compreender esses elementos que o determinam.

[...] as ciências humanas não tratam a vida, o trabalho e a linguagem do homem na maior transparência em que se podem dar, mas naquela camada de condutas, de comportamentos, de atitudes, de gestos já feitos, de frases já pronunciadas ou escritas, em cujo interior eles foram dados antecipadamente, numa primeira vez, àqueles que agem, se conduzem, trocam, trabalham e falam (FOUCAULT, 2000, p. 365).

Pode-se afirmar que o trabalho, a vida e a linguagem são representações externas ao homem, e, dessa maneira, o sujeito se constitui e é constituído por eles, simultaneamente. Assim, “o homem é analisado na medida em que diante destas representações ele representa-se trabalhando, vivendo e falando” (HACK, 2014, p. 200), com isso, o sujeito passa a ser uma representação reduplicada, e efetivamente o signo mais vivaz da modernidade.

[...] o homem aparece com sua posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece: soberano submisso, espectador olhado, surge ele aí nesse lugar do rei que antecipadamente, lhe designavam Las meninas, mas donde, diante longo tempo, sua presença real foi excluída. (FOUCAULT, 2000, p. 323).

Portanto, conforme Hack (2014, p. 200), a constituição de um conjunto de saberes baseado no engendramento de um campo transcendental, que articulou “[...] a uma síntese objetiva a posteriori a historicidade inerente ao trabalho, à vida e à linguagem”, se debruça agora ao homem. É por meio desse novo horizonte que as Ciências Humanas desbravam e trilham seus novos caminhos possíveis, que suscitam no sujeito novas reflexões acerca de sua realidade.

Nesse sentido, como parte basilar que introduz o cenário de análise, a partir dos estudos foucaultianos, pretende-se abordar os instrumentos que subsidiam essa conjuntura política e que permitem uma reflexão sobre as motivações dessa gestão se opor tão veementemente aos

campos de estudo das Ciências Humanas e Sociais, às universidades, às agências de fomento e à pesquisa nessas áreas e em domínios correlatos.

Nesse precedente, é necessário pensar o cenário político atual, a partir de ações políticas que se voltam sobre esses instrumentos de saber e investigar por que há tantas formas de interdição, de exclusão, de coibição às áreas específicas de certos saberes, analisando quais são os objetivos de tantas investidas contra as áreas das Ciências Humanas. Isso propõe um espraiamento de todo um campo de questões, e, através da apreensão de certos rastros aparentemente inertes no discurso bolsonarista, oportuniza estabelecer uma cadeia de consequências, suscitando uma teia de conflitos latentes e reavendo “posições assinaláveis em um espaço comum” (FOUCAULT, 2008, p. 42).

Em abril de 2019, Abraham Weintraub, o então Ministro da Educação, em sua atuação centrada nas propostas do governo de Bolsonaro, se posicionou desfavoravelmente aos cursos das áreas de humanas e sociais, justificando que o ensino técnico é muito mais produtivo, já que valoriza a mão de obra, o que é bem pertinente, já que ao governo vigente interessa uma formação baseada no tecnicismo, sem senso crítico, visando, assim, a manipulação em massa e o assujeitamento dos cidadãos.

Em suas redes sociais, em abril de 2019, Bolsonaro afirmou que o governo “descentralizaria” os recursos das áreas humanas, como filosofia e sociologia, nas universidades. O objetivo seria, segundo Bolsonaro, “focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte”. O presidente também reiterou que esse plano estava afinado com o ministro Weintraub, e, corroborando ao ataque às Ciências Humanas, categorizou que “a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”.²⁴

Endossando o discurso de Bolsonaro, o então Ministro da Educação, em entrevista ao *Estadão de S. Paulo*, já havia tecido duras críticas ao investimento às áreas humanas: “Precisamos escolher melhor nossas prioridades porque nossos recursos são escassos. Não sou contra estudar filosofia [...] mas imagina uma família de agricultores que o filho entrou na faculdade e, quatro anos depois, volta com título de antropólogo?”²⁵. Dessa forma, o governo sempre engendrou não apenas políticas excludentes às Ciências Humanas, mas retaliações,

²⁴ Fonte: Estadão: *Bolsonaro diz que MEC estuda tirar dinheiro de áreas de humanas*. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-renata-cafardo/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-tirar-dinheiro-de-areas-de-humanas/>.

²⁵ Fonte: VEJA SP: *Bolsonaro diz que MEC estuda tirar dinheiro de áreas de humanas*. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/bolsonaro-mec-humanas/>.

cortes de bolsas de pesquisa e sucessão de cortes nas verbas repassadas às universidades. Weintraub reitera que “é preciso combater o marxismo cultural nas universidades”.

Nesse segmento, em meados de abril de 2019, houve um grande corte nas verbas a serem repassadas às universidades. Mais uma vez, como porta-voz do governo e ministro da Educação, Weintraub afirmou, categoricamente, que o corte considerava o desempenho acadêmico aquém do esperado ou a promoção de “bagunça, evento ridículo”, relacionando eventos de “balbúrdia” nos campus das universidades.²⁶

Em abril de 2020, o governo de Jair Bolsonaro excluiu cursos de humanas do edital de bolsas de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – instituição federal que oferece bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e financia projetos de pesquisa. O edital foi anunciado em 23 de abril e, segundo a diretora do órgão de fomento à pesquisa, o edital atendeu a uma portaria que priorizou as áreas tecnológicas às demais áreas humanas e de ciências básicas. Isso gerou grande repercussão e protestos no meio acadêmico, o que fez o governo recuar um passo atrás, contudo, não reestabeleceu de todo, apenas realocou as ciências humanas como subsidiária às áreas tecnológicas.²⁷

Na obra *As palavras e as Coisas*, Foucault reconfigura o papel das Ciências Humanas e do seu objeto de estudo, dessa forma, o homem passa a ser o objeto central a ser estudado e revelado por essas ciências, não do ponto de vista das representações – o que veremos em seguida –, mas da ótica da integralidade, de uma visão ontológica, recorrendo à Kant e à sua filosofia transcendental, na qual o sujeito passa a existir no espaço dessas representações. Nesse sentido, o filósofo estende um olhar para os saberes de sua época e sua evolução, a partir de uma dimensão arqueológica. Logo, faz-se necessário explanar o método arqueológico, que consiste em um método pautado na ordem do pensamento, assim, estabelece-se em camadas que se sucedem e se justapõem.

Outra característica dessas camadas é o fato de não serem fixas, assim, elas estão intimamente atreladas a cada leitura, baseando-se na seguinte concepção foucaultiana:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos

²⁶ Fonte: Estadão: *MEC cortará verba de universidade por “balbúrdia” e já enquadra UnB, UFF e UFBA*. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>

²⁷ Fonte: Folha SP: *Governo Bolsonaro exclui humanas de edital de bolsas de iniciação científica*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/governo-bolsonaro-exclui-humanas-de-edital-de-bolsas-de-iniciacao-cientifica.shtml>.

discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento* (FOUCAULT, 2008, p. 159).

Dessa maneira, o filósofo tem como foco da análise arqueológica o discurso enquanto prática, articulados a interesses prévios, logo, ela pretende resgatar os elementos essenciais que constituem esse discurso, os aspectos evocativos que subjazem nessa construção possível. Nestes termos, o autor disserta também sobre a ideia de que a arqueologia não busca encontrar uma “transição contínua e insensível que liga, em declive suave, os discursos ao que os precede, envolve ou segue...”, ele aponta que ela se debruça em definir os discursos em sua especificidade, expondo como o jogo das regras se dispõem nesses discursos, e, então, “seguilos ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los”.

Finalmente, a arqueologia... não tenta repetir o que foi dito, reencontrando-o em sua própria identidade. Não pretende se apagar na modéstia ambígua de uma leitura que deixaria voltar, em sua pureza, a luz longínqua, precária, quase extinta da origem. Não é nada além e nada diferente de uma reescrita: isto é, na forma mantida da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto (FOUCAULT, 2008, p. 159-160).

Mediante isso, Michel Foucault apregoa que os atos e limiares epistemológicos e também o espaço que separa os níveis empírico e transcendental nos estudos das Ciências Humanas – como na psicologia, na sociologia, na análise de literatura etc. –, propiciam o surgimento da *representação*, que vem a ser um “fenômeno de ordem empírica que se produz no homem” (FOUCAULT, 2000, p. 503), ou seja, essa representação concerne a um produto da consciência do homem – podendo operar de modo consciente ou inconsciente –, porém, diferente do próprio homem, mas que não relega seu aspecto intrínseco com as coisas assentadas em um outro nível.

Essas representações podem ser “verdadeiras ou falsas, claras ou obscuras, perfeitamente conscientes ou embrenhadas na profundidade de alguma sonolência, observáveis direta ou indiretamente, oferecidas naquilo que o próprio homem enuncia ou detectáveis somente do exterior;” (FOUCAULT, 2000, p. 486), reitera-se que a representação não é a consciência do homem, já ela também pode transcorrer de modo inconsciente. O filósofo aborda essa questão ao instaurar a sua inovadora tendência epistemológica de analisar as Ciências Humanas a partir do interior dessas próprias ciências, em contradição à reflexão epistemológica

que regia tais investigações, haja vista os estudos que se davam nesse campo de estudo investigavam “de fora” dessa área.

Para Foucault, a ideia de uma investigação epistemológica pautada nos termos exclusivos de objetividade do conhecimento é insuficiente, logo, ele inaugura uma linha de análise que anatomiza o modo de ser dos saberes, “seu enraizamento nessas condições de possibilidade que lhes dá, na história, a um tempo, seu objeto e sua forma” (FOUCAULT, 2000, p. 479). Nestes termos, surge a concepção de arqueologia em Foucault como imprescindível para se considerar os níveis possíveis de análises, seus campos de constituição e validade e seus percursos epistemológicos, portanto, trata-se, antes de tudo, de reconstituir encadeamentos.

Ele também aborda as superfícies de projeção das ciências empíricas, ou seja, ciências que tratam da Vida, do Trabalho e da Linguagem, e destaca três regiões epistemológicas: a psicológica, a sociológica e a da linguagem. No tocante à região psicológica, ela se volta ao ser vivo e à premissa da representação; a região sociológica atua diretamente na representação que os indivíduos exercem enquanto sociedade, isto é, a forma com a qual o indivíduo representa o *modus operandi* da sociedade, suas categorias, regras etc.; no que se refere à linguagem, seu lugar de representação se dá na “análise dos vestígios verbais que uma cultura ou um indivíduo podem deixar de si mesmos” (FOUCAULT, 2000, p. 492).

Assim, ele concebe, distintamente, três modos de objetivação que “transformam os seres humanos em sujeitos”, o primeiro remete à área do saber, nas diversas análises dos discursos na esfera das ciências humanas, nas quais o homem, como ser vivo, como sujeito atuante, transforma-se em objeto do saber; o segundo modo reporta à área do poder, nesse sentido, o filósofo investigou o modo como as estruturas do poder moderno transfiguram o homem em um sujeito uno, individual, concomitantemente, em um objeto (e efeito) de poder (e efeito) de saber. E por fim, o terceiro modo alude à ética e visa explorar as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos.

Em suas acepções, Foucault (1995, p. 241), afirma que “o objetivo principal hoje não é o de descobrir, mas o de recusar, aquilo que somos. [...] Deveríamos promover novas formas de subjetividade não aceitando o tipo de individualidade que nos foi imposto”. Dessa forma, evidencia-se, conforme o autor, que o objeto das ciências humanas é, na verdade, uma reduplicação ao nível da representação do homem como objeto das ciências empíricas. Com isso, Foucault assevera que, a partir do triedro dos saberes, a posição epistemológica das ciências humanas como uma “hipoepistemologia”, contudo, relega o viés pejorativo, pois isso não alude a uma condição de inferioridade relativa às ciências empíricas, e essa reduplicação é considerada como o nível arqueológico. O filósofo não visava avaliar a correção dos modelos

de conhecimento, ou ainda, tipificar as realidades que os sujeitos forjaram para si, seu intento provinha da necessidade de “descer ao estudo das práticas concretas pelas quais o sujeito é constituído na imanência de um campo de conhecimento” (FOUCAULT, 2004g, p.237).

Foucault (2000) aponta que as ciências humanas atuam por meio de empréstimo de três moldes constituintes das ciências empíricas, no que se refere à superfície de projeção dos saberes, assim, esses moldes se estabelecem como pares constituintes: i) da biologia empresta-se função / norma; ii) da economia, conflito / regra; iii) da filologia, toma-se as categorias significação / sistema. No desdobramento de suas pesquisas, o autor indica as mudanças que incorreram nas ciências humanas, no enfoque da representação, de modo que a esfera do inconsciente dos sujeitos passou a ser cada vez mais preponderante.

As universidades hoje, mais do que alicerçadas no tripé ensino, pesquisa e extensão, também têm como sustentáculo a permanência. E esse pilar nunca foi tão desafiado quanto neste governo, haja vista os ataques frequentes, as represálias e os cortes serem contínuos, objetivando vulnerabilizar cada vez mais a expansão do conhecimento e potencializar o enfraquecimento dos Programas de Pós-graduação, principalmente nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, as quais promovem a ampla reflexão, a criticidade, o ato de luta por direitos fundamentais, os debates e as contestações, pela força e pela potência consolidados nesses espaços. Essas ações afirmativas governamentais são assentadas em uma gestão pautada na opressão e na vileza, no momento de maior fragilidade que o país já atravessou.

O que se percebe, ao longo do tempo, é que esses ataques à ciência, às áreas de Ciências Humanas e Sociais, esses cortes nos fomentos à pesquisa, essa redução no repasse às universidades não é um ato isolado, mas um projeto político. Um projeto político que visa a vulnerabilização, a desestruturação e o desmantelamento dessas instituições, pois elas promovem o conhecimento necessário para romper com certos paradigmas e com certas concepções engessadas. Contudo, ainda que esse projeto seja arquitetado pela atual gestão, não se pode minimizar a atuação de uma parcela da sociedade que endossa esses discursos, que celebra essa atuação política fascista.

Em outubro de 2021, o presidente Bolsonaro sanciona lei que subtrai mais de R\$ 600 milhões de verbas para ciência e pesquisa. A lei foi aprovada pelo Congresso havia remanejado de R\$ 655 milhões do orçamento previstos para o financiamento de pesquisa e projetos científicos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Contudo, conforme pedido do Ministério da Economia, o Congresso alterou a destinação do recurso. Segundo o ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, ele foi “pego de surpresa”

e reclamou que o remanejamento foi “falta de consideração” e que cobraria correção urgentemente.²⁸

O FNDCT, que receberia a maior parte do orçamento, é a principal fonte de recurso para fomento à pesquisa no país e para as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ao fim da versão final do texto, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações foi contemplado com apenas R\$ 89,8 milhões, assim, R\$ 82,577 milhões foram destinados à política nuclear, à produção e ao fornecimento de radiofármacos – insumos usados no tratamento de câncer e que tiveram a produção interrompida no país por falta de verba.

Em 2021, houve um corte de 18,16% no orçamento discricionário de todas as 69 universidades federais do Brasil, segundo dados anunciados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em maio de 2021, as universidades foram muito prejudicadas, principalmente em se tratando de um período pandêmico. O repasse de 2021 corresponde um valor 37% a menos, comparado com o ano de 2010 (corrigido pela inflação), com um montante de R\$ 7,1 bilhões em 2010, R\$ 5,5 bilhões em 2020 e R\$ 4,5 bilhões em 2022²⁹, ou seja, as incursões que se fazem sobre as verbas destinadas às universidades vêm diminuindo drasticamente, e a partir de 2019, o corte acumulado já soma 25% do orçamento das instituições³⁰.

Um levantamento feito pela CNN, baseado em dados do painel da Andifes, mostrou que 88% das universidades tiveram prejuízos milionários após mais um corte de 7,2% no orçamento feito pelo governo, o que corresponde a aproximadamente R\$ 1,6 bilhão. Um dos resultados disso foi o fato de a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) anunciar o fechamento de 12 Programas de Pós-Graduação (PPG), anunciado em julho de 2022. A decisão se deu em razão da crise, conforme nota divulgada pela universidade. Dentre os cursos fechados: Ciências Sociais, História, Linguística Aplicada, Psicologia, Comunicação, Economia, Enfermagem entre outros.³¹

²⁸ Fonte: G1: *Bolsonaro sanciona lei que retira mais de R\$ 600 milhões de verbas para ciência e pesquisa*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/15/bolsonaro-sanciona-lei-que-retira-mais-de-r-600-milhoes-de-verbas-para-ciencia-e-pesquisa.ghtml>.

²⁹ Fonte: G1: *Cortes no orçamento de universidades federais poderão afetar mais de 70 mil pesquisas*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/31/cortes-no-orcamento-de-universidades-federais-podera-impactar-em-mais-de-70-mil-pesquisas-relacionadas-a-pandemia.ghtml>.

³⁰ Fonte: CNN Brasil: *Com corte no orçamento, 88% das universidades federais têm prejuízos, diz Andifes*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-corte-no-orcamento-88-das-universidades-federais-tem-prejuizos-diz-andifes/>.

³¹ Fonte: G1 RS: *Universidade do RS fecha 12 programas de pós-graduação*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/07/22/universidade-do-rs-fecha-12-programas-de-pos-graduacao.ghtml>.

Logo, o panorama caótico se estende a todas as esferas da sociedade brasileira, mas ainda assim, encontra abrigo em comunidades que se sentem representadas por esses discursos, e esse espaço de aderência, de assentimento, e, por que não, de contradição, é o alvo de análise desta pesquisa. Leva-se em conta não apenas a sua estruturação discursiva, mas também a de sua permanência e transigência na sociedade brasileira pós-pandêmica.

A arqueologia foucaultiana é o método para desvelar como o homem constitui a sua própria existência. Esse princípio de análise do interior das Ciências Humanas segue o princípio de análise dos principais pares das Ciências Humanas, ou seja, a função e a forma, o conflito e a regra e a significação e o sistema, neste contexto, o autor distingue os elementos empíricos dos elementos transcendentais, é a partir da interação das duas concepções, simultaneamente, que ele consegue atribuir as singularidades no âmbito das Ciências Humanas. E é no espaço dessa interação que o objetivo da análise arqueológica se realiza, efetivamente.³²

A partir dessas proposições na obra *Arqueologia do Saber*, os postulados foucaultianos estabelecem como objeto central o discurso real, enunciado e presentificado como materialidade, nesse sentido, os elementos de destaque para análise passam a ser o discurso, o enunciado e o saber, logo, o autor em termos de método, enceta a história como um instrumento elementar:

[...] em nossos dias, a história é o que transforma documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos, das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; que poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento [...] (FOUCAULT, 2008, p. 8).

A partir de então, para Foucault,

tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único: que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições (FOUCAULT, 2008, p. 6).

³² Para melhor compreensão sobre a interação e dos pares de conceitos das ciências empíricas e a filosofia, ver: MACHADO, 1982, p. 145-148.

Considerar esses conceitos na atualidade, na esfera política e para que sejam analisados certos posicionamentos bolsonaristas, é imprescindível trazer à luz os postulados foucaultianos em que transitam conceitos fundamentais sobre a relevância das Ciências Humanas na formação do sujeito crítico, tais como, poder, verdade, autoritarismo e a própria historicidade, corroborando não apenas na compreensão dessa conjuntura, mas, principalmente, nas razões que sustentam os conflitos ideológicos provenientes dessa relação de antagonismo.

Para tanto, insta acionar a noção de modos de subjetivação proposto por Foucault. Na entrevista “Sujeito e poder”, o autor enfatiza:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. (FOUCAULT, 1995, p. 231)

Conforme mencionado no tópico anterior, Michel Foucault se dedica a uma investigação histórica da forma de existir do sujeito, e, para isso, ele recorre aos gregos e às suas práticas de “cuidado de si”, como também, percorre a sociedade disciplinar descrevendo e analisando, com ênfase na emergência histórica do Estado e de suas intervenções biopolíticas sobre o corpo do indivíduo e da população. O objetivo desse empreendimento visava a compreensão de como os modos de subjetivação são construídos e propagados.

Nestes termos, para a análise dos modos de subjetivação, o autor se volta, inicialmente, aos estoicos. De acordo com Mansano (2009, p. 113):

Ele encontra, nos gregos, uma forma de vida a partir da qual o sujeito, por meio do denominado “cuidado de si”, não o toma como uma regra rígida a ser seguida por todos como conduta geral, institucionalizada ou imposta. Ao contrário, o cuidado de si configurava-se como uma forma de viver facultativa que era acolhida espontaneamente por aqueles que assim o desejasse.

Assim sendo, isso se tornava uma prerrogativa estendida a uma pequena parcela da sociedade, que optava por uma vida nesses parâmetros do “belo”, nessa escolha estética e dessa forma, eles não só tinham interesse, mas também disponibilidade para ocupar os cargos públicos. Nesse contexto, apenas àqueles que dispunham de condições de cuidar de si, e tomavam essa prática como estilo de vida, poderiam também cuidar dos outros, governando.

Foucault (1995) afirma que, durante a Antiguidade, a elaboração do si e as austeridades que implicavam essa forma de viver não eram impostas aos indivíduos, nem pela lei civil nem pela religião, mas era uma escolha do próprio indivíduo, ou seja, eles escolhiam cuidar de si ou

não, viviam “[...] de modo a conferir a suas vidas certos valores (reproduzir exemplos, deixar uma alta reputação para a prosperidade, dar o máximo possível de brilhantismo às suas vidas). Era uma questão de fazer da vida um objeto para uma espécie de saber, uma técnica, uma arte” (FOUCAULT, 1995, p. 270). Segundo Mansano (2009, p. 113):

[...] aquele que optasse por construir uma vida bela, por meio do cuidado de si, tinha também por objetivo um exercício político, ou seja, estava disposto a transformar seus hábitos e valores com o intuito de governar a cidade. Quem escolhesse esse caminho, precisava desenvolver a habilidade para suportar tanto os períodos de maior riqueza quanto aqueles de maior privação e dificuldade, sem que qualquer uma dessas duas situações extremas pudesse provocar abalos significativos na maneira de governar.

Foucault, em seu texto *O Cuidado de Si* na obra *História da Sexualidade III* (2005), aborda:

[...] uma arte da existência que gravita em torno da questão de si mesmo, de sua própria dependência e independência, de sua forma universal e do vínculo que se pode e deve estabelecer com os outros, dos procedimentos pelos quais se exerce seu controle sobre si próprio e da maneira pela qual se pode estabelecer a plena soberania sobre si. (FOUCAULT, 2005, p. 234)

Dessa maneira, intui-se que a escolha estética e política, pela qual se escolhe uma específica forma de existência, é concebida pelo filósofo como um modo de subjetivação possível, assim, “Os modos de subjetivação podem tomar as mais diferentes configurações, sendo que estas cooperam para produzir formas de vida e formas de organização social distintas e, cabe insistir, mutantes” (MANSANO, 2009, p. 113). Mas cabe a esta pesquisa explorar como os modos de subjetivação são transformados, e, nessa linha investigativa, Foucault enfatiza a emergência de uma ruptura histórica.

De acordo com suas incursões pelo estoicismo, o autor observou que, em determinado momento, quando uma forma estabelecida de existência se afirmava, institui-se certo tipo obrigatoriedade à essa condição, e, desse modo, consoante a Mansano (2009, p. 114), emerge aí um discurso que atrela o cuidado de si como requisito obrigatório que induziu “uma mudança decisiva ao modo de subjetivação anteriormente descrito”.

Assim, o estoicismo passa a utilizar o cuidado de si como uma espécie de combate às fraquezas do “eu”, as quais se tornam fortemente associadas ao prazer e ao mal. Com isso, segundo Foucault, o próprio estoicismo acabou fornecendo condições para que fossem dados os primeiros passos em direção

ao ascetismo cristão, baseado nos julgamentos morais, nas penitências e nas purificações (MANSANO, 2009, p. 114).

Pode-se afirmar que esse fato constituiu as possibilidades para a produção de um modo de subjetivação distinto, conforme aponta Foucault (2006). Nesse segmento, Foucault afirma que, no transcorrer da história, os modos de subjetivação são afetados e transformados, nesse sentido, interessava ao autor entender a problemática da produção do sujeito na atualidade, e, para isso, ele introduz uma análise das lutas políticas que atravessam esses modos de subjetivação e de constituição de sujeito.

[...] contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Tais reflexões suscitam outros questionamentos que são caros a esta pesquisa, e que no decorrer das análises serão explorados, tais como: quais práticas discursivas predispostas no seio do movimento bolsonarista que instituem novos modos de subjetivação na atual conjuntura sociopolítica brasileira? E quais são esses novos modos de subjetivação? Para Foucault, para analisar os modos de subjetivação, é preciso centrar-se em uma dimensão histórica, pois ela atravessa, afeta e transforma, em uma perspectiva que relega qualquer pretensão de universalidade. Diante disso, intui-se investigar esses elementos no período da gestão do presidente Jair Bolsonaro.

1.3 A constituição de sujeito a partir das relações de poder

No curso de sua história, o homem não cessou de se construir a si mesmo, ou seja, de trasladar continuamente o nível de sua subjetividade, de se constituir numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes que nunca alcançam um final nem nos colocam na presença de algo que pudesse ser o homem.
Michel Foucault, 1966

Segundo as concepções foucaultianas, assim como os discursos, os sujeitos também se constituem a partir das relações de poder; a formação dos sujeitos é um produto das relações de poder que se realizam em instâncias diferentes, as quais produzem discursos atuantes – como também *interdições* – que incidem diretamente na formação dos sujeitos na sociedade. Contudo, essa constituição de discursos e poderes está carregada de polos e micropoderes, culminando em outros produtores discursivos.

É a partir dele que é sintetizada a historicidade dos conteúdos empíricos que se remete ao conjunto das experiências humanas. Estas experiências produzem um saber que provém do próprio homem e a ele é direcionado. A potência do trabalho, a força da vida e o poder de falar são formas concretas da existência e objetos do saber empírico. O homem encontra-se aí enredado por si mesmo, imerso em uma forma antropológica do saber (HACK, 2014, p. 200).

Para Foucault, os discursos são “um conjunto de enunciados materialmente existentes”, e eles se materializam nas práticas sociais dos sujeitos. Tendo em vista esse caráter de *acontecimento histórico*, presentifica-se a necessidade de se abordar o processo de constituição de sujeito, a partir do contexto não apenas social, mas também político, econômico, cultural e, sobretudo, pelo fato desse sujeito ser atravessado pelas relações de poder que permeiam a sociedade. Assim sendo, enfatiza-se a emergência de se ponderar como o discurso político do presidente Jair Bolsonaro intervém/possibilita a constituição dos sujeitos, ao mesmo tempo que reflete diretamente nas práticas sociais desses sujeitos – o cidadão brasileiro.

A questão da formação de sujeito se tornou um dilema bem presente da sociedade contemporânea. Alguns elementos têm uma forte atuação sobre a formação de sujeito, há elementos inseridos na realidade desse sujeito que moldam a sua forma de concepção de mundo e de si mesmo, pode-se considerar como alguns desses elementos a formação educacional que incidirá diretamente sobre esse indivíduo, a conjuntura sociopolítica a qual pertence, a cultura e a influência da tv e das redes sociais, que hoje se constituem um parâmetro relevante, haja vista o cidadão brasileiro seja muito susceptível a essas formas e comunicação e à interação social – tema que será melhor abordado em tópico posterior. Sobre a constituição de sujeito, pronuncia-se o filósofo:

[...] o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. (FOUCAULT, 1995, p. 231)

No cenário político atual, observa-se um franco ataque à educação por parte do governo – em toda a sua extensão de ação –, e isso incide diretamente na formação de sujeito, já que esse é o lugar em que formas de subjetivação que se instauram, e, assim, a educação tem se tornado mais do que uma questão social, sendo, efetivamente, uma questão política.

Há debates que se estabelecem em torno de uma crise de paradigmas nas sociedades modernas – sobretudo pelo prisma político –, salientando o movimento de descentramento do

sujeito humanista³³ enquanto alicerce das práticas sociais. Logo, torna-se primordial discutir a noção de sujeito, como elemento basilar para se pensar as transformações que vêm acontecendo em nosso país; é preciso considerar não apenas a constituição de sujeito, mas os mecanismos discursivos reguladores do movimento bolsonarista que têm propiciado formações discursivas que engendram e validam, na sociedade democrática brasileira, discursos autoritários, fascistas, sexistas, xenofóbicos, racistas e homofóbicos e, que além de tudo, promovem a violência, a desigualdade e a intolerância, ao mesmo passo que se projetam como discursos sob o pilar cristão, tendo como referência a construção do ideário do “cidadão de bem”.

Como duas faces da mesma moeda, por um lado, o sujeito é constituído a partir de imposições externas, ou seja, pode-se considerar o sujeito como um produto das relações de saber e de poder. Por outro lado, ele é constituído também pelas relações intersubjetivas nas quais se manifesta a liberdade e a possibilidade da criação de si mesmo como um sujeito livre, crítico e autônomo. Contudo, argumenta-se em favor de um empobrecimento do sujeito, no sentido da destituição da possibilidade de ter experiências formativas, tema esse que já foi explorado por estudiosos como Adorno, Agamben, Horkheimer, dentre outros. Nestes termos, a atuação política tem um fator relevante, já que, estruturalmente, é responsável pela educação desse sujeito em formação, e, com isso, os processos que serão articulados politicamente no campo educacional agem diretamente nessa constituição de sujeito.

Os autores supracitados teceram severas críticas ao avanço de uma racionalidade instrumental que não visa à formação ontológica do ser, mas uma formação utilitária dos sujeitos. Na atual gestão governamental, corroborando com essa concepção, Bolsonaro afirma (postagem em seu Twitter, em abril de 2019): “A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”³⁴. Nesse sentido, os postulados de Foucault colocam em evidência os discursos em que o próprio sujeito é posto como objeto do saber possível; esse é o empreendimento ao qual se lança o olhar foucaultiano sobre a constituição do sujeito, pensando em compreender quais são “os processos de subjetivação e de objetivação que fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento” (FOUCAULT, 2004d, p. 236).

³³ Ver os estudos de HALL (2004) e SILVA (2010a).

³⁴ Fonte: O Globo: *Bolsonaro defende cortes em cursos de Humanas e diz que dinheiro do contribuinte deve ir para 'leitura, escrita e fazer conta'*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-defende-cortes-em-cursos-de-humanas-diz-que-dinheiro-do-contribuinte-deve-ir-para-leitura-escrita-fazer-conta-23623980>.

Foucault discorre, em suas obras, sobre os diversos modos de governo histórico da civilização ocidental, por meio da concepção de artes de governar – já apresentando posteriormente –, desse modo, o autor singulariza uma série de discursos, de práticas, de dispositivos e de outros mecanismos de poder articulados por um ordenamento que distingue absolutamente uma época histórica de outra. O filósofo considera que tais instrumentos auxiliaram-no na análise das rupturas atreladas à noção de descontinuidade da história, necessárias e presentificadas, ao interditar uma descrição global e unitária desse fenômeno. Por arte de governar, grosso modo, concebe-se o conjunto de saberes e práticas aliados a uma racionalidade que direciona os indivíduos de um determinado modo. Nestes termos, ele afirma: “A racionalidade política se desenvolveu e se impôs ao longo da história das sociedades ocidentais. Inicialmente, ela se enraizou na ideia do poder pastoral, depois, na razão de Estado. A individualização e a totalização são seus efeitos inevitáveis” (FOUCAULT, 2006b, p. 385).

É assim que Michel Foucault finaliza seu curso em outubro de 1979, em Stanford, apontando o processo de governo no qual o exercício do poder, cada vez mais, individualiza os sujeitos à medida que os incorpora na sociedade como um todo. E, dessa maneira, o autor assinala como o processo de individualização expande-se do poder pastoral ao liberalismo. Na atualidade histórica do Brasil, observa-se esse movimento em franca ascensão, ou seja, o governo, sob a gestão de Jair Bolsonaro, está coligado a expoentes do poder pastoral, conciliando objetivos eleitoreiros. Após um escândalo envolvendo atuação indevida de pastores no governo, Bolsonaro decidiu participar do maior encontro de pastores do país, na cidade de Cuiabá, em abril de 2022, com intuito de fortalecer apoio para as eleições³⁵.

As empreitadas de Bolsonaro, no sentido de arregimentar apoio entre a ala evangélica, é uma característica sempre presente nas suas práticas discursivas, para tanto, seus discursos (embora em tom beligerante) evocam “valores e princípios cristãos”, o que, por si só, já constitui uma contradição, haja vista os valores e princípios cristãos sejam pautados na fraternidade e empatia, enquanto, nos discursos de Bolsonaro, orbitem elementos de discurso de ódio, discriminação, xenofobia, sexismo, entre outros. Em defesa de Bolsonaro, líderes evangélicos se posicionam nas redes sociais, promovendo ainda mais a animosidade e o antagonismo político³⁶. E quais as ressonâncias desses modos de subjetivação para o povo

³⁵ Fonte: CNN Brasil: *Bolsonaro decide ir a maior encontro de pastores evangélicos para fortalecer apoio político*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-decide-ir-a-maior-encontro-de-pastores-evangelicos-para-fortalecer-apoio-politico/>.

³⁶ Fonte: Veja: *Líderes evangélicos saem em defesa de Bolsonaro após prisão de pastores*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/lideres-evangelicos-saem-em-defesa-de-bolsonaro-apos-prisao-de-pastores/>.

brasileiro, levando em conta que a última pesquisa do Datafolha estima que no Brasil mais de 80% da população brasileira seja cristã, com a estimativa de aproximadamente 50% de católicos e 31% de evangélicos³⁷? Busca-se responder a essa pergunta durante essa pesquisa.

Michel Foucault pontua algumas questões cruciais para se pensar a formação de sujeito dentro de uma sociedade, dentre as quais se elege uma para nortear este tópico: “que sistema de relações (hierarquia, dominância, escalonamento, determinação unívoca, causalidade circular) pode ser descrito entre uma e outra” e no processo da constituição de sujeito? (FOUCAULT, 2008, p. 4). Para tanto, discorre o autor:

[...] suponho que em cada sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2004a, p. 8-9).

Assim sendo, na obra *A ordem do discurso* (2004a), o autor descreve alguns tipos de mecanismos de controle que são exercidos sobre o sujeito, na sua própria constituição, e que se caracterizarão em processos de *interdição*, aludindo a três maneiras possíveis de realização desse processo: “Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar” (FOUCAULT, 2004a, p. 9). Desse modo, as práticas discursivas remetem à vinculação entre discurso (enunciações) e prática (práticas sociais), nisso, os discursos se convergem em práticas sociais dos sujeitos.

Não obstante, o autor também sinaliza que os discursos são práticas descontínuas, ou seja, da mesma forma que eles se confluem, podem também se excluir, conforme os interesses de quem o produz, o contexto de produção e o momento histórico a que está vinculado. Não há uma estaticidade real, as verdades são construídas e desconstruídas a partir do jogo de interesses e das formações discursivas, que instanciam esses discursos. Foucault (2004a) reitera que discursos são como uma “reverberação” de uma verdade que se constitui para o sujeito, a partir

³⁷ Fonte: G1: 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>.

de enunciados materialmente existentes (escritos ou pronunciados), ou seja, adquirem aspecto de verdadeiro e, assim, passam a ser considerados como princípios socialmente aceitáveis.

Essa postura se caracteriza explicitamente quando se trata dos discursos do presidente Bolsonaro, isto é, não se trata apenas de discursos, mas também de sua atuação política. Um exemplo disso é a recusa do uso de máscara pelo presidente, pois, ainda que incorra em alto risco de contágio, ele também incentiva essa conduta em seus receptores. Em agosto de 2021, o presidente foi multado pela 6ª vez pela Vigilância Sanitária estadual em São Paulo, por rejeitar o uso de máscara. O total das seis multas das autoridades estaduais podem chegar a R\$ 4,5 milhões, de acordo com a legislação federal³⁸. Não apenas isso, ele também incentiva aglomerações, além de, notoriamente, promover discursos antivacinas e reiterar o uso da hidroxicloroquina para combater a Covid-19 e suas variações, em seus pronunciamentos, *lives* e eventos políticos. Essa postura sinaliza claramente sua rejeição às medidas preventivas de combate ao coronavírus e incide diretamente nos discursos e atuações daqueles que o apoiam e o tomam como referência de soberania, impactando a realidade desses sujeitos, sob o signo de formações discursivas que tendem a promover a desinformação, o risco e a insurgência do povo aos órgãos que estabelecem e regulam essas medidas de segurança.

O filósofo define formação discursiva como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”; este conjunto é limitado a um certo número de enunciados, além de ser “histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história” (FOUCAULT, 2008, p. 132-133). Desse modo, estabelece-se uma interligação entre discurso e prática do sujeito, ou seja, os discursos aos quais uma comunidade se engaja – por partilhar interesses em comuns –, determinam as práticas sociais desses sujeitos, tornando-se práticas discursivas.

Esta prática discursiva se define como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133).

As “verdades” que são erigidas a partir dos discursos e práticas sociais são assinaladas não apenas pela materialização desses discursos ou pelas práticas discursivas, mas pelos

³⁸ Fonte: G1: *Sem máscara, Bolsonaro é multado pela 6ª vez pela Vigilância Sanitária estadual em SP*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2021/08/21/sem-mascara-bolsonaro-e-multado-pela-6a-vez-pela-vigilancia-sanitaria-estadual-em-sp.ghtml>.

mecanismos de produção e de funcionamento desses discursos. Assim, o propósito é conceber o discurso a partir da concepção de *acontecimento*, ou seja, um fragmento que singra o instante e dispersa o sujeito a um leque de posições e funções possíveis. Nesse contexto, essa produção discursiva está diretamente subordinada a outras instâncias como órgãos, instituições etc., que exercem as relações de poder sobre esses espaços sociais, conforme seus interesses. Visto por Foucault como um *acontecimento*, o discurso não pode ser considerado como imaterial, já que sua materialidade reside justamente nas práticas sociais e nos efeitos que exercem sobre esses sujeitos.

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua *irrupção de acontecimentos*, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros (FOUCAULT, 2008, p. 28).

De acordo com *A ordem do Discurso* (2004a), os discursos devem ser considerados como séries distintas de *acontecimentos*, dessa maneira, há um deslocamento de sentido que permite inserir, na análise do discurso político, os princípios foucaultianos de *acaso, descontinuidade e materialidade*. Destarte, a materialidade, por ser mais complexa, requer uma percepção crítica da interrelação entre discurso e prática social; a materialidade articula pensamento, discurso e ação, situados em um determinado contexto, desdobrando no que Foucault determinará como *acontecimento histórico*. Para que seja acionada a materialidade do discurso, é necessário perceber a complexidade que está imbricada suscitando, assim, um novo empreendimento, o enviesamento das relações históricas, que fundamentam esses discursos.

Foucault (2004a) disserta sobre uma série de mecanismos que mediam e controlam a produção dos discursos nas sociedades, assim

a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2004a, p.9).

Para a concepção foucaultiana de arqueologia, a verdade é tida como uma configuração histórica, nesses preceitos, o que ele busca enfatizar são as normas internas dos saberes, que são baseadas em uma situação contextual. Nesse sentido, o ideário foucaultiano busca revelar como a verdade está imbricada a um regime de enunciados, o que é nomeado pelo autor como *épistémè*, na obra *As palavras e as coisas* (2000). Portanto, Foucault estabelece uma ordem

constitutiva dos saberes. Reiterando, o autor presentifica em suas obras o afastamento da concepção normativa da verdade científica em prol de um olhar – via arqueologia – da história dos saberes, considerando apenas o contexto em que está inserido esse saber.

Assim sendo, o filósofo desenvolve a concepção de pensar as ciências humanas em um nível arqueológico, ou seja, utiliza o termo arqueologia para sinalizar seu método fundamentado na averiguação dos *a priori* históricos da formação da realidade, sob a perspectiva do discurso, em busca da *épistémè* que favorece a compreensão das condições de possibilidades e das delimitações dos discursos, isto é, a apreensão do real. Dada a visão não linear da história de Foucault, essas *épistémè* são consideradas como blocos de ruptura.

Ao nível do saber é possível estabelecer uma pluralidade de rupturas igualmente importantes, isto é, que não invalidam o passado no sentido de transformá-lo em negatividade, mas apenas revelam a presença de outros princípios de organização dos saberes, uma incompatibilidade histórica entre discursos que entretanto conservam, cada um, sua positividade" (MACHADO, 1982, p. 184-185).

Com relação ao que o autor denomina *a priori* histórico, essa, em vias gerais, fundamenta-se na percepção do homem a partir de duas visões dicotômicas, em primeiro lugar como objeto, e em segundo como sujeito finito e transcendental. Assim, o filósofo fende, no tempo e no espaço, um ‘portal’ por onde transpassa entre passado e presente. Seu intuito nada mais é que estabelecer pontos de confluência, os quais constituem uma relação ambígua de causa e consequência, ou, ainda mais, onde o passado e o presente se tangenciam e se justificam mutuamente.

Hoje, a *épistémè* moderna é a que possibilita se pensar a realidade como formação de discursos, bem como as ciências humanas e seu objeto, haja vista a reconfiguração do campo epistemológico moderno, assentindo o surgimento das ciências sociais em si e do homem como objeto de saber científico. Nas palavras de Roberto Machado (1982, p. 145):

A representação que o homem se faz a partir deles [objetos das ciências empíricas] não é um aprofundamento daquilo que são esses objetos mas, pelo contrário, seu avesso, sua marca negativa. Os homens, pelo fato de viverem, trabalharem e falarem, constroem representações sobre a vida, o trabalho e a linguagem: essas representações são justamente os objetos das ciências humanas. As ciências humanas estudam o homem enquanto ele se representa na vida na qual está inserida, sua existência corpórea, a sociedade em que se realiza o trabalho, a produção e a distribuição, e o sentido das palavras.

Em outras palavras, a *representação* presentifica a realidade do homem a partir da sua própria vivência, elegendo, convenientemente, os elementos constitutivos dessa representação, por isso ela se manifesta tanto no consciente quanto inconscientemente, “a teoria da *representação* desaparece como fundamento geral de todas as ordens possíveis”. Essas *representações* vão provendo subsídios à “corporificação” da realidade de cada sujeito. Para o autor, “jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado” (FOUCAULT, 1998, p. 12).

a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2004a, p. 9).

Ou seja, Foucault (2004a) afirma que os discursos (principalmente o político) são controlados por pessoas que têm habilidades para isso, e não de forma aleatória. Essas práticas discursivas são construídas a partir do *status* do sujeito enunciante, considerando seu lugar de fala e o contexto de produção. O discurso em Foucault é concebido a partir de um conjunto de enunciados que compõem as malhas do poder, tecendo as relações entre sujeitos, de acordo com sua posição dentro das concepções de poder e saber. E é nesse espaço, conforme afirma o autor, que as *interdições* que perpassam a produção dos discursos se manifestam.

Para ele, os discursos só podem ser concebidos a partir de seus processos históricos-sociais de produção, o que constitui um conjunto de *acontecimentos* discursivos. E para uma análise desses discursos, importa a sua produção como um componente integrante à história. Entrementes, faz-se necessário que o analista do discurso pondere sobre as especificidades envolvidas no processo da constituição de um discurso em seu dado contexto, haja vista esse dado contextual determine a tessitura discursiva que alinha a enunciação aos objetivos pretendidos, que subjazem a esses discursos. Certos discursos se consolidam apenas para a reprodução, validação e reafirmação de instâncias disciplinares detentoras e legitimadoras das “verdades” sobre uma área específica, e há, ainda, discursos que se instituem em plena ou parcial oposição a estas instituições. Assim, há certas preexistências – ligadas a certos interesses – que mediam os discursos institucionais.

Corroborando a esse pensamento, na inovação metodológica foucaultiana, as análises não são limitadas ao nível do discurso para comportar “a questão da formação histórica”, mas “centrar-se nos espaços institucionais de controle”, assim, articulando as relações que se estabelecem, que sancionam e validam tais discursos, e que persuadem e condicionam seus

receptores, através de dados manipulados como *fake news*, instâncias de persuasão discursivas. Nestes termos, estabelecem-se campos de constituição e de validade a partir do discurso político, instituindo, assim, posições assinaláveis em um espaço comum de interesses e, inevitavelmente, uma cadeia de consequências.

Dessa forma, se alijar contra as Ciências Humanas e Sociais, a partir do *front* de análise, desvela, tanto nos discursos como na atuação governamental, formas de dominação e permanência no jogo de instâncias que, embrenhado de poderes, instauram maneiras reguláveis de *interdição*; sobretudo, táticas de controle sobre a vida e sobre a formação do sujeito, em um ato de *desindividualização* e como forma de sujeição, conforme discorre o filósofo. É imprescindível retratar os “lugares institucionais” que fundamentam tais discursos, analisando de onde “obtem seu discurso e onde encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação” (FOUCAULT, 2008, p. 58).

As investidas contra essas áreas do conhecimento promovem fenômenos de ruptura na formação crítica de sujeito, haja vista esse conhecimento proporcione a percepção de si, de direitos e níveis de possibilidades de atuação na sociedade; essas áreas suscitam, no sujeito, a reflexão de si e de tudo à sua volta; essa esfera científica propicia discussões que fomentam o livre esclarecimento, portanto, o conjunto dessas práticas discursivas e suas determinações históricas configuram como necessária e se opõem ao jogo das correlações discursivas de dominâncias. As Ciências Humanas e Sociais são os espaços em que se exploram as dimensões ontológica de sujeito, a amplitude reflexiva de questões, tais como “lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões” (FOUCAULT, 2004a, p. 8), que compõem a base dos pilares da formação de sujeito, daí a sua relevância.

Através das ciências humanas pode-se conceber o homem por meio de um jogo oblíquo de representações, contudo, sem obter o que seria a sua subjetividade. De acordo com Michel Foucault, o sujeito é constituído historicamente por meio de um processo ininterrupto ante as relações entre o poder e o saber. Deleuze realizou uma releitura do conceito foucaultiano de dispositivo, fornecendo, assim, um arcabouço analítico sem igual ao estudo das relações entre o poder e o saber. A designação desses componentes conceituais permite um empreendimento analítico do binômio poder-saber, e, dessa forma, permite investigar a relação entre poder e o saber na contemporaneidade. Segundo Hack (2014, p. 201):

O poder não atua, exclusivamente, através de um conjunto de instituições que subjugam as coletividades ou os indivíduos, tampouco não é apenas o domínio exercido de um determinado grupo (ou classe) sobre outro. O Estado, o sistema jurídico, as estruturas econômicas, enfim, os mais diversos meios de

dominação e controle nada mais são do que as formas terminais do exercício do poder.

Desse modo, o poder emana de todos os lugares e se constitui nas múltiplas relações de forças difusas, sem qualquer centralidade ou ponto originário comum. Para Foucault, o poder compõe-se:

[...] [através da] multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte, os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo o esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1999b, p. 121-122).

Assim sendo, os mecanismos de exercício do poder estão presentes em toda a sociedade, perpassando-a de forma dispersa. Nesse sentido, o conjunto de forças constituintes do poder abrange, em amplo espectro de sua manifestação, desde a família e as relações pessoais até as instituições e os sistemas de produção, ou seja, se estende por toda a esfera das relações humanas. Para Hack (2014, p. 203):

O poder não é um objeto que possa ser possuído e controlado, pois sua forma dispersa de manifestação visa objetivos específicos e diferenciados e obedece a demandas pontuais. Ele está presente em procedimentos, técnicas, estratégias e mecanismos que incidem tanto sobre o indivíduo (ao nível do corpo em sua singularidade) quanto sobre grupos, povos e populações.

Sobre isso, considera-se o cenário pandêmico no Brasil, com seu início efetivo em fevereiro de 2020, que se agravou terrivelmente, o que exigiu uma reconfiguração da vida e da rotina em nosso país. A pandemia se deu em nível mundial, porém, alguns países se colocaram no *front* de combate ao vírus desde o início, diferentemente do que aconteceu no Brasil. A educação foi definitivamente uma das áreas mais afetadas, já que as escolas foram fechadas, e o ensino passou a acontecer na modalidade virtual. Para tanto, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) destinaria o fornecimento de internet para alunos da rede pública, que pertencem às classes mais baixas. Todavia, em dezembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro vetou o uso desse recurso que financiaria a distribuição de banda larga nas escolas públicas até 2024. Segundo o presidente, o artigo geraria despesa pública sem uma estimativa precisa do impacto orçamentário e financeiro e, portanto, violaria a Constituição.

Bolsonaro também alegou que tal implementação, logo após a pandemia é inviável, já que o momento seria de tomar medidas compensatórias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e outras regras orçamentárias, no intuito de tentar dirimir os gastos. Em 2019, o total acumulado seria de R\$ 21,8 bilhões e, desse valor, apenas R\$ 341 mil foi direcionado à universalização de serviços de telecomunicações, ou seja, menos de 0,002% de seus recursos. Os vetos (sanção da Lei 14.109) também visaram as zonas urbanas e rurais, onde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é muito baixo, comprometendo drasticamente esses alunos.³⁹ Isto é, há uma imposição e uma atuação no sentido de se manter uma educação reducionista, segregacionista, na qual uma classe desprestigiada é ainda mais desfavorecida por parte da gestão atual governo. Assim, as ações políticas hoje vigentes constituíram séries de medidas que visam fragilizar a educação, medidas que regulam os incentivos, obstruem os avanços científicos da área e instituem o segregacionismo institucional.

Em março de 2021, o presidente vetou integralmente o projeto de lei da Câmara dos Deputados que estabelecia uma ajuda financeira de R\$ 3,5 bilhões da União para estados e municípios, assim, garantindo o acesso à internet para alunos e professores, já que as aulas eram ministradas virtualmente, devido à pandemia. Na estimativa, cerca de 18 milhões de alunos e aproximadamente 1,5 milhão de professores seriam beneficiados com a medida.⁴⁰ A atuação política governamental não mede esforços em seu empreendimento, de não estabelecer como prioridade a educação às classes mais baixas, erigindo barreiras para que esses alunos não tenham o direito à educação, direito esse basilar da Constituição.

Em 24 de agosto de 2020, segundo a matéria do jornal Folha de S. Paulo, o governo ainda não havia investido nada no programa Educação Conectada. O valor acumulado para esse programa é de R\$ 220 milhões, e, assim, muitos estudantes continuam sem acesso às aulas virtuais, já que o ensino híbrido é o prevalecente no atual panorama, comprometendo drasticamente seu desenvolvimento e o rendimento escolar.⁴¹ Atualmente, os índices de contágio e mortes por Covid-19 ainda são altos, e, para piorar, entra em cena mais uma mutação

³⁹ Fonte: Agência Senado: *Bolsonaro veta uso do Fust na universalização da banda larga em escolas*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/17/bolsonaro-veta-uso-do-fust-na-universalizacao-da-banda-larga-em-escolas>.

⁴⁰ Fonte: Agência Câmara de Notícias: *Bolsonaro veta ajuda financeira para internet de alunos e professores das escolas públicas*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/737836-bolsonaro-veta-ajuda-financieira-para-internet-de-alunos-e-professores-das-escolas-publicas>.

⁴¹ Fonte: Folha de S. Paulo: *Bolsonaro veta uso de fundo para universalizar banda larga em escolas até 2024*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/12/bolsonaro-veta-uso-de-fundo-para-universalizar-banda-larga-em-escolas-ate-2024.shtml>.

do vírus⁴². Em julho de 2021, o governo ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal para tentar suspender a lei que prevê R\$ 3,5 bilhões para fornecimento de internet aos alunos e professores da rede pública de ensino.⁴³

Paralelo a isso, no dia 9 de agosto de 2021, em entrevista ao programa Sem Censura da TV Brasil, o atual Ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que “as universidades brasileiras deveriam ser para poucos”. No mesmo lineamento discursivo, ele reiterou a necessidade de retomar as aulas presenciais na educação básica – adolescentes e crianças ainda não foram vacinados até o presente momento – e ironizou também a demanda de professores por vacinação contra a Covid-19. Outro fator interessante exposto pelo ministro é a surpresa com o tamanho da pasta que chefia a mais de um ano. Segundo o ministro, o ensino tecnológico e profissionalizante será “as vedetes” do futuro. Ribeiro afirmou estar cansado de encontrar motoristas de Uber com graduação completa: “Tem muito engenheiro, advogado dirigindo Uber porque não consegue colocação devida, mas, se fosse técnico em informática, estaria empregado porque há demanda muito grande”.⁴⁴

O ministro defendeu os institutos federais, que foram criados em 2008 voltados para a formação técnica. Segundo o ministro: “Então, o futuro são os institutos federais, como é na Alemanha hoje. Na Alemanha são poucos os que fazem universidade. A universidade, na verdade, deveria ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade”. Todavia, apesar de defender os institutos federais, o ministro não tem conseguido manter os investimentos neles.

Ainda em entrevista, em relação ao MEC, ele ressaltou: “Quando cheguei ao MEC tomei um susto. Eu administro 50 hospitais universitários” e enfatizou que não sabia da diversidade de atribuições da pasta. Em janeiro de 2021, ao ser questionado sobre as falhas na realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Ribeiro justificou que ainda estava se “inteirando” sobre a pasta que chefia. Em outra afirmação, defendeu a inserção ao ensino superior de “alunos melhor preparados”: “Eu acho justo, considerando que os pais desses meninos tidos como “filhinhos de papai” são aqueles que pagam os impostos do Brasil, que sustentam bem ou mal a universidade pública. Não podem ser penalizados”. O ministro também

⁴² ⁴² Fonte: Folha de S. Paulo: *MEC tem R\$ 220 mi para internet a alunos de escola pública, mas dinheiro não é usado*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/mec-tem-r-220-mi-para-internet-em-escola-publica-mas-dinheiro-nao-e-usado.shtml>.

⁴³ Fonte: Folha de S. Paulo: *Governo Bolsonaro briga na Justiça por não dar internet a alunos de escola pública*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/07/governo-bolsonaro-briga-na-justica-para-nao-dar-internet-a-alunos-de-escola-publica.shtml>.

⁴⁴ Fonte: O Estadão: *Ministro da Educação diz que universidade deveria ser para poucos*. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-educacao-diz-que-universidade-deveria-ser-para-poucos.70003806681>.

assinhalou, baseado na demanda de abstenção na última edição – que chegou a 51,5% –, que a isenção na inscrição é o fator que desencadeou a abstenção, desconsiderando o panorama pandêmico com os altos índices de transmissão do vírus e de mortes por Covid-19, além do agravamento de outras doenças devido à pandemia.

Além disso, o ministro também foi questionado sobre a autonomia das universidades e a escolha de reitores, já que o atual presidente tem ignorado os primeiros nomes apresentados na lista tríplice – para sucessão nas reitorias –, elaborada pelas universidades. Um exemplo disso foi a nomeação do último colocado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, provocando reação na instituição.

Outro fator que tem chamado a atenção na análise do atual cenário político é a utilização da TV Brasil como instrumento de campanha e de disseminação do discurso bolsonarista. A TV Brasil (EBC) é a rede de televisão pública aberta do Poder Executivo Brasileiro, ela pertence à Empresa Brasil de Comunicação, ou seja, ao conglomerado de mídia do governo do Brasil. A sua matriz se localiza em Brasília, com filiais em Rio de Janeiro e São Paulo.

A TV Brasil não tinha grande notoriedade no cenário brasileiro, centrava-se em apresentar conteúdo esportivo, desenhos e programas de entrevista (como o programa Sem Censura), e ganhou repercussão durante a vigência do presidente-interino Temer, que indicou Laerte Rimoli – envolvido em polêmicas ao partilhar em suas redes sociais alguns memes que ironizavam uma declaração da atriz Taís Araújo sobre o racismo rotineiro que seu filho enfrentava. Esse fato foi o estopim para que os próprios funcionários declarassem greve e apoio à Taís Araújo. Rimoli perdeu o cargo e em seu lugar assumiu Alexandre Parola, que permaneceu poucos meses.

Em fevereiro de 2019, indicado pelo presidente Bolsonaro, assumiu Alexandre Henrique Graziani como novo presidente da emissora. Em março de 2021, o governo federal afirmou que ia dar um “banho de loja” na TV Brasil, ainda que o presidente, durante sua campanha em 2018, tenha se comprometido a fechar, pois, segundo ele, a TV Brasil não passava de “cabide de emprego” de petistas. Contudo, hoje, a TV Brasil consome aproximadamente 75% do orçamento de R\$ 550 milhões da EBC, e, desse total, quase R\$ 400 milhões correspondem aos salários.⁴⁵

A TV Brasil se tornou um canal oficial de Bolsonaro. A rede de comunicação tem sido usada de forma a divulgar somente o que está de acordo com os interesses do presidente. Em

⁴⁵ Fonte: *Governo vai gastar milhões para mudar a “cara” da TV Brasil*. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2021/03/23/exclusivo-bolsonaro-gastara-milhoes-para-renovar-imagem-da-tv-brasil.htm>.

junho de 2021, durante um evento no Pará, Jair Bolsonaro exibiu uma camiseta com o *slogan* “É melhor JAIR se acostumando – Bolsonaro 2022”, dessa forma, o Ministério Público Eleitoral (MPE) acenou que isso se tratava do uso para campanha eleitoral antecipada. Renato Brill de Goés, o vice-procurador-geral eleitoral declarou que o presidente cometeu crime de responsabilidade por se autopromover ao usar a estrutura do governo, portanto, dinheiro público.⁴⁶

O uso ilegítimo da estrutura de comunicação de um governo se configura, principalmente, quando o governante apresenta *slogans* ou material de campanha em um evento oficial, organizado com dinheiro público e registrado com equipamentos públicos. Todas as autoridades que forem flagradas em tal ato, exceto o presidente, poderão responder a um processo por improbidade administrativa ou crime de responsabilidade. Já o presidente responderá por crime de responsabilidade somente nos termos do artigo 85, inciso V, da Constituição. Em resposta à fala do vice-procurador-geral eleitoral, Bolsonaro afirmou que não poderia ser punido por “ter ganhado uma camiseta de presente”, o que não constitui verdadeiro, já que ele a exibiu para simplesmente promover-se. Anterior a isso, em 9 de junho, durante um evento de entrega de casas no Espírito Santo, o bordão “é melhor JAIR se acostumando” apareceu na letra de uma música – um *jingle* eleitoral, descaracterizando o evento social para uma espécie de “showmício”.

Foucault (2004a) aponta que a produção discursiva é mediada por um conjunto de procedimentos que tem por objetivo a delimitação de sua produção, ou seja, há um controle estabelecido sobre essa construção discursiva que visa a exclusão de uma parte da sociedade, e, assim, nem todos os sujeitos possuem acesso a essa produção. Em *A Ordem do Discurso* (2004a), o autor nos faz considerar a série de mecanismos que visa manipular a produção dos discursos na sociedade, nesse sentido, Assim sendo, os mecanismos de exercício do poder estão presentes em toda a sociedade, perpassando-a de forma dispersa. Nesse sentido, o conjunto de forças constituintes do poder abrange, em amplo espectro de sua manifestação, desde a família e as relações pessoais até as instituições e os sistemas de produção, ou seja, se estende por toda a esfera das relações humanas.

Dessa maneira, o filósofo aponta que os discursos são constituídos e atravessados por uma produção que parte de sujeitos “habilitados”, compreendidos como práticas discursivas que estão diretamente ligadas ao status do sujeito que enuncia, a partir do seu lugar de fala.

⁴⁶ Fonte: ISTO É: *Fechar a TV Brasil? Para Bolsonaro, é melhor usá-la em benefício próprio*. Disponível em: <https://istoe.com.br/fechar-a-tv-brasil-para-bolsonaro-e-melhor-usa-la-em-beneficio-proprio/>.

Assim, quando um ministro afirma que “a universidade deveria ser para poucos”, esse ministro sinaliza um posicionamento firmado na exclusão, no segregacionismo, dirimindo oportunidades de outras camadas, senão a dos “filhinhos de papai”, o direito à inserção no ensino superior. As malhas do poder se tecem de discursos que precedem seus objetivos, suas prioridades, sua atuação política. Foucault (2004a) enfatiza que as interdições que traspassam a produção de discursos expõem o seu vínculo com o poder e com o desejo.

trata-se de compreender a singularidade da existência do enunciado, suas condições de produção [...] busca-se verificar, a partir do enunciado produzido em determinada época e lugar, as condições de possibilidade do discurso que esses enunciados integram. Isso equivale dizer que as transformações históricas possibilitam a compreensão da produção do discurso, seu aparecimento em determinados momentos e sua dispersão (ROBIN apud FERNANDES, 2012, p. 20).

A concepção de poder multipolarizado e dinâmico alude à ideia de que ele se origina de várias partes e que seu posicionamento, a sua ressonância e sua manutenção estão diretamente ligados a outros discursos que endossam essa produção discursiva, ou seja, intui-se que o poder não é uno, mas divide-se em máquinas institucionais que se retroalimentam. Nesse contexto, o governo precisa que sua produção discursiva seja avalizada por outros órgãos que regulam certa autoridade e tenham poder de decisão na sociedade. O poder não existe em si, mas coexiste junto a outros poderes que mantêm uma relação de mútua coexistência e controle.

de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos[...] o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. Portanto, o problema não é de constituir uma teoria do poder [...]. Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado [...] de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações do poder (FOUCAULT, 2021, p. 141).

Sobre isso, o autor articula que a produção discursiva é atravessada por procedimentos de controle, esses procedimentos versam sobre a delimitação da produção de discursos e determinam quais são os sujeitos do discurso que estão “habilitados” a atuar em prol dessa produção discursiva. Desse modo, Foucault (2004a) institui o seguinte agrupamento de procedimentos externos de controle de produção discursiva: a *interdição*, a *separação/rejeição* e a *vontade de verdade*, os quais estabelecem os espaços em que os sujeitos podem ou não enunciar e/ou circular (FERNANDES, 2012). Já os procedimentos internos correspondem ao

comentário, ao *princípio de autoria* e às *disciplinas*, estes incidem sobre a ação direta e sobre os sujeitos na produção discursiva e na circulação desses discursos.

A *interdição* refere-se ao primeiro princípio de exclusão, que constitui os direitos e as coibições em relação ao ato enunciativo, ou seja, interdita a fala ao sujeito enunciante, da mesma forma que nossos discursos são regulados a partir do lugar e/ou circunstância a que estamos inseridos no ato da produção de fala. Isso fica bem evidente em temáticas polêmicas como sexualidade, religião e política. Um exemplo disso é a agressão que sofreu o jovem Eduardo Debaco, em Ipanema, zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Em depoimento em vídeo no hospital, o jovem afirmou que fez um comentário para um grupo de apoiadores de Jair Bolsonaro durante uma manifestação, e um dos manifestantes tentou agredi-lo duas vezes, e com isso, Eduardo foi arremessado contra um carro, ocasionando uma fratura exposta na perna. O comentário feito foi em relação à falta de uso de máscara⁴⁷. Outros exemplos que demonstram tais *interdições* são os modelos pré-concebidos ideais de família, os discursos intolerantes e a violência aos centros de manifestação de religião de matriz africana, os quais são alvos de crimes de intolerância religiosa, com um índice de violência de 59%.⁴⁸

A questão do segundo procedimento de exclusão *separação/rejeição* é tratada por Foucault, principalmente, no âmbito da loucura, ancorada à concepção de segregação, de rejeição ao discurso do louco, ou seja, há uma imposição sobre a circulação do discurso do louco nos demais espaços sociais, rejeita-se o discurso do louco em todas as esferas sociais. Esse discurso não encontra abrigo na sociedade e nem pode se sentir representado por ela, nele se estabelece tanto a *interdição* quanto a *rejeição*, oriundas daquilo que se concebe como válido para as produções discursivas.

Ao fazer a distinção do discurso falso e do discurso verdadeiro, Foucault (2004a) constitui o terceiro procedimento de exclusão, que é a *vontade de verdade*. Nesse segmento,

a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta”. Porém, ao procurarmos saber qual é a vontade de verdade que nos atravessou durante séculos da história da humanidade, “o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, é então talvez algo como um sistema de exclusão” (FOUCAULT, 2013, p. 14).

⁴⁷ Fonte: G1 RJ: *Homem diz ter sido agredido e empurrado contra um carro por manifestante bolsonarista em Ipanema*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/01/homem-diz-ter-sido-agredido-e-empurrado-contrum-carro-por-manifestante-bolsonarista-em-ipanema.ghtml>.

⁴⁸ Fonte: Correio Braziliense: *Religiões de matriz africana são alvos de 59% dos crimes de intolerância*. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/11/11/interna_cidadesdf.805394/religoes-de-matriz-africana-alvos-de-59-dos-crimes-de-intolerancia.shtml.

Assim, a *vontade de verdade* é permeada por um aparelho institucional, e simultaneamente, é reforçada/reconduzida por uma série de práticas. O autor assevera que a *vontade de verdade* é “reconduzida mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2004a, p.17). Em contrapartida ao que se percebe sobre a noção de verdade, em *A Ordem do Discurso*, Foucault apresenta a *vontade de verdade* como uma “maquinaria” que visa a exclusão de todo aquele que “procura contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade” (FOUCAULT, 2004a, p. 19). Ele também argumenta no sentido de que esta verdade, historicamente constituída, se apropria do que pode ou não ser dito.

a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar toda as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos. (FOUCAULT, 2008, p. 6).

Nesse sentido, o filósofo também articulou o deslocamento da noção de saber-poder para a de governo pela verdade. Em Foucault, o conceito de governo é atribuído à ideia de poder, segundo ele:

[...] governo entendido seguramente não no sentido restrito e atual de instância suprema de decisões executivas e administrativas em um sistema estatal, mas no sentido largo e antigo de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens (FOUCAULT, 2009, p. 53).

Assim, consoante a Foucault (2009), o sujeito é constituído a partir não apenas da concepção de relação de poder, mas sujeito também manifestação de verdade; um ator de verdade como uma confissão, assim, o sujeito desponta como um agente ativo, e dele a verdade emerge.

1.4 Modos de subjetivação

*Savoir quelles luttes réelles et quels rapports de domination sont engagés dans la volonté de vérité*⁴⁹.
Michel Foucault, 1970

⁴⁹ Tradução: “Saber quais lutas reais e quais relações de dominação estão envolvidas na vontade de verdade”. *Leçons sur la volonté de savoir. Cours au Collège de France (1970-1971)*, suivi de *Le savoir d'Œdipe*. Paris: Gallimard, 2011.

Consoante a Foucault (2004e, 2004c, 2004b), nós nos constituímos como sujeitos de nosso saber, sujeitos em nossas práticas discursivas e como sujeitos que ocupam posições distintas nas relações de poder. Além disso, como sujeitos morais, conforme o tipo de sociedade a que estamos inseridos. Em sua obra *As palavras e as coisas* (2000), articula o autor:

No curso de sua história, o homem não cessou de se construir a si mesmo, ou seja, de trasladar continuamente o nível de sua subjetividade, de se constituir numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes que nunca alcançam um final nem nos colocam na presença de algo que pudesse ser o homem (FOUCAULT, 2000, p. 403).

A subjetividade remete à psicologia social e, em sua esfera de análise, ela propõe refletir a subjetividade com base na imanência entre o indivíduo e a sociedade, entre o interior e o exterior ou entre o individual e o coletivo, diluindo as dicotomias tradicionais que envolvem essas relações na psicologia. O conceito de subjetividade retrata a experiência de sermos sujeitos, enleando o conceito e a própria raiz do termo, estabelecendo, assim, um duplo sentido – o que é submetido e o que pratica a ação –, de acordo com seu contexto próprio.

A trajetória moderna do pensamento ocidental engendrou a concepção de sujeito como um indivíduo, como substância que existe *a priori*, como uma essência a ser desvendada. Em *Microfísica do Poder*, Foucault (2021) assevera o fenômeno do indivíduo como dominância de manifestação da subjetividade, que está intimamente atrelado ao progresso do Estado Moderno (século XVI), haja vista, uma nova forma política de poder se instituíra, aliando, arditamente, as técnicas de individualização com os processos de totalização, abordados anteriormente. Em contrapartida às formas de governos que o antecederam, o Estado Moderno não se apresenta como entidade transcendente, dessa forma, o governante está no patamar de qualquer sujeito da sociedade, mesmo em uma hierarquia marcada pela lei e fundamentada em uma ordem divina (FOUCAULT, 2021).

Consoante a Foucault (1995), os indivíduos poderiam ser incorporados desde que se submetessem às normas estabelecidas. Ainda segundo o filósofo, é com o Estado Liberal que o indivíduo, a família e a população tornam-se alvo do escopo político. No iluminismo é a lei dos homens que impera na nova ordem, mas não apenas, a racionalidade se volta à defesa do território, segundo o mito da nação que engendra promessas em torno do bem comum e da utopia de um futuro glorioso. Nesse sentido, conforme aponta Ramminger e Nardi (2008, p. 340): “Esses elementos, ao mesmo tempo em que possibilitam e justificam o governo dos vivos, mantêm o direito do Estado e o dever do cidadão de lutar pela defesa das sociedades nacionais”.

Foucault (2000) se opôs às teorias *a priori* do sujeito e estabeleceu em seus últimos textos, o *retorno ao sujeito*. Nesse contexto, ele recusa a ideia universal de sujeito, relegando a ideia de substância e institui a concepção de experiência. E, assim, para o autor, o problema “não era definir o momento a partir do qual alguma coisa como o sujeito apareceria, mas sim o conjunto dos processos pelos quais o sujeito existe com seus diferentes problemas e obstáculos” (FOUCAULT, 2004f, p. 261). A partir do empreendimento de suplantar a concepção de sujeito para além da filosofia do sujeito, ambas articuladas ao estruturalismo, Foucault traça seu próprio caminho: “Tentei sair da filosofia do sujeito fazendo uma genealogia do sujeito moderno, que abordo como uma realidade histórica e cultural: ou seja, como alguma coisa capaz de se transformar” (FOUCAULT, 2004e, p. 94).

O filósofo ressaltou em seus postulados que, na sociedade capitalista urbano-industrial – que se concretiza aproximadamente até a década de 1970 –, estabeleceu-se o tipo de poder disciplinar. Logo, para ele, a sociedade que se professa contra o escravagismo, que se celebra democrática, a sociedade do contrato é a mesma onde esse poder disciplinar, que é sutil e sofisticado, que atravessa as relações de poder e nos captura, por isso, há a ideia de sequestro da subjetividade. Ele também elabora a concepção de que o poder disciplinar se projeta na estruturação e na organização do espaço, nesses termos, Foucault estabelece que a escola, o convento, as fábricas são espaços típicas de instituições de sequestro, com isso, esses espaços são construídos para disciplinar sutilmente.

Ainda segundo o autor, essas instituições têm por objetivo manter os indivíduos passivos, inertes, aprendendo normas de posturas sociais, de condutas socialmente aceitas, de acordo com o interesse dessas entidades. Foucault aponta que a modernidade investiu no poder, no controle, nas formas de dominações, e, hoje, com o avanço da tecnologia, esse controle tem um alcance desmedido, há uma grande propagação de informações e tendências que buscam definir como o indivíduo deve pensar, dizer e agir. Formas de manipulação que capturam e redefinem o desejo, as vontades, os gostos e as idiossincrasias do sujeito pós-moderno.

A questão da problematização que permeia a subjetividade e a verdade também norteou a investigação foucaultiana dos processos mediante os quais nos constituímos como sujeitos. A injunção que incide de que um sujeito produza uma verdade sobre si, fixando uma identidade a partir de critérios atrelados à doutrina religiosa alude a um passado que tinha, na técnica da confissão, seu instrumento privilegiado. Na era moderna, esse dispositivo de dominação sobre o sujeito é atualizado nas doutrinas da pastoral cristã, que atuam diretamente no e sobre o sujeito, por meio do instrumento de código moral. Há moralidades que se orientam para a ética, nas quais sobrepuja as técnicas de si, concebidas com os procedimentos

[...] que permitem aos indivíduos efetuar, sozinhos ou com a ajuda de outros, algumas operações sobre seu corpo e sua alma, seus pensamentos, suas condutas e seu modo de ser, assim como se transformar, a fim de alcançar certo estado de felicidade, de força, de sabedoria, de perfeição, ou de imortalidade (FOUCAULT, 1999b, p. 445).

A captura subjetiva foi problematizada por Foucault através da obliquidade histórica (GROS, 2002), na busca por revelar como o sujeito grego se constituía diferentemente, tanto no aspecto dos cuidados de si como no estatuto da relação com a verdade. Nessa perspectiva, a relação entre sujeito e verdade, a transmutação do sujeito em objeto por meio dos jogos de verdade e a própria objetificação do sujeito enquanto objeto de conhecimento tornam-se pontos norteadores em suas obras. Segundo Foucault (2004d, p. 236), “os processos de subjetivação e de objetivação que fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento”. Dessa forma, ele se refere à maneira como o próprio homem se concebe como sujeito legítimo de determinado conhecimento, e como ele compreende a si mesmo nessa relação sujeito-objeto.

No que tange aos jogos de verdade, o filósofo assevera que trata “não a descoberta das coisas verdadeiras, mas as regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso.” (FOUCAULT, 2004d, p. 235). Portanto, os processos de objetivação e subjetivação são processos complementares que se manifestam no que Foucault denomina como *jogos de verdade*, e ele pontua: “Gostaria de tentar ver como o dizer verdadeiro, a obrigação e a possibilidade de dizer a verdade nos procedimentos de governo podem mostrar como o indivíduo se constitui como sujeito na relação consigo e na relação com os outros” (FOUCAULT, 2010, p. 42).

[...] o exercício do poder em nossa sociedade, o exercício do poder como governo dos homens, exige não somente atos de obediência e de submissão, mas atos de verdade nos quais os indivíduos são sujeitos numa relação de poder [...] no procedimento de manifestação da verdade? Por que nessa grande economia das relações de poder se desenvolveu um regime de verdade indexado à subjetividade? Porque o poder, e isso desde milênios na sociedade, exige que indivíduos digam não somente ‘eu obedeço’, mas lhes exige ainda que digam: “eis aquilo que eu sou, eu que obedeço; eis o que eu sou, eis o que eu quero, eis o que eu faço” (FOUCAULT, 2009, p. 76).

De acordo com o próprio filósofo, o fio condutor de seu trabalho foi a relação entre sujeito e verdade, investigando os modos pelos quais o sujeito foi inserido como objeto nos

jogos de verdade, ou seja, como o sujeito se tornou objeto de conhecimento – objetivação do sujeito. Dessa maneira, o autor delinea:

Uma história que não deveria ser aquela do que poderia existir de verdadeiro nos conhecimentos, mas sim uma análise dos ‘jogos de verdade’, dos jogos do verdadeiro e do falso através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, ou seja, como podendo e devendo ser pensado. (FOUCAULT, 2004c, p. 195)

Desse modo, é relevante considerar a constituição dos mecanismos pelos quais o sujeito é conduzido a observar a si mesmo, a analisar-se, decifrando e se reconhecendo como campo de saber possível. Nesse segmento, refletir como nós nos constituímos como sujeitos de nosso saber, como sujeitos que estão inseridos em posições diferentes nas relações de poder e como sujeitos morais em nossas ações (FOUCAULT, 2004b, 2004f, 2004h, 1995).

Ainda sobre a esteira da subjetivação, Foucault (2004b) reitera a concepção das *técnicas de si*, nas quais o autor estende seu olhar à sociedade grega, como visto anteriormente, e endossa que essas técnicas são ações que cada sujeito realiza por si mesmo, portanto, trata de

um certo número de operações em seu corpo, em sua alma, em seus pensamentos, em suas condutas, de modo a produzir uma modificação, uma transformação e a atingir um certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural” (FOUCAULT, 2004b, p. 95).

Em suma, as *técnicas de se* distribuem em quatro tipos (FOUCAULT, 2004b): técnicas de produção: as técnicas que induzem criações, transformações e manipulação de coisas; as técnicas de significação ou comunicação, permitem o uso de sistemas de signos; as técnicas de dominação, que fornecem mecanismos de determinar a conduta dos indivíduos; e as técnicas de si, que determinam a conduta do indivíduo e o submetem a certos tipos de dominações. De acordo com Foucault (2004b, p. 95): “Se quisermos analisar a genealogia do sujeito na civilização ocidental, é preciso considerar não apenas as técnicas de dominação, mas também as técnicas de si”.

o sujeito carrega o paradoxo da submissão a outros por meio do controle e dependência (sujeição), ao mesmo tempo em que esse assujeitamento permite a construção de uma identidade, pela consciência ou conhecimento de si mesmo. Submeter-se é, portanto, condição primeira de possibilidade da existência (RAMMINGER; NARDI, 2008, p. 342).

Contudo, Foucault afirma que esse assujeitamento é paradoxal, visto que o que aprisiona o sujeito às normas estabelecidas também traz em si possibilidades de resistência, haja vista o poder consistir em um conjunto de relações. Para ele, onde não existe perspectiva de resistência não há relações de poder, mas apenas estado de dominação (FOUCAULT, 2004g).

Cumpra a esse tópico refletir, sobretudo, a compreensão de como esse “si” se constrói, a partir da história da subjetividade, “se entendermos essa palavra como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 2004e, p. 236). Nestes parâmetros, para Foucault, a concepção de resistência diverge de outras áreas, para ele resistência não se refere ao ideal normativo, mas vai além, já que a consciência nos postulados foucaultianos não se constitui somente como produto das normas, mas da resistência também, visto que o sujeito não se adapta fielmente a um modelo, há sempre algo que se perde nesse processo, que resiste.

A partir da noção dos princípios reguladores discursivos, conforme Fernandes (2021, p. 50), concebe-se os procedimentos de controle e delimitação do discurso como prática, “envolvendo sujeitos e situações de enunciação”. Corroborando com essa noção de princípios reguladores, Foucault (2004a) assevera a existência de um grupo de procedimentos que tem por objetivo compelir os sujeitos enunciantes a se sujeitarem a um conjunto de regras que incide como meio de *interdição* ao acesso aos discursos, pois, segundo o autor, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2004a, p. 35).

Suscita-se assim, que há determinadas áreas do discurso que não são acessíveis a todos os sujeitos, adquirindo o caráter de uma “repartição discursiva”. Desse modo, os discursos comportam um abrigo privilegiado para uma classe, ao mesmo tempo em que são excludentes para outra, de acordo com os interesses das instâncias que regulam essa produção discursiva. As imposições que se projetam em instituir determinações nos papéis de sujeitos na produção discursiva se perfazem através de um método, no qual engendra-se outra série de procedimentos. O primeiro refere-se ao *ritual*, o qual estabelece os requisitos que devem dispor os sujeitos enunciantes, assim, eles precisam ser autorizados para falar em um contexto específico.

O segundo configura a *sociedade de discurso*, nesta, a incumbência é conservar e produzir discursos que circulem em um espaço definido, a um público privilegiado. No terceiro, *doutrinas*, há outro modo de regulação que atua no sentido de imposição de regras aos sujeitos enunciantes, dessa forma, almeja-se a distribuição entre os sujeitos que compartilham uma noção de pertença recíproca, na medida em que “a única condição requerida é o reconhecimento

das mesmas verdades e a aceitação de certa regra [...] de conformidade com os discursos validados [...]” (FOUCAULT, 2004a, p. 40).

Esses princípios reguladores são possíveis porque há no poder um conjunto plural de práticas que conservam esses procedimentos nos mais variados níveis sociais:

Foucault inovou a teoria social ao pensar o poder como um conjunto plural de práticas e relações sociais constituídas historicamente, ativas por meio de dispositivos estratégicos que alcançam a todos, visto que tais poderes se exercem no interior das instituições sociais em que se desenrola a vida cotidiana do indivíduo moderno: a escola, a fábrica, a prisão, a família, o hospital, o exército (DUARTE, 2006, p. 111).

Logo, a doutrina que se institui a partir desses procedimentos de controle provoca não apenas a sujeição dos sujeitos enunciantes, mas a sujeição dos discursos a esses sujeitos. Por fim, o procedimento *apropriação social dos discursos*, que vem se fundamentar na esfera educacional, a qual incide diretamente na formação de sujeito, em seu processo formativo, construído a partir de uma rede discursiva em que estará ancorada toda a sua formação. E, assim, constitui-se também um mecanismo de “moldagem ideológica”, ou seja, “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2004a, p. 44).

Nesse sentido, como aponta Duarte (2006), a instância de dominância é “capaz de assegurar a plena posse e domínio da totalidade dos entes, tornando-os disponíveis para sua manipulação, distribuição em massa e para a sua própria organização planejada (DUARTE, 2006, p. 101). Assim, conforme proposto por Foucault (2006a), a história é tecida a partir do sistema de relações que se configuram em torno na verdade,

Uma história que não deveria ser aquela do que poderia existir de verdadeiro nos conhecimentos, mas sim uma análise dos ‘jogos de verdade’, dos jogos do verdadeiro e do falso através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, ou seja, como podendo e devendo ser pensado. (FOUCAULT, 2004c, p. 195)

Desta feita, o que vemos hoje, através dos movimentos das redes sociais, é um engajamento ao que deveria ser indefensável. A exemplo disso, o movimento pró-armamento, em agosto do presente ano – no Palácio da Alvorada – em conversa com seus apoiadores, o presidente Bolsonaro voltou a incentivar a compra de armas por parte da população. Nesse

sentido, ele chama de idiota quem afirma que é preciso comprar feijão em vez de fuzil, e dispara: “tem que todo mundo comprar fuzil, pô”⁵⁰.

[...] uma forma bastante específica e complexa de poder que tem como alvo a população, por forma principal de saber a economia política e, por instrumentos técnicos essenciais, os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2021, p. 291).

Com relação aos dispositivos de segurança e controle, “uma das principais concepções formuladas por Michel Foucault em seus escritos sobre o poder é a tecnologia do panóptico” (COSTA; SILVEIRA, 2018, p. 15). Nestes termos, conceber a ideia de modos subjetivação requer também um olhar sobre a concepção foucaultiana do modelo panóptico – “pan” que remete a tudo e “óptico” que se refere à visão –, logo, em vias gerais, o termo abrange a ideia de vigilância e controle. Na obra *Vigiar e punir* (1976), o filósofo estuda as instituições disciplinares da sociedade moderna, que apresentam, como modelo de panoptismo, o conceito de prisão estipulado por Jeremy Bentham.

Nesse sentido, Foucault atribuiu o modelo concreto da arquitetura da prisão ao sistema moderno de pensamento que reflete sobre as fábricas, as escolas, os asilos, entre outras instituições, com um conceito de vigilância permanente, sem zonas de obscurantismo. Com relação à esfera educacional, segundo Costa e Silveira (2018, p. 17), “o *locus* que produz um saber que, por sua vez, reativa o poder, que observa e escande minuciosamente os sujeitos e assim o fazendo, os controla, sobretudo porque também os produz”. No modelo educacional, o professor tem lugar privilegiado na sala de aula, senta-se estrategicamente de frente para os alunos, o que lhe permite ter uma visão ampla e um controle efetivo sobre esses alunos, logo, estabelece-se um modelo clássico do panoptismo. Nesse contexto, o autor articulou que “a disciplina exerce seu controle, não sobre o resultado de uma ação, mas sobre seu desenvolvimento” (2021, p. 106)

Na obra *Microfísica do poder* (2021), é apresentada uma entrevista intitulada *O olho do poder*, na qual Foucault discorre sobre o jornalismo como mecanismo de panoptismo, ao afirmar que não há zonas obscuras no próprio poder. Assim sendo, na contemporaneidade, o panoptismo é uma realidade crescente e imponderável. O panoptismo é ressignificado a partir da ideia de que a segurança dos cidadãos depende de um sistema de vigilância ininterrupto, uma vigilância onipresente das câmeras de vigilância. Mas não somente, com as novas

⁵⁰ Fonte do vídeo: G1 Globo: *Bolsonaro chama de idiota quem afirma que é preciso comprar feijão em vez de fuzil*. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/08/27/bolsonaro-chama-de-idiota-quem-afirma-que-e-preciso-comprar-feijao-em-vez-de-fuzil.ghtml>.

tecnologias dos celulares, há uma ampla adesão, mediante isso, a própria população passa a ser instrumento panóptico, ao “vigiar” e divulgar na internet comportamentos de outras pessoas.

Nas prisões, isso tem a sua prática mais absoluta, em sua obra *Vigiar e punir* (1999c), Foucault apresenta a questão do poder na trajetória desde a antiguidade à era moderna. Na antiguidade, os imperadores romanos exibiam seu poder ostentando grandes desfiles de seus exércitos, vangloriando-se de sua força e do poderio de seu império. Esse poder também é reforçado nos grandes eventos de combates, em que a multidão assistia a carnificina nas arenas em nome desses imperadores, também havia esquartejamento e decapitações em praças públicas, com intuito de intimidação. Todavia, na era iluminista, essas práticas foram severamente combatidas, advogando contra o enforcamento e o assassinato e em favor do encarceramento, como forma de moldar o comportamento do indivíduo. Os iluministas relegavam o encarceramento nas masmorras – onde se praticavam inúmeros atos de tortura – e as execuções públicas, eles anelavam que o indivíduo condenado deveria ser transformado dentro de uma instituição disciplinar.

Por outro lado, nessa contramão conceitual, essa concepção enfrentou uma mudança drástica. Hodiernamente, os programas de *reality show* de grande audiência, como *Big Brother* e *A Fazenda*, são grandes exemplos de que o panoptismo sofreu uma inversão, ou seja, as pessoas se inscrevem para serem vigiadas, para expor suas posturas, com intuito de ganharem visibilidade, fama e dinheiro. E, assim, a prática ganha notoriedade no modo de viver do indivíduo. Outros programas e aplicativos para celular reforçam essa ideia de ganhar visibilidade, de ser “seguido”, de ser *influencer*.

Dessa maneira, percebe-se um movimento que reconfigura o papel do panoptismo, ou seja, os indivíduos que resistiam à ideia de serem vigiados, que compreendiam o panoptismo como uma prática de opressão, presenciaram a grande mudança nesse cenário, na medida em que esse conceito deixou de ser um lugar exclusivo de poder e transmutou para uma ponte para a fama. Mediante isso, a visibilidade panóptica tornou-se de grande relevância à cultura na sociedade contemporânea. Assim, há uma captura da subjetivação em ambos os casos, ainda que se configure diferentemente.

E essas novas formas de captura, no auge da era midiática e das redes sociais, no âmbito da política, serão cruciais para entender como o movimento bolsonarista se articula e ganhou tamanha notoriedade e adesão. Uma reflexão pertinente nesse âmbito é considerar a potência discursiva e o impacto que as *fake news*, os discursos antivacinas, a incitação à quebra dos protocolos de segurança e os ataques aos estudos científicos que atestam a ineficácia da hidroxicloroquina – oriundos de pronunciamentos oficiais do presidente Jair Bolsonaro, de

entrevistas, e de seu canal no YouTube, os quais orbitam em todas as redes sociais – produzem sobre os aliados e apoiadores.

Uma reflexão pertinente nesse âmbito é considerar a potência discursiva e o impacto que as *fake news*, os discursos antivacinas, a incitação à quebra dos protocolos de segurança e os ataques aos estudos científicos que atestam a ineficácia da hidroxicloroquina - oriundos de pronunciamentos oficiais do presidente Jair Bolsonaro, de entrevistas, e de seu canal no YouTube, os quais orbitam em todas as redes sociais - produzem sobre os aliados e apoiadores.

II BIOPODER E BIOPOLÍTICA

2. O novo *locus* do embate político

*A historicidade que nos domina e nos determina
é belicosa e não linguística.
Relação de poder, não relação de sentido.
Michel Foucault, 1977*

O avanço nas tecnologias de comunicação tem promovido uma quebra de paradigma na rotina e nos hábitos da sociedade contemporânea. A internet e as redes sociais têm engendrado novas configurações não apenas na interação social, mas também de engajamento político. As redes sociais têm propiciado também a adesão a diversos movimentos sociais, e, por isso, estabelece-se como uma ferramenta eficaz para promover visibilidade não só às comunidades minoritárias, mas também às denúncias em geral, instanciando sempre novas formas de mobilização popular, além de instigar o consumo e recrutar novos adeptos às novas formas de interação.

A partir de então, a dimensão política da internet tem tomado grandes proporções no ativismo do antagonismo político no Brasil contemporâneo. A internet se tornou a nova arena dos embates políticos, na sua multiplicidade de plataforma digitais e possibilidades de atuação, e, desse modo, o discurso político institui o seu novo *locus*, ganhando ampla notoriedade a adesão. Nesse contexto, um dos grandes desafios é a profusão de informações que circulam no mundo digital, que é infinita e na temporalidade do instantâneo.

Nesse ínterim, institui-se debates e confrontos sobre o antagonismo frontal que as redes sociais propiciam, a partir da efervescência do cenário político. De um lado, os apologistas idealizam a “sociedade de informação” e se posicionam em favor da internet como recurso necessário e salutar à evolução humana. Por outro lado, céticos tecem discursos pessimistas acerca da influência da internet sobre as sociedades contemporâneas. Portanto, faz-se relevante examinar essa relação ambivalente entre as novas redes de comunicação, a informação e a democracia. Inicialmente, insta clarificar sobre a própria ideia de democracia, no seu aspecto deliberativo, sobre o contexto das atuais sociedades complexas e pluralistas, as quais convergem para o funcionamento em um espaço público politicamente ativo e igualitário, como elemento central.

Isto posto, interessa agora averiguar quais as contribuições efetivas que a internet agrega à democracia, em função de condições de desenvolvimento efetivas, não no sentido das tecnologias em si, mas do favorecimento de um ambiente social promissor, no qual a concepção de democracia se constitua de forma plena, justa e com equidade. Com isso, relega-se a ótica

da internet enquanto uma realidade estática – nas suas potencialidades dentro de uma visão benéfica ou não, enquanto qualificadores precisos –, logo, privilegia-se a concepção da internet como algo inerentemente atrelado à contingencialidade da vida humana, mas sujeito à ação e não para além ou sobreposto ao indivíduo.

Nessa medida, o proposto aqui é mais um gesto prospectivo no cenário político, pois, conforme afirma Dahlgren (2001), é necessário e indispensável um trabalho sistemático de análise social para explorar esses aspectos, já que: “[...] a complexidade da Net ou os seus impactos não se reduzam a uma avaliação unilateral, inequivocamente positiva ou negativa” (2001, p. 46). Nestes preceitos, cumpre avaliar, principalmente, enquanto práticas comunicacionais, seus efeitos e os impactos na sociedade brasileira.

“[...] se as formas arquitectónicas da Internet podem encorajar o desenvolvimento de novas formas de comunicação, também a cultura online pode gerar novas regras de interacção, as quais com o tempo acabarão por se enraizar no próprio software e nos sistemas tecnológicos” (DAHLBERG, 2004, p. 37).

A partir dessa premissa, as mídias e as redes sociais se proliferam na cultura brasileira em alta intensidade. Estima-se que mais de 70% dos brasileiros utilizam as redes sociais com assiduidade. Nas redes sociais, o indivíduo tem a sua função e sua identidade cultural, o que permite uma grande profusão de identificação, a partir de interesses afluentes. Essa relação com os outros indivíduos forma um todo coeso que representa uma nova rede de pessoas envolta em interesses distintos, tais como esporte, entretenimento, educação, política etc.

As redes sociais são parte muito atuante na vida social dos brasileiros. O país lidera o terceiro lugar no *ranking* mundial no uso das redes sociais, ficando atrás somente das Filipinas e da Colômbia.⁵¹ Estima-se que, no Brasil, há mais de 150 milhões de usuários das redes sociais, o que estabelece um percentual de 70,3%, um dos maiores do mundo. Outro fator relevante é o fato de o Sudeste ser a região com o maior número de usuários, cerca de 78% utilizam as redes sociais regularmente.

Ao se pensar a ressonância dessa dimensão durante a pandemia, percebe-se que essa nova configuração de se relacionar se potencializou de forma predominantemente, contudo, há uma credibilidade perigosa atribuída às informações veiculadas pela internet por grande parte do público brasileiro. E isso constituiu um fator de grande relevância à consolidação efetiva na

⁵¹ Fonte: Revista Seguro: *Pesquisa releva o ranking das redes sociais no Brasil e no mundo*. Disponível em: <https://revistasegurototal.com.br/2021/09/17/brasil-e-o-3o-pais-que-mais-usa-redes-sociais-no-mundo/>.

campanha de Jair Bolsonaro, e na articulação do movimento bolsonarista, principalmente no que tange às *fakes news*.

Em 2018, a ultradireita teve um papel de grande influência no cenário político brasileiro, a partir disso, a sua materialização, sua articulação e seu engajamento se deram não nas instâncias convencionais, como tradicionalmente se fazia, o palanque foi substituído por um movimento profuso e intenso nas redes sociais. Desse modo, o campo político foi reconstituído pelas novas formas de ação e interação política, que foram possibilitadas pela internet.

Assim, o movimento bolsonarista se tornou uma grande vertente política, apesar de mais extremada, dentro do espectro ideológico direitista. A adesão se deu, principalmente, a partir da instância virtual, onde o bolsonarismo utilizou os recursos da internet como estratégia de marketing, divulgação e engajamento. A projeção desse movimento cresceu de forma rápida e intensa e se consolidou como um movimento sob o *slogan* de combate à corrupção, de restauração dos valores da “família tradicional” e do nacionalismo exacerbado.

O que se acreditava ser distopia, consolida-se como realidade. Hoje é um fato averiguado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que o bolsonarismo se constitui como um movimento de extrema direita engajado e articulando discursos pautados em *fake news*, dados manipulados, ataques aos que fazem críticas ao governo e ao desmonte da educação, visando descredibilizar autoridades competentes, com intuito de instalar o caos e a desordem, aspirando a ruptura institucional. O catalisador desse movimento se consolidou através do “gabinete do ódio”, por meio das redes sociais e de grupos de WhatsApp; movimentos que são coordenados para deturpar as notícias, promovendo o alarmismo, o medo e a revolta entre a população.

O protagonismo da internet na disseminação e no arrebanhamento de novos adeptos foi um grande aliado do bolsonarismo desde o começo. Ainda em campanha à presidência, Jair Bolsonaro sempre utilizou suas redes sociais para se promover e para promover a sua plataforma governista. As redes sociais de Bolsonaro estão recheadas de publicações preconceituosas, as quais suscitam não apenas a violência, mas também propagam informações falsas e ataques a ministros do STF e contra as urnas eletrônicas. Em agosto de 2022, o YouTube excluiu uma gravação de um evento com embaixadores no qual o presidente Bolsonaro fez novamente ataques ao sistema de urnas eletrônica. No evento, realizado em julho, no Palácio da Alvorada, o mandatário reuniu embaixadores e questionou o sistema eleitoral brasileiro,

reafirmando suas suspeitas sobre as eleições de 2018, as quais já foram desmentidas pelos órgãos oficiais.⁵²

O presidente usa suas redes sociais para atacar diretamente os ministros do STF e arregimentar novos apoiadores. Bolsonaro se mantém como o campeão de audiência em relação aos outros candidatos nas redes sociais, e, para isso, está inserido em todas as plataformas digitais, para um maior alcance entre os internautas. E uma das estratégias é desferir ataques, como o ataque no Twitter à cantora Anitta, que, em seu show nos Estados Unidos, defendeu as cores da bandeira nacional. O post do mandatário foi o campeão de curtidas e retuítes, no Instagram, também houve grande repercussão. Em resposta, Anitta afirmou que os administradores das contas do Chefe do Executivo se aproveitaram da projeção global para se promover.⁵³

O mandatário usou um evento eleitoral, no dia 30 de julho de 2022, em São Paulo, para atacar mais uma vez o STF. Com declarações distorcidas, ele conclamou seus apoiadores aos desfiles oficiais do 7 de setembro, nos quais pretende promover, mais uma vez, atos contra a democracia⁵⁴, como o ato de 2021, no qual os discursos inflamados instigaram a população a agir contra os ministros do STF e a promover, abertamente, uma ruptura institucional, além de realizar ameaças explícitas. O Chefe do Executivo está sempre propagando o nacionalismo exacerbado que, contraditoriamente, fere princípios essenciais dos direitos fundamentais, além dos deveres na amplitude da cidadania.

Em 11 de junho de 2022, em entrevista a jornalistas em Orlando (EUA), Bolsonaro desferiu ataques contra o ministro do STF Alexandre Moraes, criticando a condução do inquérito das *fake news*. Bolsonaro questionou a quem Moraes pode estar ligado e sob quais interesses, e, no ápice dos ataques, chegou a questionar se o ministro é um psicopata.⁵⁵ A retórica bolsonarista tem por marca registrada a intolerância, o ataque, a reificação, o preconceito e o negacionismo. Todos esses elementos são plenamente articulados à conveniência do jogo de interesses no cenário político. Desta forma, enfatiza-se uma polêmica que vem acompanhando o governo de Bolsonaro desde a sua campanha, que trata

⁵² Fonte: G1: *YouTube tira do ar gravação de evento com embaixadores em que Bolsonaro fez ataques às urnas*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/08/10/youtube-tira-do-ar-gravacao-de-evento-com-embaxadores-em-que-bolsonaro-fez-ataques-as-urnas.ghtml>.

⁵³ Fonte: Correio Braziliense: *Bolsonaro se mantém como o campeão de audiência nas redes sociais*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/04/5001818-bolsonaro-se-mantem-como-o-campeao-de-audiencia-nas-redes-sociais.html>.

⁵⁴ Fonte: Folha de S. Paulo: *Bolsonaro usa evento eleitoral para atacar STF e chamar a atos do 7 de Setembro*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/bolsonaro-usa-evento-eleitoral-para-atacar-stf-e-chamar-a-atos-do-7-de-setembro.shtml>.

⁵⁵ Fonte do vídeo: CNN Brasil. *Bolsonaro volta a atacar o ministro Alexandre de Moraes*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ipOqFbR6ec>.

especificamente das *fakes news*, engendradas pelo “Gabinete do Ódio” e coordenado pela família Bolsonaro.

Em dezembro de 2019, as *fake news* entraram na mira das investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), no Congresso Nacional. O “Gabinete do Ódio” – como ficou conhecido o grupo formado pelo vereador e filho do presidente Carlos Bolsonaro (PSC) e três servidores: Tércio Arnaud Tomaz, José Matheus Sales Gomes e Mateus Matos Diniz – produz relatórios diários, a partir de sua própria perspectiva, sobre os fatos do Brasil e do mundo disseminando *fake news* promovendo a desinformação. Eles também são responsáveis pelas redes sociais da Presidência da República. O grupo ficou conhecido depois do depoimento de Joice Hasselmann (PSL-SP), ex-líder do governo no Congresso, com a denúncia de que os assessores em questão disseminavam notícias falsas, através dos canais digitais.

Em maio de 2020, o inquérito avança e apura tanto o esquema de *fake news* quanto de ataques a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Deputados que eram aliados do governo forneceram detalhes do *modus operandi* do “Gabinete do ódio”. Dessa estrutura se desferia ataques ofensivos à adversários políticos, autoridades e instituições, com conteúdo de ódio, subversão da ordem democrática e suscitando a quebra da normalidade institucional. O relator do inquérito, Alexandre de Moraes (STF), asseverou que as provas coletadas e os laudos periciais apontam para a articulação de uma provável associação criminosa dedicada à propagação de *fake news* – o “Gabinete do Ódio”. O inquérito aponta Carlos Bolsonaro e os três assessores supracitados no *front* dos ataques e das *fake news*, que são disseminadas em tom beligerante, através de estratégias nas mídias digitais da presidência e da família Bolsonaro.⁵⁶

O deputado Heitor Freire (PSL-SP) afirmou que Sales e Arnaud são assessores especiais da presidência e Diniz é assessor da Secretaria de Comunicação Social (Secom), segundo o Portal da Transparência, eles foram nomeados em janeiro de 2019 e recebem remunerações acima de R\$ 10 mil reais. Freire também informa que a atuação é regionalizada, ou seja, eles têm vários articuladores espalhados pelos estados, e a maioria são assessores de parlamentares federais e estaduais, portanto, utilizando de estruturas públicas para fins político-ideológicos. Segundo o deputado Nereu Crispim (PSL-RS), o grupo se configura com um viés conservador extremista e organizava ataques visando adversários, instituições e a própria desmoralização do Supremo, do Senado e da Câmara, pregando a desnecessidade de suas existências, buscando alcançar, assim, uma ruptura constitucional.

⁵⁶ Fonte: UOL Congresso em foco: *Ex-aliados de Bolsonaro mostram como funciona o Gabinete do Ódio*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/ex-aliados-de-bolsonaro-detalham-modus-operandi-do-gabinete-do-odio/>.

Em seu depoimento, a ex-líder do governo afirmou que a organização atuava de forma coordenada nas redes sociais, de modo que, ao surgir uma postagem ou *hastag* ofensiva ao STF ou algum de seus membros, um dos membros retransmitia nos muitos perfis e para os muitos grupos que eles coordenavam, assim, a atuação era realizada tanto pelos integrantes como pelos robôs.

Foucault (2021) afirma, em seus postulados, que o poder não é uno, mas múltiplo, dessa forma, pode-se asseverar que o poder não tem um lugar específico na tópica social, ele é exercido em toda parte, nas instituições, no ensino, nas relações familiares, institucionais e profissionais, nos movimentos sociais, na igreja, na arte, na imprensa, e, agora, tem seu novo *locus* nos redutos da internet e nas redes sociais. Em todas as esferas há vozes autorizadas, há discursos opressores, há atuação persuasiva. O poder não tem um espaço definido e nem um tempo específico, ele perpassa toda a história e todas as práticas da humanidade.

Em fevereiro de 2022, mais uma polêmica tomou as redes sociais e ganhou ampla repercussão, trata-se das declarações do YouTuber brasileiro Bruno Aiubi, conhecido como Monark, que, em uma entrevista no programa Flow Podcast, se posicionou a favor da criação de um partido nazista: “Eu acho que tinha que ter um partido nazista reconhecido pela lei”. Na entrevista, participava o deputado federal Kim Kataguiri (Podemos/SP), que também se manifestou passível à proposta de Aiubi: “por mais absurdo” que seja o que alguém defende, “não deveria ser crime”. A deputada federal Tabata Amaral (PSB/SP), presente na entrevista, condenou essas declarações. No programa, Aiubi disparou: “a esquerda radical tem muito mais espaço do que a direita radical; as duas tinham que ter espaço”, e acrescentou: “Se o cara quiser ser um antijudeu, eu acho que ele tinha direito de ser”.⁵⁷

Após a repercussão, o vídeo do Flow Podcast foi retirado do ar pela produtora e o apresentador foi demitido. Em resposta ao vídeo, houve grandes protestos nas redes sociais, por parte de associações judaicas, políticos, líderes sociais, instituições e ministros do STF. A própria diplomacia alemã repudiou as declarações. A Procuradoria Geral da República, chefiada por Augusto Aras, analisou o teor das declarações de Bruno Aiubi e do deputado federal Kim Kataguiri (DEM-SP) e deu um prazo para que eles se pronunciassem por escrito sobre a investigação que foi instaurada pelo órgão, para apurar possível de crime de apologia

⁵⁷ Fonte: Correio Braziliense: *Entenda o caso de apologia ao nazismo iniciado pelo youtuber Monark*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/02/4983875-entenda-o-caso-de-apologia-ao-nazismo-iniciado-pelo-youtuber-monark.html>.

ao nazismo⁵⁸. O Ministério Público Federal (MPF) também investiga Bruno Aiubi por apologia ao nazismo, ele também foi banido do YouTube, no qual está proibido de criar um novo canal para monetizar vídeos. Contudo, iniciou um novo projeto, o “Monark Talks”, na plataforma de vídeos Rumble.

O que há em comum entre esses dois protagonistas das redes sociais que fazem apologia a movimentos neonazistas? Em uma entrevista no mesmo programa, em julho de 2021, Bruno Aiub declarou que havia votado em Bolsonaro, mas atualmente estava triste com a sua forma de governar⁵⁹. Já o deputado Kim Kataguiri, também era um apoiador de Bolsonaro e andava por sua cartilha, mas hoje mantém uma relação conturbada com o mandatário. A animosidade que se instaurou produziu grandes polêmicas com as trocas de ofensas e denúncias nas redes sociais.⁶⁰ Diante disso, observa-se que discursos pró-nazismo são acolhidos e propagados abertamente a partir, principalmente, da gestão de Bolsonaro, na qual grupos representativos sentem mais liberdade e abertura para defender movimentos mais extremados.

Esses elementos serão abordados no decorrer desta pesquisa. Nesta iniciativa teórica foucaultiana, insta investigar as relações de poder que mediam a retórica bolsonarista em seus aspectos beligerante, discriminatório, xenófobo e violento. Ponderar sobre a forma de engendramento e de ressonância na sociedade brasileira, promovendo identificação e adesão crescente. Insta, portanto, considerar essas práticas discursivas e a forma que elas intervêm na realidade e nas ações de seus seguidores.

Para Foucault (1995b), as relações de poder, relações de comunicação e capacidades objetivas são domínios que se imbricam e estão sempre atuantes, e, nesse sentido, de um lado haveria o domínio das coisas, da técnica concluída, do trabalho e da transformação do real; do outro lado, o domínio dos signos, da comunicação e da fabricação de sentido. Esses domínios se retroalimentam, se apoiam reciprocamente e se servem mutuamente de instrumento. Nas sociedades, não há de fato um equilíbrio na coordenação entre as relações de poder, os sistemas de comunicação e as capacidades objetivas (atividades com um fim específico); eles são ajustados de diversas formas e circunstâncias sobre um modelo específico. Existem também

⁵⁸ Fonte: VEJA: *Avança a investigação sobre o caso de nazismo de Monark e Kim Kataguiri*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/avanca-a-investigacao-sobre-o-caso-de-nazismo-de-monark-e-kim-kataguiri/>

⁵⁹ Fonte do vídeo: Diário Centro do Mundo. *Monark afirma que votou em Bolsonaro e se diz “triste” por não ter 3ª via em 2022*. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/video-monark-afirma-que-votou-em-bolsonaro-e-se-diz-triste-por-nao-ter-3a-via-em-2022/>.

⁶⁰ Fonte do vídeo: Uol News: *Kim Kataguiri sobre apoio a Bolsonaro em 2018: 'Não esperávamos que seria...* Disponível em: <https://olimpiadas.uol.com.br/videos/?id=kim-kataguiri-sobre-apoio-a-bolsonaro-em-2018-nao-esperavamos-que-seria-l-04024C183964D0C96326>.

‘blocos’ nos quais há um afinamento das capacidades, das redes de comunicação e das relações de poder e que “constituem sistemas regulados e concordes” (FOUCAULT, 1995b, p. 241).

Deste "*poder*", é preciso distinguir para já daquele que se exerce sobre as coisas e que dá capacidade de as modificar, de as utilizar, de as consumir e de as destruir - um poder que remete para aptidões diretamente inscritas no corpo ou mediadas por extensões instrumentais. Digamos que se trata aqui de *capacidade*. O que caracteriza pelo contrário o "*poder*" que se trata de analisar aqui, é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos) [...] (FOUCAULT, 1995b, p. 240).

Desse modo, a ideia de acionar o termo alemão *blitzkrieg* e atrelar ao movimento bolsonarista põe na esteira de análise os produtos que são oriundos das relações de poder nesse momento histórico, do embate e do próprio exercício de poder a partir da gestão de Bolsonaro, evocando não apenas o olhar sobre o governo e as instituições em que há convergência de práticas discursivas que se reafirmam, mas também estendendo o olhar sobre o próprio indivíduo inserido nessa sociedade, sobre as formas como tais práticas discursivas se engendram em sua realidade e convertem as suas convicções pessoais, a sua forma de conceber o mundo e seu lugar social. Trata-se de pensar essas relações de poder como o próprio exercício de poder, como um modo de ação sobre as ações dos outros. Nessa perspectiva analítica, afirma Dreyfus e Rabinow (1995):

Em primeiro lugar, as relações de poder são “desiguais e móveis”. O poder [...] é uma operação de tecnologias políticas através do corpo social. O funcionamento destes rituais políticos de poder é exatamente o que estabelece as relações desiguais e assimétricas. (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 203)

Foucault (1995) assinala que as “relações de poder se enraízam no conjunto da rede social”; que não há um princípio de poder primórdio em que exerça seu domínio até o menor elemento da sociedade, e sim,

a partir desta possibilidade de ação sobre a ação dos outros (que é co-extensiva a toda relação social), múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de institucionalização mais ou menos setorial ou global, organização mais ou menos refletida, que definem formas diferentes de poder (FOUCAULT, 1995b, p. 247).

Portanto, esta pesquisa não se limita apenas à gestão e postura de Jair Bolsonaro, mas busca compreender o movimento social que se instaurou a partir de seus discursos e práticas discursivas, e que vem crescendo e se engajando, para além de sua figura. Intui-se analisar as

relações de poder que subjazem a esse movimento e como isso se projeta na sociedade brasileira.

2.1 Discurso, (pós)verdade e transpolítica

Finalmente, em lugar de estreitar, pouco a pouco, a significação tão flutuante da palavra "discurso", creio ter-lhe multiplicado os sentidos.
Foucault, 1969

Segundo Piovezani, Curcino e Sargentini (2021), as relações entre a linguagem e a produção das verdades comportam uma série de variações interrelacionais, integrando, assim, uma rede complexa em que os seus elementos são passíveis às divergências de perspectiva, atuando até de forma diametralmente oposta. O mundo ocidental sofreu grandes transformações ao longo de sua história, principalmente na era moderna, como, por exemplo, o processo histórico de “desencantamento do mundo”, assim, a partir do momento histórico em que a igreja não detinha mais a insígnia do discurso verdadeiro, surgem a ciência e a tecnologia como modos de produção de verdade. Contudo, isso não significa que o espaço religioso tenha perdido de todo o seu campo de fonte de verdade, mas que essas novas esferas tenham passado a produzir suas próprias verdades e atuado em outros modos de produções de verdade, em outros setores das sociedades modernas e contemporâneas.

[...] relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e (...) estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade (FOUCAULT, 2021b, p. 179-180).

Embora ao longo do tempo, a religião tenha perdido parte de sua influência como ponto central de produção de verdade – já que outorgou a si a função de porta-voz da justiça divina –, as ciências passaram a produzir suas verdades e validar seu campo de verdade junto a outros setores das sociedades modernas. Contudo, o anticientificismo ainda encontra abrigo em específicos grupos sociais. Atualmente, o anticientificismo se tornou uma característica bem atuante no bolsonarismo, e que vem ganhando cada vez mais adeptos. Para exemplificar, as redes sociais estão recheadas de discursos terraplanistas, de grupos antivacinas, e de discursos que atacam a ciência e negam a existência do vírus da Covid-19. Um ícone do negacionismo

bolsonarista era Olavo de Carvalho, o escritor e ideólogo da direita colecionava em suas redes sociais postagens minimizando a letalidade do vírus, e chegou a chamar a pandemia de “historinha de terror para acovardar a população”, conforme postou em maio de 2020, no Twitter.⁶¹

Em janeiro de 2022, morre Olavo de Carvalho, uma semana após ter sido veiculado em seu grupo oficial na rede social Telegram que contraído Covid-19 e que precisava cancelar as aulas que ministrava on-line⁶². No entanto, a causa de sua morte não foi confirmada. A imprensa internacional se referiu a Olavo de Carvalho como “controverso e negacionista.”⁶³

O anticientificismo bolsonarista foi constituído, principalmente, a partir dos pronunciamentos e da postura do presidente – e acatado pela ala direitista –, que sempre advogou em favor da quebra dos protocolos de segurança, contra o isolamento social, que manifestou resistência à compra e realizou com grande atraso a aquisição das vacinas, além de induzir o uso da hidroxicloroquina para combater o vírus em suas *lives* e entrevistas, ainda que não houvesse qualquer eficácia comprovada cientificamente. Em toda sua trajetória enquanto Chefe do Executivo, Bolsonaro endossou o uso de hidroxicloroquina e outros remédios sem eficácia comprovada para o tratamento preventivo do vírus da Covid-19. Em janeiro de 2021, ele voltou a postar em suas redes sociais uma suposta eficácia do medicamento. Em entrevista à jornalista Ana Paula Henkel, da rádio Jovem Pan, ele apresentou um estudo de uma revista americana sobre o tratamento ambulatorial precoce do vírus.⁶⁴

Em junho de 2021, durante uma cerimônia de entrega de casas populares no município de São Mateus - ES, o presidente voltou a defender o uso de hidroxicloroquina. Ele afirmou que optou, desde o início da pandemia, a ir às ruas, ao invés de ficar do Palácio da Alvorada, e que, quando contraiu o vírus, tomou o medicamento: “Criticado por isso, poderia ter ficado no Palácio da Alvorada com todo o conforto do mundo, mas sempre preferi ficar ao lado do povo, sabendo que tinha um vírus mortal. Fui acometido do vírus e tomei a hidroxicloroquina”, disse Bolsonaro.⁶⁵

⁶¹ Fonte: BBC News: *Morre Olavo de Carvalho: guru do bolsonarismo disse que covid era 'historinha de terror'*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60124170>.

⁶² Fonte: *Olavo de Carvalho cancela aulas por estar com covid-19*. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,olavo-de-carvalho-cancela-aulas-por-estar-com-covid-19,70003952669>.

⁶³ Fonte: G1: *Controverso e negacionista: veja como a imprensa estrangeira noticiou a morte de Olavo de Carvalho*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/controverso-negacionista-veja-como-imprensa-estrangeira-noticiou-morte-de-olavo-de-carvalho-25367429>.

⁶⁴ Fonte: UOL: *Bolsonaro e Alexandre Garcia usam estudo antigo para defender cloroquina*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/01/15/bolsonaro-estudo-revista-cloroquina-agosto.htm>.

⁶⁵ Fonte: Agência Brasil: *Durante entrega de casas, Bolsonaro defende uso de hidroxicloroquina*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-06/durante-entrega-de-casas-bolsonaro-defende-uso-de-hidroxicloroquina>.

Segundo Piovezani, Curcino e Sargentini (2021, p. 11): “As afirmações, as relativizações e as negações das verdades não se processam fora da história. Elas têm causas e efeitos políticos e são fenômenos discursivos por excelência”. De acordo com esses autores: “as diversas relações entre a ordem do discurso e as verdades, sejam firmadas taxativamente, sejam objeto de crítica ou de adesão parcial, sejam ainda recusadas de modo absoluto, podem tanto libertar quanto assujeitar” (PIOVEZANI; CURCINO; SARGENTINI, 2021, p. 12).

A Sociedade Brasileira de Imunização (SBIm) manifestou sua crescente preocupação com o panorama de grupos que contestam a vacinação contra a Covid-19. Em dezembro de 2020, segundo um levantamento do Instituto Datafolha, o percentual de brasileiros dispostos a se vacinar caiu de 89% para 73% durante o mês de dezembro, e o dos que se posicionaram contra a vacina havia crescido de 9% para 22%, e isso ocorreu no auge de mortes causadas em decorrência do vírus. Segundo o professor do Instituto de Química da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e membro da força-tarefa da universidade no combate à Covid-19, Luiz Carlos Dias: “Desconfiar das vacinas ou não aderir às campanhas pode levar a perdas irreparáveis”. Ele também frisou que a atuação do movimento antivacina é “absolutamente irresponsável, criminoso”, principalmente frente a uma emergência mundial.⁶⁶

Diante do trágico cenário, o procurador-geral da República, Augusto Aras, se posicionou em favor de que os governadores pudessem determinar a vacinação obrigatória para o combate à pandemia de Covid-19 e enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF). Aras também alegou no parecer: “caso o Ministério da Saúde não aja para garantir a imunização da população ou eventualmente adote critérios (técnicos e científicos) para a imunização que não sejam adequados; e levando em conta a realidade local, fixando a obrigatoriedade apenas no território estadual”.⁶⁷ E, em resposta ao pedido de Aras, o STF definiu, por dez votos a um, que a vacina é obrigatória e que os estados, o Distrito Federal e os municípios têm autonomia para estabelecer regras para a imunização.⁶⁸

Em todo o mundo, sempre houve grupos que se posicionavam contra a vacina, todavia, o que mais coadunou para esse índice crescente foi a desinformação propagada pelas *fakes news*, oriundas da central de comando do movimento bolsonarista, o “gabinete do ódio”,

⁶⁶ Fonte: O Globo: *Como desinformação e grupos antivacina ameaçam combate à covid-19 no Brasil*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/como-desinformacao-grupos-antivacina-ameacam-combate-covid-19-no-brasil-24806374>.

⁶⁷ Fonte: G1: *PGR defende no STF que estados possam determinar vacinação obrigatória contra a Covid-19*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/25/pgr-defende-no-stf-que-estados-possam-determinar-vacinacao-obrigatoria-contra-a-covid-19.ghtml>.

⁶⁸ Fonte: G1: *STF decide que a vacina contra o coronavírus é obrigatória*. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/12/17/stf-decide-que-a-vacina-contra-o-coronavirus-e-obrigatoria.ghtml>.

liderado por Carlos Bolsonaro, filho do presidente, conforme abordado anteriormente. O grupo formado pelo vereador do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro (PSC), e pelos assessores Tércio Arnaud Tomaz, José Matheus Sales Gomes e Mateus Matos Diniz, tornou-se alvo das investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das *Fake News* em 2019, por sua atuação na disseminação de notícias falsas.

Segundo a ex-aliada do Planalto, Joice Hasselmann, durante seu depoimento, o chamado “gabinete do ódio” é integrado ainda pelo assessor especial da Presidência da República Filipe Martins, que é próximo ao deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Ela também afirmou que esse grupo é um dos mais ativos propagadores de notícias falsas e difamações. “Estou mostrando o *modus operandi*, estou mostrando pessoas ganhando dinheiro público para atacar pessoas”.⁶⁹

Os conteúdos antivacinas cresceram uma margem de 131% nas redes sociais, em plena campanha de imunização contra Covid-19, conforme aponta projeto ligado à USP. De acordo com um estudo da União Pró-Vacina (UPVacina) – projeto articulado pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP de Ribeirão Preto (SP), em parceria com diferentes universidades e centros de pesquisa – falsos casos de mortes e teorias da conspiração sem qualquer evidência científica protagonizaram o aumento de *fake news* sobre a vacinação contra a Covid-19. Segundo o estudo, só em janeiro de 2021, dois grupos disseminaram no Facebook 257 posts com dados falsos, contra 111 postados em dezembro de 2020.⁷⁰

Segundo o fundador da UpVacina, João Henrique Rafael Junior: “A principal razão é o início da vacinação, com uma demanda maior por informações e, com a ansiedade do público, esses grupos aproveitam essa demanda para disseminar desinformação”. O fundador também questiona a eficácia do Facebook em combater essas *fakes news*. Embora sempre houvesse grupos que se posicionem contra as vacinas, em geral, postagens falsas promovem não apenas desinformação, mas descredibilizam a eficiência e promovem o pânico entre a população, principalmente aqui no Brasil.

[...] a crescente difusão das *fakes news* e a emergência das noções de “pós-verdade” e “fatos alternativos” têm produzido efeitos bastante perversos. Retrocessos políticos e sociais, intolerâncias a comportamentos, adesões a

⁶⁹ Fonte: CPMI mira no 'gabinete do ódio' em investigação sobre disseminação de fake news. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/politica/2019/12/715876-cpmi-mira-no-gabinete-do-odio-em-investigacao-sobre-disseminacao-de-fake-news.html>.

⁷⁰ Fonte: G1: Conteúdo falso antivacina cresce 131% em rede social com início da imunização contra Covid, aponta projeto ligado à USP. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2021/02/26/conteudo-falso-anti-vacina-cresce-131percent-em-rede-social-com-inicio-da-imunizacao-contr-covid-aponta-projeto-ligado-a-usp.ghtml>.

preconceitos de classe e de gênero e difusões massivas de ideias e ações reacionárias ou populistas consolidam-se e expandem-se com força e alcance assustadores (PIOVEZANI; CURCINO; SARGENTINI, 2021, p. 11).

Os autores supracitados apontam que as redes sociais têm um papel de protagonismo na força e potência na propagação de *fake news*, haja vista, “seu uso constante e disseminado e suas interconexões com os veículos da mídia de diversos extratos e ideologias”. Ainda segundo os autores, “os ataques às políticas afirmativas, aos programas de combate às desigualdades sociais e econômicas”, bem como a “ascensão de tendências neofascistas de toda ordem” como ressonância do espectro político da extrema direita são resultados desse movimento que está em franco desenvolvimento na Europa, nos EUA e no Brasil. (PIOVEZANI; CURCINO; SARGENTINI, 2021, p. 11-12).

Em campanha à Presidência da República, o ex-juiz e ex-ministro de Bolsonaro, Sergio Moro, sente a força e o poderio de ataque do Gabinete do Ódio, comandado por Carlos Bolsonaro. Os ataques têm sido centralizados nas redes sociais, visando minar a reputação do ex-ministro e a desconstrução de seus discursos, após uma troca de denúncias com o presidente. Mediante a adesão a Moro por parte de ex-apoiadores de Bolsonaro e devido à insatisfação com sua atuação e sua recuada após discursos inflamados em 7 de setembro de 2021, o filho do mandatário e seus assessores, responsáveis pelas redes sociais, articularam várias *fake news* em relação a Sérgio Moro.⁷¹

Foucault (2004a) afirma que “o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito”, dessa forma, “a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, da enunciação, para o próprio enunciado” (FOUCAULT, 2004a, p.15).

No que se refere às tendências contemporâneas de conceber as relações entre discurso e verdade, elas são frequentemente consideradas um momento libertário, uma vez que nos permitem desprender-nos de dogmas, ortodoxias e autoridades exclusivas de pesadas e passadas tradições. (PIOVEZANI; CURCINO; SARGENTINI, 2021, p. 11)

Assim, com a destituição do discurso verdadeiro via poder, a política, a religião, a ciência e a mídia deixam de ser referenciais de fontes de verdade e de percurso a seguir. Dessa maneira, ao longo do tempo, a credibilidade que se reportava a elas foi suplantada e regida por

⁷¹ Fonte: Correio Braziliense: *Carlos Bolsonaro aciona Gabinete do Ódio para tentar abater Moro “antes que seja tarde”*. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/carlos-bolsonaro-aciona-gabinete-do-odio-para-tentar-abater-moro-antes-que-seja-tarde/>.

posturas mais céticas e críticas. Isso não quer dizer que hoje esses discursos perderam totalmente sua validade na sociedade, há certos grupos sociais que atribuem não apenas o caráter de veracidade, mas se guiam por esses discursos. Situado no atual contexto político, instaurou-se uma grande profusão de *fake news* e uma manipulação de dados, estabelecendo assim, grandes retrocessos políticos e sociais, como a crescente intolerância, a apologia a preconceitos e ações reacionárias ou populistas. Desse modo, essas práticas discursivas se intensificam e se proliferam na sociedade, desencadeando grandes embates e acirrando o antagonismo político.

Na literatura foucaultiana, os conceitos de poder e de verdade são confrontados constantemente, o autor explora as suas delimitações, interseções e analisa sob uma perspectiva relacional. Nestes termos: “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade” (FOUCAULT, 2019, p. 28). Habermas (2002, p. 385) pontua que, para Foucault, a verdade torna-se dependente do poder – invertendo uma relação que, no âmbito da filosofia do sujeito, supostamente se exerceria no sentido contrário. Nessa premissa, no âmbito da política, legitima-se que o poder institucionaliza a verdade, através de sua produção de (pós)verdade, validada em seus contextos discursivos e em estratégias de manipulação, dentro do funcionamento da mecânica do poder.

O discurso bolsonarista legitima discursos assentados no autoritarismo, na ascensão ao neofascismo e em ações que visam atacar outros discursos, como pró-ciência, pró-democracia, discursos combativos contra a desigualdade social e econômica, contra a intolerância religiosa e que combatem preconceitos contra grupos minoritários. Portanto, é imprescindível ponderar sobre as relações entre discurso e as verdades, explorar seu funcionamento histórico-discursivo, porque atuam politicamente contra os campos de saber na sociedade, buscando estabelecer dominâncias na esfera educacional, como forma de dirimir as potencialidades do ensino crítico.

Para assinalar a atuação dessas práticas discursivas no posicionamento antivacina, em outubro de 2021, membros de um grupo antivacina invadiram a Câmara de Porto Alegre e agrediram vereadores, durante uma votação do veto ao passaporte de vacinação. A apresentação do comprovante de vacinação é uma determinação estadual no Rio Grande do Sul. Na invasão, houve muita confusão e violência, além disso, um dos manifestantes ostentava um cartaz com a suástica, simbolizando apologia ao nazismo. O vereador do PSDB, Ramiro Rosário, criticou a postura dos manifestantes: “Lamentável o que está acontecendo na Câmara de Vereadores de Porto Alegre com uma briga generalizada e vereadores agredindo e sendo agredidos fisicamente. A discussão ocorre devido à votação do passaporte vacinal”. E Karen Santos, do PSOL, também se pronunciou: “Pessoas ostentando a SUÁSTICA invadiram o plenário e

agrediram vereadores durante a sessão. Fascistas, inflados pela política nefasta de Bolsonaro e seus apoiadores, que tentam impor suas ações negacionistas na base da violência e da ameaça”.⁷²

O movimento anticientificista e os discursos negacionistas têm se intensificado no movimento bolsonarista, ao ser impulsionado por políticos, médicos e ativistas bolsonaristas. Nesse sentido, a negação da história e da ciência torna-se cada vez mais rotineira na sociedade e vem ganhando mais adeptos e notoriedade no país. O que se percebe é que, mesmo durante o período pandêmico, grupos negacionistas se consolidaram e intensificaram o combate aos protocolos de segurança, ao *lockdown*, ao afastamento social e à vacina, por não acreditarem que o vírus é uma realidade. Em vários momentos, o presidente Bolsonaro pontuou que o vírus se tratava de uma “gripezinha”⁷³, fomentando, ainda mais, a retórica negacionista motivada por seus discursos. Nesse segmento, o Chefe do Executivo sempre advogou em prol do uso da hidroxicloroquina, da negação do número de mortes, da rejeição ao uso de máscaras e às medidas de distanciamento social. Quando uma autoridade como um presidente estende a bandeira do negacionismo e do anticientificismo, é natural que seus apoiadores sigam seus passos.

Ainda concernente à questão do negacionismo, em um acontecimento que envolve o ENEM, a advogada e doutoranda em direito e desenvolvimento pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Priscila Coelho, se posiciona quanto à solicitação do mandatário ao MEC em substituir o termo “Golpe” pelo termo “Revolução” nas questões do exame como uma forma de descaracterizar a história do Brasil, mas não apenas isso, essa interferência assinala a política negacionista quem vem sendo promovida em seu governo, mas incide principalmente no apagamento e na deturpação da história nacional. Ela também aponta a atuação política do presidente, ao denominar “Revolução” a destituição de um presidente democraticamente eleito e a perseguição a milhares de brasileiros que se opuseram ao regime ditatorial, é minimizar a dor de milhares de pessoas que sofreram com as ações violadoras e desumanas praticadas durante o regime.

E nesse segmento, ainda conforme a advogada, essas ações celebram a censura, o negacionismo e a morte em um contexto permeado por ilegalidades motivados pela preservação do poder e interesses de uma elite econômica. De acordo com Coelho:

⁷² Fonte do vídeo: Yahoo: *Grupo antivacina invade Câmara de Porto Alegre e agride vereadora*. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/grupo-antivacina-invade-camara-de-porto-alegre-e-agride-vereadora-194602282.html>.

⁷³ Fonte do vídeo: UOL mostra que Bolsonaro já chamou covid de gripezinha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gE4L6CUewvg>.

A solicitação de substituições desta natureza, acompanhadas de afirmações como a de que ‘deseja que o Exame comece a ter a cara do governo’, evidenciam um completo descompasso entre a performance de Bolsonaro como presidente, e os direitos e garantias constitucionalmente assegurados em um Estado Democrático de Direito.⁷⁴

As práticas de apologia à ditadura militar e às suas práticas de tortura, as investidas contra o Estado Democrático de Direito e seus desdobramentos são recorrentes na gestão atual. O movimento bolsonarista ou o bolsonarismo – entendido aqui como um fenômeno político de extrema-direita, engendrado a partir de Jair Bolsonaro, mas que hoje está consolidado e assume um protagonismo na sociedade brasileira para além da figura do mandatário –, alça voz em prol de políticas excludentes e a favor da violência institucionalizada, de ataques à ciência e às minorias. São vozes do próprio povo que se erguem contra si mesmo. Por isso, é emergente e crucial promover debates sobre essas questões, no intuito de se amplificar reflexões sobre esse cenário aterrador, de se tentar clarificar quais aspectos favorecem e alimentam esse movimento. Para tanto, reitera-se que o termo *blitzkrieg* bolsonarista faz jus ao contemplar o aspecto beligerante do bolsonarismo, seu *modus operandi* e os modos pelos quais exerce seu domínio.

Em novembro de 2021, ainda em relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), surge uma nova polêmica envolvendo o governo e o pedido de exoneração em massa de 37 servidores públicos ligados ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). De acordo com os servidores, houve, por parte do governo, intervenção direta no exame, portanto, apareceram acusações de censura e assédio moral⁷⁵. Os servidores também relataram sua indignação ante a solicitação do presidente, que pediu para substituir o termo “Golpe de 1964” por “revolução”, na maior avaliação educacional do país.⁷⁶

De modo semelhante, em agosto de 2021, o então Ministro da Educação, Milton Ribeiro, em entrevista à TV Brasil, defendeu que a “universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade”⁷⁷. Dessa forma, reitera-se que, quando um ministro da

⁷⁴ Fonte: Correio Braziliense: *Bolsonaro pediu substituição de Golpe de 1964 por revolução no Enem*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/enem/2021/11/4964506-bolsonaro-pediu-substituicao-de-golpe-de-1964-por-revolucao-no-enem.html>.

⁷⁵ Fonte: G1: *Inep: Entenda a crise que levou à saída de 37 servidores do órgão responsável pelo Enem e como isso pode afetar o exame*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/11/09/inep-entenda-a-crise-no-orgao-responsavel-pelo-enem-e-como-isso-pode-impactar-o-exame.ghtml>.

⁷⁶ Fonte: Correio Braziliense: *Bolsonaro pediu substituição de Golpe de 1964 por revolução no Enem*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/enem/2021/11/4964506-bolsonaro-pediu-substituicao-de-golpe-de-1964-por-revolucao-no-enem.html>.

⁷⁷ Fonte: G1: *Ministro da Educação defende que universidade seja 'para poucos'*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>.

educação limita, discursivamente, o acesso ao ensino superior, ele relega escancaradamente as classes mais baixas ao ensino técnico, como forma de segregacionismo, de não oportunizar a ascensão das classes mais baixas e de preservar as classes dominantes.

Esses discursos não são novos, eles se processam ao longo da história do Brasil, e durante o período da ditadura militar foram bem vigentes e atuantes. Nesse sentido, o ex-ministro também se manifestou em relação à vacinação:

Infelizmente, alguns maus professores (a grande maioria está querendo voltar e se preocupa com as crianças) fomentam a vacinação deles, que foi conseguida; agora [querem a imunização] das crianças; depois, com todo o respeito, para o cachorro, para o gato. Querem vacinação de todo jeito. O assunto é: querem manter escola fechada.⁷⁸

Nesse contexto, Foucault, em sua obra *A Ordem do Discurso*, postula:

[...] prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição. (FOUCAULT, 2004a, p. 20)

Não apenas isso, conforme pontua o autor, ela “tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e de poder de coerção” (FOUCAULT, 2004a, p. 17). Nestes termos, Curcino, Sargentini e Piovezani (2021, p. 12) asseveram que há um relativo consenso sobre o funcionamento dos discursos: “Tais processos fazem com que as mesmas palavras, expressões ou proposições produzam diferentes sentidos e também fazem com que distintas palavras, expressões e proposições possam produzir os mesmos sentidos”. Os autores também enfatizam:

Na esteira dessa reflexão, poderíamos entender que as diversas relações entre a ordem do discurso e as verdades, sejam afirmadas taxativamente, seja objeto de crítica ou de adesão parcial, sejam ainda recusadas de modo absoluto, podem tanto libertar quanto assujeitar. Elas podem se inscrever em posições conservadoras e ensejar discursos reacionários e até fascistas, mas podem igualmente derivar de posicionamentos progressistas e produzir pensamentos, atos e palavras emancipatórios. (PIOVEZANI; CURCINO; SARGENTINI, 2021, p. 12).

Em se tratando do movimento bolsonarista, verifica-se que há uma adesão a esses discursos, ainda que sejam pautados em apologia às práticas de violência, de segregacionismo,

⁷⁸ Fonte: G1: *Ministro da Educação defende que universidade seja 'para poucos'*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>.

de arbitrariedade e de incitação contra à democracia e ao Estado de Direito. Novos modos de produção de verdade são estruturados nesses espaços sociais, a partir dos interesses do governo, e de acordo com a sua conveniência. Portanto, as práticas discursivas dentro do movimento bolsonarista reconfiguram a forma de percepção e de realidade sobre seus interlocutores, (re)construídas a partir de elementos da cultura e da religiosidade popular.

Considerando todo o panorama político vigente, a ser compreendido a partir da concepção *blitzkrieg* bolsonarista, proposta nesta pesquisa, cumpre acionar outro importante termo que endossa a ideia da política analisada pelo seu viés belicoso, que é a transpolítica, a qual presentifica a ideia de “política do terror”, conforme Baudrillard (1983). Consoante a Trivinho (2006), a concepção de transpolítica é, inicialmente, proposta por Virilio (1977, 1978, 1984) e Baudrillard (1983, 1990), em meados do século XX. Ela se constitui com base no cenário transacional da Guerra Fria, polarizado entre as duas maiores potências da época, os Estados Unidos da América e a antiga União Soviética. A transpolítica, para Jean Baudrillard (1983), é configuração sociocultural e política:

La transpolítica es la transparencia y la obscenidad de todas las estructuras, de la información en un universo deseventualizado, del espacio en la promiscuidad de las redes, de lo social en las masas, de la política en el terror⁷⁹ (BAUDRILLARD, 1983, p. 25).

Dessa forma, por vias gerais, conforme versa Trivinho (2006, p. 3), a transpolítica também consiste

[...] no fato de, para além do poder tecnomilitar absoluto que ela implica, vigorar como mera simulação política da guerra de destruição total. O conflito bélico transpolítico se limitava à lógica binária de uma truculência simbólica mútua e permanente – o jogo da chantagem imanente às situações de terror, processo agônico majoritariamente realizado no âmbito sígnico –, cuja evidência era a de jamais ter seu conteúdo efetivado: a rigor, a culminância destrutiva seria antitética à essência da própria guerra, posto que inexistiria vencedor

As premissas da transpolítica consistiam nos conflitos e nas potencialidades do poderio ao patamar de aniquilação, nos intentos hostis e nas pretensões de embargos que se erigiam entre esses países e seus aliados; “no cenário da racionalidade tecnológico-nuclear, um passo militar adiante em direção ao inimigo significava ruptura do precário equilíbrio estacionário do

⁷⁹ Tradução livre: “A transpolítica é a transparência e a obscenidade de todas as estruturas, da informação em um universo sem intercorrências, do espaço na promiscuidade das redes, do social nas massas, da política no terror”.

terror, condição histórica de guerra então desfavorável para ambos os beligerantes” (TRIVINHO, 2006, p. 3). Importava, como artifício de guerra, instaurar o terror através do simulacro da política internacional, assim, produzia-se indicadores forjados para demonstração de supremacia em todas as esferas, seja ela econômica, tecnológica, cultural ou militar. Assim, notadamente, essa estratégia de manipulação de dados estatísticos e a veiculação de notícias falsas (*fake news*) em nada é atual.

A segregação arquitetônica, que é cultural e política, tem ganhado voz e protagonismo no cenário brasileiro. As tragédias que compõem os noticiários não mais alarmam, e, por mais nefasto que se apresentem, já não despertam a comoção popular. Há uma certa adaptabilidade recorrente em que a violência e as mazelas sociais se normalizam cotidianamente; um recrudescimento social se expande na sociedade brasileira, novas tendências de justificação para a barbárie. Consoante a Trivinho (2021, p. 2): “Esta enésima tragédia não deixa de, sempre em tempo e com sangue, lançar luz na visibilidade esfumada dos dias, tão escancarada quanto paradoxalmente obliterada. Na berlinda do facho, repousa, silente e garbosa, a dinâmica socioestrutural da ideologia”.

O panorama social brasileiro está estritamente ligado às tendências políticas, forjadas na transpolítica e na banalização da violência. Práticas essas que, consoante ao autor, trazem à tona uma “posição regressiva da República brasileira a práticas políticas e morais similares às de séculos passados, reaviva, na totalidade, a semântica de conceitos que vertentes teóricas como o pós-estruturalismo e o pós-modernismo haviam enterrado com convicção” (TRIVINHO, 2021, p. 3). Dessa forma, o bolsonarismo, esse “novo” modelo que se apresenta revestido do anseio em combater a corrupção, do resgate aos princípios do tradicionalismo e religiosos, na verdade, está transvestido de uma política excludente, que legitima “esquemas ideológicos sub-hegemônicos”, que, ao logo da história, foram desgastados, mas não totalmente exterminados, invalidados, mas não rompidos totalmente.

As diretrizes da desigualdade econômica estão naturalizadas nessa transpolítica atual, são direcionamentos que atuam no sentido de “desvalorizar, exterminar e reciclar corpos na planície”, e, para tanto, o segregacionismo, os viscerais ensejos do neoliberalismo e a rede de privilégios que blindam e protegem a casta dominante conduzem, estruturam e alimentam essa nova dinâmica socioestrutural. Segundo Trivinho (2021, p. 3):

O ardiloso artifício dessa transpolítica no capitalismo é o da invisibilização total e permanente da vera culpa (se de culpa se trata) e dos culpados indiscutíveis, com faces e nomes: tudo se desfaz numa cortina de fumaça, subtraída, por sua vez, do campo de visão cotidiano. Qualquer

responsabilidade, por assim dizer, “motora” (propositora, fomentadora e aticadora) por parte dos autointitulados e pretensos “proprietários” desse modelo social de mundo fica ausente do panteão perceptivo comum, alijado, em geral, de instrumentos conceituais que otimizem a apreensão da dinâmica do processo inteiro, macroaculturador e civilizatório por natureza.

O autor referencia essa dinâmica social como “engenho feiticista”, que funciona a partir da minimização de tudo e todos a meros processos microssociais. Ele também afirma que essa arte transpolítica opera em um nível além da política tradicional, que “disputativa de poderes de Estado”, conforme o autor reitera: “Cabe ao esforço teórico dar-lhe concreção e lançá-la de volta à mesa de discussão pública, justamente a da política (agora aberta, lato sensu), de suspeita produtora e tensão contínua, sob o crivo da razão democrática” (TRIVINHO, 2021, p. 3).

Conforme endossado pelo autor, no século XX, os meios de comunicação de massa passaram por um processo de (r)evolução, e, conseqüentemente, passaram a integrar a “espiral transpolítica e dissuasiva”, dessa maneira, ela se mantém amparada pelo *status quo*, o qual incide em uma “blindagem do processo legitimatório da ideologia como forma de segregação e confinamento de diferenças no terreno da invisibilidade” (p. 4). Em contrapartida, há uma superexposição midiática, porém, há também uma “filtragem de interesses e autocensura corporativos”. Trivinho (2021) alerta que o processo de conservação sócio-histórico do modo de produção transpolítica permanece incólume, e, dessa forma, preserva sua estrutura material, simbólica e subjetiva: “Tais sustentáculos integram vetores ou magmas tradicionais conhecidos, entre eles o político-hierárquico, o econômico-financeiro, o corporativo-organizatório e o jurídico-contratual – todos coercitivos, de algum modo e em algum grau de intensidade” (TRIVINHO, 2021, p. 4).

Hodiernamente, esses artifícios são uma estratégia política bem atuante, para tanto, evoca-se alguns exemplos do posicionamento governamental ante o quadro pandêmico. Na tentativa de dirimir os índices de contágio e de mortes por Covid-19, o governo de Bolsonaro atuou no sentido de manipular dados falsos, minimizando esclarecimentos essenciais à população do real quadro da pandemia no país, conforme já abordado anteriormente. Todavia, esse quadro piora sumariamente com o alto índice de rotatividade de ministros na pasta do Ministério da Saúde, já que os interesses do ministro devem estar de acordo com os interesses do governo. Nesse sentido, se o ministro não atuar de forma a endossar os discursos contra a vacina, contra as medidas prévias de segurança ou mesmo contra a obrigatoriedade do uso da máscara, esse ministro “não serve” para compor o ministério.

O rodízio em relação a pasta do Ministério da Saúde atesta a forma como o governo bolsonarista atua de acordo com seus interesses. O Ministério da Saúde tem como atual ministro

o médico cardiologista Marcelo Queiroga, o quarto nome a compor a pasta desde o início da pandemia. Antes dele, foram ministros da saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, que deixaram o cargo por discordarem da maneira como o presidente queria atuar durante a pandemia, e Eduardo Pazuello, que foi amplamente criticado por sua subserviência ao Chefe do Executivo e por sua má condução na política sanitária no combate à Covid-19.⁸⁰

2.2 *Fake news*, negacionismo e o discurso de ódio

Trata-se de reconstituir um outro discurso, de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma.
Michel Foucault, 1969

Em 2019, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) elaborou o Seminário Internacional *Fake News* e Eleições, produzido também em material digital, disponível no site do órgão. O evento foi pensado a partir da intensa propagação e difusão de conteúdos falaciosos nas campanhas eleitorais, que atuavam no sentido de proliferar a desinformação e falsas denúncias no período eleitoral. Outro fator de grande relevância foram as divulgações em larga escala de notícias falsas visando desacreditar a Justiça Eleitoral, seus integrantes e promover a suspeição do sistema eletrônico brasileiro de votação. Entre os integrantes que palestraram no evento, estão a ministra Rosa Weber – ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral e agora presidente do Supremo Tribunal Federal –, Luiz Viana Queiroz, vice-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a ex Procuradora Regional da República, Raquel Branquinho, a Diretora do Serviço de Instrumentos de Política Externa da Comissão Europeia, Hilde Hardeman, o ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, entre outros.

Nesse segmento, a ministra Rosa Weber abriu o evento pontuando os riscos das *fake news* às eleições:

Diante das inúmeras afirmações que tentavam macular a higidez do processo eleitoral nacional, o TSE buscou divulgar informações apuradas com rigor e seriedade, a todos alertando para os riscos da desinformação. [...] A desinformação nas redes sociais tem sido uma preocupação constante da Justiça Eleitoral e uma das prioridades do Tribunal Superior Eleitoral.⁸¹

⁸⁰ Fonte: UOL: *Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da Saúde da pandemia*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm?cmpid>.

⁸¹ Seminário Internacional *Fake News* e Eleições realizado em 16 e 17 de maio de 2019, na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília.

Sobre *fake news*, de acordo com Luiz Queiroz (OAB):

Trata-se de fenômeno novo, viabilizado por outro elemento do tempo presente, as plataformas digitais. São novas formas de comunicação que possibilitam a reprodução disseminada de informações falsas e distorcidas que ganham a aparência de realidade. As consequências negativas da conjugação entre *fake news* e plataformas digitais são incalculáveis, uma vez que o debate público é distorcido, corrompendo-se a liberdade de expressão e o direito à informação, dois dos principais trunfos da democracia ante os demais regimes políticos (QUEIROZ, 2019, p. 11).

De acordo com Queiroz (2019), em se tratando das eleições, as *fake news* propiciam um quadro ainda mais perigoso.

Em contextos eleitorais, o impacto da desinformação tende a ser ainda mais nocivo. Assim, não é exagero afirmar que as *fake news* constituem uma ameaça à própria democracia, na medida em que podem deturpar os resultados eleitorais. Não se pode admitir que abusos eleitorais interfiram na soberania das urnas. É imprescindível criar mecanismos efetivos para impedir a difusão das *fake news* durante as eleições (QUEIROZ, 2019, p. 11).

As *fake news* são hoje uma realidade do cotidiano brasileiro, conforme abordado anteriormente, mais do que promover a desinformação e a veiculação de notícias falsas, elas estão consolidadas como estratégias discursivas de persuasão, de desestabilização e de desfoque da atenção do público a atuações políticas que são polêmicas ou que, eventualmente, poderiam encontrar resistência no meio popular. Frente a esse panorama, endossa Queiroz (2019, p. 11): “Não podemos permitir que a linguagem do ódio asfixie o debate plural, indispensável em qualquer democracia. Para tanto, o diálogo, o respeito às divergências e as regras legais serão de suma importância nos próximos anos”.

Para presentificar esse panorama no contexto histórico brasileiro, em agosto de 2021, Bolsonaro criticou abertamente a decisão do corregedor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luis Felipe Salomão, de suspender os repasses financeiros aos canais que divulgam *fake news* sobre o sistema eleitoral. O presidente também teceu as mesmas críticas ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Segundo Bolsonaro, tanto Salomão quanto Moraes cometeram “barbaridade”. O chefe do executivo também questionou o fato de ter sido incluso no inquérito das *fake news*. Durante uma entrevista à rádio Capital Notícia, de Cuiabá, desferiu:

Não pode um ministro do Supremo, no caso o Alexandre de Moraes, ele mesmo abre o inquérito, ele investiga, ele julga e ele prende. Não tem nem a participação do Ministério Público, nada. Ele abriu agora um inquérito de fake news sobre a minha pessoa, sem ouvir o Ministério Público. Vai fazer diligência? Vai fazer uma busca e apreensão na minha casa? Vai me sancionar nas mídias sociais, por acaso? ⁸²

O mandatário também alegou:

Ele está fazendo barbaridade agora, juntamente com o ministro do Tribunal Superior Eleitoral, o senhor Salomão, que resolveu, numa canetada, desmonetizar certas páginas de pessoas que têm criticado a falta de mais transparência por ocasião do voto

Em julho de 2020, o presidente e a Advocacia-Geral da União entraram com ação no Supremo Tribunal Federal contra decisões judiciais que determinaram o bloqueio de perfis em redes sociais, nesse período, 16 contas de bolsonaristas foram bloqueadas devido às investigações contra *fake news*. Como medida de combate às *fake news*, o TSE cortou a remuneração via publicidade de alguns canais atrelados a Bolsonaro nas redes sociais, haja vista esses canais terem sido acusados de propagar desinformação sobre as urnas eletrônicas.

Em retaliação, o presidente assinou, em setembro de 2021, uma Medida Provisória (MP) que cria obstáculos para a ação das redes sociais contra *fake news*, incitação à violência e atos contra a democracia. Antes da publicação no Diário Oficial, a Secretaria de Comunicação da Presidência destacou que a MP visa a “remoção arbitrária e imotivada de contas, perfis e conteúdos por provedores”. O governo alegou que estudava a medida desde o ano anterior, o Chefe do Executivo sempre se manifestou publicamente contra a retirada de seus vídeos do ar, quando defendia medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19. Dessa forma, a MP dificulta a moderação de conteúdos postados nas redes sociais. O texto da MP prevê que qualquer conteúdo retirado das redes sociais sem justa causa deve incidir a aplicação de penalidade e o restabelecimento imediato do conteúdo. ⁸³

⁸² Fonte: Correio Braziliense: *Bolsonaro diz que Moraes e corregedor do TSE estão fazendo uma "barbaridade"*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4944181-bolsonaro-diz-que-moraes-e-corregedor-do-tse-estao-fazendo-uma-barbaridade.html>.

⁸³ Fonte: G1: *Bolsonaro assina MP que dificulta remoção de conteúdo das redes sociais*. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/09/06/bolsonaro-assina-mp-que-dificulta-remocao-de-conteudo-das-redes-sociais.ghtml>.

Sobre isso, especialistas em Direito Digital criticaram essa ação do governo que alterou as regras, as garantias, os direitos e os deveres para o uso da internet. Nesse segmento, o professor de Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (UFF), Claudio de Souza Neto afirma:

Neste caso em particular, é fundamental que essa regulação resulte de um amplo debate ocorrido no meio social e que os diversos atores possam se manifestar, empresas de comunicação social, usuários, governo. Acho que essa medida provisória tem que ser vista com desconfiança, porque foi editada por um presidente da República que é interessado na matéria. É um presidente da República que é acusado de propagação da fake news, tanto durante o processo eleitoral quanto já no curso do governo, para interferir nas instituições, ameaçar o Supremo Tribunal Federal, ameaçar o Congresso Nacional. Portanto, a atuação de Bolsonaro neste campo está submetida a suspeição.⁸⁴

Nessa direção, o jornal *The New York Times* noticiou que o Senado e o Supremo Tribunal brasileiro anularam a MP instituída pelo presidente Bolsonaro, emitida com intuito de proibir as redes sociais de remover as *fake news* sobre a próxima eleição presidencial.⁸⁵ A OAB se manifestou dizendo que estudaria formas legais contra a medida provisória. O deputado Alessandro Molon (PSB), que foi relator da lei que estabeleceu o Marco Civil de 2014 – lei que definiu regras, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil –, defendeu a derrubada da medida provisória pelo Congresso. Segundo o deputado, a MP impede a retirada do ar de *fake news* e de postagens que estimulem violência contra instituições democráticas, pelas redes sociais. Segundo o relator:

Isso é muito grave. Isso não se trata de defesa de liberdade de expressão, mas, sim, de querer poder desinformar a população com gravíssimas consequências, seja contra o Estado Democrático de Direito, contra a democracia ou contra a própria saúde pública, como são as postagens que desinformam a respeito da Covid ou da eficácia de vacinas. [...] Será praticamente impossível para as plataformas remover desinformação e remover discurso de ódio. [...] Será muito grave e prejudicial, tanto para a saúde e para vida dos brasileiros, quanto para democracia e para proteção do Estado de Direito.⁸⁶

⁸⁴ Fonte: G1: *Bolsonaro assina MP que dificulta remoção de conteúdo das redes sociais*. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/09/06/bolsonaro-assina-mp-que-dificulta-remocao-de-conteudo-das-redes-sociais.ghtml>,

⁸⁵ Fonte: *The New York Times: Bolsonaro's Ban on Removing Social Media Posts Is Overturned in Brazil*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/09/15/world/americas/brazil-bolsonaro-social-media-ban.html>.

⁸⁶ Fonte: G1: *Bolsonaro assina MP que dificulta remoção de conteúdo das redes sociais*. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/09/06/bolsonaro-assina-mp-que-dificulta-remocao-de-conteudo-das-redes-sociais.ghtml>.

Essa MP foi assinada pelo presidente na véspera do Dia da Independência, ela altera parâmetros da lei sobre o Marco Civil da Internet, visando tornar mais rígida a exclusão de perfil nas redes sociais e a remoção de conteúdos publicados na internet. Bolsonaro discursou em defesa das páginas de seus apoiadores que incentivavam atos violentos contra os ministros do STF, culminando no decreto da prisão de alguns desses eleitores bolsonaristas. As páginas incitavam o ataque e a invasão ao prédio do STF e à agressão aos magistrados, durante a manifestação programada para o Dia da Independência, em Brasília. A Secretaria-Geral da Presidência da República, em comunicado enviado à imprensa, assinalou:

a urgência e a relevância da medida decorrem do fato de que a remoção arbitrária e imotivada de contas, perfis e conteúdos por provedores de redes sociais, além de prejudicar o debate público de ideias e o exercício da cidadania, resulta em um quadro de violação em massa de direitos e garantias fundamentais como a liberdade de expressão e o exercício do contraditório e da ampla defesa.⁸⁷

No dia 14 de setembro, em uma solenidade de entrega do Prêmio Marechal Rondon de Comunicações, no Palácio do Planalto, o mandatário se posicionou sobre a MP das redes sociais e declarou que: “fake news faz parte da nossa vida”. Bolsonaro também comparou a prática de disparo de notícias enganosas como ‘mentir para a namorada’ e afirmou:

Quem não se comunica, se estrumbica. Agora, tem que comunicar bem. Se comunicar mal, não tem futuro. Fake news faz parte da nossa vida. Quem nunca contou uma mentirinha para a sua namorada? Se não contasse, a noite não ia acabar bem. Eu nunca menti para a dona Michelle.⁸⁸

O presidente também acrescentou:

[...] hoje em dia, *fake news* morre por si só. Não vai para a frente. Eu que mais sofro com *fake news*, não é isso mesmo? Sim, se for levar em conta o que se fala do presidente nas mídias sociais, eu duvido quem apanha mais que eu. Mas em nenhum momento recorri ao Judiciário para tentar reparar isso porque eu entendo também que *fake news* é quase como um apelido. Se botar um

⁸⁷ Fonte: Correio Braziliense: *Bolsonaro assina MP que dificulta exclusão de perfis das redes sociais*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4947980-bolsonaro-assina-mp-que-dificulta-exclusao-de-perfis-das-redes-sociais.html>.

⁸⁸ Fonte: Correio Braziliense: *Bolsonaro defende MP das redes sociais: "Fake news faz parte da nossa vida"*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4949494-bolsonaro-defende-mp-das-redes-sociais-fake-news-faz-parte-da-nossa-vida.html>.

apelido no (ministro da Saúde, Marcelo) Queiroga e ele ficar chateado, vai pegar o apelido. Cai por si só.⁸⁹

A tentativa do presidente de “normalizar” as *fake news* como algo corriqueiro denota uma estratégia de descaracterizar o seu aspecto elementar enquanto crime, a manipulação através de informações falsas. Instaure-se aqui um ponto relevante, a partir do próprio discurso do mandatário, a postura dele só reforça e valida as denúncias de práticas de *fake news* do “Gabinete do Ódio”. A tentativa de desqualificação da prática de *fake news* como crime reflete diretamente na construção de pós-verdade no movimento bolsonarista, assim, seus apoiadores passam a minimizar os danos e os impactos das *fake news*, desfigurando seu aspecto criminal.

Em 24 de setembro de 2021, foram divulgados, no Jornal Nacional, da TV Globo, documentos obtidos pela CPI da Covid, evidenciando que o blogueiro Allan dos Santos, acusado de divulgar *fake news*, foi financiado pelo empresário Luciano Hang, através do deputado federal e filho do presidente, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Allan é dono do canal conservador *Terça Livre*, e integra a lista dos investigados em dois inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF), por disseminação de *fake news* e ameaça, além de incitação ao crime contra autoridades, as acusações estão fundamentadas na quebra dos sigilos telefônico, telemático, bancário e fiscal do blogueiro, por determinação da ministra Rosa Weber.⁹⁰

Segundo o jornal Estado de Minas, o YouTube já excluiu 33 vídeos do presidente Bolsonaro por disseminação de *fake news*, o último vídeo excluído foi a *live* do dia 21 de outubro de 2021. Jair Bolsonaro faz recorrentes *lives* às quintas-feiras onde aborda vários assuntos, sempre acompanhado de autoridades do seu governo e outros apoiadores. Nessa *live* em específico, o Chefe do Executivo, um professo negacionista e anticientificista, fez comentários ambíguos e relacionais entre a vacina contra a Covid-19 e o desenvolvimento de AIDS.

No vídeo, ele afirmou que “relatórios oficiais do governo do Reino Unido sugerem que os totalmente vacinados, aqueles com 15 dias após a segunda dose, estão desenvolvendo a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids) muito mais rapidamente do que o previsto”. Essa informação falsa foi rejeitada por várias entidades médicas e científicas. Entre os vídeos

⁸⁹ Fonte: Correio Braziliense: *Bolsonaro defende MP das redes sociais: "Fake news faz parte da nossa vida"*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4949494-bolsonaro-defende-mp-das-redes-sociais-fake-news-faz-parte-da-nossa-vida.html>.

⁹⁰ Fonte: UOL: *Mensagens revelam que Hang financiou blogueiro acusado de fake news, diz TV*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/09/24/mensagens-revelam-que-hang-financiou-blogueiro-acusado-de-fake-news-diz-tv.htm>.

excluídos, 21 são sobre os assuntos que estão em alta no seu governo, enquanto os outros referem-se ao uso ineficaz de hidroxicloroquina para tratamento contra a Covid-19.⁹¹

Já no Fórum *Invest in Brazil*, evento voltado para investidores realizado em Dubai, no dia 15 de novembro do presente ano, o mandatário divulgou mais uma *fake news* no âmbito internacional. Ao ser questionado sobre o desmatamento na Amazônia, ele declarou que: “Até para que os senhores vejam que a nossa Amazônia, por ser uma floresta úmida, não pega fogo”.⁹² Com relação ao desmatamento da Amazônia, o balanço anual Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) aponta o maior desmatamento na região em 15 anos, e uma estimativa de mais de 13 mil km² devastados, o que propiciou uma série de queimadas. O estudo aponta também que o ano de 2021 é o terceiro ano seguido que a floresta perde mais de 10 mil km² e não é aleatório. Esse período coincide com o protagonismo dos militares no comando estratégico – e orçamentário – no combate ao desmatamento.⁹³

O índice de alta foi de 22%, no comparativo ao ano anterior, em face desses dados, o diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazonia (Ipam), André Guimarães, relata que o estrago é catastrófico, a perda anual equivale a quatro vezes o tamanho do Distrito Federal, 90% em operações ilegais e mais da metade em terras públicas, que são griladas para especulação fundiária: “Ao perder floresta, perdemos biodiversidade, serviços ambientais e ciclos hídricos que ela mantém”. Em relação às queimadas, foram registrados a média histórica de 28.060 focos de queimadas em agosto, segundo dados divulgados no Programa de Queimadas, no Inpe, o índice é o terceiro maior para o mês desde 2010, estando atrás somente dos anos de 2019 e 2020.⁹⁴

Um dos maiores desafios à democracia brasileira, hoje, é estabelecer um equilíbrio entre a liberdade de expressão e o combate aos discursos de ódio e à intolerância, principalmente na esfera sociopolítica. Tão relevante quanto à liberdade que cada sujeito tem de se expressar na sociedade é a manutenção de um ambiente democrático que priorize o combate aos ataques às minorias, à diversidade e aos grupos que lutam por causas sociais, aos quais erguem-se sujeitos e grupos que disseminam discursos de ódio e práticas de violência.

⁹¹ Fonte: Estado de Minas: *YouTUBE já excluiu 33 vídeos de Bolsonaro por disseminação de fake news*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/10/31/interna_politica,1318728/youtube-ja-excluiu-33-videos-de-bolsonaro-por-disseminacao-de-fake-news.shtml.

⁹² Fonte: Correio Braziliense: *Bolsonaro diz que a Amazônia não pega fogo porque é “úmida”*. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/11/4963262-bolsonaro-diz-que-amazonia-nao-pega-fogo-porque-e-umida.html>.

⁹³ Fonte: G1: *Amazônia – a marcha batida da destruição*. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2021/11/22/o-assunto-583-amazonia-a-marcha-batida-da-destruicao.ghtml>.

⁹⁴ Fonte: G1: *Amazônia tem total de queimadas acima da média histórica em agosto, apontam dados do Inpe*. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/09/01/agosto-encerra-com-fogo-acima-da-media-historica-na-amazonia-segundo-inpe.ghtml>.

Atualmente, no Brasil, o bipartidarismo tem tomado as redes sociais e propiciado um cenário no qual se institui como o novo *locus* do discurso político. A internet se projeta hoje como a nova arena para o embate político-ideológico, assim, em análise acerca do movimento bolsonarista, que se fundamenta e arregimenta basicamente pela internet, através das redes sociais, tais como WhatsApp e Telegram, insta relacionar como o discurso bolsonarista tem mobilizado atos que se configuram como franco-ataques à democracia, à livre-expressão, a grupos minoritários e ao direito de posicionamento político.

Considerando que nas redes sociais há maior “liberdade” de expressão e os órgãos que regulam (ou deveriam regular) todo o material propagado pela internet não dão conta da demanda de informações disseminadas, ocorre, assim, o favorecimento da divulgação de *fake news*, de discursos de ódio, de *ciberbullying* etc. O que está em jogo é a democracia digital, já que as redes sociais têm o poder de grande mobilização popular, dessa forma, estabelecem-se grupos mal intencionados que têm um papel importante nesse cenário que se apresenta, com o intuito de desinformar, confundir, arregimentar e infundir notícias falsas sobre pessoas, fenômenos ou fatos sociais.

2.3 Biopolítica e biopoder: concepções foucaultianas de políticas sobre a vida

A questão principal não é aceitar ingenuamente esse conhecimento, mas analisar essas denominadas ciências como “jogos de verdade” muito específicos, relacionados a técnicas particulares que os seres humanos utilizam para entenderem a si próprios.
Michel Foucault, 1982

A problemática do poder, em Foucault, enseja grandes reflexões que excedem a sua temporalidade de produção. Isso porque as sociedades modernas são fundamentadas em diversos tipos de poderes que se consolidam, se reforçam e se retroalimentam a fim de estabelecer dominação sobre a vida.

[...] não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação (MACHADO, 2021, p. 12).

Foucault (1999c) debruça-se mais sobre uma analítica do poder, isto é, sobre as relações que se instauram em torno dele e que reforçam a existência de descontinuidades nas relações

entre sujeito e verdade. Isso porque o poder é inerente às relações humanas e se manifesta em micro instâncias e em diversos níveis.

O que está em jogo nas investigações que virão a seguir é dirigirmos menos para uma ‘teoria’ do poder que para uma ‘analítica’ do poder: para uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e determinação dos instrumentos que permitam analisá-lo (FOUCAULT, 1999c, p. 80).

O autor propõe, nestes termos, uma reflexão mais profunda sobre o poder e as relações que estão envoltas do que, especificamente, a sua origem.

Se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um determinado momento, de que se deveria fazer a gênese e depois a dedução. Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações do poder (FOUCAULT, 2021, p. 248).

Os conceitos de “tecnologia” e de “dispositivo” são limiares para a compreensão do legado literário foucaultiano. A noção foucaultiana de “tecnologias de poder” é uma ferramenta analítica essencial para quem busca compreender as complexidades do poder e o seu exercício na sociedade. Quanto à noção de “dispositivo”, trata-se de um instrumento analítico que foi elaborado pelo autor, inicialmente, em sua obra *História da sexualidade*, e que, durante uma entrevista concedida à *International Psychoanalytical Association (IPA)*, ele conceitua como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1999b, p. 244).

De início, cumpre abordar que, consoante aos seus postulados, a estrutura de poder na contemporaneidade está baseada na ideia de que o poder é onipresente e está para além das instituições e dos aparelhos atrelados ao exercício de funções e vontades, conforme Assunção e Jorge (2014, p. 151):

O poder é exercido e percebido em suas manifestações terminais últimas sobre os corpos, não apenas nas relações de dominação como também numa variedade de formas de agir e funcionar, que são estabelecidas e mantidas pelo

“micropoder” no cotidiano, numa distribuição que não é aleatória e tampouco justa.

Essa estrutura de poder se manifesta não apenas nas ações das instituições disciplinares, mas também através de uma rede de correlações em sua simultaneidade de poderes, nas quais os poderes do Estado estão diretamente imbricados a outros poderes instituídos na sociedade, que o validam e que se retroalimentam. A definição de dispositivo versa sobre um conjunto heterogêneo de discursos, de instituições, de organizações espaciais, de leis e medidas burocráticas e de enunciados científicos – os quais instanciam o poder e o saber (FOUCAULT, 2021). Nesse segmento, aponta o autor:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos (FOUCAULT, 1999c, p. 26).

Dessa maneira, as relações de poder podem ser descritas como imanentes às relações sociais, assim, elas não podem ser caracterizadas como mero reflexo mecânico das necessidades econômicas, ou mesmo como foco de interesses de uma classe. As relações de poder suscitam vários embates, afrontamentos e disputas, bem como distribuições que configuram e produzem certas práticas sociais, mas não apenas, elas engendram verdades, conhecimentos, funcionamentos, identidades e a própria realidade. Em meados do século XVIII, instaura-se um novo processo de governamentalidade, que consiste, basicamente, em técnicas de dominação. Segundo Foucault (2006e, p. 301): “Chamo ‘governamentalidade’ o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si”, nesse processo se estabelece a ambivalência em polos importantes de biopoder.

Por “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como o alvo principal a população [...], a economia política com instrumento técnico essencial [...]. (FOUCAULT, 2006e, p. 303)

Nesse contexto, de um lado, caracteriza-se, então, um esvaecimento de poder da Igreja Católica, em contrapartida, por outro lado, nota-se a institucionalização do poder pastoral efetivo – com certas transmutações –, contudo, intervindo sobre Estado moderno de igual modo.

Compõe-se dessa maneira, a institucionalização de um projeto que Michel Foucault denominou *biopoder*.

Pode-se afirmar que o biopoder, em vias gerais, é um regime de dominação da vida. Isto posto, essas transmutações são regidas por esse *biopoder*, incidindo diretamente no governo das populações através da disciplina, ou seja, propriamente, no governo dos corpos. Essas transmutações, segundo o autor, são mudanças necessárias ao engendramento desse processo de institucionalização, tais como: o movimento declinante dos objetivos pastorais, que relega o olhar transcendente em prol de metas mais “terrenas”, isto é, econômicas. Outro elemento a ser pontuado é o fato de a relevância da ‘vida eterna’, noutros termos, a salvação, ser substituída pela vida presente, assinalada, principalmente, na saúde.

Não apenas, há também, por parte desse biopoder pastoral, uma consolidação da tecnologia de individualização, sua ressonância alcança outras instâncias de poder como escola, família, fábricas etc. Nas sociedades contemporâneas, essas influências são muito presentes, principalmente no movimento bolsonarista, o qual ostenta a religião enquanto estandarte desse movimento, embora, ainda que contraditoriamente, isso não se efetive em sua atuação como um todo. Esse tema será melhor abordado posteriormente.

No texto *O uso dos prazeres* (2004c), Foucault aborda essa questão da ideia mais primitiva para aludir e classificar moralmente os indivíduos: *ser mais forte ou mais fraco que si mesmo*. Esse dilema descreve o embate espiritual de cada indivíduo, e isso se converte também nas técnicas de si que foram largamente mobilizadas pelo cristianismo, e que se representa na figura arquetípica da biga com dois cavalos – carro de combate utilizado na Antiguidade –, presente na obra *Fedro*, de Platão. Portanto, segundo Foucault, somente o indivíduo que se volta efetivamente para si, que se ocupa de si por meio do exercício contínuo da virtude, vence a si mesmo: “O exercício é ao mesmo tempo a redução à natureza, vitória sobre si e economia natural de uma vida de verdadeiras satisfações” (FOUCAULT, 2004c, p. 91).

Nesse sentido, reitera-se que, segundo o filósofo, o domínio sobre si requer a *verdade de si*, já que “não se pode constituir-se como sujeito moral no uso dos prazeres sem constituir-se ao mesmo tempo como sujeito de conhecimento” (FOUCAULT, 2004c, p. 106). Importa também reiterar que, para o filósofo, a verdade é da ordem da fabricação, conforme pontuado anteriormente, nesse sentido, não há uma verdade última, mas modos de produção de verdade. Contudo, essa concepção de *si* não está associada à hermenêutica cristã do desejo, que incide invariavelmente em desarraigar do si as más intenções, mas de uma *subjetivação do logos*, com isso, o autor retrata o conhecimento real das necessidades mais cruciais das justas hierarquias

do ser humano (FOUCAULT, 2004c, p. 114). Dessa forma, segundo o filósofo: “O modo de ser ao qual se acedia por meio desse domínio de si caracterizava-se como uma liberdade ativa, indissociável de uma relação estrutural, instrumental e ontológica com a verdade” (FOUCAULT, 2004c, p.113).

O autor aponta que, durante o século XVII, havia a formação de um poder que tomava a vida como ponto central, nesse contexto, trata-se da biopolítica, uma forma de poder que incide diretamente sobre a vida através dos corpos dos indivíduos, através de técnicas disciplinares, com intuito de torná-los produtivos à medida que os torna politicamente débeis. Dessa maneira, a biopolítica se projeta para o controle da população – corpo-espécie –, e para o controle da própria vida do indivíduo, enquanto espécie. De acordo com os estudos de Foucault, o biopoder age sobre a população e por meio dos dispositivos de segurança, instituídos para normalizar e “evitar perigos” à saúde da população. Isso pautado na ideia de que esse biopoder estabelece como meta a promoção e manutenção da vida.

Em contrapartida à concepção de soberania, a função geral da biopolítica, segundo o autor, é “fazer viver e deixar morrer”. Desse modo, presume-se que, na sociedade biopolítica, há uma progressiva desqualificação da morte, busca-se desatrelar a ideia de morte às instituições de poder, extinguem-se os ritos de condenação à morte públicos. A biopolítica emerge com o intento de lidar com a mortalidade da população, agindo contra os efeitos deletérios que comprometem a qualidade e a durabilidade da jornada dos indivíduos. Ainda no século XVII, as condições históricas, geográficas e demográficas passam a ser o ponto central de investigação sistemática das ciências sociais voltadas à administração.

Isso por haver aí um rompimento com as antigas teorias políticas que se debruçavam mais sobre a ética e a justiça. Essas novas ciências se preocupavam mais com questões práticas, como a higiene, o urbanismo, a estatística, dentre outros. A ideia era o integralismo dos saberes úteis ao exercício de governar, essa seria a característica emblemática do Estado moderno, do Estado governamentalizado. Foi dessa maneira, pelo aperfeiçoamento dessas ciências ditas “estatais”, que se articulou a concepção do corpo individual das disciplinas do século anterior, ao “corpo das populações”. Estabelece-se, assim, o objetivo político de exercer a majoração da vida pelo poder, e são essas novas ciências que forneceram os instrumentos e os saberes mais eficientes para disciplinar esse “corpo das populações”, ou seja, esse “corpo múltiplo”, instituindo, nestes termos, o domínio sobre a vida do homem-espécie e enquanto ser coletivo, porém na sua singularidade. Inaugura-se, então, uma nova perspectiva de governar sobre a vida.

[...] atuam unicamente para formar e transformar o indivíduo pelo controle do tempo, do espaço, da atividade e pela utilização de instrumentos como a vigilância e o exame. Além de constituírem uma “anátomo-política do corpo humano”, pela regulação das populações, por um “biopoder” que age sobre a espécie humana, sobre o corpo como espécie, com o objetivo de assegurar sua existência (FOUCAULT, 2021, p. 29).

Faz-se necessário ressaltar que a biopolítica é implantada no governo capitalista como tecnologia indispensável ao seu progresso. Não apenas conjugada às estratégias disciplinares, a biopolítica promoverá o ajustamento dos “fenômenos da população” aos processos econômicos. Nesse sentido, a ideia de população não terá mais o teor de “corpo social”, mas a ideia de um corpo múltiplo, que é definido a partir dos muitos indivíduos que o compõem. E nesse corpo emergem fenômenos imprevisíveis, no espaço dessa individualidade que o distingue.

Trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida (FOUCAULT, 2019, p. 207).

Destarte, segundo o filósofo, o campo da medicina foi o mais atuante pela biopolítica, haja vista ser esse o campo em que se desenvolverão aspectos importantes, tais como a higiene pública, a instituição de organismos de coordenação dos tratamentos médicos, a centralização de informação e a normalização do saber voltado à promoção da saúde. De acordo com Foucault (2019), outro conjunto de fenômenos que foi compreendido pela biopolítica é a possibilidade de incapacitação do indivíduo, ou seja, a possibilidade de esses indivíduos ficarem de fora do trabalho, seja por enfermidades, acidentes ou anomalias diversas:

E é em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja (FOUCAULT, 2019, p. 205).

Quanto à concepção de tecnologia de individualização, recorre-se às tecnologias de si⁹⁵ formuladas pelo autor no texto *Tecnologias de si* (2004h), no qual ele assinala que, no

⁹⁵ Abordadas no tópico 1.4 – Captura da subjetivação de sujeito que consiste em: 1 tecnologias de produção; 2 tecnologias dos sistemas de signos; 3 tecnologias de poder; 4 tecnologias de si.

cristianismo, a confissão e a revelação de si se manifestam de duas formas: a princípio, na *exomologesis*, na qual o pecador reconhece a sua condição de pecado e, em seguida, pela *exagoreusis*, na qual, mediante a uma verbalização analítica, o “pecador” se submete à obediência plena a um mestre. A renúncia de si mesmo está implicada em ambos os casos. O filósofo enfatiza que, durante o século XVIII, houve uma ruptura drástica que se deu por meio dos mecanismos pelos quais as “ciências humanas” transverteram essa verbalização sobre si em um fenômeno, não em favor da renúncia, mas antes, da constituição de um novo sujeito. Nesse segmento, as

[...] tecnologias de si, que permitem aos indivíduos efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade (FOUCAULT, 2004, p. 323-324).

A partir dessas considerações sobre a representação de si e da ruptura na qual essa representação sucumbe à assimilação cultural, o filósofo assevera que é a afirmação do sujeito e não a renúncia de si mesmo, que projeta os discursos de si para os outros. Consoante ao autor: “uma hermenêutica de si difundiu-se por toda a cultura ocidental, infiltrando-se pelos numerosos canais e se integrando a diversos tipos de atitudes e de experiências, de forma que é difícil isolá-la ou distingui-la de nossas experiências espontâneas” (FOUCAULT, 2004g, p. 324).

Portanto, o olhar foucaultiano se volta a esse intervalo de acontecimentos históricos, que encontra um feixe de relações possíveis e posições assinaláveis de um espaço comum e que promove o desenvolvimento da concepção de biopoder. Portanto, a concepção foucaultiana de *biopoder* se refere à técnica de governo que tem como objetivo “fazer viver, deixar morrer”.

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar de assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico (FOUCAULT, 2019, p. 285-286).

Consecutivamente, o filósofo aponta estratégias de repartição de indivíduos que são “treinados” e tornam-se dóceis através dessas disciplinas, desse modo, as estratégias são articuladas com diversos reagrupamentos de indivíduos, de acordo com os interesses do

aparelho institucional. Não obstante, segundo os postulados do filósofo, o problema da vida – no campo do pensamento político – fica mais evidente a partir do século XVIII, quando são colocadas questões quanto à soberania e aos direitos dos soberanos. Assim, o direito político de soberania durante o século XIX sofre uma grande mudança de lógica inversa, haja vista o direito de “fazer morrer ou de deixar viver” transforma-se em “fazer viver e deixar morrer”⁹⁶. E, para que se possa ter uma compreensão abrangente, é preciso que, de antemão, se considere abordar os mecanismos e as técnicas de poder que promoveram essa inversão.

[...] é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida. É essencialmente um direito de espada. Não há, pois, simetria real nesse direito de vida e de morte. Não é o direito de fazer morrer ou de fazer viver. Não é tampouco o direito de deixar viver e de deixar morrer. É o direito de fazer morrer ou de deixar viver (FOUCAULT, 2019, p. 286-287).

Para tanto, a teoria clássica foucaultiana de soberania é imprescindível. Nestes termos, um dos elementos fundamentais dessa teoria é o direito de vida e de morte, dessa forma, vida e morte deixam de ser um fenômeno natural e transmutam-se em um fenômeno diretamente ligado ao campo do poder político. Assim, ao pensar a vida e a morte a partir da esfera política, em relação ao poder, o indivíduo não é nem vivo ou morto, já que a vida e a morte são direitos acionados pela vontade do soberano, “[...] o direito de matar é que detém efetivamente em si, a própria essência desse direito de vida e morte [...] é essencialmente um direito de espada” (FOUCAULT, 2019, p. 287).

Nas sociedades modernas, o biopoder se manifesta de forma mais sutil, mas não de maneira diferente. Assim, pode-se afirmar que há um enleio no qual estão emaranhados o poder governamental com o saber geral da vida. Destarte, as novas formas de poder consistem em um exercício concomitante entre o governo dos corpos – através da disciplina – e o governo das populações – biopoder. Entre os séculos XVIII e XIX, houve assinaláveis mudanças, dentre elas, a maneira como o poder governamental é exercido sobre a população. A partir de então, há o surgimento de uma nova tecnologia de poder que reassimilou as tecnologias anteriores, atualizando suas técnicas de dominação da vida.

Concernente a isso, nas novas modalidades instauradas pelo governo bolsonarista, esse biopoder articula esses elementos de forma atuante e se alija contra o povo brasileiro. Estabelece-se, então, a proposta deste tópico, de identificar os pontos assinaláveis da necropolítica como exercício e atuação política desse movimento. Em um primeiro momento,

⁹⁶ Para uma compreensão melhor sobre o tema sugere-se a obra *Em defesa da sociedade* de Michel Foucault.

reitera-se que as relações de poder dispostas na sociedade estão aliadas a toda e a qualquer relação social, isso porque o poder, em sua essência, é relacional, onde há relação de poder também há alguma forma de resistência. A resistência pode se apresentar de forma ampla, contemplando grandes rupturas ou revoluções, mas também pode se manifestar em múltiplos focos, desordenadamente. Porquanto, a precisão de analisá-la no plural e em sua contingência, em sua singularidade; analisar mais do que seus pontos de afluência que a prenunciam, mas seus pontos que negam ou mesmo validam superfícies de apoio ao poder, as regulações constantes no limiar de seu funcionamento.

Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela. E incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia (FOUCAULT, 2019, p. 203).

Em uma entrevista concedida ao programa Alerta Nacional em outubro de 2021, o chefe do Executivo fez novamente um pronunciamento contra o isolamento social, ainda que tenhamos alcançado o patamar de 608.071 mortes no país⁹⁷. Nesse segmento, dispara o presidente: “tiraram o direito de trabalhar” e de “ir e vir” e hoje a população está “pagando o preço”. E os ataques às medidas preventivas de combate ao vírus não terminam por aí: “Esse pessoal [que decretou medidas de isolamento] levou a miséria ao nosso povo. Estamos pagando um preço caro agora. A Economia a gente vê depois. E tem gente que critica a mim. Pera aí, eu não fechei um botequim sequer”⁹⁸. Dessa forma, institui-se uma postura que reitera a negligência à morte de mais de meio milhão de brasileiros. Bolsonaro escancara a sua legítima prioridade em favor da economia do país, em detrimento do povo que vem perecendo.

A intervenção do governo neoliberal no campo da saúde, por exemplo, é uma ação que busca integrar a saúde da população ao jogo de oferta e procura do mercado. No contexto da governamentalidade neoliberal a política de saúde deixa de ser uma atribuição direta do Estado; a saúde passa a fazer parte do jogo econômico. O neoliberalismo remete as políticas de saúde pública à concepção de uma política social individual, que substitui a racionalidade de Estado pela racionalidade própria aos governados (FARHI NETO, 2010, p. 179).

⁹⁷ Fonte: Agência Brasil. *Covid-19: Brasil tem 21,8 milhões de casos e mais de 608 mil mortes*. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/saude/noticia/2021-11/covid-19-brasil-tem-218-milhoes-de-casos-e-mais-de-608-mil-mortes>

⁹⁸ Fonte: Economia UOL: *Bolsonaro: Beneficiários do Bolsa Família 'não sabem fazer quase nada'*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/28/bolsonaro-beneficiarios-bolsa-familia.htm>.

Segundo o coordenador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, o economista André Braz, o isolamento social foi uma medida inevitável para evitar que o número de mortos fosse ainda mais drástico. Ele argumenta também que a pandemia afetou a economia mundial, todavia, o Brasil tem o terceiro pior quadro de inflação entre as 20 maiores economias do mundo. Em setembro de 2021, alcançamos a marca de 10% de inflação em 12 meses. Em maio de 2022, o Brasil manteve a terceira maior inflação entre as grandes economias, segundo o relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), atrás somente da Turquia e da Argentina. O documento também informou que a inflação acumulada em 12 meses no Brasil é a maior do G20. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 11,3% no acumulado em 12 meses até março de 2022.⁹⁹

Não menos nefasto, o povo brasileiro enfrenta outro grande ataque por parte do governo, que mira exatamente na proteção social à vulnerabilidade econômica: o Bolsa Família. O país tem assistido à frequentes ataques do governo aos projetos sociais que visam auxiliar famílias que vivem em risco. Segundo Carla Bronzo, doutora em Sociologia e Política (UFMG), professora, pesquisadora e membro do Conselho Consultivo da Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP) e outros importantes nomes do ANEPECP, o Auxílio Brasil – o projeto do governo que substituiu o Bolsa Família – “se constitui mais como uma peça de desconstrução da proteção social não contributiva no Brasil”. Desse modo, a MP nº 1061, de 09 de agosto de 2021, que estabelece o novo programa, consiste em um ato de restrição da responsabilidade do Estado nas políticas públicas, mas sem descaracterizar seu viés eleitoreiro, pois esse programa não está previsto para além de 2022.

Trocando em miúdos, a ideia de Assistência Social pela qual foi assentada a criação do Bolsa Família está sendo minada em suas bases, ou seja, debilitada pela perda de financiamento e de prioridade na agenda do governo federal. É relevante salientar que a política de assistência social está atrelada ao sistema de medida protetivas sociais que compõe qualquer agenda de governo do mundo, mas no Brasil isso tem sido alvo de constantes ataques por parte do governo de Bolsonaro. No Brasil, essas medidas protetivas combinam a política de assistência social com benefícios e serviços, um exemplo disso são os serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e o programa do Bolsa Família. A estimativa em 2020 era de que mais de 14,6 milhões de famílias estavam sendo atendidas pelo programa.

⁹⁹ Fonte: G1: *Brasil tem 3ª maior inflação entre as grandes economias, mostra OCDE*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/05/brasil-tem-3a-maior-inflacao-entre-as-grandes-economias-mostra-ocde.ghtml>.

Portanto, trata-se de um programa que desenvolve a inclusão social, política e cívica de famílias em extrema vulnerabilidade econômica, com a meta de combate à pobreza a curto ou médio prazo, e que tem como público-alvo famílias com a renda *per capita* entre R\$ 86,00 e R\$ 178,00, ou ainda menor que esses índices. A ideia, segundo a pesquisadora, é “interromper a pobreza intergeracional e estabelecer condicionalidades ou compromissos que as famílias devem cumprir”, buscando, assim, “reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social”¹⁰⁰.

Concernente ao Auxílio Brasil, Tereza Campello – economista e ministra do desenvolvimento social no governo Dilma Rousseff – afirmou que a proposta não foi de apenas renomear o programa social do Bolsa Família, mas a sua erosão, haja vista ele “centrar-se exclusivamente na transferência de renda, e usa um modelo linear, simplório e ingênuo sobre como se dará a superação da pobreza”¹⁰¹, relegando, assim, as articulações necessárias entre governo, estados e municípios, principalmente na questão da viabilidade de recursos. Assim sendo, torna-se insustentável aos cofres públicos manter o programa com o custo de R\$ 400,00 para as 17 milhões de famílias, a sua estabilidade é estipulada até 2022, o que emprega esse artifício como mera estratégia eleitoral. A proposta do Auxílio Brasil também relega a ênfase das condicionalidades no que se refere à educação e saúde, compondo outros benefícios que requerem uma maior burocracia e com prazos de assistência reduzidos, conforme aponta Bronzo.

Essa atuação do governo bolsonarista impõe ao povo brasileiro um jugo que apenas destrói programas sociais criados para assisti-lo, e, assim, promove o recrudescimento da pobreza, amplia a fome e a miséria, reforça e alimenta novas formas de vulnerabilidade social, principalmente em um cenário pandêmico. A partir da análise do poder, empreendida por Michel Foucault, há, por parte do autor, uma dissecação da mecânica das relações de poder através da “história das tecnologias de poder”. Nestes termos, observa-se a forma do exercício de poder sobre a vida, a biopolítica é uma questão de poder, “essa mesma biopolítica está voltada para o controle da população (um corpo-espécie), centrada no controle da vida do homem enquanto espécie” (NEGRIS, 2020, p. 81).

¹⁰⁰ Fonte: Estadão: *Auxílio Brasil não é o Bolsa Família melhorado: um salto no abismo e o desmonte da proteção social no Brasil*. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/auxilio-brasil-nao-e-o-bolsa-familia-melhorado-um-salto-no-abismo-e-o-desmonte-da-protecao-social-no-brasil/>.

¹⁰¹ Fonte: Estadão: *Auxílio Brasil não é o Bolsa Família melhorado: um salto no abismo e o desmonte da proteção social no Brasil*. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/auxilio-brasil-nao-e-o-bolsa-familia-melhorado-um-salto-no-abismo-e-o-desmonte-da-protecao-social-no-brasil/>.

Nessa sociedade biopolítica há uma progressiva desqualificação da morte com a extinção de sua ritualização pública. A morte é arrastada para o âmbito privado e torna-se vergonhosa. A biopolítica cuida essencialmente da mortalidade da população, tentando afastar ao máximo os efeitos deletérios que surgem naturalmente ao longo do desdobramento da vida (NEGRIS, 2020, p. 81).

Essa dinâmica de poder sobre a vida está presente nos discursos e atuação política bolsonarista, quando se instituem meios de incidir e dirimir políticas públicas assistencialistas entre as classes mais baixas ou minorias, como a população indígena. Portanto, é crucial promover debates que desvelem essas articulações biopolíticas e que se engendrem formas de cultivar a perspectiva de um Estado socialmente ativo, que esteja pronto a combater essa conjuntura social, uma vez que há um recorrente aumento de famílias que se inserem na linha de pobreza e de extrema pobreza, conforme os estudos de Nassif-Pires, Cardoso e Oliveira (2020).¹⁰²

Opera-se com esses instrumentos analíticos, de biopoder e biopolítica, para, posteriormente, presentificar a necropolítica instituída no atual governo. Em suma, a tecnologia da necropolítica versa o contexto do direito do soberano, analisado por Foucault, materializado na forma de morte, que incide em definir quem vive e quem morre, “Assim, na dimensão desse poder que tem a morte no seu âmago, há vidas que merecem ser vividas e existem vidas que não são dignas de viver. A soberania é justamente esse poder de decisão sobre a morte” (NEGRIS, 2020, p. 96).

2.4 Análise Foucaultiana do Discurso: um aporte teórico-metodológico de análise

Analisar discursos sob a ótica foucaultiana requer, sobretudo, a renúncia de elucidações unívocas, de interpretações superficiais e a busca veemente por um sentido último, uma verdade absoluta que possa imperar e reger todas as coisas. Para Michel Foucault, não se faz necessário ir além do nível de existência das coisas ditas, já que, para o filósofo, o próprio discurso aciona, nos enunciados, a rede de relações, a historicidade e as práticas discursivas que são inerentes a certos discursos. Assim sendo, ao analista do discurso foucaultiano, é necessário lançar-se a uma analítica minuciosa do discurso, dentro e fora do próprio discurso, trazendo à tona sua especificidade e a sua complexidade, as quais são embuídas no próprio funcionamento do discurso.

¹⁰² Ver estudos: NASSIF-PIRES, Luiza; CARDOSO, Luisa; OLIVEIRA, Ana Luíza. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza, USP, 2021.

Para Foucault, nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão vivas nos discursos (FISCHER, 2001, p. 198-1999).

Nestes termos, o autor assevera a autonomia do discurso. Embora, inicialmente, as obras *As Palavras e as coisas* (2000) e *A Arqueologia do saber* (2008) apontassem para uma concepção idealista e estruturalista da linguagem, ela fora desfeita à medida que o autor desfaz a ideia de “categorias universalmente constitutivas”, próprias do estruturalismo e do idealismo filosófico (FISCHER, 2001). De acordo com Dreyfus e Rabinow (1995), Foucault estabelece que não há existência de estruturas permanentes que incidam na constituição da realidade. A noção foucaultiana do discurso¹⁰³ aponta que “o discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata” (FOUCAULT, 2008, p. 29). O filósofo também advoga em uma concepção plural de discurso, ou seja, há discursos que são mobilizados de acordo com interesses específicos. Nestes termos, o discurso, para Michel Foucault, não se limita a um conjunto de enunciados, e, de certa forma, ele também não contempla apenas o contexto em derredor dessa materialidade linguística, portanto, o discurso pode ser compreendido mais como um interstício no qual se organizam os ditos.

A primeira empreitada que cumpre ao analista é, portanto, relegar a ideia de uma trajetória de aprendizado que ensina a ver o discurso meramente com um conjunto de signos, como significantes que referenciam conteúdos determinados, carregando tal ou qual significado, quase sempre implícito, implicando, assim, em uma verdade que subjaz no cerne das coisas. Não há um elemento nuclear do discurso, isso porque ele é atravessado por outros discursos e, dada a sua pluralidade, esses discursos congregam outras especificidades e ampliam o horizonte de análise. É nessa jornada analítica exaustiva que o analista se propõe a investigar as potencialidades discursivas e o feixe de relações que os integram.

Segundo Silveira (2021, p. 136): “O conceito de discurso, então, se apresenta como uma fértil instância teórico-analítica de implicações metodológicas importantes”. E, para tanto, é necessário mobilizar, de forma breve, a concepção de discurso, de formação discursiva, de função enunciativa e de formação de conceito em suas obras. Na *Arqueologia do Saber* (2008),

¹⁰³ Ver também M Foucault, ‘Politics and The Study of Discourse’ in *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*, Graham Burchell, Colin Gordon and Peter Miller (Chicago: University of Chicago Press, 1991), 53-72.

o autor já havia estabelecido a conceituação de discurso como prática social. Já na obra *A Ordem do discurso* (2004a), ele assinala a ideia de discurso em razão de relações de poder.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2004a, p. 49).

Para Foucault (2004a), o discurso também remete a um conjunto de enunciados sob o amparo de uma dada formação discursiva (FD), consolidada ao longo do tempo. Essa FD nada mais é que a regularidade que existe na dispersão do conjunto de enunciados estudados, ou seja, é preciso haver regularidade para haver discurso. Concernente essa regularidade, ela é composta por regras denominadas regras de formação, dessa maneira, se estabelece uma diretriz que rege os enunciados e que os integra a uma FD específica e a um discurso, conseqüentemente.

Um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2008, p. 136-137).

Nas análises sobre o âmbito político, há um empenho em se considerar as condições históricas em que se dá o exercício de poder, e, nesta pesquisa, o intuito é refletir sobre a forma como isso se dá na prática e qual é a sua abrangência, por meio de um viés foucaultiano. Para tanto, insta acionar as formulações sobre discurso em toda a literatura foucaultiana que, entre outras concepções, apresenta também a ideia de discurso, a partir de um “conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro” (FOUCAULT, 2008, p. 9) e que considera o discurso sempre sob uma prática discursiva, entendida a partir de sua realidade e dos enunciados ditos, relegando as possibilidades do que ainda poderá ser dito.

A partir dessa premissa, a obra *A Arqueologia do saber* (2008) descreve a organização do campo enunciativo, a fim de analisar conceitos. Nesse sentido, essa estruturação compreende: i) formas de sucessão de enunciados, estabelecendo a disposição das séries enunciativas, analisando a ordem de sucessão dos enunciados, raciocínios demonstrativos, inferências ou implicações dedutivas; ii) tipos de correção entre enunciados, como a correlação

“hipótese-verificação; asserção-crítica; lei geral-aplicação particular”; iii) esquemas retóricos pelos quais os enunciados se encadeiam.

Mas o que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns com os outros: a maneira, por exemplo, pela qual a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita; a maneira pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados etc. É esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual (FOUCAULT, 2008, p. 70-71).

Nesse segmento, o foco de sua análise não é investigar possíveis convergências entre os conceitos, de modo a evidenciar os traços comuns, mas analisar os esquemas de seriação, de agrupamento, alterações que conjugam esses elementos a um discurso específico. Portanto, segundo o autor, a sua análise se insere em um campo pré-conceitual no qual se aplica um conjunto de normas que viabiliza a coexistência de conceitos. Outro fator relevante a ser considerado na análise é o lugar de fala, que, no caso desta pesquisa, se trata, principalmente, do discurso do presidente do Brasil, um lugar de fala legitimado e institucional.

É preciso descrever também os lugares institucionais de onde [...] obtém seu discurso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação). Esses lugares são para a nossa sociedade [...] o local de uma observação constante, codificada, sistemática, [...] e hierarquizado. (FOUCAULT, 2008, p. 57).

Consoante a isso, Foucault assume uma postura de analista do discurso a partir de um espaço histórico, haja vista os discursos produzidos só são possíveis através de uma relação de forças no âmbito político favorável ao seu surgimento, atravessados por múltiplos discursos, com potencialidades semânticas que se manifestam no próprio funcionamento discursivo. Assim, o sentido é constituído por uma relação entre o poder, o saber e a linguagem. Para o analista do discurso foucaultiano, alguns requisitos são indispensáveis na sua observação frente ao objeto estudado.

[...] ele é sujeito que questiona, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não, e que ouve, segundo um certo programa de informação; é sujeito que observa, segundo um quadro de traços característicos, e que anota, segundo um tipo descritivo, está situado a uma distância perspectiva ótima cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente (FOUCAULT, 2008, p. 59).

Nesse contexto, instituída a aventura analítica no âmbito da política, intui-se estabelecer as regulações constantes, as margens de sua contingência no limiar de funcionamento, a reconstituição de encadeamentos nos processos de ruptura e continuidades históricas. Nos emaranhados discursivos, é preciso determinar uma sequência, a partir de uma perspectiva arqueológica, em que os acontecimentos e suas consequências não se distribuem da mesma maneira. Para tanto, um remanejamento do método analítico, de se enxergar no feixe de relações, o ponto de inflexão necessário. Há conceitos que não estão imediatamente acessíveis, de modo que é emergente que se lance aos limiares epistemológicos, buscando engendrar e suscitar as diversas maneiras de se chegar aos interditos, as prescrições, os campos de constituição e validade.

No que tange a essa pesquisa, ela foi inicialmente elaborada em torno das Metáforas Políticas presentes no discurso do presidente Bolsonaro – haja vista ser um recurso muito vigente na política brasileira –, ao longo do processo, surge a emergência em se falar do panorama sociopolítico frente à pandemia, pautado em negligência, em irresponsabilidade social com o estímulo à quebra de protocolos de prevenção ao vírus e com discurso antivacina; assim como na discriminação e no descaso em relação à ações assertivas de política de saúde concernentes a grupos minoritários; e, com isso, na atuação de uma política de extermínio, na qual evidenciam-se discursos e práticas de necropolítica. Portanto, esse tornou-se o ponto de inflexão que permitiu uma recondução e um redirecionamento a novos parâmetros de abordagem, de análise, e do próprio objeto de pesquisa.

A metodologia utilizada, portanto, se baseia na própria literatura foucaultiana, que oferece suporte tanto teórico quanto analítico, através das concepções centradas em suas obras sobre a arqueologia e a genealogia. O *corpus* de análise desta pesquisa não está pautado na materialidade linguística específica, ou seja, ele suplanta o seu aspecto textual, mas centra-se na multiplicidade e na potencialidade semântica que estão interrelacionadas à relação de poder no discurso, enquanto enunciação e prática social, trazendo à tona, por meio da historicidade, elementos possíveis de análise que presentifiquem influência do fascismo, do autoritarismo e do neonazismo, que compõem e reforçam a concepção de necropolítica nos discursos e práticas discursivas bolsonaristas.

Pelos métodos arqueológico e genealógico é possível buscar um novo olhar sobre a história, não só descrevendo um determinado período histórico, mas se aproximando da realidade pela análise e desconstrução do discurso e pela

busca de descontinuidades no percurso histórico (AZEVEDO; RAMOS, 2003, p. 288).

Nas análises feitas a partir dos discursos e da atuação do movimento bolsonarista, esses elementos são relacionados durante todo o percurso teórico, em pleno diálogo entre os teóricos basilares desta pesquisa. O *corpus* de análise é apresentado e analisado concomitantemente, de maneira a deixar acessível a fonte de coleta dos dados, que se deu a partir de notícias dos principais jornais veiculados na internet, de pronunciamentos oficiais e do canal do presidente no YouTube, no qual ele apresenta *lives* todas as quintas-feiras.

De acordo com Foucault, em seu texto *Verdade e Poder*, o problema central do poder sempre esteve delimitado em suas pesquisas: “o que faltava no meu trabalho era este problema do ‘regime discursivo’, dos efeitos de poder próprios do jogo enunciativo. Eu o confundia demais com a sistematicidade, a forma teórica ou algo como o paradigma” (FOUCAULT, 2021, p. 4). Para o autor, os acontecimentos políticos de maio de 68, na França, tornaram muito propício o empreendimento de sua “genealogia do poder”: “sem a abertura política realizada naqueles anos, sem dúvida eu não teria tido coragem para retomar o fio [...] e continuar minha pesquisa no domínio da penalidade, das prisões e das disciplinas” (FOUCAULT, 2021, p. 3)

O método arqueológico foucaultiano teve como ponto inicial a história das ideias, ou seja, tinha como uma de suas finalidades aprofundar-se nas disciplinas existentes, analisá-las e reinterpretá-las, a partir de uma descrição das continuidades e dos retornos; da reconstituição do progresso e do desdobramento em uma linearidade histórica. Pode-se pensar o método arqueológico como uma descrição sistemática de um discurso-objeto, que reivindica a constituição do fenômeno estudado, situado dentro e fora dos discursos analisados, partilhando, dessa maneira, a falta de significado enquanto suspenso. Nesse segmento, a arqueologia prima também por instituir a constituição dos saberes, favorecendo as interrelações discursivas e a sua articulação com as instituições, de forma a buscar conceber como os saberes incidiam e se transformavam.

Já o método genealógico, grosso modo, trata da análise do porquê dos saberes, assim, ele se volta à compreensão de sua existência e suas transmutações, elegendo-o como instrumento das relações de poder e categorizando-o como dispositivo político. A questão da constituição histórica dos saberes é retomada e modificada pelo projeto genealógico; o saber é compreendido agora como acontecimento e, desse modo, se torna um elemento de um dispositivo político fundamentalmente estratégico.

De acordo com Foucault, as pesquisas devem aceitar seus limites, o seu “inacabado”. Elas devem formular conceitos que possibilitem a análise dos dados – organização, estudo de interrelações e de implicações –, de forma a se tornar passíveis, se preciso, de serem revistos, reformulados ou substituídos, a partir de novas inserções e, portanto, de novas análises. Consoante a Machado (2021, p. XI): “nem a arqueologia, nem a genealogia, sobretudo, têm por objetivo fundar uma ciência, construir uma teoria ou se constituir como sistema; o programa que elas formulam é o de realizar análises fragmentárias e transformáveis”, do mesmo modo como os objetos de pesquisa são complexos, fragmentários, múltiplos e transformáveis, também são os conceitos, as formas de enunciação e de teorização.

III BOLSONARISMO

3 *Blitzkrieg* bolsonarista: um conto de fa(r)da¹⁰⁴

*Não têm e nunca terão existência senão ao abrigo precário dessas
palavras [...] essa pura existência verbal faz desses infelizes
ou desses facínoras seres quase fictícios.
Michel Foucault, 1977*

Inicialmente, faz-se necessário explicar a ideia de se utilizar o termo *blitzkrieg* bolsonarista como título desta pesquisa. A palavra alemã *blitzkrieg*¹⁰⁵ significa guerra-relâmpago e refere-se a uma tática militar alemã de grande poderio bélico usada durante a Segunda Guerra Mundial, recorrendo à utilização de *Wehrmacht* (infantaria), *Kriegsmarin* (marinha de guerra), *Luftwaffe* (aviação de guerra) e divisões *Panzer* (formadas pelos veículos blindados, ou seja, tanques de guerra).

O termo foi usado inicialmente por Avelar (2021), em sua obra *Eles em Nós*, em referência à rapidez da ascensão do movimento bolsonarista, à profusão da “guerra digital” que estabeleceu a partir das ofensivas aos seus opositores e aos aspectos de apologia à violência e ao nacionalismo exacerbado. Todos esses elementos se assentam perfeitamente ao termo militar, o que torna a analogia perfeitamente elegível.

Para compreender plenamente o movimento do bolsonarismo, sua ascensão e seus desdobramentos, faz-se necessário conhecer, primeiramente, a trajetória do atual presidente do país, Jair Messias Bolsonaro. Ele é capitão reformado do Exército – referência a qual ele professa grande orgulho e que se desdobra em todos os seus discursos e em sua atuação política –, aos 63 anos venceu as eleições presidenciais, depois de um percurso de mais de trinta anos na vida política como vereador e deputado federal, pelo Rio de Janeiro.

A história de Bolsonaro começa em 1977, quando ele concluiu o curso de formação de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN-RJ) e o curso de paraquedismo militar na Brigada Paraquedista do RJ. Formou-se em Educação Física na Escola de Educação Física do Exército, e tornou-se mestre em saltos pela Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro. Em 1986, Jair Bolsonaro ganhou visibilidade nacional quando, ao servir ao 8º Grupo de Artilharia de Campanha, como capitão no Rio de Janeiro, publicou na revista *Veja* o artigo *O salário está baixo*, contestando os valores pagos à categoria. Devido a essa publicação, que

¹⁰⁴ Enfatiza-se aqui que o título foi escolhido de forma provocativa em alusão à ideia do “mito” – nas suas potencialidades semânticas –, tanto do lúdico e fantasioso quanto em referência à forma como o movimento bolsonarista corteja seu ícone; não somente, pela própria exaltação e enaltecimento que o presidente Jair Bolsonaro faz às forças armadas, haja vista ainda se apresentar como capitão, sua antiga patente.

¹⁰⁵ Fonte: História do Mundo: *Invasão da Polônia e o início da Segunda Guerra Mundial*. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/invasao-polonia-inicio-segunda-guerra-mundial.htm>.

incidiu em infração do regulamento disciplinar do Exército, ele permaneceu preso durante 15 dias.

Posteriormente, em 1987, foi acusado de planejar o *'Beco Sem Saída'*, uma operação que visava a explosão de bombas de baixa potência em unidades militares, em protesto contra os baixos salários. Bolsonaro foi submetido a julgamento no Superior Tribunal Militar (STM) no ano anterior e, embora tenha sido inocentado, decidiu se desligar do Exército. Entretanto, aproveitando a notoriedade das polêmicas envolvendo seu nome – o que lhe conferiu grande projeção entre os militares –, no mesmo ano se candidatou a vereador pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e foi eleito. No entanto, Bolsonaro não cumpriu seu mandato, pois foi eleito deputado federal pela mesma legenda, aproveitando os votos de suas bases eleitorais na Vila Militar.

Na sua trajetória de 27 anos na política, com oito mandatos como deputado federal, Jair Messias Bolsonaro seguiu colecionando grandes polêmicas na sua carreira política, entre elas, a de que ele sempre advogou em favor do retorno do regime militar e do fechamento temporário do Congresso;¹⁰⁶ seus discursos também contemplam a pena de morte, a prisão perpétua e o regime de trabalhos forçados para condenados. Neste segmento, ele defende também a mudança na maioria penal para 16 anos e um controle rígido de natalidade, com a finalidade de “combater a miséria”. O Chefe do Executivo também se mostra um grande opositor às políticas de resgate e de memória dos desaparecidos durante a ditadura militar e, para demonstrar sua oposição, confeccionou e expôs cartazes com a frase “quem procura osso é cachorro”¹⁰⁷.

Embora houvesse muitas polêmicas que contribuíram na sua inserção na carreira política, Bolsonaro não conseguiu se sobressair na sua função parlamentar. Desde o início do seu trajeto como deputado federal, ele apresentou aproximadamente 171 projetos sem grande ênfase; esses projetos consistiam em projetos de lei, de lei complementar, decretos legislativos e propostas de emenda à Constituição (PECs), porém, só conseguiu aprovar duas propostas: uma que ampliava o benefício de isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para produtos da área de informática e a outra, que autorizava o uso da “pílula do câncer” – a fosfoetanolamina sintética.¹⁰⁸

Outro fator relevante sobre Jair Bolsonaro é o fato de seus heróis, a quem ele presta homenagem pública, serem nada menos do que os maiores e mais cruéis ditadores da história.

¹⁰⁶ Uma das premissas do Estado de Exceção que veremos posteriormente.

¹⁰⁷ Fonte do vídeo: Locomotiva da História: *Bolsonaro e sua fala asquerosa: "Quem procura osso é cachorro"*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zMBT2_ReyIM.

¹⁰⁸ Fonte: Sputnik News: *Bolsonaro só aprovou 3 propostas em 26 anos. E uma delas custará R\$ 2,5 bi ao país*. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/20170723/propostas-aprovadas-bolsonaro-congresso-8935795.html>.

Sendo assim, mais uma vez, o mandatário demonstra sua devoção “à farda”, já que todos eles possuíam alta patente militar. Entre eles, figuram ex-ditador Alfredo Stroessner¹⁰⁹ que era militar, político e ditador que presidiu o Paraguai sob um regime autoritário, baseado em violações contra os direitos humanos, prisões, torturas e abuso sexual infantil, ao qual Bolsonaro se referiu como um “estadista” e um “homem de visão”¹¹⁰; Augusto Pinochet, que era general do exército chileno e ditador de 1973 a 1990. Seu legado foi marcado por constantes ataques aos direitos humanos, torturas e mais de três mil pessoas assassinadas, além do roubo de milhões de dólares do seu país. Foi condenado por crime contra a humanidade e ficou dois anos presos na Inglaterra, Bolsonaro exaltou a ditadura militar chilena comandada por Pinochet¹¹¹; e Carlos Alberto Brilhante Ustra¹¹², que foi um coronel brasileiro e ex-chefe do DOI-CODI, ou seja, um dos órgãos atuantes na repressão política durante a ditadura militar no Brasil. Ustra foi homenageado em 2016, durante a votação do *impeachment*¹¹³ e, em 2019, tornou-se como “herói nacional”.

A influência militar na vida pública e política de Jair Bolsonaro é incontestável. Não obstante, até o *slogan* da campanha de Bolsonaro “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” foi inspirado no brado dos paraquedistas militares. Tanto Bolsonaro quanto o seu vice, o general da reserva Hamilton Mourão (PRTB), foram paraquedistas na sua trajetória militar. O coronel Cláudio Tavares Casali esclareceu que o brado difundido nos quartéis surgiu na década de 1960, durante o período da ditadura militar, logo após o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Um grupo de paraquedistas nacionalistas, chamado de Centelha Nativista, formado pelos capitães Francimá Máximo, José Valporto de Sá e Kurt Pessek, teria criado o lema “Brasil acima de tudo” e intuía resgatar os valores de “nacionalismo não xenófobo, de amor ao Brasil e de criar meios que reforçassem a identidade nacional e evitassem a fragmentação do povo pela ideologia e exploração de dissensos da sociedade, dividindo o povo nos termos da velha luta de classes do

¹⁰⁹ Fonte: El País: *Bolsonaro elogia ditador paraguaio Alfredo Stroessner em público*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/26/internacional/1551213499_127441.html.

¹¹⁰ AH UOL: *10 fatos sobre o ex-ditador paraguaio Alfredo Stroessner*. Disponível: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/10-fatos-sobre-o-ex-ditador-paraguaio-alfredo-stroessner.phtml>.

¹¹¹ Fonte: VEJA: *Bolsonaro exalta ditadura de Pinochet no Chile e ataca pai de Bachelet*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-exalta-ditadura-de-pinochet-no-chile-e-ataca-pai-de-bachelet/>.

¹¹² Fonte: VEJA: *Bolsonaro afirma que torturador Brilhante Ustra é um “herói nacional”*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-torturador-brilhante-ustra-e-um-heroi-nacional/>.

¹¹³ Fonte do vídeo: YouTube: *Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>.

marxismo”. Entretanto, o lema foi muito questionado dado a sua semelhança com o brado nazista de “Deutschland uber alles” (Alemanha acima de tudo).¹¹⁴

Uma investida polêmica de Bolsonaro no Congresso, que teve repercussão tanto em 2018 com nova tentativa em 2021, foi a questão do voto impresso. Em julho de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu contra, com votação final de 8 a 2. Em julho de 2021, o presidente Jair Bolsonaro retomou seu apoio ao voto impresso nas eleições, durante uma de suas *lives* semanais, no dia 29 de julho, que, excepcionalmente, durou quase o triplo do tempo que normalmente dura, e cuja ênfase foi a temática do voto impresso.

Durante a transmissão realizada pelas redes sociais, em companhia do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, foram apresentados vídeos de eleitores que foram às urnas em eleições anteriores, endossando a possibilidade de supostas fraudes no uso da urna eletrônica. Conforme apontado pelo Chefe do Executivo:

Voto impresso auditável e contagem pública dos votos é um instrumento de cidadania e paz social, garantia de paz e prosperidade, de harmonia entre os Poderes. Nenhum Poder é absoluto, todos nós temos limites. O que o povo quer, e nós devemos atendê-lo, é exatamente um sistema de votação onde se possa ter a garantia de quem se votou, o voto vai para aquela pessoa. Assim, nós conseguiremos, com toda certeza, uma paz no Brasil, conseguiremos antecipar possíveis problemas e nós partiremos para a normalidade.¹¹⁵

O mandatário também desafiou os que cobram provas dele de que há fraude na urna eletrônica a também provarem que o sistema não pode ser fraudado. E disparou: “Será que se fazer eleições é seguro, é blindado? Os que me acusam de não apresentar provas, eu devolvo a acusação. Me apresente provas [de que a urna eletrônica] não é fraudável”. O presidente reiterou: “Eu quero eleições no ano que vem, vamos realizar eleições ano que vem, mas eleições limpas, democráticas, sinceras”. O presidente chegou a afirmar em entrevista à Band, no programa *Brasil Urgente*, em 2018, que: “[O voto eletrônico] É um sistema eleitoral que não existe em nenhum lugar do mundo”, e essa afirmação se constitui como mais uma *fake news*, já que o voto eletrônico é utilizado em nações como a Suíça, o Canadá, a Austrália e alguns

¹¹⁴ Fonte: Folha de S. Paulo: *Slogan de Bolsonaro foi inspirado em brado de paraquedistas militares*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/slogan-de-bolsonaro-foi-inspirado-em-brado-de-paraquedistas-militares.shtml>.

¹¹⁵ Fonte do vídeo: YouTube: *Live da Semana - Presidente Jair Bolsonaro – 29/07/2021*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C4sE3OAVpHY&t=2s>.

estados do Estados Unidos. Na América Latina, o México e o Peru também fazem uso do sistema.¹¹⁶

Em resposta às provocativas do presidente, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Luís Roberto Barroso, retrucou, falando em favor da segurança e probidade das urnas eletrônicas. Em um evento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) no Acre, Barroso voltou a reafirmar que nunca houve qualquer registro que indicasse algum tipo de fraude nas urnas eletrônicas, desde a sua implantação, em 1996. Ele afirmou que a decisão sobre a adoção do voto impresso no país é do Congresso Nacional, mas enfatiza que a medida não é segura. Segundo o ministro: “Ele [voto impresso] precisa ser transportado. Estamos falando de 150 milhões de votos em um país em que muitas regiões têm problemas de roubo de carga, milícias e facções criminosas. Vamos criar um mecanismo de auditoria que vai trazer insegurança, riscos para o sistema”.¹¹⁷

Por meio da conta oficial no Twitter, o TSE se pronunciou e respondeu à *live* do presidente, entre as postagens, o órgão escreveu que “investigadores da edição de 2019 do Teste Público de Segurança (TPS), entre os quais peritos da @policiafederal, admitem que novas barreiras de segurança da urna eletrônica são eficazes”. Porém, as investidas contra as urnas eletrônicas continuam reincidentes por parte do presidente, com isso, em agosto de 2021, a deputada Bia Kicis (PSL-DF) – apoiadora de Bolsonaro –, articulou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Voto Impresso, porém a iniciativa não atingiu o mínimo de votos favoráveis, que é 308 votos, sendo, portanto, arquivada.¹¹⁸

Jair Bolsonaro também é reconhecido por ações que caracterizam abuso de poder na sua gestão. Um dos eventos que sinaliza abuso de poder político e econômico foi o evento do dia 05 de setembro de 2021, em que ocorreu uma operação militar onerosa aos cofres públicos, um desfile de blindados em frente ao Palácio do Planalto, com autorização do presidente e a sua presença. Esse evento custou aos cofres públicos o montante de R\$ 3,7 milhões, o valor foi obtido através da Lei de Acesso à Informação (LAI), e é concernente aos gastos da Marinha com a edição da Operação Formosa, um treinamento militar realizado anualmente em Goiás.

¹¹⁶ Fonte: Folha de São Paulo: Jair Bolsonaro eleito: veja aqui 110 frases ditas por ele e checadas pela Lupa em 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/28/tudo-sobre-bolsonaro/>.

¹¹⁷ Fonte: *Presidente defende voto impresso nas eleições durante live*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-07/presidente-defende-voto-impresso-nas-eleicoes-durante-live>.

¹¹⁸ Fonte: Agência Câmara de Notícias: *Câmara rejeita proposta que tornava obrigatório o voto impresso*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/792343-camara-rejeita-proposta-que-tornava-obrigatorio-o-voto-impresso/>.

Contudo, um desfile em frente à sede do Executivo é inédito, mas não é casual. A passagem dos tanques blindados pela Esplanada aconteceu em 10 de agosto, que foi o mesmo dia em que a Câmara rejeitou a PEC do Voto Impresso. A exibição dos blindados foi interpretada como uma tentativa de intimidação do mandatário ao Poder Legislativo para aprovar a proposta. O trajeto dos blindados pelo Planalto, que contou com aproximadamente 150 veículos militares, foi justificado pela entrega de um convite a Bolsonaro e a outras autoridades para participar do dia de Demonstração Operativa, em 16 de agosto. Os gastos chegaram a R\$ 3,7 milhões, desse montante, R\$ 1,78 milhão foi para gastos de custeio de bases, R\$ 1,03 milhão para locação de ônibus para transporte, R\$ 721 mil para combustíveis, lubrificantes e graxas, R\$ 98,7 mil para materiais de saúde, R\$ 16,6 mil para suprimentos de fundos e R\$ 15 mil para passagens e diárias.¹¹⁹

O uso da frota de veículos das Forças Armadas pelo presidente, seus familiares e amigos em benefício próprio é uma constante. Um dos casos foi o de José Vicente Santini, nomeado como secretário-executivo da Secretaria-Geral da República, considerado o cargo número dois da Casa Civil. Em 2020, ele foi exonerado após utilizar um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para ir até a Índia encontrar a comitiva do presidente Jair Bolsonaro, após participar do evento Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça.

Em um levantamento, o jornal Congresso em Foco apresentou uma pesquisa indicando que, de abril a dezembro de 2020, houve, aproximadamente, 64 viagens oficiais que usaram as aeronaves da FAB, com, no máximo, três passageiros. O levantamento mostra que, pelo menos, três deslocamentos foram para destinos internacionais, o que não está previsto no decreto que regulamenta o tema. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi responsável por 25 viagens e, de acordo com a planilha, registrou-se que Salles viajaria uma vez sozinho, dez vezes com apenas um acompanhante e catorze vezes com outros dois passageiros.¹²⁰

Em outubro de 2020, um avião da FAB foi solicitado para fazer o trajeto Brasília x São Paulo pela ministra Damares Alves para levar familiares do presidente Bolsonaro, dentre eles sua esposa, Michelle Bolsonaro, à festa do amigo Agustin Fernandez, que aconteceu em um restaurante badalado de São Paulo, a pretexto de ir a um evento do Pátria Voluntária, programa social coordenado por Michelle Bolsonaro. Em contrapartida, em janeiro de 2021, no ápice de

¹¹⁹ Fonte: UOL Notícias: Operação com desfile de tanques custou R\$ 3,7 mi aos cofres públicos. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/09/05/operacao-com-desfile-de-blindados-custou-r-37-mi.htm>.

¹²⁰ Fonte: Congresso em Foco: PT entra na justiça para que Santini pague por uso de jatinho da FAB. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/pt-entra-na-justica-para-que-santini-pague-por-uso-de-jatinho-da-fab/>.

mortes por Covid-19, o cargueiro da FAB KC-390, o maior do país – com capacidade de transportar 26 toneladas – foi enviado aos EUA com 224 militares para aprimorarem técnicas de paraquedismo e só retornou ao Brasil no dia 5 de fevereiro. No mesmo momento, pelo período crítico pandêmico, diversas cidades do país sofriam com a falta de equipamentos hospitalares e aparelhos respiratórios. Em nota, a FAB justificou que “os treinamentos são fundamentais para o aprimoramento da utilização da aeronave”¹²¹.

Na época, Manaus, a capital do Amazonas, viveu dias sombrios. A segunda quinzena do mês de janeiro de 2021 assinalou um tempo de terror e caos para a cidade. Documentos obtidos pelo Ministério Público de Contas indicam que 31 pessoas morreram por consequência da falta de oxigênio em Manaus, quando a capital atingiu o ápice da falta do insumo. Com índices alarmantes de propagação do vírus, foi necessário enviar pacientes que dependiam de oxigênio para outros estados. Muitas famílias que tinham condições financiavam o próprio oxigênio para os familiares doentes¹²².

O colapso chegou aos noticiários e comoveu muitos órgãos e artistas que ajudaram o estado do Amazonas com doações de oxigênio à capital. O Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo, doou cinco usinas geradoras de oxigênio medicinal, que foram distribuídas entre os municípios de Carauari, Eirunepé, Lábrea, Manacapuru e Tabatinga. O estado de Bolívar, na Venezuela, também doou cinco carretas que trouxeram aproximadamente 136 mil m³ de oxigênio para abastecer a capital.¹²³ Celebidades brasileiras, tais como, Whinderson Nunes, Marcelo Adnet, Marília Mendonça e Gustavo Lima, dentre outros, também se comoveram com o panorama caótico amazonense e se prontificaram a doar oxigênio, além de mobilizarem uma campanha nas redes sociais.¹²⁴

Nestes termos, estabelece-se as prioridades dispostas no enfrentamento à pandemia de Covid-19, por parte do governo Bolsonaro. A conduta e a atuação política demonstram de forma clara a questão da biopolítica e da necropolítica instituídas no país. É incontestável a negligência e o descaso para com a população, prova disso são os discursos ofensivos aos que

¹²¹ Fonte: Veja: *Descaso na pandemia: cargueiro da FAB é enviado para treinamento nos EUA*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/descaso-na-pandemia-cargueiro-da-fab-e-enviado-para-treinenamento-nos-eua/>.

¹²² Fonte: Gi: *Documentos mostram que mais de 30 morreram nos dois dias de colapso por falta de oxigênio em Manaus*. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/25/documentos-mostram-que-mais-de-30-morreram-nos-dois-dias-de-colapso-por-falta-de-oxigenio-em-manaus.ghtml>.

¹²³ Fonte: Agência Brasil: *Doações ajudam Amazonas a enfrentar falta de oxigênio hospitalar*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-01/doacoes-ajudam-amazonas-enfrentar-falta-de-oxigenio-hospitalar>.

¹²⁴ Fonte: Correio Braziliense: *Famosos se engajam na campanha por oxigênio para Manaus*. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/diversao-e-arte/2021/01/4900519-famosos-se-engajam-na-campanha-por-oxigenio-para-manaus.html>.

aderiram às medidas restritivas: “Nós temos que enfrentar os nossos problemas, chega de frescura e de mimimi. Vão ficar chorando até quando? Temos de enfrentar os problemas”, discurso proferido por Bolsonaro em São Simão (GO), em março de 2021¹²⁵.

Com relação às aeronaves da FAB, há um decreto do governo federal que estipula que “a comitiva que acompanha a autoridade na aeronave do Comando da Aeronáutica terá estrita ligação com a agenda a ser cumprida, exceto nos casos de emergência médica ou de segurança”, ou seja, a utilização das aeronaves tem seguido um protocolo estritamente pessoal e aberto por parte do presidente, como se elas pertencessem ao ser acervo pessoal, são usadas indiscriminadamente. Contudo, em março de 2020, o presidente publicou um decreto que altera as regras de transporte aéreo de autoridades em aeronaves do Comando da Aeronáutica, mas o decreto não incide sobre si, apenas torna mais rígidas as justificativas e as comprovações que atestem a necessidade do uso das aeronaves.

Em janeiro de 2021, mais um escândalo veio à tona, o governo gastou o equivalente a R\$ 15,6 milhões na compra de toneladas de leite condensado para o exército, no ápice das mortes por Covid-19 no país. Enquanto havia, por parte do governo, grande resistência na compra de vacinas, de cilindros de oxigênio e de outros itens de primeira necessidade no combate à pandemia, o presidente agilizou milhões de reais para a compra de vinhos finos, alfafa, uvas passas e pizzas. A lista de compras do governo federal apontou que, em 2020, a administração federal gastou cerca de R\$ 1,8 bilhão para adquirir comida, ou seja, 15% a mais do que no ano anterior, descontada a inflação.

A maior parte dessas despesas ficou na conta das Forças Armadas, que tiveram um gasto de R\$ 632 milhões em gêneros alimentícios, o Ministério da Educação e da Justiça aparecem como os mais privilegiados, depois das Forças Armadas. Em relação às compras exorbitantes, foram compradas, aproximadamente, 2,5 milhões de latas de leite condensado, e, dessa forma, “o Exército brasileiro se credencia hoje como um dos maiores consumidores do produto no planeta”, indica o artigo jornalístico publicado pela revista *Isto é*. Ainda segundo informações oficiais, foram gastos: “R\$ 2,2 milhões em chicletes (pelo menos 50 milhões de unidades pelo preço médio de R\$ 0,05), R\$ 5 milhões em uvas passas, R\$ 2,5 milhões em vinhos e R\$ 37 milhões em pizzas e refrigerantes, entre outros exageros”. O volume de aquisições de produtos

¹²⁵ Fonte: Folha de S. Paulo: *Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>.

supérfluos e de *junkfood* causou indignação e protesto na sociedade brasileira, e a consequência foi imediata, o PDT moveu uma ação no STF para investigar esses gastos hiperbólicos.¹²⁶

Essas informações constavam no Portal da Transparência, no Painel de Compras consolidado pelo Ministério da Economia, os dados estavam especificados, mas, após as denúncias, o governo retirou o Portal do ar. Ao ser questionado sobre o fato, em um evento privado com artistas de direita, em uma churrascaria em Brasília, o presidente disparou que o produto é para “enfiar no rabo da imprensa”. Segundo o mandatário: “Quando eu vejo a imprensa me atacar, dizendo que comprei 2,5 milhões de latas de leite condensado, vai pra puta que o pariu. É para enfiar no rabo de vocês da imprensa essas latas de leite condensado”. O Ministério da Defesa chegou a justificar a compra do leite condensado devido ao seu “potencial energético”. O órgão afirmou: “O leite condensado é um dos itens que compõem a alimentação de 370 mil homens e mulheres das Forças Armadas”, o que não foi comprovado.

Em resposta à polêmica envolta nessas aquisições, que somaram mais de R\$ 1.8 bilhão, através do portal Metrôpoles, em 26 de janeiro de 2021, Bolsonaro resolve atacar a imprensa, ante a grande repercussão dos gastos: “Vai pra puta que pariu, porra. Essa imprensa de merda, é pra enfiar no rabo de vocês, de vocês da imprensa, essas latas de leite condensado aí”¹²⁷. A postura do Chefe do Executivo, que contesta efusivamente as denúncias divulgadas pela imprensa – embora pautadas em documentos oficiais – com ofensas e jargões chulos demonstra que ele não aceita ser confrontado pelas suas práticas de abuso de poder e de lesar os cofres públicos com aquisições supérfluas no auge dos índices de morte por Covid-19, devido à falta de equipamentos de primeira necessidade.

Nisso se estabelecem, reiteradamente, as suas prioridades. Enquanto o povo brasileiro pereceu e elevou drasticamente o índice de contágio e óbito, o presidente fazia piada e atacava a imprensa mesmo diante de provas cabais. A sua atuação política nunca teve como finalidade o bem-estar do povo, mas celebra o seu extermínio com escárnio e desprezo. A forma debochada de reagir às denúncias denota mais do que negligência, ela constitui mais um parâmetro das acusações de genocídio, conforme denúncias apresentadas no Relatório Final da CPI, o que será explanado no tópico da Necropolítica.

Em novembro de 2021, o presidente Bolsonaro concede a si mesmo a medalha do Mérito Científico, o que provocou uma onda de protestos por todo o país. Mais de um ano após o início

¹²⁶ Fonte: Isto É: *Os R\$ 15 milhões de leite condensado derramado e outros chicletes federais*. Disponível em: <https://istoe.com.br/os-r-15-milhoes-de-leite-condensado-derramado-e-outros-chicletes-federais/>.

¹²⁷ Fonte do vídeo: Congresso em Foco: *Bolsonaro justifica compra de leite condensado: “vai pra puta que pariu, porra!”*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-justifica-compra-de-leite-condensado-vai-pra-puta-que-pariu-porra/>.

da pandemia, e de haver, por parte do governo bolsonarista, grandes investidas contra as ciências, ataques contra a vacina e contra a comunidade científica, imensuráveis cortes na educação e com grande ressonância ao panorama caótico brasileiro, o presidente conferiu a si mesmo a Medalha de Ordem Nacional do Mérito Científico¹²⁸. Essa medalha outorga uma das mais altas honorarias concedidas pelo poder público a personalidades que contribuíram, relevantemente, para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação do Brasil.

Essa autopremiação foi publicada no Diário Oficial, celebrando o chefe do executivo como grão-mestre. O título é sempre atribuído ao presidente em exercício, mas concernente ao presidente, isso tem um aspecto paradoxal, já que seu governo está pautado em discursos anticiência, contra a vacina, e na desestruturação das agências de fomento à pesquisa, ou seja, o presidente, um negacionista professo, se condecora como o maior nome na comunidade científica. Não apenas, o título de chanceler também foi concedido ao ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes – o que seria uma titulação de praxe, não fosse a atuação anticientificista – e a Paulo Guedes, ministro da Economia, um posto no Conselho de Ordem, como também aos ministros das Relações Exteriores e da Educação, Carlos França e Milton Ribeiro, respectivamente.

A condecoração acontece logo após a CPI da Covid, no Senado, sugerir o indiciamento do presidente por crime contra a humanidade, além de outras acusações devido a sucessivas omissões no cenário pandêmico¹²⁹. Em julho de 2021, Bolsonaro também condecorou a sua esposa, Michelle Bolsonaro, com a Medalha de Mérito Oswaldo Cruz, essa honraria destina-se ao reconhecimento de esforços nas atividades científicas, educacionais, culturais e administrativas, relativas à higiene e à saúde pública.

Um dia após a autopremiação, o presidente revogou as condecorações a dois médicos homenageados na categoria “Comendador da Ordem”, ao médico infectologista Marcus Vinícius de Lacerda, que combatia o uso de cloroquina – autor de um estudo pioneiro no país sobre a ineficácia do uso de cloroquina no tratamento contra Covid-19 – e à ex-diretora do departamento de HIV do Ministério da Saúde, Adele Schwartz Benzaken, exonerada no início da gestão do governo bolsonarista.¹³⁰

¹²⁸ Fonte: Correio Braziliense. *Bolsonaro concede a si mesmo a Medalha do Mérito Científico*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/11/4960683-bolsonaro-concede-a-si-mesmo-a-medalha-do-merito-cientifico.html>.

¹²⁹ Fonte: UOL: *Bolsonaro não deu a si mesmo condecoração de mérito científico; entenda...* Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/11/04/bolsonaro-concede-medalha-ciencia-a-si-proprio.htm>.

¹³⁰ Fonte: VEJA: *Bolsonaro anula medalha do mérito científico a médico contra cloroquina*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/bolsonaro-anula-medalha-do-merito-cientifico-a-medico-contra-a-cloroquina/>.

Após grande repercussão, vinte e um cientistas escolhidos para receber a medalha de Ordem ao Mérito Científico renunciaram à indicação, em protesto à revogação das homenagens aos dois pesquisadores supracitados. A carta de renúncia coletiva divulgada nas mídias, em solidariedade aos dois cientistas, enfatiza:

“A homenagem oferecida por um governo federal que não apenas ignora a ciência, mas ativamente boicota as recomendações da epidemiologia e da saúde coletiva, não é condizente com nossas trajetórias científicas. Em solidariedade aos colegas que foram sumariamente excluídos da lista de agraciados, e condizentes com nossa postura ética, renunciamos coletivamente a essa indicação”.¹³¹

Dessa forma, institui-se a gestão político-militar do governo de Bolsonaro, pautada em políticas públicas excludentes e em ações econômicas neoliberais que privilegiam certas camadas sociais em detrimento de outras. Para Foucault, a governamentalidade versa também sobre a habilidade dos neoliberais em controlar a conduta dos indivíduos, através do processo de disciplinarização social, por meio das técnicas exercidas sobre o outro e as técnicas de si. Desse modo,

A reflexão liberal não parte da existência do Estado, encontrando no governo um meio de atingir essa finalidade que ele seria para si mesmo, mas da sociedade que vem a estar em uma relação complexa de exterioridade e interioridade em relação ao Estado (FOUCAULT, 1997, p. 91).

Conforme apontado nesta pesquisa, os contextos de crise e seus agravantes se constituem como grandes oportunidades históricas para a pesquisa atuante, no sentido de evidenciar todo jogo de poder, as relações de poder que incidem sobre os discursos e práticas na esfera política. Entretanto, acionando elementos analíticos que investiguem em sua estrutura macro e micro, os discursos nacionalistas e falaciosos que hasteiam bandeiras de amor à pátria demonstram grande e desonroso fracasso ao serem confrontados com os quadros de colapso social, como os expostos neste texto.

[...] supõe-se que entre todos os acontecimentos de uma área espaço-temporal bem definida, entre todos os fenômenos cujo rastro foi encontrado, será possível estabelecer um sistema de relações homogêneas: rede de causalidade permitindo derivar cada um deles relações de analogia mostrando como eles se simbolizam uns aos outros, ou como todos exprimem um único e mesmo

¹³¹ Fonte: G1: *Cientistas rejeitam medalha de Ordem do Mérito após decisão de Bolsonaro*. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2021/11/07/cientistas-rejeitam-medalha-de-ordem-do-merito-apos-decisao-de-bolsonaro.ghtml>.

núcleo central; supõe-se, por outro lado, que uma única e mesma forma de historicidade compreenda as estruturas econômicas, as estabilidades sociais, a inércia das mentalidades, os hábitos técnicos, os comportamentos políticos, e os submeta ao mesmo tipo de transformação; supõe-se, enfim, que a própria história possa ser articulada em grandes unidades - estágios ou fases – que detêm em si mesmas seu princípio de coesão. (FOUCAULT, 2008, p. 11).

Destarte, enquanto pesquisador desse momento histórico, cumpre o dever de seguir os rastros e estabelecer essas relações de semelhança, de evocações e de suas simbologias, presentificando o passado no presente e as suas transformações na sociedade brasileira, considerando, analiticamente, a esfera política e as suas ressonâncias.

3.1 Ascensão da necropolítica no Brasil

O poder espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras.
Michel Foucault, 1975

Antes de acionar a noção de necropolítica de Achille Mbembe (2020), cumpre resgatar os conceitos de biopolítica e de biopoder desenvolvidos por Michel Foucault, o qual discorre que, nas dimensões capitalistas dominantes, o corpo se tornou uma nova realidade política, e essa concepção foi engendradora, em princípio, no âmbito da medicina. Conforme aponta Foucault (2021, p. 106):

[...] o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica.

Segundo Foucault (1999b; 2019), o biopoder foi alicerçado no século XIX, na era moderna ele é reestruturado, logo, o antigo direito de soberania de “fazer morrer e deixar viver” passou a ser o direito de “fazer viver e deixar morrer”. Esse desenvolvimento se deu durante o século XVII, quando um de seus dois polos passou a instituir o corpo como máquina. Conforme aponta Foucault (1999b, p. 152): “As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida”. Na biopolítica, o seu escopo de análise se volta não ao “indivíduo-corpo” mas ao “corpo múltiplo” – o que Foucault vai determinar como uma nova noção de população –, dessa forma,

“a biopolítica lida com a população, e população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2019, p. 293).

Foucault inovou a teoria social ao pensar o poder como um conjunto plural de práticas e relações sociais constituídas historicamente, ativas por meio de dispositivos estratégicos que alcançam a todos, visto que tais poderes se exercem no interior das instituições sociais em que se desenrola a vida cotidiana do indivíduo moderno: a escola, a fábrica, a prisão, a família, o hospital, o exército (DUARTE, 2006, p. 111).

De acordo com o filósofo, esse primeiro polo do biopoder se lançou sobre os corpos visando adestrá-los, e, assim, ampliar suas habilidades e extrair suas forças, visando torná-los seres úteis e dóceis e integrando-os, assim, aos sistemas de controle econômicos. Tais processos foram instituídos “por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*” (FOUCAULT, 1999b, p. 151).

O segundo polo do biopoder, a biopolítica da população, que se consolidou no final do século XVIII, estava mais ligado à ideia de regular o corpo-espécie, em gerir os elementos associados à vida humana em um âmbito mais coletivo, os quais são voltados aos processos biológicos. De acordo com Silveira (2020, p. 71-72): “[...] a população é passível de ser governada em instâncias nas quais a saúde é objeto de um poder medical, quando distinções sociais se operam a partir do recrutamento para a guerra, quando um dispositivo de segurança existe para protegê-la de danos e da violência”. Consoante Foucault (1999b, p. 151-152):

[...] centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população.

Conforme é reiterado por Foucault (1999b, p. 152): “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”. Nestes termos, as relações de poder, através desses dispositivos reguladores, incidem sobre o indivíduo, restringindo suas incursões, tolhendo e manipulando a sua liberdade e a sua capacidade crítica, conforme abordado anteriormente. Nas (re)descobertas do homem, seja como indivíduo, seja como ser coletivo, desdobra-se em cada um a face violenta, uniformizada e animalizada, portanto, através da biopolítica, deste sujeito

que “ao espelhar sua dignidade em suas conquistas técnico-científicas, afunda-se cada vez mais no esquecimento do ser que o impele a seguir freneticamente sempre adiante, num movimento de criação e destruição da vida em nome da vida humana” (DUARTE, 2006, p. 103).

Compreende-se, portanto, como também o fez Michel Foucault, que é exatamente no momento em que a política assume para si o cuidado e a gestão da vida que o massacre das vidas humanas mais se intensifica, pois o sujeito que pretende assumir o controle dos processos de produção técnica do real é também o objeto consumido e aniquilado em massa. Para Heidegger, como para Foucault, não será por outro motivo que os genocídios se tornaram rotina no mundo contemporâneo (DUARTE, 2006, p. 103).

Nestes termos, o governo econômico também assume um espaço de governabilidade – *homo economicus* – e produz outros modos de regular a vida da população. Assim, historicamente, o poder soberano que incide sobre a vida e a morte se manifesta de diversas maneiras, “seja pela teologia ou quando o direito à regulação da conduta dos que governavam era cerceada a partir de limites oriundos de instâncias específicas” (SILVEIRA, 2020, p. 72).

Silveira (2020, p. 72) assinala que há um redirecionamento histórico apontado por Foucault no qual “este apresentou um conceito de política que rompe com a adoção da postura de atribuir processos políticos a estruturas e determinantes biológicos”. Nesse sentido, a vida se torna um *locus* no qual há ações efetivas de estratégias políticas. O autor também aponta que Foucault, a partir de então, articula a biopolítica como “uma forma distinta de mecanismo de poder ao reformular conceitos ligados ao de soberania política, subordinando-os a outras formas acerca do saber político”.

Pela primeira vez na história [...] o biológico reflete-se no político; [...] Mas o que poderia chamar de limiar da modernidade biológica de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. O homem durante milênios permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (FOUCAULT, 1999b, p. 155-156).

Em sua obra *Nascimento da biopolítica*, Foucault aborda a questão do nazismo (no stalinismo), mas não chega a elegê-lo como um objeto de investigação, em termos de posição-função na sua teoria. Os campos de extermínio, segundo a biopolítica foucaultiana, instituem um limite e uma possibilidade de deslocamentos interpretativos. Nesse sentido, as análises que procederam a partir da literatura foucaultiana sobre os campos de concentração retratam os

desdobramentos de uma sociedade que mantém o seu poder sobre seus indivíduos pela disciplina e pela gestão normativa da população.

A filósofa e teórica política contemporânea, Hannah Arendt, elaborou importantes estudos sobre o holocausto, empregando vastos esforços no sentido de investigar sobre os campos de concentração e sobre aqueles que o possibilitaram. Nestes termos, a figura de Eichmann, que a filósofa designou em sua obra, tornou-se um modelo de desmistificação. Segundo a perspectiva do regime nazista, a humanidade dos judeus não consistia em um ponto questionável, “a humanidade persistia a despeito das afrontas e do decaimento físico e moral” (NASCIMENTO, 2012, p. 93). Entretanto, o reconhecimento da humanidade dos judeus só se deu para Adolf Eichmann no momento que ele paralisa ante a pilhagem de corpos dizimados em um campo de concentração, e, só assim, ele é tomado de abatimento e assombro (ARENDR, 1999).

Eichmann admitiu que mantinha certa admiração por alguns judeus e em relação à “Solução Final” (“*Endlösung der Judenfrage*”), chegou a afirmar no interrogatório a Zvika Malkin, que nada poderia ter feito, a ordem de Hitler foi dada¹³² – havia um imperativo maior que impedia de retroceder, ele servia as ordens do Führer. Dessa forma, advém dessa perspectiva a conclusão de Arendt de que o mal na política não possui bases ontológicas no indivíduo, mas na dispensabilidade dos recursos racionais que dispomos, ou seja, a “banalidade do mal é a recusa do pensar por si mesmo e, como consequência, a aceitação a códigos de conduta não submetidos ao respeito à pluralidade humana enquanto tal” (NASCIMENTO, 2012, p. 93).

Contudo, a ideia de construir um diálogo entre a biopolítica de Foucault e o estudo sobre os campos de concentração de Arendt institui um suposto paradoxo. Investigar os campos e suas práticas efetivas de morte – na forma de como os indivíduos agem sobre os outros reduzindo-os a alvo e nunca agentes – a partir da análise do funcionamento do poder e das relações de poder que se manifestam (como nos lega Foucault) não subsistem. Isso pela própria atmosfera impeditiva que está imposta nos campos, como de circularidade e de negociação. Consoante a Nascimento (2012, p. 94): há também outro elemento que destoa da de uma possível analítica foucaultiana, que é a “desproporcionalidade de força anula uma resposta desarticuladora de dispositivos, e, por fim, lugar em que a vida humana é reduzida a condicionamentos físicos voltados tão-somente à sobrevivência”. Estes precedentes anulam a possibilidade de haver relações de poder, condição prévia para ótica foucaultiana,

¹³² Instituto Morashá de Cultura – interrogatório de Eichmann com o agente Zvika Malkin.

A rigor, as relações de poder são fruto de espaços de liberdade. Aqui, Arendt e Foucault entram em afinção no apontamento do prolongamento de fechamentos de espaços de liberdade e uma consequente animalização do homem (NASCIMENTO, 2012, p. 94).

A concepção de necropolítica desenvolvida nesta pesquisa é a empregada no pensamento do filósofo camaronês Achille Mbembe (2020) e versa sobre as políticas sobre a vida e a morte. Mbembe (2020, p.11) aciona a noção de soberania para constituir a noção de necropolítica: “De fato, tal como os campos da morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político em que ainda vivemos”.

Essa concepção proposta por Mbembe está atravessada pela noção de biopolítica de Michel Foucault, não apenas pela progressão conceitual que interrelaciona os dois termos, mas pelo próprio suporte teórico das noções de soberania e de biopoder estabelecidas pelo filósofo francês às quais Mbembe recorre na construção de sua concepção de necropoder e de necropolítica.

Foucault afirma claramente que o direito soberano de matar (*droit de galive*) e os mecanismos de biopoder estão inscritos na forma em que funcionam todos os Estados modernos. [...] Segundo Foucault, o Estado nazista foi o mais completo exemplo de um Estado exercendo o direito de matar. (MBEMBE, 2020, p. 19).

Enquanto a analítica de poder foucaultiana se propõe a dissecar a mecânica das relações de poder empreendendo uma “história das tecnologias de poder”, os estudos de Mbembe (2020) sobre a necropolítica se voltam às práticas efetivas de morte: “Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2020, p. 10).

Reitera-se, nestes termos, que, segundo Mbembe (2020), a ideia da expressão máxima da soberania consiste em determinar, dentro e fora da esfera territorial, quem pode morrer ou viver. Assim, conforme abordado anteriormente, a noção de soberania – ou poder sobre um povo – se manifesta a partir de normas gerais que atuarão neste grupo ou povo. Mbembe (2020) afirma que o racismo também é uma tecnologia do exercício do biopoder, haja vista seja por meio dele e de suas tecnologias de controle dos corpos é que se faz aceitável o “fazer morrer”, ou seja, por meio do exercício da soberania é que se torna possível designar quem é descartável ou não.

A percepção da existência do Outro como um atentado contar minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança, é este, penso eu, um dos muitos imaginários da soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade (MBEMBE, 2020, p. 20).

Dessa forma, estabelece-se nesta pesquisa uma convergência entre a concepção de necropolítica e o atual cenário político brasileiro, essa convergência se dá tanto na esfera discursiva quanto na prática política bolsonarista, pensada a partir de “uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em seu espaço comum, funcionamento recíproco” (FOUCAULT, 2008, p. 42), assim, a partir das análises do *corpus* desta pesquisa, a política de extermínio fica evidente na gestão do governo de Bolsonaro.

A retórica beligerante bolsonarista sempre articulou discursos e gestos que implicassem a violência e o extermínio. Um gesto que se tornou símbolo de sua campanha é o de “fazer arma” com as mãos, que é sempre presente nas aparições do Chefe do Executivo, e também muito reproduzido por todos seus aliados e apoiadores. Ainda em campanha para a Presidência da República, candidato pelo PSL, Jair Bolsonaro, durante um comício em Rio Branco no Acre, no ano de 2018, disparou: “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. E botar esses picaretas para correr do Acre”¹³³.

Em agosto de 2021, ao defender os decretos que assinou para facilitar o acesso a armas, o mandatário afirmou: “Tem que todo mundo comprar fuzil, pô. Povo armado jamais será escravizado. Eu sei que custa caro. Daí tem um idiota: ‘Ah, tem que comprar é feijão’. Cara, se não quer comprar fuzil, não enche o saco de quem quer comprar”¹³⁴. Nessa perspectiva analítica, o presidente, que sempre discursa de forma efusiva e em um tom de escárnio, assinala que a pessoa que opta por comprar feijão em vez de um fuzil é idiota. Isso em um período pandêmico no qual tantos perderam a vida e outros tantos enfrentavam grandes dificuldades devido à grave crise sanitária e econômica.

O discurso pró-armamentista é bastante acionado por Bolsonaro. Em maio de 2022, o presidente defendeu o uso de armas para “garantir a democracia”, e justificou: “A arma de fogo, além de segurança para as famílias, é segurança para nossa soberania nacional e a garantia de

¹³³ Fonte do vídeo: Poder 360. *No Acre, Bolsonaro fala em 'fuzilar a petralhada' e enviá-los à Venezuela* - 1º.set.2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCbyQ>.

¹³⁴ Fonte: Globo: *Bolsonaro diz que "todo mundo tem de comprar um fuzil" e volta a atacar Judiciário*. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/08/27/bolsonaro-diz-que-todo-mundo-tem-de-comprar-um-fuzil-e-zomba-de-falta-de-dinheiro-para-o-feijao.ghtml>.

que a nossa democracia será preservada”¹³⁵. Desse modo, foi a partir dessa observação, da contínua e recorrente motivação bélica na retórica, nos gestos e na atuação política bolsonarista, que surgiu a ideia de intitular *blitzkrieg* bolsonarista, por enfatizar essa característica tão inerente ao bolsonarismo.

As ressonâncias desses discursos e práticas se amplificam no seio do movimento bolsonarista de forma assustadora. Desde que assumiu o poder, em 2019, os índices de violência no Brasil contra as mulheres e os membros da comunidade LGBT aumentaram consideravelmente. A pesquisa de opinião *Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – 2021*, realizada pelo Instituto DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher, aponta que a edição de 2021 apresenta um aumento de 4%, contudo, muitas entrevistas não relatam a violência por medo ou constrangimento¹³⁶. A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro também propicia ainda mais exclusão às pessoas LGBTQIA+, durante o ano de 2021, pelo menos, 316 pessoas morreram por causas violentas, segundo o levantamento do *Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+* – que reúne organizações da sociedade civil.¹³⁷

Em 2022, ocorreram dois crimes políticos que coadunam com a ideia de Mbembe (2020, p. 20), de que “eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança”. Em julho, o policial penal federal bolsonarista Jorge da Rocha Guarinho invadiu uma festa de aniversário do guarda municipal e militante petista Marcelo Aloízio de Arruda, em Foz do Iguaçu (PR), efetuou alguns disparos e matou a vítima. O ataque ocorreu durante a comemoração de 50 anos de Marcelo Arruda e a temática da festa era o PT. Segundo alguns relatos feitos à política paranaense, Jorge passou de carro em frente ao salão de festas gritando “Aqui é Bolsonaro!”, “Lula ladrão” e outras provocações aos presentes. Após uma rápida discussão, ele saiu avisando que retornaria e, quando voltou, desferiu os tiros.¹³⁸

Em setembro, um policial militar que frequenta a igreja Congregação Cristã no Brasil (CCB), em Goiânia, atirou em outro membro durante um culto devido a uma divergência política entre a vítima e um cooperador da igreja. A discussão se deu após uma circular sobre eleições que comunicava aos fiéis que eles deveriam votar em partidos políticos com valores e

¹³⁵ Fonte: Exame: *Bolsonaro defende usar armas para 'garantir a democracia'*. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-defende-usar-armas-para-garantir-a-democracia/>.

¹³⁶ Fonte: Agência Senado: *Violência contra a mulher aumentou no último ano, revela pesquisa do DataSenado*. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/09/violencia-contra-a-mulher-aumentou-no-ultimo-ano-revela-pesquisa-do-datasenado>.

¹³⁷ Fonte: CNN Brasil: *Quase 320 pessoas LGBTI+ morreram por causas violentas no Brasil em 2021, diz entidade*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-320-pessoas-lgbti-morreram-no-brasil-em-2021-diz-entidade/>.

¹³⁸ Fonte: Folha de S. Paulo: *Bolsonarista invade festa e mata político petista a tiros no PR*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/petista-e-assassinado-no-pr-e-pt-fala-em-crime-de-odio-por-bolsonarista.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsfolha.

princípios cristãos, e que tinha modelo no casamento entre homem e mulher. Após Davi Augusto de Souza questionar tal comunicado, ele foi baleado na perna e o culto não parou, todos na congregação ignoraram o ferido, enquanto ele aguardava a chegada da ambulância.¹³⁹

Durante uma das manifestações de 7 de setembro, conclamadas pelo presidente Bolsonaro, o delegado Cavalcante (PL), deputado bolsonarista do Ceará, em seu discurso, ameaçou: “Se a gente não ganhar nas urnas, vamos ganhar na bala!”¹⁴⁰ O que se percebe é que o antagonismo político toma agora outra dimensão, que se justifica na eliminação do Outro. O caso mais recente aconteceu em Cuiabá, quando um homem que defendia o ex-presidente Lula foi morto, no dia 8 de setembro de 2022, por um bolsonarista, após uma discussão. O autor do crime, Rafael de Oliveira, confessou ter matado a facadas o colega de trabalho Benedito Cardoso dos Santos, depois de uma discussão política. De acordo com a política, o autor do crime tentou decapitar a vítima e filmou o corpo.¹⁴¹

Em maio de 2020, no ápice do crescimento do índice de mortes por Covid-19, durante uma *live* do presidente que ocorre todas as quintas-feiras, o Ministério da Saúde anunciou que havíamos passado a marca de 20 mil mortos. Jair Bolsonaro apontou, em relação a esse quadro drástico, que era preciso se cuidar, mas que “morre muito mais gente de pavor do que do ato em si”¹⁴². Essa é a conduta que vai permear toda a gestão de Bolsonaro durante o período pandêmico, instituindo a própria banalização da morte.

Nessa mesma linearidade de atrelar a noção de necropolítica ao governo de Jair Bolsonaro, é preciso ter em mente que a sua gestão proveu todas as condições favoráveis à aceleração ultraconservadora, ultraneoliberal e de extrema-direita, e, dessa forma, essas políticas cresceram e se tornaram práticas comuns sob salvo-conduto de seu governo. Observa-se também o avanço de políticas de austeridade fiscal sem precedentes, coordenadas pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, que parece ter como único objetivo a privatização de todo o Estado brasileiro. Na mesma esteira de calamidades públicas, as inúmeras denúncias de fraudes nas compras públicas em pleno período pandêmico demonstram as reais prioridades de seu governo.

¹³⁹ Fonte: UOL Notícias: *PM atira em 'irmão' dentro de igreja após discussão sobre política*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/09/02/pm-atira-em-irmao-dentro-de-igreja-apos-discussao-sobre-politica.htm>.

¹⁴⁰ Fonte do vídeo: O Povo Online: *"Se a gente não ganhar nas urnas, se roubarem, vamos ganhar na bala", diz deputado bolsonarista*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J6WkqQqdSVM>.

¹⁴¹ Fonte: *Bolsonarista é preso em MT após matar apoiador de Lula em discussão política*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/bolsonarista-e-presos-em-mt-apos-matar-apoiador-de-lula-em-discussao-politica.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa.

¹⁴² Fonte: Correio Braziliense: *"Morre mais gente de pavor", diz Bolsonaro sobre covid, que matou 20 mil*. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/21/interna_politica.857232/morre-mais-gente-de-pavor-diz-bolsonaro-sobre-covid-que-matou-20-m.shtml.

A necropolítica bolsonarista usa o Estado para subjugar possibilidade de vida ao poder da morte. Não se pode tratar tais ações como eventuais, aleatórias ou ocasionais, já que tais práticas se consolidam em ações políticas efetivas que determinam quais grupos importam e merecem viver. Segundo Castilho e Lemos (2021, p. 272):

A pressão para que o governo aumente os investimentos públicos diante do contexto de calamidade pública tem sido a tônica das disputas acirradas entre alguns setores da burguesia nacional, mas há um obstáculo *intransponível* defendido pelo governo Bolsonaro que é a Emenda Constitucional (EC) nº 95. Esta limita os gastos federais por 20 anos e só podem ser ajustados de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulada nos últimos 12 meses (BRASIL, 2016).

A EC 95 na prática congela o orçamento, em particular, da seguridade social, prejudicando de fato os que se encontram em condições agravadas de vulnerabilidade social, impondo ainda mais para a classe trabalhadora um modelo de proteção social bem abaixo dos padrões mínimos de sobrevivência.

Observa-se a legitimação e a naturalização da violência e da insegurança econômica. Evidencia-se, assim, a prática de desmonte de direitos e ataques às experiências democráticas visando o extermínio da população que vive nas periferias, de modo que esses discursos e práticas são validados e aceitos por alguns grupos da sociedade brasileira. Nestes termos, o governo de Jair Bolsonaro é “marcado por uma direção política que atenta contra a própria sobrevivência da classe trabalhadora! (CASTILHO; LEMOS, 2021, p. 272).

A partir dessa perspectiva, há um posicionamento explícito em favor da violência e da morte na gestão de Jair Bolsonaro, de modo a incorporá-las aos processos institucionais, em uma forma de industrialização da morte, muito presente e observável durante o período pandêmico. A negligência na compra tardia de vacinas e os discursos antivacinas, a burocratização no acesso ao Auxílio Emergencial – utilizando esse mecanismo institucional para atingir grupos sociais vulneráveis economicamente –, as *fake news* pró-hidroxicloroquina (embora fosse comprovada a sua ineficácia), a falta de políticas sanitárias e econômicas sérias e comprometidas com as classes mais baixas e os estímulos à quebra dos protocolos de segurança demonstram claramente essa forma de produzir a morte.

Para evidenciar ainda mais a prática de necropolítica, retomamos o episódio em que epidemiologista Júlio Croda, que integrou o Ministério da Saúde, afirmou ao *Estadão* que Solange Vieira – assessora do ministro da Economia Paulo Guedes e titular da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) – declarou, sem o menor constrangimento: “É bom que as mortes se concentrem entre os idosos... Isso melhorará nosso desempenho econômico”, ou seja, com a

morte em massa de idosos, haveria um reflexo positivo ao reduzir o *déficit* previdenciário. A infame declaração foi divulgada no dia 28 de maio de 2020, pelo *Estadão de São Paulo*, dia em que o Brasil atingia a marca de mais de 23 mil mortes pelo coronavírus.¹⁴³

Em agosto de 2021, Bolsonaro sancionou com vetos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define regras para a elaboração do Orçamento de 2022. Nestes termos, o presidente não apenas vetou o fundo especial de R\$ 5,7 bilhões para o financiamento das eleições do ano que vem, mas o Palácio do Planalto também barrou itens que previam recursos para o enfrentamento da pandemia da Covid-19. Assim, no dia 23 de agosto, a Lei 14.194, de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU). Essa reserva de R\$ 5,7 bilhões constava no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovado pelos senadores e deputados (Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN 3/2021).

De acordo com Paulo Guedes, ministro da Economia, o governo precisaria reduzir despesas primárias e emendas de bancadas estaduais para alocar o valor para o fundo especial, e isso incidiria diretamente na “continuidade de investimentos plurianuais”. Houve também, por parte do Poder Executivo, o veto de um dispositivo que previa o aumento de 50% em relação a 2021 no orçamento previsto para o desenvolvimento de vacinas. Para o Ministério da Economia, o dispositivo contraria o interesse público por fixar um índice de reajuste “em patamar excessivamente superior ao estabelecido na Constituição para as demais ações e serviços públicos de saúde”.¹⁴⁴

Os vetos também se estenderam a um conjunto de dispositivos que instituíam prioridades de metas da administração pública para 2022, dentre as ações previstas constavam programas emergenciais, palição da infraestrutura da rede de atendimento contra o câncer e tratamento de sequelas devido a Covid-19. Outro dispositivo suspenso foi a destinação de recursos voltados para o custeio de hospitais universitários federais e prestadores privados. Segundo o presidente, a medida contraria a organização do Sistema Único de Saúde (SUS):

Não poderia a União definir, no momento da transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde de estados, municípios e Distrito Federal, se esses recursos seriam utilizados para custeio da rede própria ou para contratação de entidades privadas, sob pena de ferir a

¹⁴³ Fonte: Estadão: *Morte de idosos por covid-19 melhora contas da Previdência, teria dito chefe da Susep*. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,morte-de-idosos-por-covid-19-melhora-contas-da-previdencia-teria-dito-chefe-da-susep,70003317874>.

¹⁴⁴ Fonte: Agência Senado: *Bolsonaro veta fundo eleitoral de R\$ 5,7 bi e aumento de recursos para vacina na LDO*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/23/bolsonaro-veta-fundo-eleitoral-de-r%24-5-7-bi-e-aumento-de-recursos-para-vacina-na-ldo>.

autonomia dos demais entes federativos”, argumenta o presidente da República.¹⁴⁵

Ainda segundo o jornal, a PNL 3/2021¹⁴⁶ vetada obrigaria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) a destinar 30% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiamento de pequenas e microempresas, segundo o Poder Executivo, “a obrigação de destinar parcela específica de recursos criaria amarras para a operação e a alocação adequada dos recursos do FAT destinados aos financiamentos”. Outro fator relevante atingido pelas medidas de veto foi a proibição que contemplava a PNL ao bloqueio de “resto a pagar” relativos ao Ministério da Educação. Esses “restos a pagar” referem-se às despesas empenhadas pela União, mas que não foram pagas até o dia 31 de dezembro, em resposta a isso, o governo se manifestou, informando que tal dispositivo “traria prejuízo à sistemática de contenção do crescimento dos restos a pagar inscritos, o que contraria recomendações diversas emanadas pelo Tribunal de Contas da União, e aumentaria a pressão fiscal pelos recursos disponíveis em exercícios futuros”.

Em agosto de 2022, o Chefe do Executivo sancionou, novamente com vetos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO – Lei 14.436/22), redefinindo as metas e prioridades dos gastos públicos para 2023. Diante dos vetos apresentados na proposta do governo, o presidente a Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Celso Sabino (União-PA), informou que alguns vetos à LDO poderiam ser derrubados pelo Congresso Nacional: “O Orçamento brasileiro se origina no Executivo, porém ele passa pela análise e pelo crivo do Congresso Nacional. Ele passa a ser uma peça congressual. É natural que o povo brasileiro representado no Congresso possa opinar e fazer as alterações que acharem mais adequadas à evolução da nossa sociedade”, defendeu o deputado. Quanto às sanções da LDO, o reajuste do salário mínimo é o ponto mais criticado por deputados da oposição: “O governo Bolsonaro interrompeu uma política que permitiu muitos anos de ganhos reais aos trabalhadores, com aumentos que consideravam a inflação, mais o crescimento da economia. Bolsonaro será o 1º presidente a deixar o salário mínimo menor”, comentou o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). Já o deputado Glauber Brag (Psol-RJ) também teceu severas críticas à LDO por prever apenas a

¹⁴⁵ Fonte: Agência Senado: *Bolsonaro veta fundo eleitoral de R\$ 5,7 bi e aumento de recursos para vacina na LDO*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/23/bolsonaro-veta-fundo-eleitoral-de-r%24-5-7-bi-e-aumento-de-recursos-para-vacina-na-ldo>.

¹⁴⁶ Fonte: Congresso Nacional: *Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021*. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/148119>.

correção do salário mínimo pelo índice da inflação e afirmou: “É o quarto ano seguido sem reajuste real do salário mínimo”.¹⁴⁷

Outro ponto relevante nessa linearidade analítica se dá em torno da CPI da Covid, que foi instaurada para apurar denúncias de omissões do governo de Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia da Covid-19. Em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas, com a ausência de oxigênio para os pacientes internados e possíveis irregularidades em contratos, licitações, superfaturamento, desvios de recursos públicos, entre outras irregularidades. O Relatório Final da CPI da Covid foi baseado nas seguintes investigações:

[...] com a finalidade de apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2021, p. 4)

A CPI aprovou o Relatório Final¹⁴⁸ do senador Renan Calheiros (MDB-AL), em que há a solicitação de indiciamento de, inicialmente, 78 pessoas e duas empresas por crimes cometidos durante a pandemia. Nestes termos, o principal alvo é o presidente Jair Bolsonaro, mas também encontram-se citados seus três filhos: Carlos Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Flávio Bolsonaro, além de ministros, deputados, médicos e empresários¹⁴⁹. O relatório tem 1.288 páginas e se pauta em mais de 50 depoimentos, 60 reuniões e em 251 quebras de sigilo, além de centenas de documentos. O relatório foi votado em 26 de outubro de 2021 e foi entregue ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

A entrega foi feita durante a sessão deliberativa do dia 27, pelo vice-presidente da Comissão, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Pacheco asseverou que a CPI cumpriu seu trabalho, ao longo de seis meses, com autonomia e responsabilidade. Todavia, no mesmo dia, a lista de indiciamento subiu para 81. O senador Renan Calheiros acolheu indicações dos

¹⁴⁷ Fonte: Agência Câmara de Notícias: *LDO é sancionada com contenção a aumento de gastos e veto a reajuste de policiais federais*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/902682-ldo-e-sancionada-com-contencao-a-aumento-de-gastos-e-veto-a-reajuste-de-policiais-federais/>.

¹⁴⁸ Fonte: Estático G1: *Senado Federal: CPI da Pandemia*. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2021/10/26/relatorio_final_26102021_12h40.pdf.

¹⁴⁹ Fonte: G1: *CPI aprova relatório e pede punição a Bolsonaro e mais 79 por crimes na pandemia*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/ao-vivo/senado-cpi-da-pandemia.ghtml>.

nomes como o governador do Amazonas, Wilson Lima, e do ex-secretário de Saúde do Amazonas, Marcellus Campelo.¹⁵⁰

Entre os crimes apontados pelo Relatório da CPI, estão esquemas de corrupção em processos de licitação em hospitais federais, conforme aponta o senador Humberto Costa (PT):

Há indícios muito fortes de que há um esquema de corrupção montado especialmente na prestação de serviços a esses hospitais, que demanda uma investigação mais prolongada e aprofundada. Tudo indica que há uma intercomunicação entre o que acontece nos hospitais federais e o que aconteceu e ainda acontece na esfera estadual na relação das organizações sociais com empresas que prestam serviços.¹⁵¹

Na lista de nomes do pedido de indiciamento no Relatório encontram-se os nomes do ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e do atual titular da pasta, Marcelo Queiroga. Consta também o nome do ex-chanceler Ernesto Araújo, do ministro da Defesa Walter Braga Netto, do ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência Onyx Lorenzoni. Na lista consta também o nome da secretária do Ministério da Saúde – conhecida como "capitã cloroquina" –, Mayra Pinheiro, do ex-diretor de Logística do ministério, Roberto Dias, e do sócio da empresa Precisa Medicamentos, Francisco Maximiano. Os nomes dos filhos do presidente também compõem a lista: Flavio, Eduardo e Carlos Bolsonaro (respectivamente senador, deputado e vereador), como também das deputadas e governistas Bia Kicis e Carla Zambelli, dos empresários Carlos Wizard, Luciano Hang e Otávio Fakhoury e dos médicos Nise Yamaguchi, Paolo Zanotto e Rodrigo Esper, entre outros.¹⁵²

A repercussão internacional da CPI da Covid-19 foi intensa, grandes veículos do jornalismo internacional divulgaram amplamente artigos sobre as denúncias e sobre o Relatório Final. Jornais, como o *The New York Times* e o britânico *The Guardian*, além de redes de televisão, como a CNN, noticiaram o fato em suas páginas, como destaque. A imprensa internacional destacou principalmente o pedido de indiciamento do presidente Bolsonaro, e as nove acusações que envolvem seu nome.¹⁵³

¹⁵⁰ Fonte: Exame: *Relatório final da CPI da Covid amplia lista de indiciados: 81 no total*. Disponível em: <https://exame.com/brasil/relatorio-final-da-cpi-da-covid-amplia-lista-de-indiciados-78-no-total/>.

¹⁵¹ Fonte: G1 RJ: *Senadores entregam relatório da CPI da Covid a MP e MPF com indício de corrupção em hospitais federais do RJ*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/11/senadores-entregam-relatorio-da-cpi-ao-rio-e-pedem-maiores-investigacoes.ghtml>.

¹⁵² Fonte: BBC News: *CPI da Covid aprova relatório que pede indiciamento de Bolsonaro e outros 79; o que acontece agora*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59057279>.

¹⁵³ Fonte: The New York Times: *Brazilian Lawmakers Seek Criminal Charges Against Bolsonaro*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/video/world/americas/10000008046184/bolsonaro-brazil-lawmakers-indictment-covid-pandemic.html>.

No relatório, consta a denúncia de nove crimes contra o Chefe do Executivo:

JAIR MESSIAS BOLSONARO – Presidente da República - art. 267, § 1º (**epidemia com resultado morte**); art. 268, caput (infração de medida sanitária preventiva); art. 283 (charlatanismo); art. 286 (incitação ao crime); art. 298 (falsificação de documento particular); art. 315 (emprego irregular de verbas públicas); art. 319 (prevaricação), todos do Código Penal; art. 7º, parágrafo 1, b, h e k, e parágrafo 2, b e g (**crimes contra a humanidade, nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos**), do Tratado de Roma (Decreto nº 4.388, de 2002); e arts. 7º, item 9 (violação de direito social) e 9º, item 7 (incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo), crimes de responsabilidade previstos na Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950 (BRASIL, 2021, p. 1.113, grifos nossos).

Ao Chefe do Executivo, segundo o Relatório, é atribuído a denúncia de genocídio contra os povos indígenas:

[...] documentos e pareceres trazidos à atenção da Comissão Parlamentar de Inquérito durante a pandemia constituem indícios fortes de que crimes contra a humanidade estejam, de fato, em curso. Especialistas em saúde, demógrafos e renomados juristas trazem dados e análises que respaldam essa imputação (BRASIL, 2021, p. 572).

No documento oficial, também são relatados mais indícios de que os indígenas foram negligenciados, discriminados e alvo de omissões por parte do governo,

Paralelamente, há, na sociedade e no meio jurídico, inclusive em âmbito internacional, uma discussão sobre a possibilidade de que a forma como o governo federal lidou com os povos indígenas no contexto da pandemia configure o crime de genocídio ou crimes contra a humanidade, pelo qual denúncias já foram oferecidas dentro e fora do Brasil (BRASIL, 2021, p. 582).

Em maio, após dez depoimentos colhidos na comissão da CPI da Covid-19, o senador Humberto Costa (PT-PE) e titular da CPI atesta a evidência de que o presidente Jair Messias Bolsonaro boicotou a compra de vacinas. Em entrevista à TV Senado, o senador apontou os depoimentos de Carlos Murillo, executivo da Pfizer na América Latina, e de Dimas Covas, presidente do Instituto Butantan, como cruciais à comissão. Os relatos dos depoentes basearam-se na afirmação de que foram ofertadas ao governo brasileiro dezenas de milhões de doses do imunizante, mas as propostas foram ignoradas pelo governo federal.¹⁵⁴ Segundo Costa:

¹⁵⁴ Fonte do vídeo: TV Senado: *CPI da Pandemia ouve o diretor do Instituto Butantan*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2021/05/ao-vivo-cpi-da-pandemia-ouve-o-diretor-do-instituto-butantan>.

Esse depoimento foi, sem dúvida, um dos mais importantes. Deixou absolutamente clara a negligência, o desleixo, a falta de interesse do governo federal, particularmente do Ministério da Saúde, de prover à população brasileira as vacinas necessárias para o enfrentamento da pandemia.¹⁵⁵

Ele também reiterou que a indústria farmacêutica se dispôs a entregar pelo menos 1,5 milhão de doses de vacina em 2020, para o país.

O Brasil começou a vacinar no final de janeiro, com a vacina do Butantan. Em 2020 houve uma proposta de um milhão e meio de doses [da Pfizer]. No primeiro semestre [de 2020], várias propostas que, em alguns casos, chegavam a dois milhões de doses, e o Brasil, só agora, no terceiro trimestre [de 2021], vai ter acesso às vacinas da Pfizer. Além do mais, a demonstração da falta de interesse é tão grande que as exigências feitas pela Pfizer, e que foram feitas para outros países, só foram atendidas, senador Randolfe [Rodrigues, da Rede-AP, vice presidente da CPI], porque o Congresso Nacional, a partir de uma iniciativa de Vossa Excelência, e do presidente [do Senado] Rodrigo Pacheco [DEM-MG] apresentaram um projeto de lei.

Ainda segundo o senador, o governo demonstrou incompetência no enfrentamento à pandemia, demonstrando insensibilidade, e indiferença com a população brasileira:

Quantos órfãos, hoje, não seriam órfãos, quantos casais não teriam se dissolvido, como se dissolveram, quantos pais não teriam perdidos seus filhos se a condução dessa pandemia tivesse sido algo adequado, compatível com o que foi feito no mundo, em vários outros lugares.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), titular da comissão, também afirmou que o depoimento do executivo da Pfizer confirmou a negligência e a falta de empatia, por parte do governo, em relação ao sofrimento da população:

As suas respostas nos deram, realmente, com toda clareza, o grau de negligência, de falta de empatia com o sofrimento do povo, com as mortes e com as desgraças familiares que ocorreram e estão ocorrendo neste país. Neste momento mesmo, nós estamos acompanhando aqui que o presidente da República está em Alagoas, fazendo aglomeração sem máscara, no meio de uma grande aglomeração. Isso tudo ficou muito claro.¹⁵⁶

¹⁵⁵ Fonte: Diário de Pernambuco: *Fala de Executivo da Pfizer à CPI compromete governo, dizem senadores*. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2021/05/fala-de-executivo-da-pfizer-a-cpi-compromete-governo-dizem-senadores.html>.

¹⁵⁶ Fonte: Diário de Pernambuco: *Fala de Executivo da Pfizer à CPI compromete governo, dizem senadores*. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2021/05/fala-de-executivo-da-pfizer-a-cpi-compromete-governo-dizem-senadores.html>.

Em relação a Carlos Bolsonaro, ele é acusado de disseminar *fake news* relacionadas à pandemia. As *fakes news* se referem, principalmente, às informações equivocadas sobre tratamento precoce sem eficácia confirmada, às vacinas e aos discursos que minimizam os riscos, danos e consequências da pandemia. Segundo Randolfe Rodrigues:

O que a CPI encontrou no caso de Carlos Bolsonaro foi elementos de incitação ao crime. Um tipo penal de incitação ao crime mais conhecido como fake news. Várias postagens e a atuação do vereador claramente propagando fake news aprofundaram e agravaram a pandemia.

Diante das acusações, em um evento no Ceará, o presidente declarou: “Nós sabemos que não temos culpa de absolutamente nada. Sabemos que fizemos a coisa certa desde o primeiro momento”. Dentre os crimes listados pelo relatório constam: epidemia, charlatanismo, incitação ao crime, falsificação de documentos, uso irregular de verbas públicas, prevaricação, violação de direito social, crime de responsabilidade e crimes contra a humanidade.¹⁵⁷

O Relatório aponta que o governo bolsonarista atuou no sentido de “influenciar a opinião da população” por meio das *fake news*. No texto, consta uma série de declarações do presidente, de seus filhos e de outros aliados propagando falsidades ou distorções sobre temas como vacinas, como uso de medicamentos, e relegando a importância do uso de máscara, contribuindo, dessa maneira, para os altos índices de contágio. Ainda segundo o texto: “Na prática, ao estimular a população a se aglomerar, a não se vacinar, a desobedecer às regras de uso de máscara e de *lockdown*, pessoas influentes e agentes políticos contribuíram para o agravamento da pandemia”.¹⁵⁸

O Relatório também relata uma série de fraudes e de desvios de recursos públicos. Em outubro de 2020, o jornal RJ2 revelou suspeitas de irregularidades em serviços contratados e não prestados. Um dos casos foi a construção de um muro no Hospital Federal Cardoso Fontes, ainda que a obra não tenha sido executada, a diretora do hospital, Ana Paula Fernandes, alega ter sido pressionada pela superintendência do Ministério da Saúde a pagar o montante de R\$ 126 mil e continuar a manter o contrato com a empresa que era suspeita de irregularidades¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Fonte: BBC News: *Bolsonaro acusado de crimes contra humanidade é destaque na imprensa estrangeira*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58989965>.

¹⁵⁸ Notícias UOL: *CPI lista fake news de Bolsonaro e aliados sobre covid*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/10/20/fake-news-cpi-da-covid-presidente-jair-bolsonaro-filhos.htm>.

¹⁵⁹ Fonte do vídeo: RJ2: *Diretora de hospital federal do Rio confirma ter sofrido pressão para manter empresa irregular*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/13/diretora-de-hospital-federal-do-rio-confirma-ter-sofrido-pressao-para-manter-empresa-irregular.ghtml>.

Outra denúncia grave que surgiu na CPI foi a “eutanásia não autorizada”, com a empresa Prevent Senior. O senador Rogério Carvalho (PT-SE) declarou na sessão da CPI, em 28 de setembro de 2021, que a Prevent Senior cometeu “eutanásia não autorizada” em pacientes que poderiam ter sobrevivido. O colegiado ouviu a advogada Bruna Morato, representante de 12 médicos da rede de hospitais, que acusam a empresa de usar pacientes como cobaias do tratamento precoce e ocultar mortes pela Covid-19.¹⁶⁰

Após o escândalo vir à tona, milhares de usuários da Prevent Senior assinaram um abaixo-assinado on-line requerendo responsabilidade nas apurações contra a empresa. No manifesto, os beneficiários clamam para não serem esquecidos. O relato dramático de um dos segurados do plano de saúde da Prevent, o advogado Tadeu Frederico de Andrade, sobrevivente da Covid-19, é aterrador. Durante 120 dias de luta contra o vírus, o ex-paciente ficou 30 dias entubado, e relatou a experiência:

[...] uma médica da Prevent Senior, Dra. Daniela, entrou em contato com a minha família por telefone, informando que o melhor caminho para o meu caso seria eu sair da UTI e ir para um chamado leito híbrido, no qual eu teria mais dignidade e conforto, que eu seria sedado, seria ministrado uma bomba de morfina e que, em poucos dias, eu viria a óbito, essa seria a atitude mais humanizadora que poderia dar para o meu caso.¹⁶¹

Tadeu Andrade foi um dos segurados que tomou, por indicação dos médicos, o chamado “kit covid”, remédios de ineficácia comprovada contra a infecção do coronavírus. O advogado acusa a Prevent tanto por administrar remédios não indicados para o tratamento do Covid-19 quanto de distorcer, no prontuário médico, as decisões da família. A família do advogado nega ter concordado com o tratamento paliativo, o que denominam de “eutanásia disfarçada”. Após a luta da família contra o convênio, o advogado saiu do hospital e se recuperou totalmente da doença. Emocionado, ele desabafa: “Meus pulmões estão ótimos, meus rins estão ótimos, não tive nenhuma sequela, estou caminhando, estou trabalhando, estou dirigindo. Portanto, se a minha família não tivesse lutado contra o tratamento paliativo, hoje eu estaria morto”.¹⁶²

¹⁶⁰ Poder 360: *Prevent Senior fez eutanásia não autorizada de pacientes, diz senador da CPI*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/cpi-da-covid/prevent-senior-fez-eutanasia-nao-autorizada-de-pacientes-diz-senador-da-cpi/>.

¹⁶¹ Fonte: SBT News: *Paciente acusa Prevent Senior de tentar "eutanásia disfarçada"*. Disponível em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/coronavirus/181716-paciente-acusa-prevent-senior-de-tentar-eutanasia-disfarcada>.

¹⁶² Fonte: SBT News: *Paciente acusa Prevent Senior de tentar "eutanásia disfarçada"*. Disponível em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/coronavirus/181716-paciente-acusa-prevent-senior-de-tentar-eutanasia-disfarcada>.

O diretor-executivo da Prevent Senior, Pedro Benedito Batista Júnior, admitiu à CPI, em setembro de 2021, que, depois de 14 dias de internação ou 21 de terapia intensiva, as orientações no hospital eram para mudar o diagnóstico de Covid-19 para outra doença. Após a quarentena, os pacientes eram transferidos para leitos nas enfermarias ou nos quartos para “tratamento paliativo” e teriam a CID (classificação internacional de doença) alterada. O senador Rogério Carvalho – que é médico com residência em medicina preventiva e social – categorizou essa a mais grave entre as diversas constatações da CPI no caso Prevent Senior, e disparou: “É preciso saber qual o critério pelo qual o paciente seria tratado em UTI ou não. Porque é um dilema ético que não tem solução, porque no Brasil a eutanásia não está regulamentada. É um crime contra humanidade”.¹⁶³

Em um contexto geral, as classes mais baixas têm sofrido muito com a crise econômica instituída no país. A inflação atinge seu ápice em 2021, já próximo de dois dígitos, e o desemprego assola mais de um terço da população de menor renda. O mês de novembro assinalou o fim do Auxílio Emergencial e a “substituição” do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil. Segundo o diretor da FGV-Social, o economista Marcelo Neri, o panorama é de pessimismo, conforme sua dimensão e análise: a renda dos mais pobres caiu 21,5% desde o início da crise sanitária. “É um Brasil bem pior do que antes da pandemia”. E não há muita expectativa de melhora para esse quadro,

É um Brasil bem pior do que antes da pandemia”. E com sinais econômicos apontando para mais deterioração. Neri explica que, ao olhar para trás, observam-se duas grandes crises -a recessão brasileira de 2016 e a mais recente, agravada pela pandemia. Mas, ao mirar à frente, a paisagem aponta estagnação. E um governo incapaz de focalizar sua política social. Diante de um “apagão de informações”.¹⁶⁴

Outro agravante da falta de políticas públicas sérias por parte do governo no enfrentamento da pandemia foi o colapso econômico que assolou o país. Um levantamento feito em 2021 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), durante a pandemia do Covid-19, apontou que o número de pessoas que viviam abaixo da linha de pobreza havia triplicado, o índice chegou a aproximadamente 27 milhões de pessoas, correspondente a 12,8% da população brasileira. Esse levantamento apontou também que muitas famílias tentavam viver com cerca de R\$ 246,00 por

¹⁶³ Fonte: Rede Brasil Atual: *De kit covid a 'eutanásia', Prevent Senior deixa CPI da Covid estarrecida*. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/09/kit-covid-eutanasia-prevent-senior-cpi-estarrecida/>.

¹⁶⁴ Fonte: G1: *O Assunto #582: Os 'sem-nada' são quase 30 milhões*. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2021/11/19/o-assunto-582-os-sem-nada-sao-quase-30-milhoes.ghtml>.

mês. Os pesquisadores afirmaram que os altos níveis de desemprego e a ausência de políticas públicas dificultaram o acesso à renda para os brasileiros, resultando no pior cenário de pobreza no país nos últimos dez anos.¹⁶⁵

Novamente, retoma-se a responsabilidade do governo em atuar no enfrentamento da pandemia e as suas ressonâncias não apenas com políticas públicas sanitárias, mas também no sentido de proteção econômica. Em um balanço feito pela Rede Brasileira de Renda Básica (RBRB), no fim de 2021, 29 milhões de pessoas estavam fora do programa Auxílio Brasil, que substituiu o auxílio emergencial. Havia também cerca de 5,3 milhões de inscritos no CadÚnico (cadastro de programas sociais do governo federal), que, mesmo sendo elegíveis para o recebimento, ainda não haviam sido contemplados. A burocratização que acompanhou a migração de um programa para o outro trouxe grande perda econômica para muitas famílias que dependiam desse valor, já que impactava diretamente no orçamento mensal.¹⁶⁶

Em setembro de 2022, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) – que inclui os centros de atendimentos que fazem a gestão do CadÚnico, inclusive o Auxílio Brasil que atende toda a população vulnerável nos municípios – anunciou que deverá receber uma verba de apenas R\$ 48,3 milhões em 2023. Isso assinala um corte de 95% das verbas para manutenção proposta pelo presidente no projeto de orçamento para 2023¹⁶⁷. Isso prefigura um retrocesso econômico drástico às famílias que se encontram em vulnerabilidade econômica. O valor da proposta inicial para 2022 foi de R\$ 967,3, e que ainda teve um acréscimo pelo Congresso Nacional e pelo próprio governo durante a execução do Orçamento. E, embora tenha sido alterado, os valores ainda se mostram insuficientes diante da necessidade do funcionamento pleno dos centros de assistência. Apesar de procurado, o Ministério da Cidadania não se posicionou sobre o corte.

Diante dos fatos apresentados, é incontestável que a necropolítica se impôs, com ênfase, na gestão de Jair Bolsonaro. Em meio à grave crise pandêmica e econômica, o posicionamento de seu governo insta em promover sua política de morte contra as classes mais baixas, confirmando que o plano político bolsonarista consiste em descartar o que considera nocivo à sociedade.

¹⁶⁵ Fonte: CNN Brasil: *População abaixo da linha da pobreza triplica e atinge 27 milhões de brasileiros*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-abaixo-da-linha-da-pobreza-triplica-e-atinge-27-milhoes-de-brasileiros/>.

¹⁶⁶ IG Economia: *Auxílio Brasil deixa 29 milhões de pessoas sem assistência, mostra balanço*. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-11-22/auxilio-brasil-deixa-pessoas-de-fora.html>.

¹⁶⁷ Fonte: Folha de S. Paulo: *Bolsonaro propõe corte de 95% em verba de centros de cadastro do Auxílio Brasil*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/bolsonaro-propoe-corte-de-95-em-verba-de-centros-de-cadastro-do-auxilio-brasil.shtml>.

3.2 Extrema-direita, volver!

Após a América do Sul ter experimentado a “onda rosa” ou “maré rosa” – fenômeno político de ascensão da liderança de esquerda nos governos sul-americanos –, nos últimos anos, o mundo ocidental experimenta a “onda azul”, isto é, uma nova vertente da ala direitista que vem sendo forjada a partir das disputas de cunho religioso, econômico e cultural, valendo-se não apenas das crises, mas, especialmente, dos escândalos de corrupção envolvendo os governos de esquerda. Nesse cenário, observa-se que os discursos engendrados da direita produziram, nos países desenvolvidos, a ideia de que a ideologia direitista seria a solução para os problemas das sociedades contemporâneas, os quais foram ocasionados pelas ala esquerdistas.

Assim, manifesta-se uma onda conservadora correspondente ao fenômeno político que se consolidou na última década, a partir do desgaste da imagem de governos de esquerda devido a escândalos de corrupção. Nestes termos, estabelece-se a política de extrema-direita que, inicialmente, se consolidou na Europa, apresentando tendências antiesquerdas, autoritárias e pautadas no nacionalismo extremo. A extrema-direita inclui a ideologia do neofascismo, do neonazismo, da Terceira Posição e da hegemonia, e traz em seu bojo tendências ultranacionalistas, populistas, xenófobas, teocráticas, racistas, homofóbicas e reacionárias.

A extrema-direita se robusteceu no Brasil à medida que Donald Trump foi eleito nos EUA. Embora eleito pelo Partido Republicano, o ex-presidente mantém um viés populista e está alinhado ao setor mais conservador e nacionalista do partido. Bolsonaro segue as mesmas estratégias de Trump: discurso nacionalista que se baseia no *slogan* “American first”, portanto, o *slogan* “O Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” comunga perfeitamente da retórica ultranacionalista americana. Outro ponto de similaridade é o ato de fomentar a polarização na sociedade, com ataques aos seus adversários, à imprensa, à ciência e à democracia.

A Europa caminha a largos passos sob a cartilha da extrema-direita. Na França, observa-se a ascensão da ultradireita, com o Partido Frente Nacional da França, liderada por Marine Le Pen. Nele, articulam-se vários partidos de direita com intento de ganhar mais força e projeção nacional. Na Holanda, o líder da extrema-direita holandesa, Geert Wilders, intensifica seus discursos anti-imigração e estimula a intolerância religiosa. Conhecido como “Trump holandês”, seus discursos inflamados se opõem às medidas no combate ao coronavírus¹⁶⁸.

¹⁶⁸ Fonte: *Holandês Geert Wilders disposto a intensificar discurso contra a imigração e o Islã*. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/holandes-geert-wilders-disposto-a-intensificar-discurso-contra-a-imigracao-e-o-islã/>.

A Áustria, desde 2017, é governada pelo chanceler federal Sebastian Kurz, da ala conservadora ÖVP (Partido Popular Austríaco), aliada ao populista de direita FPÖ (Partido da Liberdade da Áustria). Em 1999, as duas siglas já haviam articulado uma coalizção, na qual o FPÖ ganhou força e se tornou o segundo maior partido na eleição do Conselho Nacional. Esse movimento pode ser considerado como o precursor da atual onda de governos da ala ultradireita no ocidente. O país também sustenta um rígido posicionamento anti-imigração e implementou duras políticas em relação aos refugiados. O partido FPÖ abriga vários grupos de orientação racista, antissemita e até nazista, os quais mantêm uma corrente teuto-nacionalista e defendem a ideia de que a Áustria seja incluída na comunidade linguística, cultural e étnica alemã.¹⁶⁹

A Dinamarca cultiva a extrema-direita como parte de uma “subcultura”, de forma sutil, contudo, a retórica da ultradireita tem se tornado mais evidente nos últimos anos, a prova disso é a ascensão do populista de direita Partido Popular Dinamarquês (DF). Essa legenda se tornou proeminente no país e, em 2015, passou a compor o governo, a partir de uma aliança com os liberal-conservadores. A Dinamarca também endossa a lista de países que aderem a tendência anti-imigração, visando isso, a coalizção entre as alas centro-direita tem promovido cada vez mais burocracias para as regras de migração, visando dificultar o acesso de refugiados.¹⁷⁰

Na Hungria, Viktor Orbán – populista de tendências autoritárias – é o primeiro-ministro desde 2010, com a legenda conservadora do partido Fidesz, e ele já conta com aprovação majoritária nas eleições, embora seu governo seja acusado de violações à democracia, à imigração, à liberdade civil, aos direitos das minorias, além de acusações de corrupção¹⁷¹. Na Itália, o partido de extrema-direita Liga tem recebido a cada nova eleição a simpatia dos italianos, e, portanto, articulou uma coalizção com o partido antissemita Movimento Cinco Estrelas (M5S) para governar o país. Matteo Salvini, um dos vices do primeiro-ministro, é notoriamente conhecido por seus discursos xenófobos e por seus contínuos ataques à União Europeia e aos imigrantes.

No Brasil, a extrema-direita ascende gradativamente com o governo de Jair Bolsonaro, não fugindo à regra, seus discursos são fundamentados também no preconceito às minorias, nas concepções anti-imigração e de xenofobia, na negligência e no negacionismo em relação à

¹⁶⁹ Fonte: Jornal do Comércio: *Sebastian Kurz tenta formar governo com extrema-direita na Áustria*. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/2017/10/internacional/592504-sebastian-kurz-tenta-formar-governo-com-extrema-direita-na-austria.html>.

¹⁷⁰ Fonte: *Partido de extrema-direita da Dinamarca quer projeto de lei para expulsar milhares de imigrantes*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/07/partido-de-extrema-direita-da-dinamarca-quer-projeto-de-lei-para-expulsar-milhares-de-imigrantes.ghtml>.

¹⁷¹ Fonte: DW Brasil: *Frente ampla ameaça reeleição da extrema direita na Hungria*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/frente-ampla-amea%C3%A7a-reele%C3%A7%C3%A3o-da-extrema-direita-na-hungria/a-57278064>

Covid-19, além de fomentar a quebra dos protocolos de segurança e de medidas de enfrentamento ao vírus. Nesse panorama, observa-se que há, por parte do mandatário, incursões claras contra a democracia, evidenciando, ainda mais, a sua política de incentivo à ruptura com o Estado democrático. Cumpre, nestes termos, investigar as relações de poder que subjazem a esse novo panorama político mundial e as suas ressonâncias no Brasil.

O ultranacionalismo, como ideologia político-filosófica de extrema-direita, utiliza a estratégia populista para evocar o sentimento de amor à nação ufanizada, a partir da ótica do conservadorismo. A concepção ultranacionalista, grosso modo, é baseada na ideia de uma homogeneidade étnica como elemento basilar de permanência da ordem política e social. Pode-se afirmar que o ano de 2016 contribuiu de forma determinante para o fortalecimento e para a consolidação dos movimentos nacionalistas e ultranacionalistas na Europa e na América do Norte, e posteriormente, no Brasil.

Contudo, não se pode conceber que o nacionalismo está sujeito a apenas uma vertente, na verdade, para que ele possa se consolidar, é necessário que várias outras lhe sirvam de base, assim, ele pode fornecer soluções políticas em diferentes contextos (VINCENT, 2013, p. 551). Dessa forma, podemos observar que o nacionalismo foi um instrumento presente no espectro político tanto dos movimentos de esquerda quanto de direita, todavia, acionado pelo conservadorismo, ele estabelece uma propensão a hierarquias e à naturalização da formação de elites. Isso porque, conforme Paula, Machado e Cannone (2021), a partir da própria essência do conservadorismo, há uma valorização da ordem e da autoridade:

[...] há nesta vertente do nacionalismo um descrédito na capacidade de autogoverno dos indivíduos, o que tende a produzir desconfiança no próprio modelo democrático. Também seria próprio ao conceito de Nação desta modalidade ideológica sua identificação com um passado idealizado ao qual se deveria preservar (PAULA; MACHADO; CANNONE, 2021, p. 3).

No contexto atual, a crise migratória e econômica e a ascensão de líderes de extrema-direita avivaram a polarização política no ocidente. No Brasil, a escalada da extrema-direita e as concepções do ultranacionalismo foram articulados, mais evidentemente, a partir das campanhas de Jair Bolsonaro. A sua vida militar e política sempre foram pautadas em vertentes extremistas que pregam discursos populistas e demagogos, a partir de posicionamentos xenófobos, de apoio a políticas de anti-imigração, de preconceito contra minorias, de slogans ufanistas, de apologia à ditadura e de discursos negacionistas que buscam debotar da memória brasileira as marcas de crueldade que o regime militar cravou na história do Brasil.

O nacionalismo instituído pelo governo de Bolsonaro se manifesta tanto em sua retórica quanto em suas ações. O Chefe do Executivo verte seus discursos em prol da defesa da soberania nacional, contudo, descarta qualquer diálogo com organizações e governos internacionais a despeito da Amazônia, e, assim, relega a agenda com pautas ambientais, de medidas protetivas de combate à exploração predatória. Em seu discurso na Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2021, o presidente Bolsonaro distorce a realidade do drama vivido na Amazônia: “Somente no bioma amazônico, 84% da floresta está intacta, abrigando a maior biodiversidade do planeta”, afirma o mandatário. Todavia, os ambientalistas alegaram que a diferença entre os dados que o presidente apresentou e os dados oficiais é quase a extensão do território da Inglaterra.¹⁷²

Em novembro de 2021, durante a abertura do evento *Invest in Brazil Forum*, nos Emirados Árabes, o presidente afirmou que os ataques sofridos pelo Brasil sobre o desmatamento eram injustos, segundo Bolsonaro: “Até para que os senhores vejam que a nossa Amazônia, por ser uma floresta úmida, não pega fogo, que os senhores vejam, realmente, o que ela tem”. E endossou: “Os ataques que o Brasil sofre quando se fala em Amazônia não são justos. Lá mais de 90% daquela área está preservada. Está exatamente igual de quando foi descoberto no ano de 1500”¹⁷³. O ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, alinhado às diretrizes da gestão pró-desmatamento do governo, deixou um legado catastrófico, já que atuou diretamente no fortalecimento da posição do governo no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), atacou ONGs, paralisou o Fundo Amazônia e canalizou esses recursos que provinham de doações internacionais para outros fins¹⁷⁴.

As arbitrariedades não param por aí, a retórica bolsonarista se articula sempre em torno de um rompimento institucional e, por isso, promove franco-ataque à democracia. Há por parte do presidente desta nação uma tendência veemente de reverenciar a ditadura militar, de advogar em favor do retorno do regime militar e de articular ataques explícitos a membros do Supremo Tribunal Federal (STF). Seus discursos também contemplam sempre a violabilidade aos direitos humanos, seu lema “bandido bom é bandido morto”¹⁷⁵ demonstra bem isso. O

¹⁷² Fonte: G1: *Bolsonaro tem recordes de destruição do meio ambiente, mas usa dados para enaltecer seu governo; entenda*. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2021/09/21/bolsonaro-tem-recordes-de-destruicao-do-meio-ambiente-mas-usa-dados-para-enaltecer-seu-governo-entenda.ghtml>.

¹⁷³ Fonte do vídeo: CNN Brasil: *Em Dubai, Bolsonaro diz: “Amazônia, por ser uma floresta úmida, não pega fogo”*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-dubai-bolsonaro-diz-amazonia-por-ser-uma-floresta-umida-nao-pega-fogo/>.

¹⁷⁴ Fonte: Folha S. Paulo: *Gestão Salles teve desmate e queimada recordes, fim do Fundo Amazônia e ataques a ONGs*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/06/gestao-salles-teve-desmate-e-queimada-recordes-fim-do-fundo-amazonia-e-ataques-a-ongs.shtml#> = .

¹⁷⁵ Fonte: Veja: *O que assombra os Bolsonaro e o que pode derrotá-los*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/o-que-assombra-os-bolsonaro-e-o-que-pode-derrota-los/>.

mandatário defende, muito antes de sua ascensão política, a mudança maioridade penal para 16 anos e um controle rígido controle da natalidade, visando comunidades de baixa renda. Ele também é um grande opositor das políticas de resgate e de memórias dos desaparecidos durante a ditadura militar, e, para demonstrar sua oposição, chegou a confeccionar cartazes com as frases “quem procura osso é cachorro”¹⁷⁶.

Em 1993, ainda como deputado federal do RJ, Bolsonaro se envolveu em mais uma polêmica ao defender o retorno do regime de exceção e o fechamento temporário do Congresso Nacional, justificando que a existência de muitas leis dificultava o exercício do poder e que “num regime de exceção, o chefe, que não precisa ser um militar, pega uma caneta e risca a lei que está atrapalhando”. No mesmo ano, em discurso na Câmara dos Deputados, declara: “Sou a favor de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que esse Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que está muito próximo. Na atual democracia, temos como resolver os problemas nacionais?”¹⁷⁷.

Tudo o que se faz aqui dentro (do Congresso) é inócuo. O único caminho que sobra é a intervenção das Forças Armadas. Como você vai acabar com os privilégios salariais no Judiciário, por exemplo, sem um regime de exceção? Não defendem Fidel Castro por aí? Eu defendo o Fujimori!¹⁷⁸.

Ainda na mesma linha de posicionamento ideológico, em março de 2019, o general Otávio Rêgo Barros, porta-voz da Presidência da República, anunciou que o presidente Bolsonaro havia determinado ao Ministério da Defesa que fossem feitas as devidas comemorações do golpe de 1964. Em coletiva no Palácio do Planalto, Otávio Barros enfatiza:

O presidente não considera 31 de março de 1964 um golpe militar. Ele considera que a sociedade, reunida e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento, juntou-se, civis e militares, e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso país em um rumo que, salvo o melhor juízo, se isso não tivesse ocorrido, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém¹⁷⁹.

¹⁷⁶ Fonte do vídeo: *Locomotiva da História: Bolsonaro e sua fala asquerosa: "Quem procura osso é cachorro"*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zMBT2_ReyIM.

¹⁷⁷ Fonte: O Globo: *Em primeiro mandato como deputado, Bolsonaro defende 'regime de exceção' e 'congelamento do Congresso'*. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/em-primeiro-mandato-como-deputado-bolsonaro-defende-regime-de-excecao-e-congelamento-do-congresso.html>.

¹⁷⁸ Fonte: Folha de SP: *Nos anos 90, Bolsonaro defendeu novo golpe militar e guerra*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/nos-anos-90-bolsonaro-defendeu-novo-golpe-militar-e-guerra.shtml>

¹⁷⁹ Fonte: O Globo: *Oito vezes em que Bolsonaro defendeu o golpe de 64*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/oito-vezes-em-que-bolsonaro-defendeu-golpe-de-64-24949762>.

Durante uma cerimônia de troca do Comando Militar do Sudeste, em São Paulo, em abril de 2021, o presidente volta a discursar em favor da ditadura, ao afirmar que o papel das Forças Armadas é garantir “liberdade” da população e “tranquilidade” para que ele governe. E ao ser pressionado a falar sobre a crise sanitária e econômica que o país atravessava, e, decorrente disso, a perda da sua popularidade, o presidente mencionou que os tempos da ditadura militar “selaram o bom destino para a nossa nação”¹⁸⁰.

As práticas de apologia à Ditadura Militar, às suas práticas de tortura, às investidas contra o Estado Democrático de Direito e aos seus desdobramentos são recorrentes na gestão atual. O movimento bolsonarista – entendido aqui como um movimento social e ideológico que reproduz os discursos e a atuação de Jair Bolsonaro – alça voz em prol de políticas excludentes, em favor da violência institucionalizada, de ataques às autoridades constituídas e contra as minorias. Em novembro de 2021, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) recebeu um pedido de exoneração em massa por parte de trinta e sete servidores públicos sob alegação de práticas de intervenção, censura e assédio moral. Nessa linha de atuação, o INEP foi palco de outra polêmica envolvendo a intervenção direta do governo no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), servidores relataram que o presidente solicitou até a substituição de “Golpe de 64” por “revolução”¹⁸¹.

As investidas de Bolsonaro no sentido de tumultuar os processos democráticos em favor daquilo que acha pertinente são uma prática contumaz. No Congresso, o mandatário articulou sucessivos movimentos em prol do voto impresso. Em julho de 2018, a PEC do voto impresso foi proposta, mas o STF derrubou com votação final de 8 a 2. Em julho de 2021, o presidente declarou mais uma vez ser a favor de voto impresso nas eleições, durante uma de suas *lives* semanais, no dia 29 de julho, que, excepcionalmente, durou quase o triplo do tempo que normalmente dura, e cuja ênfase foi justamente a temática do voto impresso. Durante a transmissão, em companhia do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, foram apresentados vídeos de eleitores que foram às urnas em eleições anteriores, endossando a possibilidade de supostas fraudes no uso da urna eletrônica. Conforme apontado pelo Chefe do Executivo:

¹⁸⁰ Fonte: *Bolsonaro exalta ditadura militar e volta a dizer que Forças Armadas garantirão “liberdade”*. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/04/15/bolsonaro-exalta-ditadura-militar-e-volta-a-dizer-que-forcas-armadas-garantirao-liberdade.ghtml>.

¹⁸¹ Fonte: *Correio Braziliense: Bolsonaro pediu substituição de Golpe de 1964 por revolução no Enem*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/enem/2021/11/4964506-bolsonaro-pediu-substituicao-de-golpe-de-1964-por-revolucao-no-enem.html>.

Voto impresso auditável e contagem pública dos votos é um instrumento de cidadania e paz social, garantia de paz e prosperidade, de harmonia entre os Poderes. Nenhum Poder é absoluto, todos nós temos limites. O que o povo quer, e nós devemos ter, é exatamente um sistema de votação onde se possa ter a garantia de quem se votou, o voto vai para aquela pessoa. Assim, nós conseguiremos, com toda certeza, uma paz no Brasil, conseguiremos antecipar possíveis problemas e nós partiremos para a normalidade¹⁸².

O presidente desafiou aqueles que cobram provas de que há fraude na urna eletrônica a também provarem que o sistema não pode ser fraudado. Em sua transmissão semanal pela internet, no dia 29 de julho de 2021, ele disparou: “Será que se fazer eleições é seguro, é blindado? Os que me acusam de não apresentar provas, eu devolvo a acusação. Me apresente provas [de que a urna eletrônica] não é fraudável”. O presidente reiterou: “Eu quero eleições no ano que vem, vamos realizar eleições ano que vem, mas eleições limpas, democráticas, sinceras”¹⁸³. Em 2022, os ataques se tornaram mais maciços, o presidente Bolsonaro chegou a colocar a realização das eleições em cheque, e voltou a atacar o ministro Barroso (TSE).¹⁸⁴

Em resposta às provocativas de Bolsonaro, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Luís Roberto Barroso, retrucou argumentando em favor da segurança e da probidade das urnas eletrônicas. Em um evento do TRE no Acre, Barroso voltou a reafirmar que nunca houve qualquer registro que indicasse algum tipo de fraude nas urnas eletrônicas, desde a sua implantação, em 1996. Barroso afirmou que a decisão sobre a adoção do voto impresso no país é do Congresso Nacional, mas enfatiza que a medida não é segura. Segundo Barroso: “Ele [voto impresso] precisa ser transportado. Estamos falando de 150 milhões de votos em um país em que muitas regiões têm problemas de roubo de carga, milícias e facções criminosas. Vamos criar um mecanismo de auditoria que vai trazer insegurança, riscos para o sistema”.¹⁸⁵

Por meio da conta oficial no Twitter, o TSE se pronunciou e respondeu à live do presidente, entre as postagens, o órgão escreveu que “investigadores da edição de 2019 do Teste Público de Segurança (TPS), entre os quais, peritos da polícia federal, admitem que novas

¹⁸² Fonte do vídeo: YouTube: *Live da Semana - Presidente Jair Bolsonaro – 29/07/2021*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C4sE3OAVpHY&t=2s>.

¹⁸³ Fonte: IstoÉ: *Bolsonaro: Quero eleições no ano que vem, vamos realizar eleições no ano que vem*. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-quer-eleicoes-no-ano-que-vem-vamos-realizar-eleicoes-no-ano-que-vem/>.

¹⁸⁴ Fonte: UOL Notícias: *Bolsonaro volta a atacar urnas e Barroso e a colocar eleições sob suspeita*. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/04/27/bolsonaro-volta-a-atacar-urnas-e-barroso-e-a-colocar-eleicoes-sob-suspeita.htm>.

¹⁸⁵ Fonte: Agência Brasil: *Presidente defende voto impresso nas eleições durante live*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-07/presidente-defende-voto-impresso-nas-eleicoes-durante-live>.

barreiras de segurança da urna eletrônica são eficazes”. Contudo, as investidas contra as urnas eletrônicas continuaram por parte do presidente, com isso, em agosto de 2021, a deputada Bia Kicis (PSL-DF) – apoiadora de Bolsonaro –, propôs a PEC do Voto Impresso, porém não atingiu o mínimo de votos favoráveis, que é de 308 votos, portanto, a proposta foi arquivada.¹⁸⁶ Em maio de 2022, o presidente mais uma vez articula contra a eleição, afirmando que as Forças Armadas não terão um papel de expectador durante as eleições, e vai além, ao asseverar que seu partido vai contratar uma empresa para acompanhar e auditar as eleições.¹⁸⁷

O Chefe do Executivo também atua como se as Forças Armadas fossem patrimônio do Poder Executivo, e, portanto, como se ele pudesse dispor a bel prazer de seu arsenal. Durante a celebração da Independência, em 2021, aconteceu uma operação militar que contou com o desfile de blindados em frente ao Palácio do Planalto, com a presença do presidente Jair Bolsonaro. Esse evento custou aos cofres públicos o montante de R\$ 3,7 milhões, o valor, que foi obtido através da Lei de Acesso à Informação (LAI), é concernente aos gastos da Marinha com a edição da Operação Formosa, um treinamento militar realizado anualmente em Goiás. Um desfile em frente à sede do Executivo é inédito, mas não casual. A passagem dos tanques blindados pela Esplanada aconteceu em 10 de agosto, e ocorreu não por mera coincidência na mesma data em que a Câmara rejeitou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso.

A exibição dos blindados foi interpretada como uma tentativa de intimidação do Poder Legislativo para aprovar a proposta. O trajeto dos blindados contou com aproximadamente 150 veículos militares, a justificativa para incluir o Planalto no seu roteiro foi a entrega de um convite a Bolsonaro e a outras autoridades para participar do dia de Demonstração Operativa, em 16 de agosto. Os gastos chegaram a um montante de R\$ 3,7 milhões: R\$ 1,78 milhão foi para gastos de custeio de bases, R\$ 1,03 milhão para locação de ônibus para transporte, R\$ 721 mil para combustíveis, lubrificantes e graxas, R\$ 98,7 mil para materiais de saúde, R\$ 16,6 mil para suprimentos de fundos e R\$ 15 mil para passagens e diárias.¹⁸⁸

O uso de equipamentos das Forças Armadas de acordo com os interesses do presidente é uma constante, a forma do presidente dispor como forma de intimidação também deixa claro

¹⁸⁶ Fonte: Agência Câmara de Notícias: *Câmara rejeita proposta que tornava obrigatório o voto impresso*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/792343-camara-rejeita-proposta-que-tornava-obrigatorio-o-voto-impresso/>.

¹⁸⁷ Fonte: CNN: *Bolsonaro diz que seu partido vai contratar empresa para fazer auditoria nas eleições*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-seu-partido-vai-contratar-empresa-para-fazer-auditoria-nas-eleicoes/>.

¹⁸⁸ Fonte: UOL Notícias: *Operação com desfile de tanques custou R\$ 3,7 mi aos cofres públicos*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/09/05/operacao-com-desfile-de-blindados-cus-tou-r-37-mi.htm>.

sua tendência do político-militarismo, e o benefício também é estendido aos seus ministros, seus familiares e até amigos. Um caso exemplar ocorreu com José Vicente Santini, nomeado secretário-executivo da Secretaria-Geral da República, considerado o cargo número dois da Casa Civil. Em 2020, ele foi exonerado após utilizar um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para ir até a Índia encontrar a comitiva do presidente Jair Bolsonaro, após participar do evento Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça.

Em outubro, um avião da FAB foi solicitado para fazer o trajeto Brasília x São Paulo pela ministra Damares Alves, a qual estava acompanhada de familiares do presidente, dentre eles, sua esposa Michelle Bolsonaro, a comitiva rumava à festa do amigo Agustín Fernandez, que aconteceu em um restaurante badalado de São Paulo, o pretexto da viagem era ir a um evento do Pátria Voluntária, programa social coordenado por Michelle Bolsonaro.

Em um levantamento, o jornal Congresso em Foco apresentou uma pesquisa indicando que de abril a dezembro de 2020 foram, aproximadamente, 64 viagens oficiais usando as aeronaves da FAB, com, no máximo, três passageiros. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, se permitiu usufruir bastante dessa prerrogativa que Bolsonaro dispõe. O levantamento mostra que, pelo menos, três deslocamentos foram para destinos internacionais, o que não está previsto no decreto que regulamenta o tema. Salles foi responsável por 25 viagens, de acordo com a planilha, registrou-se que ele viajou uma vez sozinho, dez vezes com apenas um acompanhante e catorze vezes com outros dois passageiros¹⁸⁹.

Com relação às aeronaves da FAB, há um decreto do governo federal que estipula que “a comitiva que acompanha a autoridade na aeronave do Comando da Aeronáutica terá estrita ligação com a agenda a ser cumprida, exceto nos casos de emergência médica ou de segurança”, ou seja, a utilização das aeronaves tem seguido um protocolo estritamente pessoal e aberto por parte do presidente, como se elas pertencessem ao ser acervo pessoal, são usadas indiscriminadamente. Em março de 2020, o presidente publicou um decreto que altera as regras de transporte aéreo de autoridades em aeronaves do Comando da Aeronáutica, mas o decreto não incide sobre si, apenas torna mais rígidas as justificativas e as comprovações que atestem a necessidade do uso das aeronaves.

Em janeiro de 2021, mais um escândalo vem à tona, o governo gastou o equivalente a R\$ 15,6 milhões para compra de toneladas de leite condensado, no ápice das mortes por Covid-19 no país. Enquanto havia por parte do governo grande resistência na compra de vacinas,

¹⁸⁹ Fonte: Congresso em Foco: *PT entra na justiça para que Santini pague por uso de jatinho da FAB*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/pt-entra-na-justica-para-que-santini-pague-por-uso-de-jatinho-da-fab/>.

cilindros de oxigênio e outros itens de primeira necessidade para assistir os estados brasileiros durante a pandemia, o presidente agilizou milhões de reais para a compra de vinhos finos, alfafa, uvas passas e pizzas. A lista de compras do governo federal apontou que, em 2020, a administração federal gastou cerca de R\$ 1,8 bilhão para adquirir comida, ou seja, 15% a mais do que no ano anterior, descontada a inflação.

A maior parte dessas despesas ficou na conta das Forças Armadas, que tiveram um gasto de R\$ 632 milhões em gêneros alimentícios, o Ministério da Educação e da Justiça aparecem como os mais privilegiados, depois das Forças Armadas. Nesse contexto, foram comprados aproximadamente 2,5 milhões de latas de leite condensado, e, dessa forma, “o Exército brasileiro se credencia hoje como um dos maiores consumidores do produto no planeta”, indica o artigo jornalístico. Ainda segundo informações oficiais, foram gastos “R\$ 2,2 milhões em chicletes, R\$ 5 milhões em uvas passas, R\$ 2,5 milhões em vinhos e R\$ 37 milhões em pizzas e refrigerantes, entre outros”. O volume de aquisição de produtos supérfluos e de *junkfood* causou indignação e protestos na sociedade brasileira e, por isso, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) moveu uma ação no STF para investigar esses gastos exorbitantes¹⁹⁰.

Essas informações constavam no Portal da Transparência, no Painel de Compras consolidado pelo Ministério da Economia, os dados estavam especificados, mas, após as denúncias, o governo retirou o portal do ar. Ao ser questionado sobre o fato, em um evento privado com artistas de direita, em uma churrascaria em Brasília, Bolsonaro disparou que o produto era para “enfiar no rabo da imprensa”. Ainda segundo o mandatário: “Quando eu vejo a imprensa me atacar, dizendo que comprei 2,5 milhões de latas de leite condensado, vai pra puta que o pariu. É para enfiar no rabo de vocês da imprensa essas latas de leite condensado”. O Ministério da Defesa chegou a justificar a compra do leite condensado devido ao seu “potencial energético”, ele afirmou: “O leite condensado é um dos itens que compõem a alimentação de 370 mil homens e mulheres das Forças Armadas”, o que não foi comprovado.

Em resposta à polêmica envolta nessas aquisições que somaram mais de R\$ 1.8 bilhão, exposta por meio do portal Metrôpoles, em 26 de janeiro, Bolsonaro resolve atacar a imprensa, ante a grande repercussão dos gastos: “Vai pra puta que pariu, porra. Essa imprensa de merda, é pra enfiar no rabo de vocês, de vocês da imprensa, essas latas de leite condensado aí”¹⁹¹. Com descompostura, o Chefe do Executivo contestou efusivamente as denúncias divulgadas pela

¹⁹⁰ Fonte: Isto É: *Os R\$ 15 milhões de leite condensado derramado e outros chicletes federais*. Disponível em: <https://istoe.com.br/os-r-15-milhoes-de-leite-condensado-derramado-e-outros-chicletes-federais/>.

¹⁹¹ Fonte do vídeo: Congresso em Foco: Bolsonaro justifica compra de leite condensado: “vai pra puta que pariu, porra!”. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-justifica-compra-de-leite-condensado-vai-pra-puta-que-pariu-porra/>.

imprensa – pautadas em documentos oficiais – com ofensas e jargões chulos, demonstrando que ele não aceita ser confrontado por suas práticas de abuso de poder e de lesar os cofres públicos com aquisições supérfluas, no auge dos índices de morte por Covid-19, devido à falta de equipamentos de primeira necessidade.

Em agosto de 2021, o ex-ministro da Defesa e Segurança Pública Raul Jungmann declarou que os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que entregaram seus cargos em março do mesmo ano, afirmaram que havia, por parte do presidente, uma pressão cobrando um “alinhamento político” com o governo. O mandatário pretendia substituir apenas o comandante do Exército, Edson Leal Pujol, mas os comandantes da Marinha, Ilques Barbosa, e o da Aeronáutica, Antônio Carlos Moretti, também optaram por entregar seus cargos.¹⁹² O ex-ministro também ressalta que prevalece no alto oficialato a ideia de que o STF atua no sentido de atrapalhar o governo do presidente Jair Bolsonaro.¹⁹³

Outro episódio digno de nota é o fato de o Chefe do Executivo ostentar seu afã pela ideologia nazista. Em julho de 2021, ele se encontrou com Beatrix von Storch, deputada pelo partido Alternativa para a Alemanha (AfD), investigada pelo serviço de Inteligência alemão por propagar ideias neonazistas, xenofóbicas e extremistas. Em suas redes sociais, Storch exibiu sua foto com Bolsonaro entre sorrisos e abraço amistoso, com a seguinte legenda: “em um momento em que a esquerda está promovendo sua ideologia por meio de suas redes e organizações internacionais em nível global, nós, conservadores, devemos nos unir”.¹⁹⁴

Segundo informações do Museu do Holocausto, Beatrix Storch é neta do ministro das Finanças de Adolf Hitler, Lutz Graf Schwer. O partido AfD é um partido político alemão de extrema-direita, com tendências racistas, islamofóbicas, antissemitas, xenófobas e pró-discurso anti-imigração. Após críticas sobre o encontro, o deputado e filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, se pronunciou em suas redes sociais: “unidos por ideais de defesa da família, proteção das fronteiras e cultura nacional”¹⁹⁵, retórica claramente em defesa dos princípios difundidos pelo nazismo. Outros episódios envolvendo líderes do governo que promoveram

¹⁹² Fonte: Congresso em foco: *Comandos militares entregam os cargos. Bolsonaro dobra a aposta no caos*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/comandos-militares-entregam-os-cargos-bolsonaro-dobra-a-aposta-no-caos/>.

¹⁹³ Fonte Congresso em foco: *Bolsonaro mandou FAB sobrevoar STF para quebrar vidraças, diz Jungmann*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-mandou-fab-sobrevoar-stf-para-quebrar-vidracas-diz-jungmann/>.

¹⁹⁴ Fonte: Correio Braziliense: *Bolsonaro sobre foto com deputada alemã: "Não se pode ligar um pai a um filho"*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4940544-bolsonaro-sobre-foto-com-deputada-alema-nao-se-pode-ligar-um-pai-a-um-filho.html>.

¹⁹⁵ Fonte: Correio Braziliense: *Bolsonaro se encontra com deputada de partido neonazista da Alemanha*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4939769-bolsonaro-se-encontra-com-deputada-de-partido-neonazista-da-alemanha.html>.

discursos pró-nazismo e vários levantes de movimentos neonazistas podem ser encontrados de fácil acesso nos jornais, haja vista isso está evidenciado em toda a rede bolsonarista.

3.3 Ur-Fascismo à brasileira e a apologia neonazista

Quis, em suma, reunir alguns rudimentos para uma lenda dos homens obscuros, a partir dos discursos que, na desgraça ou na raiva eles trocaram com o poder.
Michel Foucault, 1977

Foucault (1995), em seu texto *O Sujeito e o Poder*, expressa um posicionamento estratégico concernente ao exercício da atividade política centrada contra as formas de sujeição pelos critérios de “destruição dos jogos de identidade”. Com efeito, tal articulação produz dois segmentos possíveis, o primeiro incorre em um “rompimento com as atividades obsoletas da prática política” e o segundo retrata uma finitude da ideia do intelectualismo de um sujeito engajado, em prol de um nominalismo histórico e constituído pelas relações de poder. O fulcro desse empreendimento era mobilizar, na época, análises que se debruçavam sobre a “condição de rompimento e desdobramento de ações pulverizadas no jogo entre atividade e reatividade, nos pequenos confrontos, nas infames políticas de (des) subjetivação e nos mecanismos de agenciamentos” (SOLER, 2013, p. 504).

Além de espriar suas análises sobre a dinâmica do poder, Foucault (1995, p. 233) também tece considerações sobre o que ele nomeou como “doenças do poder”: “Gostaria de mencionar duas “formas patológicas” – aquelas duas “doenças do poder” – o fascismo e o estalinismo”. Nesse sentido, o filósofo estabelece uma evidente correlação entre a racionalização e os excessos do poder político, e, assim, aponta o autor: “não deveríamos precisar esperar pela burocracia ou pelos campos de concentração para reconhecer a existência de tais relações. Mas o problema é: o que fazer com um fato tão evidente?” (FOUCAULT, 1995, p. 233).

Nestes termos, o autor retrata que as relações de poder que incidem na sociedade arquitetam o modo de funcionamento da política: “São lutas “transversais”, isto é, não são limitadas a um país. Sem dúvida, desenvolvem-se mais facilmente e de forma mais abrangente em certos países, porém não estão confinadas a uma forma política e econômica particular de governo” (FOUCAULT, 1995, p. 234). Nesse segmento, pontua:

Mas eu gostaria de enfatizar que o fato de que o poder do Estado (e esta é uma das razões de sua força) é uma forma de poder tanto individualizante quanto

totalizadora. Acho que nunca, na história das sociedades humanas [...] houve, no interior das mesmas estruturas políticas, uma combinação tão astuciosa das técnicas de individualização e dos procedimentos de totalização (FOUCAULT, 1995, p. 236).

Em seu texto *Introdução à vida não fascista*, que abre o livro *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia* de Deleuze e Guattari, Foucault retoma a temática do fascismo:

Enfim, o inimigo maior, o adversário estratégico (embora a oposição do AntiÉdipo a seus outros inimigos constitua mais um engajamento político): o fascismo. E não somente o fascismo histórico de Hitler e de Mussolini - que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas -, mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora (FOUCAULT, 1996, p. 198).

No texto foucaultiano, há uma leitura política da tragédia grega, enfatizando as relações de poder que estão imbricadas na trama, na qual Édipo é o ponto central do poder, já que a peça tem seu nome como título e se trata dele e da possibilidade de destituição de poder que pode acometê-lo. Nisto, se estabelece um ponto análogo ao fascismo:

Assim como o Édipo o fascismo que se sustenta sob o ódio do outro na contemporaneidade também se dá dessa maneira, a partir do receio de que sejam deslegitimadas certezas, numa busca incessante pelo poder. O Édipo, portanto, não é rei, no sentido em que não é nele que estariam centrados os pressupostos universalizantes da sexualidade. Isso porque a sexualidade não é uma só, mas muitas que se esvaem pelas beiradas débeis do cerceamento do complexo freudiano (SILVEIRA, 2019, p. 10).

O fascismo foi um sistema político nacionalista e antiliberal, liderado por Benito Mussolini, que surgiu na Itália, após o fim da Primeira Guerra Mundial e que perdurou até 1943. Para Finchelstein (2010), o fascismo pode ser concebido como uma ideologia mítica transnacional que teve seu início em 1919, e que se proclamava como ideologia global, influenciando outros regimes políticos na Europa, atrelando a noção imperialista universal ao nacionalismo italiano.

O fascismo italiano convenceu muitos líderes liberais europeus de que o novo regime estava realizando interessantes reformas sociais, capazes de fornecer uma alternativa moderadamente revolucionária à ameaça comunista (ECO, 2019, p. 30-31).

Em 1995, o escritor Umberto Eco discursou na Universidade de Columbia, em Nova York, sobre *Os 14 sintomas do fascismo eterno*, também denominado de “*Ur-Fascismo*” – a utilização da partícula “Ur” se dá pelo uso psicanalítico que consiste no sentido de originário, primordial. Em seu discurso, Eco (1995) configurou o panorama histórico europeu do século XX para assentar a concepção sobre o fascismo, mas traça novos horizontes nos quais o fascismo se camufla, se transforma e se reconfigura: “Se pensarmos ainda nos governos totalitários que dominaram a Europa antes da Segunda Guerra Mundial, podemos dizer com tranquilidade que seria muito difícil que, em circunstâncias históricas tão diversas, retornassem sob a mesma forma” (ECO, 2019, p. 22). Nestes preceitos, o autor advoga pelas atualizações que o *Ur-Fascismo* sofre ao longo do tempo, as reconfigurações moldam as novas táticas, culminando até em “democracias” onde subjaz a essência fascista.

Em sua obra *O Fascismo Eterno*, o autor defende que: “A primeira característica de um *Ur-Fascismo* é o culto da tradição. O tradicionalismo é mais velho que o fascismo” (ECO, 2019, p. 44). O autor também elenca outros pontos relevantes a serem considerados no atual panorama político brasileiro:

Mussolini tinha como base a ideia de um chefe carismático, o corporativismo, [...] um nacionalismo exacerbado, o ideal de uma nação inteira uniformizada pelas camisas negras, a recusa da democracia parlamentar, o antisemitismo, então não tenho nenhuma dificuldade para admitir que a Aliança Nacional, nascida do Movimento Social Italiano (MSI) é certamente um partido de direita, mas tem muito pouco a ver com o velho fascismo (ECO, 2019, p. 22)

Eco também descreve que “O fascismo foi certamente uma ditadura, mas não era completamente totalitário” (ECO, 2019, p. 26). O autor ainda vincula o discurso religioso ao fascismo:

Nos anos seguintes, em seus discursos, Mussolini citava sempre o nome de Deus e não desdenhava o epíteto “homem da Providência”. Pode-se dizer que o fascismo italiano foi a primeira ditadura de direita que dominou um país europeu e que, em seguida, todos os movimentos análogos comum no regime de Mussolini. O fascismo italiano foi o primeiro a criar uma liturgia militar, um folclore e até mesmo um modo de vestir (ECO, 2019, p. 28-29).

Umberto Eco também descreve a profusão de contradições que o fascismo era capaz de convergir para manter seu poder ativo e atuante na Itália.

O fascismo era um totalitarismo *fuzzy*. O fascismo não era uma ideologia monolítica, mas antes uma colagem de diversas ideais políticas e filosóficas, uma colmeia de contradições. É possível conceber um movimento totalitário

que consiga juntar monarquia e revolução, exército real e milícia pessoal de Mussolini, os privilégios concedidos à Igreja e uma educação estatal que exaltava a violência e o livre mercado? (ECO, 2019, p. 34)

Ao romper com a monarquia, o fascismo é reordenado agora, sob nova bandeira e com parceria alemã. Nessa reconfiguração: “[...] o Poder Legislativo se transformou em pura ficção e o Executivo (que controlava o Judiciário, assim como a mídia) promulgava diretamente as novas leis, entre as quais a da defesa da raça (apoio formal italiano ao Holocausto)” (ECO, 2019, p. 39).

O partido fascista nasceu proclamando sua nova ordem revolucionária, mas era financiado pelos proprietários de terras mais conservadores, que esperavam uma contrarrevolução. O fascismo do começo era republicano e sobreviveu durante vinte anos proclamando sua lealdade à família real, permitindo que um “duce” puxasse as cordinhas de um “rei”, a quem ofereceu até o título de “imperador”. Mas quando, em 1943, o rei despediu Mussolini, o partido reapareceu dois meses depois, com a ajuda dos alemães, sob a bandeira de uma república “social”, reciclando sua velha partitura revolucionária, enriquecida de acentuações quase jacobinas (ECO, 2019, p. 35).

Em sua palestra *Os 14 sintomas do fascismo eterno*, Eco fornece um roteiro para se identificar esse “fascismo eterno” ou “ur-fascismo”, dessa maneira, ele elenca os seguintes aspectos: 1) culto à tradição; 2) recusa da modernidade; 3) irracionalismo 4) intolerância 5) medo da diferença; 6) apelo ao sentimento de frustração; 7) nacionalismo retórico; 8) necessidade da existência de um inimigo; 9) culto à violência; 10) elitismo; 11) necessidade de um herói salvador; 12) repressão sexual; 13) populismo e 14) hostilidade à cultura e à ciência. Esses são os sinais apontados por Umberto Eco para caracterização do fascismo e, dentre os quais, pode-se vincular muitos desses elementos ao movimento bolsonarista.

No Brasil, cresce a preocupação entre os analistas democráticos sobre a ameaça fascista no governo atual, um elemento que foi analisado também no governo de Trump. Em janeiro de 2021, a invasão que ocorreu no Capitólio¹⁹⁶ – prédio do centro legislativo dos EUA, em Washington D.C, considerado o principal símbolo do poder político do país – foi tratada como um eminente golpe, contudo, fracassou. O saldo do ocorrido foi a morte de quatro trumpistas e de um policial. Após alguns dias, o FBI descobriu que havia um movimento nas redes sociais que conclamava ações armadas em todos os estados dos EUA, embora nenhum estado tenha sido alvo de tais atividades. Porém, articulações assim remetem diretamente às ações de

¹⁹⁶ Fonte: CNN Brasil: *Invasão do Capitólio completa um ano: relembre o ataque à democracia dos EUA*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/invasao-ao-capitolio-completa-um-ano-relembre-o-ataque-a-democracia-dos-eua/>.

surpresa engendradas pelo fascismo clássico, e, em seus desdobramentos, implementadas por Benito Mussolini e Adolf Hitler.

O fulcro da questão fascista é que a história mostra que esse fenômeno sempre foi subestimado quando posto em prática. Segundo Coutinho (2021, p. 23):

Na América, cerca de 150 artigos entre 1925 e 1932 sobre Mussolini foram, na maioria, neutros, confusos ou de tom positivo: para o *The New York Times*, o fascismo, como um “novo experimento”, tiraria a Itália da turbulência e a levaria para a “normalidade”; em 1928, o *Daily Mail* chamou Mussolini de “Napoleão dos tempos modernos”.

Coutinho (2021) também descreve que Hitler, ao surgir em meados dos anos 20, foi considerado pela *Newsweek* como uma “figura “sem sentido”, de “dialeto selvagem” e que parecia Charlie Chaplin. A *Cosmopolitan* afirmava que ele era “tão volúvel quanto inseguro” (COUTINHO, 2021, p. 23). Semelhantemente, o jornal *New York Times* afirmou, em 1930, que Hitler demonstraria à Alemanha a sua “futilidade” e que servia apenas para “levantar a moral” do público mais radical. *Washington Post* asseverou que se Hitler não se tornasse mais moderado, “cairia por si próprio”. Nestes termos, não se previram os riscos e a potência devastadora que Hitler imprimiria na história.

Outro elemento muito atuante no fascismo é o caos informacional. Embora não houvesse internet nos tempos de Goebbels (Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista), a desinformação tomou proporções tão gigantescas que seria difícil ser superada até nos dias de hoje. O fascismo original, oriundo dos tempos de Mussolini, pode ser usado como parâmetro para explicar os eventos que ameaçaram a democracia dos EUA e que ameaçam a democracia brasileira, mas pode não ser o suficiente. De acordo com Coutinho (2021, p. 24): “como disse Umberto Eco em seus 14 critérios para o que definiu como “fascismo eterno”, o fascismo é um jogo que pode ser jogado de várias formas. As brechas encontradas nas redes sociais permitiram novas formas macabras”.

Em relação aos 14 critérios que Eco articula para presentificar o fascismo, muitos deles foram acionados durante todo o percurso analítico desta pesquisa, como: o tradicionalismo (conservadorismo), a intolerância, o medo da diferença (presente principalmente nas questões de gênero), o nacionalismo exacerbado, a necessidade de existência de um inimigo (comunismo), o culto à violência, o elitismo, a necessidade de um herói (“mito”), a repressão sexual, o populismo e a hostilidade à cultura e à ciência. Eco (2019, p. 50) também adverte: “O Ur-Fascismo é, portanto, racista por definição”. Em uma entrevista ao programa CQC, da Band, em 2011, Bolsonaro, ainda deputado, ao ser questionado pela cantora Preta Gil sobre o que ele

faria se um filho dele se apaixonasse por uma negra, ele respondeu: “Não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco. Os meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu”.¹⁹⁷

O comunismo sempre foi usado como pretexto para o liberalismo, e hoje não é diferente, com o neoliberalismo que se ergue, fomentado pelo governo, em práticas que se debruçam unicamente em prol do mercado financeiro, relegando as reais e emergentes necessidades da população brasileira, como foi abordado anteriormente. A partir da conjuntura política atual, percebe-se a perda da vitalidade e do viço da democracia, paulatinamente. O quadro que se apresenta ao longo da gestão de Jair Bolsonaro é nitidamente a desconstrução democrática do Brasil, em conjunto com o desmonte da educação, o sucateamento das universidades, o colapso na saúde e a consolidação de uma política de extermínio, que se reflete em atuações como a negligência do governo em retardar propositalmente a compra de vacinas, a demora nos repasses de auxílio aos estados para compra de remédio e materiais hospitalares, a indução à quebra dos protocolos de segurança instituídos pelos órgãos competentes, resultando em índices alarmantes de mortes por Covid-19.

Não somente, o que se percebe é um orquestramento que visa desferir um último golpe na democracia brasileira e, que a cada dia, torna-se mais e mais eminente. Todos esses elementos vêm na esteira de práticas constantes de implementos pautados nos ataques maciços às classes de baixa renda e contra minorias. Em analogia ao fascismo, observa-se pontos de convergência com o movimento bolsonarista, haja vista o presidente também ser afeito ao corporativismo e também verter discursos pautados no ultranacionalismo, militando em prol de uma unificação patriótica. Assim como Mussolini, a política de Bolsonaro também tem cor, *slogan* e um ideal. As cores da bandeira (verde e amarelo) foram tomadas como figuração de seu governo, e a recusa da democracia parlamentar talvez seja o ápice dessa afluência.

Inicialmente, vamos analisar o corporativismo no governo Bolsonaro. Ainda no primeiro semestre de 2020, o patrimônio dos super-ricos alcança a marca surpreendente de US\$ 34 bilhões durante a pandemia, segundo o estudo da Oxfam, nesse sentido, o patrimônio dos bilionários, em julho de 2020, já havia crescido de US\$ 123,1 bilhões para US\$ 157,1 bilhões. Segundo a diretora Katia Maia, da organização Oxfam: “A Covid-19 não é igual para todos. Enquanto a maioria da população se arrisca a ser contaminada para não perder emprego ou para

¹⁹⁷ Fonte: O Globo: *Bolsonaro diz na TV que seus filhos não correm risco de namorar negras ou virar gays porque foram muito bem educados*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-na-tv-que-seus-filhos-nao-correm-risco-de-namorar-negras-ou-virar-gays-porque-foram-muito-bem-educados-2804755>.

comprar o alimento da sua família no dia seguinte, os bilionários não têm com o que se preocupar”¹⁹⁸.

Em análise ao segundo ano do seu governo, destaca-se o crescimento da dissociação entre o desempenho econômico do Brasil e o aumento da riqueza extrema. Em outras palavras, em 2020, ano de recessão e do início da pandemia no país, o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu em média 4,1%, avaliado pela régua da moeda nacional, o real, e comparado ao dólar, a média fica em 22,7%. Contudo, segundo o *ranking* da revista *Forbes*, que indica as grandes fortunas em dólares no mundo, o Brasil foi o sétimo país a adicionar bilionários à sua população. Eis um cenário de contraste, já que a riqueza nacional diminuiu US\$ 425,5 bilhões em 2020 e ao mesmo tempo o Brasil aumentou em 46,7% o número de bilionários – de 45 para 66, no período de 2020¹⁹⁹.

Incontestavelmente, o retorno a políticas servidas “à la neoliberalismo” tem um papel fundamental nesse cenário. Sob a insígnia de “ponte para o futuro”, o Brasil assume uma política elitista, que supervaloriza a classe de grandes empresários, como prova disso, segundo o ministro da economia, Paulo Guedes, em reunião ministerial, em abril de 2020, afirmou: “Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos pra salvar grandes companhias. Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas”²⁰⁰. Nesse sentido, o papel do Banco Central é fundamental para a pujança dos bilionários, mesmo frente a uma crise drástica na economia brasileira. Com a injeção de dinheiro público no mercado financeiro, favorecendo grandes corporações, os pequenos e microempresários não tiveram amparo para continuar no ramo de suas atividades econômicas, o que acarretou o fechamento de muitas empresas.

Conforme um levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas (Sebrae), em abril de 2020, mais de 9 milhões de trabalhadores perderam o emprego e mais de 600 mil pequenas empresas faliram. Mas não só, a pesquisa mostra também que 30% dos empresários buscaram empréstimos para tentar manter seus negócios, todavia, 29,5% ainda aguardavam resposta das instituições financeiras e 59,2% tiveram seus pedidos negados.²⁰¹

¹⁹⁸ Fonte: G1: *Patrimônio dos super-ricos brasileiros cresce US\$ 34 bilhões durante a pandemia, diz Oxfam*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam.ghtml>.

¹⁹⁹ Fonte: Correio do Brasil: *Governo de Jair Bolsonaro privilegia os super-ricos*. Disponível em: <https://www.correiodobrasil.com.br/governo-jair-bolsonaro-privilegia-super-ricos/>.

²⁰⁰ Fonte do vídeo: Poder 360: “Ao ajudar grandes empresas, o governo vai ganhar dinheiro”, diz Guedes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fED3GI5lcok>.

²⁰¹ Fonte: CNN Brasil: *Mais de 600 mil pequenas empresas fecharam as portas com coronavírus*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/mais-de-600-mil-pequenas-empresas-fecharam-as-portas-com-coronavirus/>.

No bojo de medidas que aventam salvar o mercado econômico brasileiro, o governo, através do Banco Central, anunciou, em março de 2020, um pacote de medidas para injetar dinheiro no mercado, visando amenizar o ar de incertezas provocado pela pandemia. Segundo o presidente do BC, Roberto Campos Neto, o pacote reuniria uma soma de R\$ 1.216 trilhão, isto é, aproximadamente 16,7% do Produto Interno Bruto (PIB), além de outras medidas que seriam liberadas posteriormente. Em analogia à crise financeira global de 2008 e 2009, em que os recursos disponibilizados para os bancos foram do montante de R\$ 117 bilhões, esse montante correspondia somente a 3,5% do PIB, e, portanto, 10 vezes menor do que o aplicado agora.

Em linhas gerais, se preferirem, num caso, tem-se um poder político que encontraria, no procedimento da troca, na economia da circulação de bens, seu modelo formal; e, no outro caso, o poder político teria na economia sua razão de ser histórica, e o princípio de sua forma concreta e de seu funcionamento atual (FOUCAULT, 2019, p. 14).

Em maio de 2019, o empresário Luciano Hang – dono da rede de lojas Havan e grande apoiador e amigo do presidente – reunia uma dívida de R\$ 168 milhões com a Receita Federal e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que foi negociada pelo Refis (programa de refinanciamento de dívida) em até 115 anos, em seguida Hang comprou um jatinho no valor de R\$ 250 milhões de reais, um dos jatos executivos mais caros entre os cinco mais vendidos no mundo.²⁰²

Em 28 de abril de 2020, ao ser confrontado sobre o índice de mortes por Covid-19, que aumentava alarmantemente, o presidente disparou: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”.²⁰³ Ainda em abril de 2020, ele desferiu: “Eu não sou coveiro!”, quando questionado pela Folha a respeito da quantidade de mortes.²⁰⁴ Em Uberlândia (MG), em março 2021, sobre a vacina, Bolsonaro inflamou, desdenhosamente: “Tem idiota que a gente vê nas mídias sociais, na imprensa, né?... Vai comprar vacina. Só se for na casa da sua mãe”. Ou seja, o posicionamento debochado de Bolsonaro ante o panorama fúnebre e devastador pandêmico é recorrente, assim, configura-se, nesses discursos, a desvalorização da

²⁰² Fonte: Revista Forum: *Com dívida pública parcelada em 115 anos, dono da Havan compra jatinho de R\$ 250 milhões*. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/com-divida-publica-parcelada-em-115-anos-dono-da-havan-compra-jatinho-de-r-250-milhoes/#>.

²⁰³ Fonte: CNN Brasil: *'Sou Messias, mas não faço milagre', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/04/29/e-a-vida-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus>.

²⁰⁴ Fonte: Portal G1: *'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>.

vida, em seu despenho e desdém pelas perdas de mais de meio milhão de pessoas (539 mil em 16 de julho de 2021), Bolsonaro reafirma as características fascistas na sua gestão.

Theodor Adorno faz considerações sobre as características que revestem os novos “candidatos a Hitler”:

O termo "*rabble-rouser*" [sublevador da ralé], embora objetável, por causa de seu menosprezo pelas massas como tais, parece ser adequado, na medida em que consegue expressar a atmosfera de agressividade irracional e emotiva propositadamente promovida pelos nossos candidatos a Hitler. Embora seja impudico chamar o povo de ralé, a verdade é que o objetivo do agitador é nisso transformá-lo; isto é, multidões dispostas a agir de modo violento e sem qualquer objetivo político, para não falar na criação de uma atmosfera favorável ao *pogrom* (ADORNO, 1975, p. 408).

Coadunando com a ideia do desprezo pela população e as suas necessidades, em outubro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a criação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, por meio da Lei 14.214, contudo relegou a situação de vulnerabilidade social no atendimento a estudantes e a mulheres de baixa renda, privando-as do acesso a um item básico de higiene, o absorvente. O veto foi justificado a pretexto de que o Congresso Nacional não presumiu “fonte de custeio ou medida compensatória”, ferindo, assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a falta de interesse público, o que é contraditório, haja vista que cerca de 52% da população é composta de mulheres. Isso desencadeou polêmica nas redes sociais com postagens de protestos à decisão, em resposta a essa polêmica, o governo afirmou que a intenção era abrir espaço para o Bolsa Família.²⁰⁵ A estimativa da Câmara dos Deputados era de que o custo seria de aproximadamente 84,5 milhões e assistiria cerca de 5,6 milhões de mulheres, segundo a senadora Simone Tebet (MDB-MS), líder da bancada Feminina no Senado:

O argumento de que não há previsão orçamentária é irreal. Os recursos viriam do SUS e do Fundo Penitenciário. Também não se pode falar em falta de interesse público, em um país onde 52% da população são mulheres. O veto do presidente é mais um sinal do menosprezo dele à condição humana.

Os atos incessantes de violabilidade à democracia vêm ruindo, paulatinamente, os princípios e valores éticos e políticos que a fundamentam, nesse sentido, esses princípios constituem a base de qualquer regime democrático, mas eles estão sob sérias investidas, com

²⁰⁵ Fonte: VEJA: *Enquanto manobra por Auxílio Brasil, Bolsonaro veta absorventes gratuitos*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/enquanto-manobra-por-auxilio-brasil-bolsonaro-veta-absorventes-gratuitos/>.

potencial de dilacerar a liberdade e a isonomia da população brasileira. As incursões por parte do governo de Bolsonaro visam minar quaisquer projetos que vislumbrem beneficiar o povo, um exemplo disso foram os embargos que Bolsonaro, tão logo assumiu, dispensou os médicos cubanos do programa Mais Médicos – programa criado em 2013, que chegou a reunir aproximadamente 18.240 profissionais que atenderam cerca de 63 milhões de brasileiros – e mesmo que o acordo tivesse sido renovado em 2016, na gestão do então presidente interino, Michel Temer. Nestes termos, as exigências instituídas pelo governo extrapolavam os requisitos do acordo, assim, os médicos deveriam ser submetidos a testes de capacidade, era também requisito a vinda das famílias dos médicos para o Brasil, além do pagamento integral aos médicos, uma afronta direta ao regime cubano.²⁰⁶

Em agosto de 2019, o governo lançou o novo programa substituto, *Médicos pelo Brasil*, se comprometendo a compor um quadro de profissionais maior que o anterior. Contudo, quando a pandemia acometeu o país, havia um *déficit* grande de profissionais da área, o que potencializou as mortes devido ao vírus. Muitos hospitais não dispunham de médicos suficientes para atender a demanda de pacientes que chegavam, a falta de médicos, de remédios e leitos da UTI contribuíram sumariamente para o aumento estarrecedor dos índices de óbito²⁰⁷.

Em relação a esse cenário, pode-se perceber a forma como as relações de poder são articuladas e exercidas pelo governo atual. Para Foucault (1995, p. 236): “Podemos dizer que todos os tipos de sujeição são fenômenos derivados, que são meras consequências de outros processos econômicos e sociais: forças de produção, luta de classe e estruturas ideológicas que determinam a forma de subjetividade”.

O fascismo usaria da violência de forma diferente em relação a outros projetos autoritários concorrentes. No fascismo, o primado da violência deixa de ser um meio e torna-se um fim político em si mesmo, como mostra o Holocausto. Ao exemplificar a entropia nazista em torno da violência na decisão de Hitler em contrariar a lógica militar ao sacrificar suas tropas no Leste e direcioná-las à solução final antissemita, o autor afirma que o “fascismo termina quando alcança o seu imperativo ideologicamente sagrado da violência” [...]. O funcionamento do aparato violento, no entanto, depende de sua representação transcendental na esfera do sagrado, pois justificada por uma mitologia política, fenômeno que se mundializou. A crença no líder como ato de fé fez do fascismo uma “religião política” (CARVALHO; PALMA, 2020, p. 327).

²⁰⁶ Fonte: Veja Abril: *VEJA foi três vezes ao sertão baiano, onde o Mais Médicos tinha 800 profissionais vindos de Cuba, para verificar o impacto da saída deles. Tudo piorou.* Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/menos-medicos/>.

²⁰⁷ Fonte: G1: *Estados sofrem com a falta de médicos, muitos contaminados e outros afastados por exaustão.* Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/03/04/estados-sofrem-com-a-falta-de-medicos-muitos-contaminados-e-outros-afastados-por-exaustao.ghtml>.

As nuances neonazistas também ocupam lugar de destaque nos discursos e práticas do movimento bolsonarista. Há alguns eventos que suscitam essa influência, como o episódio de julho de 2021, em que o Chefe do Executivo recebeu Beatrix von Storch, líder da extrema-direita alemã e deputada pelo partido Alternativa para a Alemanha (AfD). Beatrix é investigada pelo serviço de Inteligência alemão por propagar ideias neonazistas, xenofóbicas e extremistas. Em suas redes sociais, Storch exibiu sua foto com Bolsonaro entre sorrisos e abraço amistoso, com a seguinte legenda: “em um momento em que a esquerda está promovendo sua ideologia por meio de suas redes e organizações internacionais em nível global, nós, conservadores, devemos nos unir”.²⁰⁸

Segundo informações do Museu do Holocausto, Beatrix Storch é neta do ministro das Finanças de Adolf Hitler, Lutz Graf Schwer. O partido AfD é um partido político alemão de extrema-direita com tendências racistas, islamofóbicas, antissemita, xenofobas e pró-discurso anti-imigração. Após críticas sobre o encontro, o deputado e filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, se pronunciou em suas redes sociais: “unidos por ideais de defesa da família, proteção das fronteiras e cultura nacional”²⁰⁹, retórica claramente em defesa dos princípios difundidos pelo nazismo. Outros episódios envolvendo líderes do governo que promoveram discursos pró-nazismo e vários levantes de movimentos neonazistas podem ser encontrados facilmente nos jornais, haja vista isso está evidenciado em toda a rede bolsonarista.

Segundo os especialistas e estudiosos que se debruçam sobre o discurso de ódio no Brasil, falta ao país leis claras contra práticas abomináveis, como a apologia ao nazismo e outras intolerâncias que têm se disseminado nos últimos anos. De acordo com eles, esse é o principal fator que fomenta o crescimento desses movimentos. A doutora em antropologia social pela Unicamp, Adriana Dias, que investiga o neonazismo desde 2002, afirma que existem pelo menos 530 núcleos extremistas, o que pode projetar um universo de 10 mil pessoas. A antropóloga relata um crescimento de 270,6%, no período de janeiro de 2019 a maio de 2021. Segundo ela, entre dos grupos extremistas, a maioria é neonazista: “Eles começam sempre com o masculinismo, ou seja, eles têm um ódio ao feminino e por isso uma masculinidade tóxica.

²⁰⁸ Fonte: Correio Braziliense: *Bolsonaro sobre foto com deputada alemã: "Não se pode ligar um pai a um filho"*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4940544-bolsonaro-sobre-foto-com-deputada-alema-nao-se-pode-ligar-um-pai-a-um-filho.html>.

²⁰⁹ Fonte: Correio Braziliense: *Bolsonaro se encontra com deputada de partido neonazista da Alemanha*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4939769-bolsonaro-se-encontra-com-deputada-de-partido-neonazista-da-alemanha.html>.

Eles têm antissemitismo, eles têm ódio a negro, eles têm ódio a LGBTQIAP+, ódio a nordestinos, ódio a imigrantes, negação do holocausto”, enumera.²¹⁰

Eco aponta que “O nazismo tinha uma teoria do racismo e do arianismo, uma noção precisa de *entartete Kunst*, a “arte degenerada”, uma filosofia da vontade de potência e da *Übermensch* (ECO, 2019, p. 25).

Durante uma de suas *lives*, em maio de 2020, o presidente Jair Bolsonaro e dois convidados tomaram um copo de leite puro, sob alegação de que se tratava de um desafio de ruralistas. O gesto traz em si evocações neonazistas, visto que, segundo a antropóloga Adriana Dias, o leite é uma referência simbólica forte no movimento neonazista. O leite puro é o símbolo dos “alt-right” estadunidenses. Segundo o antropólogo David Nemer: “O símbolo do copo de leite foi apropriado por uma facção das redes bolsonaristas, que são *channers*. Esse pessoal gosta da confusão que o meme gera com a simbologia nazista e se refestelam com a notoriedade que recebem da mídia. Essa facção é do Leon Leitadas”. Acrescentou Nemer:

Nacionalistas brancos fazem manifestações bebendo leite para chamar a atenção para um traço genético conhecido por ser mais comum em pessoas brancas do que em outros - a capacidade de digerir lactose quando adultos. É uma tentativa racista para se embasar em “ciência” p/ diferenciar e justificar a “raça branca”. Mas como já provado e explicado por toda ciência: Não há evidência genética para apoiar qualquer ideologia racista. O que há, é na verdade, um governo tosco e motivado pelo ódio.²¹¹

Em março de 2021, o assessor internacional da Presidência da República, Filipe Martins, foi filmado fazendo um gesto com as mãos que foi entendido pelo Ministério Público Federal como racista por simbolizar “orgulho da supremacia branca”. O assessor de Bolsonaro foi denunciado pelo crime de racismo pelo gesto, foi absolvido na primeira instância, mas o MPF recorreu. O Museu do Holocausto se manifestou nas redes sociais: “O Museu do Holocausto, consciente da missão de construir uma memória dos crimes nazistas que alerte a humanidade dos perigos de tais ideias, reforça que a apologia a este tipo de símbolo é gravíssima. Nossa democracia não pode admitir tais manifestações.”²¹²

²¹⁰ Fonte: G1: *Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos*. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>.

²¹¹ Fonte: Revista Forum: *Copo de leite: Bolsonaro usa símbolo nazista de supremacia racial em live*. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2020/5/29/copo-de-leite-bolsonaro-usa-simbolo-nazista-de-supremacia-racial-em-live-76033.html>.

²¹² Fonte: Brasil de Fato: *Cinco vezes que Bolsonaro, ou pessoas ligadas a ele, recorreram a símbolos nazistas*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/25/cinco-vezes-que-bolsonaro-ou-pessoas-ligadas-a-ele-recorreram-a-simbolos-nazistas>.

Roberto Alvin, ex-secretário especial de Cultura, em um discurso nas redes sociais, para divulgar o Prêmio Nacional das Artes, em janeiro de 2020, copiou uma citação do ministro de propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels. Em maio de 2020, os ex-companheiros de armas do presidente, das Forças Armadas, estiveram no Palácio do Planalto e, ao saudar Bolsonaro, estenderam o braço direito para o alto e bradaram: “Bolsonaro somos nós”. O ato foi entendido como uma alusão ao nazismo, a historiadora, doutora em antropologia e professora titular da Faculdade de Filosofia da USP, Lilia Moritz Schwarcz, apontou:

Paraquedistas, vestidos com roupas militares, entoam uma variação de Heil Hitler a partir do grito de ‘Bolsonaro somos nós’, selando uma espécie de compromisso coletivo, na base do ‘nós comum’, em torno dos ideais do presidente. No caso, porém, o gesto não evoca um ritual religioso, mas reforça um compromisso bélico numa nação que não está em guerra. Nesse sentido, indica uma possível guerra no horizonte político, e sinaliza lealdade ao dirigente.²¹³

Na Câmara dos Vereadores em Porto Alegre (RS), uma manifestação antivacina e contra o passaporte vacinal invadiu o recinto, provocando briga generalizada. Um dos manifestantes portava um cartaz com a suástica, símbolo nazista de “identidade ariana”. O vereador Leonel Radde (PT) reagiu: “A pessoa segurando o cartaz com a suástica precisa ser identificada e presa. Antivaxxers fazendo apologia ao nazismo na Câmara Municipal de Porto Alegre”. Ainda segundo ele, alguns dos manifestantes, num ato em abril, homenagearam a Ku Klux Klan, organização de supremacia branca fundada nos Estados Unidos.²¹⁴

Em maio de 2020, Sara Winter, uma agitadora de extrema-direita, foi presa pela PF em Brasília. Ela organizou um grupo chamado “300 do Brasil”, que tinha como finalidade “combater a corrupção e a esquerda no mundo”. O grupo manteve, durante o mês de maio, um acampamento na Esplanada dos Ministérios, e, durante as marchas, usavam máscaras e carregavam tochas, aludindo à Ku Klux Klan (KKK), movimento de supremacistas brancos americanos.²¹⁵

Assim, a influência neonazista no Brasil torna-se cada dia mais explícita, na gestão bolsonarista, esses movimentos extremados se sentem representados e acolhidos, por isso se

²¹³ Fonte: Revista Zum: *Bolsonaro e seu reino: retóricas visuais do poder*. Disponível em: <https://revistazum.com.br/zum-quarentena/bolsonaro-e-seu-reino/>.

²¹⁴ Fonte: UOL: *Manifestante antivacina expõe cartaz com suástica na Câmara de Porto Alegre*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/10/20/manifestante-antivacina-expoe-cartaz-com-suastica-na-camara-de-porto-alegre.htm>.

²¹⁵ Fonte: Congresso em Foco: *Bolsonaristas copiam KU KLUX KLAN em ato contra STF. Veja o vídeo*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaristas-copiam-klu-klux-klan-em-ato-contr-stf-veja-o-video/>.

manifestam com tanta naturalidade. Um episódio que envolve o deputado federal Kataguiri (DEM-SP) e Bruno Aiubi por declarações de apologia ao nazismo está sendo apurado pela Procuradoria Geral da República, chefiada por Augusto Aras²¹⁶. Aiubi argumentou que deveria existir um partido nazista no Brasil e defendeu o “direito de ser antijudeu”. Contudo, a apologia ao nazismo, usando símbolos nazistas, distribuindo emblemas ou fazendo propaganda desse regime é crime previsto em lei no Brasil, com pena de reclusão.

O Brasil vivencia tempos em que as práticas discursivas bolsonaristas introjetam dias de incertezas para o país. As práticas e discursos ligados ao fascismo ou neonazismo devem ser combatidas pela sociedade brasileira. Segundo Eco (2019, p. 60): “Devemos ficar atentos para que o sentido dessas palavras não seja esquecido de novo. O Ur-Fascismo ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis. [...] Nosso dever é desmascará-lo e apontar o dedo para cada uma de suas novas formas, a cada dia, em cada lugar do mundo.”

3.4 A teo-política bolsonarista

*O longo trabalho contínuo do pensamento através do tempo,
o despertar e o progresso da consciência, sua perpétua
retomada por si mesma, o movimento inacabado
mas ininterrupto das totalizações,
Michel Foucault, 1969*

Michel Foucault promoveu grandes incursões sobre a influência da religião na política. De acordo com o autor: “o Estado moderno ocidental integrou, numa nova forma política, uma antiga tecnologia de poder, originada nas instituições cristãs. Podemos chamar de tecnologia de poder pastoral” (FOUCAULT, 1995, p. 236). Assim, segundo o filósofo, o cristianismo imprimiu um código de ética divergente do que foi desenvolvido no mundo antigo, propondo e agregando novas relações de poder. Foucault passa então a “considerar o Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma do poder pastoral” (FOUCAULT, 1995, p. 237).

Essa forma de poder é orientada para a salvação (por oposição ao poder político). É oblativa (por oposição ao princípio da soberania); é individualizante (por oposição ao poder jurídico); é coextensiva à vida e constitui seu prolongamento, está ligada à produção da verdade – a verdade do próprio indivíduo (FOUCAULT, 1995, p. 237).

²¹⁶ Fonte: VEJA: *Avança a investigação sobre o caso de nazismo de Monark e Kim Kataguiri*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/avanca-a-investigacao-sobre-o-caso-de-nazismo-de-monark-e-kim-kataguiri/>

A religião – em sua vertente evangélica – nunca esteve tão aliada à política brasileira quanto no cenário atual. E assim, por se consolidar como um agente constituinte e distintivo na trajetória do movimento bolsonarista, interessa a esta pesquisa apresentar, de modo introdutório, o papel que a religião tem no bolsonarismo e como o discurso religioso é articulado na plataforma governista de Jair Messias Bolsonaro.

Para falar de política hoje no Brasil, não há como desconsiderar o crescimento massivo de evangélicos no país, visto que eles estão presentes em todo o tecido social e são cada vez mais atuantes, politicamente. As décadas de 70 e 80 assinalam o ascetismo político e cultural no Brasil. Uma pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha, em 2020, apontou que os evangélicos representavam mais de 30% da população brasileira²¹⁷. Outro estudo realizado pelo mesmo órgão, em 2021, indicou que um em cada três brasileiros adultos se identifica como evangélico²¹⁸, e a adesão continua proeminente, principalmente entre as classes mais baixas. Em setembro de 2022, o DataFolha divulgou uma pesquisa em que 56% dos brasileiros acreditam que a política e a religião devem andar juntas, baseando-se na concepção de que os valores familiares e morais devem sobrepujar-se às questões econômicas.²¹⁹

A presença de representantes evangélicos no âmbito do Legislativo, do Executivo e nas demais esferas políticas brasileira demonstra a força desse segmento junto à população e reforça a posição de religiosos como protagonistas políticos. Nesse contexto, argumenta-se que há uma institucionalização partidária religiosa em plena ascensão, e que esta foi responsável pela vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, além de favorecer o crescimento e a projeção do movimento bolsonarista na sociedade brasileira.

Para Silveira (2020, p. 73), os estudos foucaultianos apontam que o aspecto religioso precede à política neoliberal e utiliza os mesmos condicionamentos disciplinares que impõem aos indivíduos. A partir do movimento de laicização em que o “funcionamento da soberania e organização política não se dão mais por meio das leis divinas, emerge o desenvolvimento de uma nova racionalidade governamental: “a razão de Estado””, abrindo fronteira para uma “governamentabilidade liberal”, sobre a qual Foucault voltou suas análises e articulou como poder sobre a vida.

²¹⁷ Fonte: G1: 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>.

²¹⁸ Fonte: VEJA: O crescimento evangélico, a próxima eleição e o pastor no STF. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/o-crescimento-evangelico-a-proxima-eleicao-e-o-pastor-no-stf/>.

²¹⁹ Fonte: Isto É: Datafolha: Para 56% dos brasileiros, política e religião devem andar juntas. Disponível em: <https://istoe.com.br/datafolha-para-56-dos-brasileiros-politica-e-religiao-devem-andar-juntas/>.

Na cronologia estabelecida por Foucault, o pastorado cristão pré-moderno antecede a economia de governo neoliberal porque, na medida em que, no primeiro, há um disciplinamento de corpos por meio da ação de um sujeito – padre, bispo ou pastor – cujos resquícios ainda persistem no léxico empresarial que viria depois (SILVEIRA, 2020, p. 73).

Institui-se, então, uma forma de biopoder que se perfaz na relação de poder entre o pastorado e seus adeptos e na qual o indivíduo é submetido à “obediência ao governo pastoral que tal autoridade põe em exercício” (SILVEIRA, 2020, p. 73). Essa condição de obediência suscita um tipo de subjetivação que se realiza a partir de novas formas de produção de verdades de si concernentes à verdade religiosa, resultando, portanto, em “um assujeitamento marcado pela obediência como fim em si mesma”, por meio do poder pastoral (p. 74). Em termos biopolíticos, a esfera política se vincula à religiosa para atuar diretamente sobre os indivíduos, e, dessa maneira, cria modos de subjetivação.

Assim, a biopolítica simboliza uma espécie de censura no pensamento e nos modos de ação políticos, ao promover a reformulação do poder soberano a partir de um deslocamento fundamental. Para Foucault, o conceito também está associado a uma forma específica de governar que tem emergência a partir das técnicas liberais de governamentalidade e de condução da vida (SILVEIRA, 2020, p. 73).

No Brasil, observa-se que a corrente religiosa ganha mais força na política, pela forma que articula e *instrumentaliza* Deus em suas campanhas. Observa-se que há uma aderência cada vez maior às campanhas eleitorais nas quais Bolsonaro converge seu discurso eleitoral com manifestações religiosas, como a ‘Marcha para Jesus’. Um dos fatores que presentifica isso é o fato de os manifestantes vestirem a camisa do Brasil (que se tornou um símbolo patriótico do bolsonarismo), também nomeado como “bolsoevangelismo” por alguns canais jornalísticos.²²⁰ O ato que deveria ser um evento cristão se tornou uma espécie de palanque itinerante ao pré-candidato à reeleição.

A manifestação aconteceu em julho de 2022, em Vitória, no Espírito Santo, e foi marcada pela retórica bélica, na qual bolsonaristas conciliaram símbolos de religião, ódio e morte no mesmo evento. Vestidos de verde-amarelo, os manifestantes evangélicos ostentaram uma réplica gigante de um revólver puxada por um luxuoso carro amarelo, e eles desfilavam

²²⁰ Fonte: A Gazeta: *No ES, o Bolsoevangelismo se destaca na Marcha para Jesus*. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/leticia-goncalves/no-es-o-bolsoevangelismo-se-destaca-na-marcha-para-jesus-0722>.

com uma réplica de um caixão pintado com as cores e com a bandeira do PT. Durante o ato, Jair Bolsonaro discursou no sentido de atentar contra a democracia e combater o “comunismo”: “Dobro meus joelhos, elevo meus pensamentos ao senhor e peço que o povo brasileiro não experimente as dores do comunismo”, disse o pré-candidato.²²¹

Sob efeito do fundamentalismo religioso, o presidente brasileiro diz: “não tem essa história [...] de Estado laico não. É Estado cristão”. Por meio desse tipo de discurso, por mais controverso que seja, pretende impor a todos os brasileiros sua doutrina e satanizar o livre-arbítrio – como se a Bíblia pregasse a intolerância aos que caminham fora dos mandamentos religiosos (LIMA, 2019, p. 209).

A agenda ultraconservadora bolsonarista elegeu como estratégia de campanha, para eleição e reeleição, o discurso de base religiosa. Os fundamentos basilares discursivos estão estritamente ligados à ala religiosa da sociedade brasileira, e são pautados, portanto, em discursos que evocam a restituição da “família tradicional”, dos valores morais que instituem e alimentam o preconceito e a discriminação, e que combatam toda a “ideologia de esquerda”. Dessa forma, não é surpresa encontrar entre seus apoiadores mais assíduos nomes de grandes líderes religiosos que comandam grandes cadeias de igrejas, os quais induzem seus adeptos a se tornarem agentes no movimento bolsonarista.

O pastor Silas Malafaia é um tele-evangelista muito conhecido no meio evangélico, principalmente pelas bandeiras conservadoras que defende. Malafaia usa seu programa e suas redes sociais para se manifestar em prol da campanha bolsonarista. O movimento político da igreja Assembleia de Deus tem crescido muito nos últimos anos, com isso, há uma projeção ainda maior no cenário de pré-eleição. Nesse sentido, há uma “[...] crescente disputa dos atores coletivos, no campo religioso, em busca de reconhecimento e, no campo político, à procura de mais recursos para fortalecerem suas denominações.” (BAPTISTA, 2009, p. 387).

Embora o Chefe do Executivo assuma ser católico, ele articulou um movimento controverso em relação a fé que propaga:

No ano de 2016, justamente quando a presidenta Dilma Rousseff enfrentava seu pedido de impeachment, Bolsonaro já antecipando a corrida eleitoral, fez um gesto político importante de aceno em direção aos evangélicos do país. Dentro do rio Jordão em Israel, o católico Bolsonaro foi rebatizado pelo pastor da Assembleia de Deus, Everaldo Dias Pereira. Para o eleitorado médio, Bolsonaro havia se “convertido”, gerando mais afinidade. Mas quando foi

²²¹ Fonte: Rede Brasil Atual: *Marcha para Jesus no Espírito Santo tem Bolsonaro, arma gigante e caixão do PT*. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2022/07/marcha-para-jesus-no-es-tem-bolsonaro-arma-gigante-e-caixao-do-pt/>.

questionado por seu bispo católico, Bolsonaro negou que tivesse renegado a fé católica, alegando tratar-se unicamente de gesto simbólico e eleitoral, apesar de ser teologicamente controverso (OLIVEIRA, 2020, p. 13).

Em outro gesto estratégico, o mandatário compareceu ao maior encontro de pastores evangélicos da Assembleia de Deus, com o intuito de fortalecer apoio político. Assim, Bolsonaro, mais uma vez, assume protagonismo no meio evangélico, sua presença na Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, na capital de Mato Grosso, em abril de 2022, buscou consolidar mais votos entre os evangélicos. O convite foi articulado pelo presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) ²²². O evento aconteceu em meio à investigação sobre a atuação indevida de pastores no governo.

Em março de 2022, a Polícia Federal abriu dois inquéritos para investigar o ministro da Educação, Milton Ribeiro, e a atuação de pastores. O escândalo de corrupção se refere à Operação Acesso Pago, deflagrada pela corporação da PF para investigar as suspeitas de corrupção na pasta do MEC. Segundo a PF, o pastor Arilton Moura e o advogado Luciano Musse, que foi gerente de projetos da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação (MEC) – até ser exonerado em março, devido a repercussão do escândalo de corrupção – são os protagonistas da investigação. A operação mostrou que Musse atuou como operador financeiro do esquema ilegal. No esquema, Mousse cooptava de prefeitos “para angariar vantagens através do desvio de recursos do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação)/MEC a pretexto de atender políticos/prefeituras, caracterizando, hipoteticamente, uma sofisticada captação ilegal de recursos públicos com a eventual infiltração de operador financeiro na gestão da pasta”, aponta a investigação.²²³

Em abril de 2022, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) divulgou uma lista na qual comprova que o pastor Arilton Moura esteve presente na sede da Presidência da República trinta e cinco vezes, em visitas a ministros e ao vice-presidente, Hamilton Mourão. E o pastor Gilmar Silva dos Santos compareceu a dez dessas reuniões. Tanto Arilton Moura quanto Gilmar Santos são pastores da Assembleia de Deus. As acusações se baseiam em depoimentos de prefeitos que apontam cobrança de propina para facilitar o acesso a recursos do FNDE.²²⁴

²²² Fonte: CNN Brasil: *Bolsonaro decide ir a maior encontro de pastores evangélicos para fortalecer apoio político*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-decide-ir-a-maior-encontro-de-pastores-evangelicos-para-fortalecer-apoio-politico/>.

²²³ Fonte: Correio Braziliense: *Investigação aponta presença de gerente do MEC e pastor em mesmo hotel*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/06/5018197-investigacao-aponta-presenca-de-gerente-do-mec-e-pastor-em-mesmo-hotel.html>.

²²⁴ Fonte: CNN Brasil: *GSI diz que pastores investigados em caso no MEC estiveram 35 vezes no Planalto*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/gsi-diz-que-pastores-investigados-em-caso-no-mec-estiveram-35-vezes-no-planalto/>.

Milton Ribeiro foi exonerado do ministério em março após “pedir demissão”, na carta entregue ao presidente, Ribeiro afirmou que se afastava devido a um senso de “responsabilidade política e patriotismo”. Ele foi o quarto ministro da pasta a cair no governo de Bolsonaro. Em um áudio divulgado pelo jornal Folha de S. Paulo, Ribeiro afirma que os prefeitos que foram acompanhados pelos pastores eram priorizados a pedido do presidente Bolsonaro. Segundo Ribeiro: “Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do Gilmar”²²⁵. Os pastores e o ex-ministro Milton Ribeiro foram presos, mas liberados por decisão da Justiça no dia seguinte.

Líderes evangélicos se pronunciaram em defesa do presidente, após a prisão dos pastores. O pastor Silas Malafaia alegou que não há como comparar a corrupção atual com as gestões do PT, que isso é “uma piada”. O pastor Marcos Feliciano elogiou o governo, embora fosse um “dia muito triste para a igreja evangélica.”²²⁶ Outros pastores têm se manifestado nas redes sociais de modo a promover ainda mais o antagonismo político, e o mote do discurso é sempre de viés maniqueísta, ou seja, a luta “do bem contra o mal”, evocando, assim, um caráter apocalíptico, no qual conclama-se aos evangélicos a um posicionamento a partir do voto, de qual lado devem escolher.

A política religiosa aciona, no campo político, elementos simbólicos do campo religioso que validam seus discursos, ainda que tenham uma tônica divergente à retórica religiosa, como, por exemplo, a incitação à violência, as implicações de morte, a campanha pró-armamentista. Para exemplificar, retoma-se aqui o discurso de Jair Bolsonaro em campanha para a presidência no Acre, em setembro de 2018: “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre, hein? Vamos botar esses picaretas para correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem de ir pra lá. Só que lá não tem nem mortadela, hein, galera. Vão ter de comer é capim mesmo”. Nesse momento, o candidato levantou o tripé de câmera e imitou um fuzilamento.²²⁷ Um dos símbolos que assinalou de campanha e toda a gestão de Bolsonaro é o gesto pró-armamentista de fazer “arminha”.

A retórica beligerante do discurso bolsonarista está diretamente atrelada ao de algumas vertentes da esfera evangélica, os quais convergem, principalmente, no que se refere à

²²⁵ Fonte: O Globo: *Milton Ribeiro é exonerado do cargo; decisão foi publicada no Diário Oficial*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/milton-ribeiro-exonerado-do-cargo-decisao-foi-publicada-no-diario-oficial-25452215>.

²²⁶ Fonte: *Líderes evangélicos saem em defesa de Bolsonaro após prisão de pastores*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/lideres-evangelicos-saem-em-defesa-de-bolsonaro-apos-prisao-de-pastores/>.

²²⁷ Fonte: Exame: *Set/2018: "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre*. Disponível em: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>.

comunidade LGBT. A questão de gênero é sempre mais confrontada tanto por Bolsonaro quanto pelos líderes que o apoiam e que justificam, nessa pauta, uma de suas diretrizes mais fortes para apoiar o atual presidente. Segundo Costa e Silveira (2018, p. 30):

Nota-se, então, uma coadunação, entre o discurso político e a interpretação religiosa, sobre determinados temas: a questão de gênero, a descriminalização da maconha e a discussão sobre o aborto é uma delas. Se observarmos que os argumentos para determinada visão religiosa se posicionarem contrariamente ao aborto e à ideologia de gênero, por exemplo, encontram guarida em uma certa visão teológica e que tem sido contrapostas não só por teorias de cunho filosófico, mas também por argumentos vindos da área médica, com a força discursiva que a ciência tem.

Nestes termos, as ruas tornaram-se o palco para os embates discursivos entre a frente evangélica e a comunidade LGBT. Respalhada agora pelos discursos de Jair Bolsonaro, a ala evangélica tem protagonizado eventos de caráter mais beligerante, que a afasta da essência do cristianismo. Ao invés de pregar o amor, a tolerância e o perdão, o que se observa é a aclamação fundamentada no discurso de ódio, na intolerância, na violência e na discriminação. Ainda em campanha, Jair Bolsonaro discursou em favor de uma supremacia.

Como somos um país cristão, Deus acima de tudo. Não tem essa história, essa historinha de Estado laico não. É Estado cristão. E quem for contra que se mude. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As leis devem existir para defender as majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desapareçam.²²⁸

Em toda sua carreira política, Jair Messias Bolsonaro presentifica a teo-política como estratégia eleitoreira e populista. O seu *slogan*: “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” não é mais que um plágio do *slogan* da campanha alemã do nazismo, “Deutschland Über Alles”, que significa “Alemanha acima de tudo”²²⁹. Outro *slogan* muito utilizado é: “Deus. Pátria. Família. Liberdade”, que alude ao fascismo, já que é uma versão ampliada do *slogan* do movimento fascista de extrema-direita Ação Integralista Brasileira (AIB), criado na década de 30.²³⁰

²²⁸ Fonte do vídeo: Tweet: *É ou não é fala de supremacista da Ku Klux Klan?* Disponível em: <https://twitter.com/psol50/status/1052249493788389378>.

²²⁹ Fonte: Jornais Livres: *NAZISMO ESCANCARA SUA AMEAÇA: Slogan de Bolsonaro é tradução literal do lema de Hitler*. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/nazismo-escancara-sua-ameaca-slogan-de-bolsonaro-e-traducao-de-lema-de-hitler/>.

²³⁰ Fonte: UOL: *'Deus, Pátria, Família': de onde veio o lema fascista usado por Bolsonaro?* Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/29/deus-patria-familia-lema-de-bolsonaro-tem-origem-fascista-entenda.htm>.

Com o “em nome de Deus” credenciando uma palavra que, a despeito de se querer impor por um viés autoritário, se torna não apenas ‘correta’ e ‘verdadeira’, mas também ganha contornos de ‘sacralizada’. De forma similar, encontramos o discurso sobre a questão do estupro. As questões postas pelo feminismo e a própria cultura do estupro são referendadas como algo ‘de esquerda’, sendo substituídas por algo mais eficaz: o combate ao estuprador. Tal combate não se dá nas reformas de leis, em um sentido mais hermenêutico, ou tampouco sobre a eficiência das prisões na punição e vigilância dos apenados; nem, tampouco, na formulação de políticas que desestimulem qualquer tipo de abuso ou violência física, psicológica e emocional contra as mulheres. O discurso ‘firme’ de combater o estuprador de uma forma mais ‘contudente’ ganha força, de atingir seu corpo, da mesma forma que ele atingiu o corpo de suas vítimas (COSTA; SILVEIRA, 2018, p. 30).

A convergência política aliada à religião tem se mostrado uma eficaz ferramenta de arregimentar adeptos e, portanto, eleitores. O que se observa frente a esse cenário, apresentado aqui de modo apenas introdutório, é que as alianças firmadas entre o presidente Bolsonaro e alguns líderes evangélicos têm a função de retroalimentar interesses pessoais e oportunizar demandas políticas para ambos. A aproximação do candidato à reeleição à comunidade evangélica tem o caráter explícito de granjear votos para ser reeleito.

Essa pesquisa não tem a intenção de encerrar um fenômeno tão complexo e tão inconstante neste tópico, é apenas um aceno ante a mais um dos elementos distintivos observáveis no movimento bolsonarista, o que demandaria uma pesquisa mais extensa, minuciosa e que acione ainda mais o aporte teórico-analítico. O objetivo foi apenas presentificar que a teo-política bolsonarista situa o neofarisaísmo como mais uma ferramenta estratégica para a consolidação do movimento bolsonarista no panorama político brasileiro.

(In)conclusão

O percurso desta pesquisa se seguiu por dois marcos históricos no Brasil, no período que compreende 2020 a 2022.

O primeiro foi a pandemia de Covid-19, que assolou o mundo e, conseqüentemente, o Brasil, reconfigurando a forma de vivermos e nos relacionarmos, ao nos isolarmos, dado os altos riscos de contágio e de morte. Essa nova composição de viver implicou diretamente no desenvolvimento científico desta pesquisa, portanto, na minha própria realidade, haja vista eu ter vivenciado cada fase da pandemia com minha pesquisa em curso, embora tenha passado por vários lutos e lutas. Ser parte integrante do cenário aterrador que se desdobrou na minha cidade – por falta de equipamentos respiratórios, de atendimento básico nos hospitais lotados, na falta de vacina e nas multidões que promoviam mais contágio – reconduziu este trabalho para novos objetivos. Assim, a realidade nefasta foi moldando e mudando o meu percurso científico, foi delineando novas possibilidades de atuar sobre a realidade.

E em segundo, do caos que assolou o país, um evento ainda mais venal, que consiste no levante da extrema-direita e do fascismo instituídos no governo de Jair Bolsonaro. Nestes termos, encetou-se o movimento de observar, pesquisar e analisar os elementos que corroboraram para a consolidação de uma política de extermínio que trouxe em seu bojo o ode a homens facínoras que mancharam a história com sangue e horror e evocam ecos nefastos do fascismo e do neonazismo na era contemporânea. Nessa esteira analítica, investigou-se constituintes do *modus operandi* bolsonarista como a incitação à violência, como o discurso de ódio e discriminatório, como a apologia à tortura, à barbárie e as práticas de extermínio, via modos de produção de morte, com a falta de políticas públicas sanitárias no enfrentamento à Covid-19, além da incitação à quebra dos protocolos de segurança e do atraso na aquisição de vacinas.

Desse modo, nesta pesquisa, buscou-se investigar e analisar como o movimento bolsonarista se articulou e se amplificou no cenário político atual e quais as ressonâncias das práticas discursivas de Jair Bolsonaro na sociedade brasileira. Para tanto, utilizou-se o aporte teórico-analítico foucaultiano, a partir da análise das estruturas de poder e das noções de biopoder e biopolítica, convergindo até a necropolítica, noção instituída por Mbembe (2016).

O bolsonarismo – não apenas atrelado à figura de Jair Bolsonaro, mas aplicável a outras esferas de poder e espaços públicos – acena à possibilidade de existência, mesmo sem Bolsonaro. Esse movimento se caracteriza por elementos que robustecem práticas autoritárias e antidemocráticas, como o populismo, arregimentando através de discursos pautados na

retórica de extrema-direita alinhada à “onda azul” que assola a Europa; moralismo, se alijando contra as comunidades LGBT; antipetismo, que assinala a necessidade de eleger um inimigo que precisa ser combatido e eliminado; antipolítica, que não aceita a política como um espaço democrático e de transformação; ultranacionalismo, com uma grande ênfase à atuação militarista; e como uma política de base religiosa, buscando impedir outras formas de expressão religiosa, e, desse modo, acaba coibindo, atacando e avivando o preconceito religioso.

O governo bolsonarista opera também de forma a conter os avanços da consolidação da cidadania. O *modus operandi* bolsonarista estabelece como alicerce o ideário neoliberal, visto que há por parte do governo uma tentativa de instrumentalização manifesta na sua atuação política da gestão de Jair Bolsonaro no contexto pandêmico. Desse modo, a forma de governamentalidade bolsonarista na esfera política e econômica se consolida a partir de um momento de grande vulnerabilidade para o país, e busca desarticular as conquistas e os avanços que se celebram em políticas públicas que visam assistir as camadas mais pobres em suas necessidades mais básicas, produzindo ainda mais desigualdade no país. Nessa mesma linha de atuação, os ataques à ciência, às universidades e às instituições de fomento à pesquisa assinalam atos de desmonte da educação em favor de um ensino tecnicista, segregacionista e que elege grupos específicos a serem contemplados com melhores oportunidades.

Esses aspectos incidem diretamente no engendramento da criação de espaços de “sub-cidadania”, aos quais o governo bolsonarista elege àqueles que são rotulados como “bandidos”, “não-patriotas”, “petralhada”, e aos quais relega voz, ambiente de participação e coexistência. A esses também se aplicam restrições e limitações ao acesso de recursos públicos em todas as esferas: econômica, cultural, educacional e científica. E, portanto, urge a necessidade de trazer à discussão esse momento de inflexão em que o Brasil atravessa e que acena a narrativas de antidireitos e antidemocracia, que tem prejudicado a imagem do país no cenário internacional, com possibilidade de afetar alianças e acordos de cooperação, já que não interessa ao governo bolsonarista a promoção dos direitos humanos, a política como espaço público e democrático, a proteção do meio-ambiente e o fortalecimento da nação a partir de políticas públicas sérias e que visam a proteção e o bem-estar da população brasileira.

Há muitos caminhos possíveis de análise pelos quais o movimento bolsonarista pode ser percorridos, neste trabalho traçou-se esses parâmetros que se delinearão mais emergente, contudo, esta é uma pesquisa inacabada, que conclama a outros olhares que se lançam por outros vieses complementares. Elegeu-se para esta pesquisa aspectos que orbitam a violência e a relação de poder como fulcros analíticos dentro dos discursos e práticas bolsonaristas.

De modo geral, o objetivo desta pesquisa é oferecer elementos conceituais que subsidiem a compreensão do *corpus* elegido, no qual presentificam-se discursos e práticas políticas do movimento bolsonarista que conjugam elementos da necropolítica. As implicações teórico-analíticas apresentadas estão baseadas nos pressupostos teórico-metodológicos de Michel Foucault e de outros teóricos caros a este estudo. A teo-política fecha o capítulo como um adendo e conclama a novos estudos ainda mais amplos, visto que a religião vem se tornando um elemento cada vez mais coligado à política, e, no governo Bolsonaro, isso está muito bem consolidado, já que ele discursa sob uma égide “cristã”, bradando em nome de valores e princípios cristãos, embora suas práticas sejam contrárias aos ensinamentos bíblicos.

Esta pesquisa não se esgota aqui, assim como o bolsonarismo não se cumpre na figura de Jair Bolsonaro, haja vista esse movimento – propiciado inicialmente pelos discursos e práticas de Bolsonaro – vem crescendo e se consolidando não apenas como um movimento político, mas também articula-se socialmente. Há novas fronteiras que convidam à novas pesquisas, as quais aqui foram meramente prenunciadas. O maior legado desta pesquisa é apresentar à sociedade brasileira os fatos históricos que evidenciam o percurso da necropolítica que se manifestou no momento de grande vulnerabilidade ao país, e que, talvez por isso, muitos não tenham ainda a consciência da importância transformadora que as pesquisas fornecem.

Inconcludente pelo reconhecimento de que esta pesquisa se encerra em um momento crucial à história brasileira, momento em que o antagonismo político está em seu ápice, visto que se aproxima as eleições de 2022. Há muito o que realizar nesse percurso científico; há, no horizonte brasileiro, novas possibilidades que se desdobram a cada dia; novas formas que delineiam o futuro brasileiro e que acenam à novas perspectivas de análise. A Análise Foucaultiana do Discurso tem possibilitado novos formatos teórico-analíticos nos quais se coloca em perspectiva tanto o sujeito quanto o discurso, além das relações de poder e de tecnologia do poder que permeiam e engendram novos modos de verificação e de exercer o poder sobre o outro.

Este trabalho foi apenas o começo de um percurso que conclama a outros, em novas instâncias científicas e novas formas de olhar o cenário político brasileiro, a partir das suas (trans)formações.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. **A Teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda**. Trad.: Francisco Rüdiger, 1975. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Theodor_Adorno_-_A_Teoria_freudiana_e_o_modelo_fascista_de_propaganda_1951_.htm?1349568035. Acesso em 24 de janeiro de 2021.

ARAÚJO, D. Philippsen. **A governamentalidade biopolítica em Foucault**: implicações na condução da família e da infância, 2010. 155f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – PUC Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_PR_6e3e09366b611c1bcf50827b74986f84. Acesso em: 23 ago. de 2021.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ASSUNÇÃO, Bruno; JORGE, Thaís M. As mídias sociais como tecnologias de si. **Revista Esferas**, n. 5, 2014. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/5331>. Acesso em: 31 de outubro de 2021.

AVELAR, Idelber. **Eles em nós**: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI, 1ª edição, São Paulo: Editora Record, 2021.

BAGAGLI, Beatriz. **Conhecimento, verdade e discurso em Foucault**. Colunas Tortas, 2015. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/conhecimento-verdade-e-discurso-em-foucault/>. Acesso em 19 maio de 2020

BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas**: o fim do social e o surgimento das massas. 3. ed. Tradução de Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense. 1993.

_____. **Las estrategias fatales**. Barcelona. Anagrama, 1983.

BENNETT, W. Lance; ENTMAN, Robert M. **Mediated politics**: communication in the future of democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BENEVIDES, Pablo S. Verdade e ideologia no pensamento de Michel Foucault. **ECOS**, v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1084/821>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

BOLSONARO, Jair. **Direita, volver**. Pré-candidato à presidência, Jair Bolsonaro coloca o ultraconservadorismo no jogo eleitoral. Entrevista concedida a Consuelo Dieguez. Revista Piauí, ed. 120, p. 18-26, set. 2016.

BRASIL. Senado Federal. **Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia**: Relatório Final, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 14 de novembro de 2021.

BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter. **The Foucault Effect Studies in Governmentality, with Two Lectures by and an Interview with Michel Foucault**. University of Chicago Press, 1991. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/GORTFE>. Acesso em: 11 de mar de 2022.

BUTLER, J. **The psychic life of power: theories in subjection**. California: Stanford University Press, 1997.

CANDIOTTO, Cesar. Foucault: uma história crítica. **Revista Trans/Form/Ação**, v. 29, n. 2, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/XDwBwcPhh7C345mfPtrnjQq/abstract/?lang=pt>. Acesso: 10 jul 2022.

_____. Subjetividade e verdade no último Foucault. **Revista Trans/Form/Ação**, v. 31, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/dP6ptnMKsWtsqLVmC8c4gCh/abstract/?lang=pt>. Acesso: 15 jul 2022.

_____. Verdade e diferença no pensamento de Michel Foucault. **Revista Kriterion**, v. 48, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/kr/a/bxBtNChdRwqygLVhqBY4nZs/abstract/?lang=pt>. Acesso: 13 jul 2022.

CAMAZANO, Priscila. **De ‘a culpa é da imprensa’ a ‘bando de comunistas’, veja frases que aproximam generais da ditadura e Bolsonaro**. Revista Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/de-a-culpa-e-da-imprensa-a-bando-de-comunistas-veja-frases-que-aproximam-generais-da-ditadura-e-bolsonaro.shtml>. Acesso: 26 de março de 2021.

CAMARGO, André; VALERIO, Raphael. O sujeito e as relações de poder: percurso de Michel Foucault. **Revista Integrada**, v. IV, n. II, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328994423_O_SUJEITO_E_AS_RELACOES_DE_PODER_PERCURSO_DE_MICHEL_FOUCAULT. Acesso: 23 maio de 2020.

CARVALHO, Daniel. **“Eu sou a Constituição”, diz Bolsonaro ao defender democracia e liberdade em um dia após o ato pró-golpe militar**. Revista Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-apos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml>. Acesso: 26 março de 2020.

CASTILHO, Daniela R; LEMOS, Esther L. S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 2, p. 269-279, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/75361>. Acesso: 31 ago de 2022.

COSTA, Leonard Christy de S.; SILVEIRA, Éderson L. Efeito Bolsonaro: anatomia do autoritarismo. In SILVEIRA, Éderson Luís (Org.). **Os efeitos do autoritarismo**: práticas, silenciamentos e resistências (im)possíveis. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018.

COSTA, Otávio; VIAPIANA, Tábata. **A ameaça totalitária**. Revista ISTO É. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-ameaca-totalitaria/>. Acesso em: 26 de março de 2021.

COUTINHO, Peter J. Decodificando Bannon – Manual da comunicação fascista. **Insight Inteligência**, ano XXIII, n. 92, 2021. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/ninguem-escapa-da-maquina-de-desinformacao-da-ultradireita/>. Acesso: 4 ago de 2021.

DAHLBERG, Lincoln **Net-Public Sphere Research**: beyond the “first phase”. *Javnost- The Public, Slovenia*, v. 11, n. 1, 2004.

DAHLGREN, Peter. **The public sphere and the Net**: structure, space, and communication. In: DUARTE, A.. **Vidas em Risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault**. Rio de janeiro: Forense, 2010.

DUARTE, A.; LOPREATO, C.; MAGALHÃES, M. **A Banalização da Violência**: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

DUARTE, A. **Heidegger e Foucault, críticos da modernidade**: humanismo, técnica e biopolítica. SCIELO, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/qN9T84ztwbkLrczWLS4BWJJ/?lang=pt>. Acesso: 12 de agosto de 2021,

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ECO, Humberto. **O fascismo eterno**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2019.

FISCHER, Rosa M. Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **SCIELO Cadernos de Pesquisas**, n. 114, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SjLt63Wc6DKkZtYvZtzgg9t/abstract/?lang=pt>. Acesso: 10 jul 2022.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga Sampaio. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2004a.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. 2. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. A vida dos homens infames. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Estratégia, Poder-Saber**. Coleção Ditos e escritos IV. Trad. Vera L Avellar. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 203-222.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. Como se exerce o poder? In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b. Tradução de Vera Porto Carrero.

_____. Diálogo sobre o Poder. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Estratégia, Poder-Saber**. Coleção Ditos e escritos IV. Trad. Vera L Avellar. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d, p. 253-266.

_____. **Do governo dos vivos: Cursos no Collège de France, 1979-1980**. Trad. Nildo Avelino, São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

_____. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France. Trad. Maria Ermantina Galvão, 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

_____. A Ética do Cuidado de Si Como Prática da Liberdade. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Coleção Ditos e escritos vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004g. p. 234-487

_____. Ética, sexualidade, política. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004h. p.234-9.

_____. A governamentalidade. In: MACHADO, R. (Org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2021. p.407-431.

_____. Foucault - 1984. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Coleção Ditos e escritos vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004e. p.234-239.

_____. Governamentalidade. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Estratégia, Poder-Saber**. Coleção Ditos e escritos IV. Trad. Vera L Avellar. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d, p. 281-304.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. de Maria T. Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.

_____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 233p.

_____. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005. 247p.

_____. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

_____. Las técnicas de sí. In: GABILONDO, A. (Org.). **Estética, ética y hermenéutica**. Barcelona: Paidós, 1999b. p. 443-474.

_____. **Les mots et les choses**: une archéologie des sciences humaines. Paris: Gallimard, 1966.

_____. **Microfísica do Poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 11ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2021.

_____. **Nascimento da biopolítica**. Trad. de Eduardo Brandão, 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **O governo de si e dos outros**, vol. II. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2010.

_____. O retorno da moral. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Coleção Ditos e escritos vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004f. p.252-263. (Ditos e escritos, 5)

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Orgs.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-49.

_____. O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Coleção Ditos e escritos vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004c. p.192-217.

_____. O Anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista. **Cadernos da subjetividade**, São Paulo, número especial, junho de 1996, p. 197-200.

_____. Poder e Saber. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Estratégia, Poder-Saber**. Coleção Ditos e escritos IV. Trad. Vera L Avellar. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 223-240.

_____. Poderes e Estratégias. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Estratégia, Poder-Saber**. Coleção Ditos e escritos IV. Trad. Vera L Avellar. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c, p. 241-252.

_____. Política e ética: uma entrevista. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Coleção Ditos e escritos vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004d. p. 218-224.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. Sexualidade e solidão. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Coleção Ditos e escritos vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p. 92-103.

_____. Soberania e disciplina. In: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2021b. p. 179-191.

_____. Technologies of the self. In: MARTIN, Luther H; GUTMAN, Huck; HUTTON, Patrick H. **Technologies of the self**: a seminar with Michel Foucault. Massachusetts: University of Massachusetts Press, 1988, p. 16-49.

_____. Tecnologias de si. **Revista Verve**, n. 6. p. 321-360, 2004g. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5017>. Acesso em 01 de novembro de 2021.

_____. **Uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad.: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999c.

FERNANDES, Cleudemar. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FREITAS, Alexandre S. **O ‘cuidado de si’ como articulador de uma nova relação entre Filosofia, Educação e Espiritualidade**: uma agenda de pesquisa foucaultiana. In: 32ª Reunião Anual da ANPED. Local: Caxambu, 04 a 07 de Outubro de 2009, p. 1-16. Disponível em: Acesso em: 12/05/2021.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Onze sinais do fascismo, segundo Umberto Eco**. Revista Outras Mídias, 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/onze-sinais-do-fascismo-segundo-umberto-eco/>. Acesso em 05 de setembro de 2021.

GROS, Frédéric. **Foucault, le courage de la vérité**. Paris: PUF, 2002

_____. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 613-661.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HACK, Rafael Fernando. **Foucault, a modernidade e o sujeito**. 2014. 262 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Centro de Ciências Humanas – UFSCAR, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4811/6333.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 02 ago 2022.

LIMA, Flávio Ribeiro. As eleições de 2018 e a ascensão da extrema direita no Brasil. **Revista Percurso**, v. 11, n. 1, 2019, p. 207-215. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49779>. Acesso: 01 set. de 2022.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT. M. **Microfísica do poder**. 11ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2021.

_____. **Ciência e Saber**. A trajetória da Arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MANSANO, Sonia R. Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista Psicologia Unesp**, v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>. Acesso: 21 jul 2022.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. O Norte Apagado. In: Solange Mittmann; Evandra Grigoletto; Ercília Ana Cazarin (Org.). **Práticas Discursivas e Identitárias**: Sujeito e Língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 218-236.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios**. Rio de Janeiro, v. [S.I], n. 32, p. 122-151, dez 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 5 mai. 2021.

NEGRIS, Adriano. Entre biopolítica e necropolítica: uma questão de poder. **Revista Ítaca**, n. 36, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/31835#:~:text=Adriano%20Negris-Resumo,ou%20continuidade%20da%20biopol%C3%ADtica%20foucaultiana>.

NETO, Carlos O. Jacques. **O elogio da ignorância**: ascensão da extrema direita no Brasil após as eleições de 2018. 2022, 135f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pós-graduação Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/10211/4/DIS_CARLOS_OLIVEIRA_JACQUES_NETO_COMPLETO.pdf. Acesso em: 03 set. de 2022.

PAULA, Luciane; LOPES, Ana C. Siani. A eugenia de Bolsonaro: leitura bakhtiniana de um projeto de holocausto à brasileira. **Revista Linguagem**, São Carlos, v.35, Dossiê Discurso em tempos de pandemia. setembro/2020, p. 35-76.

PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. **A linguagem fascista**. São Paulo: Hedra, 2020. 254p.

_____. **A linguagem neofascista brasileira**. Revista Cult, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/bolsonaro-a-linguagem-neofascista-brasileira/>. Acesso em: 09 set. de 2022.

_____. Discursos da extrema-direita no Brasil: uma análise de pronunciamentos de Jair Bolsonaro. **RALED**, v. 21, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/37174/32064>. Acesso em: 02 fev. de 2021.

PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. O discurso e as verdades: relações entre a fala, os feitos e os fatos. In: **Discurso e (pós)verdade**. 1ª edição. São Paulo: Parábola, 2021.

RAMMINGER, T.; NARDI, H. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. **Revista Interface**, v. 12, n. 25, p. 339-346, 2008.

REVEL, Judith. Identity, Nature, Life: Three Biopolitical Deconstructions. **Theory Culture Society**, v. 26. (p. 45-54), 2009. Disponível em: <http://tcs.sagepub.com/cgi/reprint/26/6/45>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Editora, 1921.

SILVA, Tomaz Tadeu. O Adeus as Metanarrativas Educacionais. In: _____(Org.). **O sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010 a. p. 247-258.

SILVEIRA, Éderson Luiz. O autoritarismo (nosso) de cada dia. In: SILVEIRA, Éderson L. (Org.). **Os efeitos do autoritarismo**: práticas, silenciamentos e resistências (im)possíveis. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018.

_____. **Quanto vale um escravo hoje?: a vulnerabilidade (des) fiscalizada, os rastros da necrobiopolítica e (a tentativa de controle d) o controle dos discursos na contemporaneidade**. 2020, 327f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, SC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/220487>.

_____. Para uma vida não fascista: notas sobre o engodo da Sexualidade universal. **Revista Água Viva**, v. 4, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/aguaviva/article/view/23847>. Acesso em: 10 set de 2022.

SOLANO, Esther. **O ódio como política**. A reinvenção da direita no Brasil. 1º edição. São Paulo: Editota Boitempo, 2018.

TELLEZ, Magaldy. **La implosión de lo social y la era transpolítica**: La mirada baudrillardiana de la Condición Postmoderna. Utopía y Praxis Latinoamericana, Maracaibo, v. 14, n. 47, p. 11-40, dic. 2009. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S1315-52162009000400003&lng=es&nrm=iso. Acesso em 23 agosto 2021

TRIVINHO, Eugênio. Cibercultura, sociossemiose e morte: sobrevivência em tempos de terror dromocrático. In Fronteiras: estudos midiáticos. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos/RS**, São Leopoldo, vol. V, n. 2, p. 97-124, dez. 2003a.

_____. **Radiografia ideológica do neofascismo bolsonarista**. Revista Cult, edição de 7 de julho de 2021. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/radiografia-ideologica-do-neofascismo-bolsonarista/>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

_____. **Transpolítica da ideologia**: dinâmica socioestrutural incólume. Revista Cult, edição de 2 de julho de 2021. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dinamica-socioestrutural-incolume/>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

VALEIRÃO, Kelin. **Marx e Foucault**: ideologia como dispositivo biopolítico. 2014. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pelotas, RS, 2014. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPL_ca6ea90afd0a8fd2b2cb7d937c85ca6f#:~:text=Esta%20Tese%20busca%2C%20amparada%20em,atua%20como%20um%20dispositivo%20biopol%C3%ADtico. Acesso: 20 jul 2022.

WANZELER, Murilo C. **O cuidado de si em Michel Foucault**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - UFPB, Paraíba, 2011. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_10dd6e796e4f27ad73cf3469b4adbd18. Acesso: 20 jul 2022.